

## ANEXO IV- TERMO DE REFERÊNCIA

### PREGÃO ELETRÔNICO Nº 137

São de responsabilidade única e exclusiva **da(s) Secretaria(s) Municipal(is) de Administração, Finanças e Planejamento**, as descrições e os demais complementos do objeto licitado, Sua aplicação e correta condição de utilização conforme a seguir:

Objeto: **Contratação de empresa especializada em** software nativo de plataforma web para fornecimento de sistema de gestão pública integrado, no modo de licenças de uso, sem limite de usuários. Inclui ainda serviços complementares necessários ao funcionamento de tal sistema, como migração de dados, implantação, parametrizações e configurações, treinamento de usuários, suporte técnico, manutenção corretiva, legal e evolutiva, bem como hospedagem da solução em data center e todas as demais condições constantes deste Termo de Referência.

#### 1. JUSTIFICATIVA/MOTIVO DA CONTRATAÇÃO

A Administração Municipal vem se mantendo atenta as constantes evoluções e transformações da Gestão Pública no cenário nacional, principalmente no que se refere à sua modernização e especificamente com o intuito de otimizar a aplicação dos recursos públicos, gerando o maior número de benefícios possíveis à população.

Assim, a Prefeitura Municipal de Tibagi buscando adaptar-se as novas metodologias e tecnologias, quer adotar sempre os mais modernos e bem-sucedidos processos de gestão. Neste contexto, visando modernizar a Administração Municipal, foram feitos alguns estudos e pesquisas e diante dos resultados obtidos em outros locais com a implementação de softwares conforme descrito no Objeto deste Termo de Referência busca contratar os serviços abaixo elencados.

Destaca-se um fator muito importante levado em consideração que foi à necessidade de um sistema integrado de Gestão Pública com adoção de banco de dados único, assim evitando problemas de cobranças indevidas por existirem múltiplas bases de dados, aumentando a confiabilidade e a procedência das informações para o usuário final.

Tem-se que a implantação dos softwares mencionados visa à padronização e melhoria da qualidade das informações, racionalizando os custos e gerando maior eficácia. Além disso, acelera o processo de tomada de decisão, posto que as informações serão obtidas em um prazo muito menor e com maior confiabilidade.

Justifica-se a execução indireta do serviço especializado de cessão de softwares integrados de gestão para que a administração municipal possa garantir de forma rápida e segura, o processamento dos dados e informações inerentes a execução fiscal, administrativa, financeira e de saúde, bem como, o atendimento pleno às exigências legais, em especial dos órgãos fiscalizadores.

Diante da pesquisa realizada a contratação vem de encontro com o avanço tecnológico, bem como a crescente demanda dos cidadãos pela ampliação e melhoria dos serviços públicos, o que nos leva e nos motiva a evidenciar neste processo uma solução que visa uma administração pública gerencial. Este modelo de gestão está apoiado pela profissionalização, pela competência, enfatizando o controle nos resultados para uma gestão mais eficiente e eficaz.

Busca-se, ainda, com este novo processo de contratação, uma maior integração dos processos, e uma potencialização da eficiência administrativa como um todo. Assim, com o presente certame, a administração visa alcançar uma maior agilidade na execução das tarefas entre os setores, por meio dos sistemas integrados entre si, e que funcionem a partir de banco de dados com integrações nativas entre si,

permitindo uma maior segurança relacional dos dados com uma efetiva integridade.

O objeto descrito neste Termo de Referência deve ser integrado e possuir total compatibilidade entre os módulos do sistema de gestão pública, razão pela qual, o certame terá como critério de julgamento o preço global. Os módulos isolados atendendo cada setor da organização de maneira individual dificultariam a transferência eletrônica de dados para outros setores do mesmo órgão. Através de uma solução única e integrada isso já é possível, através de rotinas automatizadas em atendimento às necessidades de cada área envolvida.

A padronização dos módulos contribui para a redução de custos em todas as atividades das áreas: nos sistemas, e nas suas versões, pois reduz o número de interfaces e tamanho da equipe, e nas áreas de operação, atendimento, treinamento e suporte, via a padronização de processos.

A adoção deste modelo também visa um ambiente de informática enxuto, homogêneo e simples, baseado em poucas tecnologias e parceiros, sendo o ingrediente básico para se alcançar a esperada padronização. Cabendo destacar que a padronização é também uma maneira simples e eficiente de melhorar controles, auditorias e o estabelecimento de indicadores para tomada de decisões pelos gestores.

Portanto indo de encontro com o princípio da eficiência o presente processo visa a redução de custos e melhorias nos resultados operacionais que serão algumas das vantagens trazidas pelo uso de padrões na área de TI (Tecnologia de Informação) com a adoção do objeto a ser contratado.

Tem-se ainda que a licitação deverá ser realizada com a aglutinação do Objeto, seguindo assim orientações do SIAFIC (Sistema Único e Integrado de Execução Orçamentária, Administração Financeira e Controle) - Sistema informatizado cuja base de dados que é compartilhada entre os seus usuários, observadas as normas e os procedimentos de acesso, que permite a atualização, a consulta e a extração de dados e de informações de maneira centralizada, nos termos do disposto no § 6º do art. 48 da Lei Complementar nº 101, de 2000; Disposto no DECRETO FEDERAL Nº 10.540, DE 5 DE NOVEMBRO DE 2021.

Destaca-se que o SIAFIC dispõe sobre o padrão mínimo de qualidade do Sistema Único e Integrado de Execução Orçamentária, Administração Financeira e Controle, possuindo um padrão mínimo de qualidade, sendo possível controlar a evidenciação de, no mínimo:

- I – Das operações realizadas pelos Poderes e pelos órgãos e dos seus efeitos sobre os bens, os direitos, as obrigações, as receitas e as despesas orçamentárias ou patrimoniais do ente federativo;
- II - Dos recursos dos orçamentos, das alterações decorrentes de créditos adicionais, das receitas prevista e arrecadada e das despesas empenhadas, liquidadas e pagas à conta desses recursos e das respectivas disponibilidades;
- III - perante a Fazenda Pública, da situação daqueles que arrecadem receitas, efetuem despesas e administrem ou guardem bens a ela pertencentes ou confiados;
- IV - Da situação patrimonial do ente público e da sua variação efetiva ou potencial, observada a legislação e normas aplicáveis;
- V - Das informações necessárias à apuração dos custos dos programas e das unidades da administração pública;
- VI - Da aplicação dos recursos pelos entes federativos, agrupados por ente federativo beneficiado, incluído o controle de convênios, de contratos e de instrumentos congêneres;
- VII - Das operações de natureza financeira não compreendidas na execução orçamentária, das quais resultem débitos e créditos;

VIII - Do Diário, Razão e Balancete Contábil, individuais ou consolidados, gerados em conformidade com o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público estabelecido pelas normas gerais de consolidação das contas públicas a que se refere o § 2º do art. 50 da Lei Complementar nº 101, de 2000;

IX - Das demonstrações contábeis e dos relatórios e demonstrativos fiscais, orçamentários, patrimoniais, econômicos e financeiros previstos em lei ou em acordos nacionais ou internacionais, necessariamente gerados com base nas informações referidas no inciso IX do **caput** do art. 2º;

X - Das operações intragovernamentais, com vistas à exclusão de duplicidades na apuração de limites e na consolidação das contas públicas;

XI - da origem e da destinação dos recursos legalmente vinculados à finalidade específica; e

XII - das informações previstas neste Decreto e na legislação aplicável.

Em atendimento ao art. 1º, 3º do Decreto Federal nº 10.520/2020, o SIAFIC deve ser mantido e gerenciado pelo Poder Executivo – observando a autonomia administrativa e financeira dos demais Poderes e Órgãos Públicos –, sendo este o responsável pela contratação, definições das regras contábeis e políticas de acesso e segurança da informação.

O atendimento desta funcionalidade deverá estar disponível para uso nas datas determinadas conforme decreto Municipal, sem custo adicional ao Município de Tibagi, sendo disponibilizado às unidades Orçamentárias do Município. Há entendimentos que não é possível a aglutinação do objeto, que fere dispositivos da Lei 8.666/93, entretanto, ao observar o parágrafo 1º do artigo 23 da Lei de Licitações e Contratos apresenta as exceções à regra: quando for tecnicamente inviável ou não recomendável - motivação de ordem técnica, ou quando o parcelamento puder acarretar a majoração do preço a ser pago pela administração - motivação de ordem econômica.

Haja vista que se tratando de contratação de sistemas integrados, isto é, softwares que tenham sido desenvolvidos de maneira a se beneficiarem dos recursos proporcionados pela integração, a segregação do objeto não se mostra tecnicamente viável, sendo a integração preponderante para evitar riscos de incompatibilidades e redundância nas bases de dados utilizadas, caso adquiridos separadamente. Sobre o tema há manifestações do no sentido de que a contratação conjunta de sistemas de informática que devem funcionar de forma integrada não contraria disposição do §1º do artigo 23 da Lei Federal nº 8.666/93, em face da inviabilidade técnica e prejuízo econômico que a segregação poderia acarretar.

Para tanto, definiu-se como premissa e estratégia para este projeto a condição de implantação de sistema de gestão modular e integrada, em ambiente WEB, solução que atende aos requisitos mais atuais do mercado, de forma a atender as necessidades de cada área de aplicação (órgão) e que possa ser acessado através dos principais navegadores disponíveis no mercado, sem necessidade de utilização de plug-ins integrado ao Active Directory (AD) da Entidade, conforme considerações abaixo quanto ao ambiente WEB:

- Desoneração com Hardware e Software/Aplicativos e Sistemas Operacionais para Servidores: desoneração do orçamento com a manutenção e aquisição de hardware, como servidores locais de bancos de dados, servidores de aplicativos, servidores de firewall, servidores de sistemas básicos e estruturas redundantes de segurança, Sistemas Operacionais e Aplicativos para estes servidores; Estruturas essas com vida útil muitas vezes inferiores a 5 (cinco) anos mas imprescindíveis para a operação de sistemas e programas baseados em arquitetura desktop;
- Portabilidade: Possibilidade de acesso a programas destinados ao público externo e serviços por meio de dispositivos móveis (com acesso WiFi, 3G, 4G), como celulares, smartphones,

notebooks e tablets (com IOs ou Android), aumentando significativamente a mobilidade, a compatibilidade, bem como contribuindo para o acesso aos serviços essenciais;

- **Segurança e Economia de Escala:** Datacenters são ambientes equiparados a um grande cofre, com centenas ou milhares de servidores, redundâncias de hardware, links de alta capacidade, robôs de backup, tecnologias avançadas contra incêndios, ataques virtuais, monitoramento 24h/dia 7dias/semana, sendo os equipamentos instalados nessa infraestrutura física.
- **Privilégio a Isonomia e a Livre Iniciativa:** hoje já existem no Brasil muitos fornecedores aptos a oferecer soluções em sistemas de computação em nuvem para a Administração Pública. Inclusive a computação em nuvem amplia a disputa de forma territorial, pois fornecedores de outros Estados ou Regiões do Brasil podem oferecer sistemas, fazendo manutenção por via remota, sem muitas vezes a necessidade de deslocamento até o município;
- **Responsabilidade Compartilhada:** com sistemas em nuvem, passa a ser solidária a responsabilidade sobre a estabilidade e integridade dos bancos de dados, obrigatoriamente em redundância. Na infraestrutura local, um sinistro no prédio onde fica o CPD pode significar a perda de anos de registros e somente o proprietário do BD é responsável. O que não ocorre com sistemas hospedados em nuvem, onde a redundância é uma regra de maneira que os dados não só estão sob a guarda do CONTRATANTE, como também da CONTRATADA;

### **1.1. Justificativa da Classificação dos Lotes**

A presente licitação será regida pela modalidade PREGÃO ELETRÔNICO do tipo “MENOR PREÇO GLOBAL”, em função da indivisibilidade dos itens que a compõem e por se tratar de sistema integrado, tomando como parâmetro legal:

- Lei nº. 8.666/93, atualizada, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências;
- Lei nº. 10.520 de 17/07/2002, que instituiu modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências;
- Lei complementar 123/2006, que institui o Estatuto Nacional de Microempresa e Empresa de Pequeno porte.

Quanto a modalidade de acordo com a Lei 10.520/2002, para a aquisição de bens e serviços comuns – conforme a Jurisprudência Pátria classifica o objeto desta licitação – a modalidade a ser praticada deverá ser o Pregão, sendo que “Consideram-se bens e serviços comuns, para os fins e efeitos deste artigo, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado – *§1º do artigo 1º da Lei 10.520/2002*”.

Ainda, seguindo orientações do Tribunal de Contas do Estado do Paraná definida no Acórdão nº 2605/18 - Tribunal Pleno, no intuito de garantir o cumprimento dos princípios constitucionais que regem as modalidades licitatórias e ampliar a competitividade, transparência, publicidade e eficiência deste certame, será adotada a modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO.

A adoção desta modalidade traz inúmeras vantagens à Administração Pública, entre elas: o potencial aumento da competitividade do certame, já que interessados que estejam localizados em qualquer lugar do país podem participar de forma remota; possível ampliação do número de participantes, o que estimula a concorrência; a impessoalidade do procedimento, visto que os competidores participam do pregão de forma anônima; mais transparência e segurança, pois a maior parte dos atos da licitação é registrada

automaticamente pelo sistema, evitando-se erros e falta de publicidade dos atos praticados pela Administração.

Por fim, em que pese a possibilidade de eventual obtenção de maior competitividade com a divisão do sistema em itens/lotes parcelados, o resultado a ser atingido e pretendido pela administração poderia restar frustrado, com inúmeras empresas sagrando-se vencedoras, cada uma prestando serviços de determinado lote/módulo, sem que houvesse, no entanto, compatibilidade entre os sistemas por elas ofertados, o que não permitiria a integração dos sistemas de informática do Município. Assim, para melhor adequação da tecnologia a ser utilizada, padronização, integração de sistemas, optou-se pela contratação global.

**LOTE 1 - Sistemas para o Poder Executivo Municipal:**

IT	SERVIÇOS	UN	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
1	Sistema de Gestão de Contabilidade Pública Orçamentária e Financeira;	12		
2	Sistema de Gestão de Planejamento Orçamentário (PPA, LDO, LOA);	12		
3	Sistema de Gestão Financeira e Tesouraria Municipal;	12		
4	Sistema de Prestação de Contas Municipais (SIM-AM)	12		
5	Sistema de Gestão e Controle de Custos;	12		
6	Sistema de Gestão de Portal Transparência Lei 131/2009;			
7	Sistema de Gestão e Controle de Compras, Licitações e Contratos;	12		
8	Sistema de Gestão e Controle da Frota Municipal;	12		
9	Sistema de Gestão de Controle de Obras Municipais;	12		
10	Sistema de Gestão de Controle Interno;	12		
11	Gestão de Processos Digitais;	12		
12	Sistema de Gestão do Controle de Patrimonial dos Bens Moveis e Imóveis;	12		
13	Sistema de Gestão de Controle de Almoxarifado e Estoques;	12		
14	Sistema de Gestão de Tributação Municipal, Dívida Ativa e Tributos Municipais;	12		
15	Portal Contribuintes (Área Pública);	12		
16	Sistema de Peticionamento Eletrônico;	12		
17	Aplicativo de Acesso ao Cidadão;	12		
18	Sistema de Serviços online ao Cidadão (Acesso com login e senha);	12		
19	Sistema de Gestão de Nota Fiscal Eletrônica e Controle do ISSQN;	12		
20	Portal de Acesso para Gestão Administrativa (ISS ADMIN);	12		
21	Sistema de Gestão de Fiscalização Fazendária e Posturas;	12		
22	Sistema de Gestão da Emissão e controle do Alvará On-Line;	12		
23	Sistema de Gestão de Controle de Cemitério e Emissão de Taxas Funerárias;	12		
24	Sistema de Gestão de Recursos Humanos (Folha de Pagamento, Medicina e Segurança do Trabalho,	12		

	Avaliação de Desempenho e E-Social);			
25	Portal do Servidor Municipal;	12		
26	Sistema de Gestão do Ponto Eletrônico;	12		
27	Gestão de Workflow (Fluxos de Trabalho);	12		
28	Sistema de Gestão de Ações Sociais;	12		
29	Gestão de Saúde Pública Municipal - Sistema de Registro Eletrônico em Saúde (SRES); - Cadastros e auditoria; - Gestão das agendas; - Gestão de boletim de produção ambulatorial; - Registro das Ações Ambulatoriais de Saúde – RAAS; - Gestão da Estratégia de Saúde da Família; - Gestão de urgência e emergência; - Gestão da autorização de exames de média e alta complexidade; - Gestão farmacêutica e de estoques, incluindo controle logístico para dispensação domiciliar de materiais e medicamentos; - Prontuário eletrônico Multiprofissional e certificação digital; - Gestão da rede de frio; - Gestão de frotas e controle de tratamento fora do domicílio; - Gerenciamento de diagnósticos por imagem; - Regulação de encaminhamentos a especialistas e cirurgias eletivas; - Gestão das armadilhas da dengue (com aplicativo móvel integrado); - Registro de óbitos; - Gerenciamento de painéis de chamada; - Gerenciamento das listas de espera; - Gerenciamento e regulação de exames laboratoriais (serviço próprio); - Gestão de benefícios concedidos (ações extrateto e não pactuadas); - Gestão de internações em clínicas e comunidades terapêuticas; - Comunicação unilateral com a comunidade (envio de mensagens de texto e e-mails); - Gerenciamento das informações de interesse epidemiológico;	12		
30	Gerenciamento de dispositivos móveis para agentes comunitários de saúde (ACS);	12		
31	Gestão da vigilância sanitária e Zoonoses	12		
32	Solução de atendimento ao público através de redes sociais e chats síncronos;	12		
33	Gestão de inteligência de informações da Saúde;	12		
34	Homepage da Entidade	12		
35	PROVIMENTO DE DATA CENTER (hospedagem, processamento, segurança e backup)	12		
<b>VALOR TOTAL</b>				

**LOTE 2 - Sistemas para o Instituto de Previdência Municipal:**

IT	SERVIÇOS	UN	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
1	Sistema de Gestão de Contabilidade Pública Orçamentária e Financeira;	12		
2	Sistema de Gestão de Planejamento Orçamentário (PPA, LDO, LOA);	12		
3	Sistema de Gestão Financeira e Tesouraria Municipal;	12		
4	Sistema para Atendimento ao Tribunal de Contas	12		
5	Sistema de Gestão e Controle de Custos;	12		
6	Sistema de Gestão de Portal Transparência Lei 131/2009;	12		
7	Sistema de Gestão e Controle de Compras, Licitações e Contratos;	12		
8	Sistema de Gestão de Controle de Almoxarifado e Estoques;	12		
9	Sistema de Gestão e Controle da Frota Municipal;	12		
10	Sistema de Gestão de Controle de Obras Municipais;	12		
11	Sistema de Gestão de Controle Interno;	12		
12	Sistema de Gestão do Controle de Patrimonial dos Bens Moveis e Imóveis;	12		
13	Sistema de Gestão de Recursos Humanos (Folha de Pagamento, Medicina e Segurança do Trabalho, Avaliação de Desempenho e E-Social);	12		
14	Portal do Servidor Municipal	12		
15	Sistema de Gestão do Ponto Eletrônico	12		
16	Gestão de Processos Digitais	12		
17	Gestão de Legislativo Municipal	12		
18	Homepage da Entidade	12		
19	PROVIMENTO DE DATA CENTER (hospedagem, processamento, segurança e backup)	12		
<b>VALOR TOTAL LOTE 2</b>				

**LOTE 3 - Sistemas para o Poder Legislativo Municipal:**

IT	SERVIÇOS	UN	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
1	Sistema de Gestão de Contabilidade Pública Orçamentária e Financeira;	12		
2	Sistema de Gestão de Planejamento Orçamentário (PPA, LDO, LOA);	12		
3	Sistema de Gestão Financeira e Tesouraria Municipal;	12		
4	Sistema para Atendimento ao Tribunal de Contas	12		
5	Sistema de Gestão e Controle de Custos;	12		
6	Sistema de Gestão de Portal Transparência Lei 131/2009;	12		
7	Sistema de Gestão e Controle de Compras, Licitações e Contratos;	12		

8	Sistema de Gestão de Controle de Almoxxarifado e Estoques;	12		
9	Sistema de Gestão e Controle da Frota Municipal;	12		
10	Sistema de Gestão de Controle de Obras Municipais;	12		
11	Sistema de Gestão de Controle Interno;	12		
12	Sistema de Gestão do Controle de Patrimonial dos Bens Moveis e Imóveis;	12		
13	Sistema de Gestão de Recursos Humanos (Folha de Pagamento, Medicina e Segurança do Trabalho, Avaliação de Desempenho e E-Social);	12		
14	Portal do Servidor Municipal	12		
15	Sistema de Gestão do Ponto Eletrônico	12		
16	Gestão de Processos Digitais	12		
17	Gestão de Legislativo Municipal	12		
18	Homepage da Entidade	12		
19	PROVIMENTO DE DATA CENTER (hospedagem, processamento, segurança e backup)	12		
<b>VALOR TOTAL LOTE 3</b>				

#### LOTE 4 – Serviços Técnicos

IT	SERVIÇOS	UN	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
1	Serviços de implantação, Conversão, Treinamento para <b>Poder Executivo Municipal</b> (LOTE 1)	Único	R\$ 95.000,00	R\$ 95.000,00
	Hora técnica de customização de software	1	R\$ 125,00	R\$ 125,00
2	Serviços de implantação, Conversão, Treinamento para o <b>Instituto de Previdência Municipal</b> (LOTE 2)	Único	R\$ 61.519,00	R\$ 61.519,00
	Hora técnica de customização de software	1	R\$ 125,00	R\$ 125,00
3	Serviços de implantação, Conversão, Treinamento para o <b>Poder Legislativo Municipal</b> (LOTE 3)	Único	R\$ 61.519,00	R\$ 61.519,00
	Hora técnica de customização de software	1	R\$ 125,00	R\$ 125,00
<b>VALOR TOTAL LOTE 4</b>			<b>R\$ 218.413,00</b>	<b>R\$ 218.413,00</b>

VALOR TOTAL LOTE 1 (Executivo Municipal)	R\$ 529.193,76
VALOR TOTAL LOTE 2 (Instituto de Previdência Municipal)	R\$ 105.000,00
VALOR TOTAL LOTE 3 (Legislativo Municipal)	R\$ 129.000,00
VALOR TOTAL LOTE 4 (Serviços técnicos)	R\$ 218.413,00
<b>VALOR GLOBAL PROPOSTO</b>	<b>R\$ 981.606,76</b>

## 2. Da Avaliação de Conformidade

- 2.1.** Em conformidade com o art. 43 §3º da Lei 8.666/93, com o intuito de esclarecer ou complementar a instrução do processo, bem como resguardar o interesse público frente



uma possível contratação frustrada, a licitante previamente classificada em primeiro lugar e devidamente habilitada, será convocada para realizar a demonstração do sistema, sob pena de não aceitação da proposta.

- 2.2.** A exigência da prova de conceito é destinada a análise da Administração, e normalmente é utilizada em licitações pertinentes a contratação de softwares e soluções relacionadas à tecnologia da informação, conforme verificado em nossa pesquisa de mercado, com o objetivo de verificar se o que foi apresentado pelo licitante está de acordo ou não, se atende ou não as exigências e requisitos estabelecidos em edital, deste modo, a Administração conseguirá aferir os requisitos dos sistemas antes mesmo de sua devida implantação. Sendo necessária a realização de uma análise dos requisitos funcionais, técnicos e de qualidade do objeto/solução licitada, o que deve ser atestado mediante a prova de conceito de forma objetiva.
- 2.3.** Este “teste do objeto” deverá ser realizado seguindo os requisitos expressos e determinados em edital e seus anexos. Fazendo com que, havendo eventual ocorrência de não observância de tais requisitos, o licitante descumpridor terá sua proposta desabilitada, passando assim, a análise das ferramentas apresentadas pelos proponentes subsequentes, segundo a sua ordem de classificação.
- 2.4.** A PROPONENTE vencedora fica obrigada a comprovar o atendimento das características e funcionalidades estipuladas para os sistemas, e respectivas especificações Técnicas Básicas definidas neste Termo de Referência.
- 2.5.** A adjudicação dos serviços fica condicionada à execução da demonstração e comprovação pela licitante à ENTIDADE, de que a solução proposta tem conformidade das referidas funcionalidades mencionadas no Projeto Básico.
- 2.6.** A demonstração do sistema terá início após a disputa de preços e só será declarada a vencedora após análise prévia da Comissão de Avaliação Técnica, que emitirá parecer atestando o atendimento das funcionalidades do sistema.
- 2.7.** O LICITANTE será convocado para em até 02 (dois) dias úteis iniciar a efetiva demonstração dos sistemas em conformidade com as especificações técnicas constantes no Termo de Referência;
- 2.8.** Na data marcada, o proponente iniciará a apresentação, que não poderá exceder 3 (três) dias úteis, com no máximo 8 horas diárias de atividades, podendo a mesma ser fracionada por áreas distintas.
- 2.9.** Para a realização da prova de conceito, o LICITANTE deverá fornecer a infraestrutura de hardware e software necessários à apresentação, massa de dados e bases de dados necessárias às comprovações dos atendimentos aos requisitos essenciais.
- 2.10.** A PROPONENTE deverá comunicar à CONTRATANTE, com pelo menos um dia útil de antecedência, o quantitativo e os dados funcionais (nome completo, identidade, função) dos profissionais que alocará durante a realização da prova de conceito.

- 2.11.** A PROPONENTE deverá apresentar em seu software os itens em conformidade com as especificações técnicas constantes no quadro de funcionalidades de cada sistema para a prova de conceito, que deverão atender a 100% dos requisitos técnicos e pelo menos 90% dos requisitos funcionais de cada Módulo do Sistema, sendo que os não atendidos devem ser disponibilizados em até 60 dias após a implantação do sistema.
- 2.12.** A não demonstração dos sistemas acarretará a automática desclassificação do licitante;
- 2.13.** Será desclassificada o LICITANTE que deixar de comparecer a demonstração no local, data e hora agendada, com tolerância de, no máximo, 30 minutos.
- 2.14.** São requisitos técnicos ou essenciais aqueles solicitados no item **5 – Dos Requisitos Técnicos** e os funcionais são aqueles descritos no item **6 - Dos Requisitos Funcionais por Módulo** do termo de referência
- 2.15.** Caso os Sistemas da PROPONENTE tenham sido “aprovados”, o Pregoeiro quando de posse do Relatório Técnico das demonstrações, divulgará nos meios cabíveis nova convocação para dar sequência da próxima fase o processo licitatório;
- 2.16.** Caso os referidos sistemas demonstrados pela PROPONENTE convocada sejam rejeitados / reprovados, o Pregoeiro, observada a ordem de classificação, convocará as demais empresas remanescentes (se houver) para demonstração dos seus sistemas no prazo de até 02 (dois) dias úteis.

### **3. Integrações Referente aos Sistemas**

- 3.1.** Os sistemas propostos deverão obrigatoriamente atender as seguintes integrações:

- 3.1.1.** Integração do sistema de Tesouraria com Contabilidade Pública;
- 3.1.2.** Integração do sistema de Folha de Pagamento com Contabilidade Pública;
- 3.1.3.** Integração do sistema de Folha de Pagamento com Gestão de Pessoal – Recursos Humanos e Ponto Eletrônico;
- 3.1.4.** Integração do sistema de Tributos Municipais com Contabilidade Pública e Tesouraria;
- 3.1.5.** Integração do sistema de Compras/Licitações com Contabilidade Pública e Patrimônio e Almoxarifado/Estoque;
- 3.1.6.** Integração do sistema de declaração eletrônica ITBI, declaração do ISSQN via internet e Emissão de Nota Fiscal de Serviços via internet com o sistema de Tributos Municipais, que deverá gerar os dados ao cidadão em tempo real, diretamente da sua base de dados;
- 3.1.7.** Integração do Sistema de Portal da Transparência - Lei Complementar nº 131/09 com os demais sistemas: deverá buscar os dados diretamente do banco de

dados dos sistemas em uso na referida Entidade;

**3.1.8.** Integração do Sistema de Contabilidade Pública com o Sistema Patrimônio, segundo as normas obrigatórias do PCASP;

**3.1.9.** Integração do Sistema de Contabilidade com o Controle Orçamentária/Planejamento Municipal (PPA, LDO e LOA).

#### **4. Da Conversão, Implantação e Treinamentos**

Os serviços de Conversão, Implantação e Treinamento deverão respeitar o prazo limite de **30 (trinta) dias** consecutivos após emissão da ordem de serviços formal, respeitando o plano e prazos delimitados para os serviços conforme os tópicos abaixo.

##### **4.1. Das Conversões**

**4.1.1.** As conversões dos Sistemas elencados no objeto deverão ser realizadas com disponibilidade imediata após implantação do sistema. Os valores referentes às conversões deverão estar inclusos no item conversão, implantação e treinamento, previsto na proposta de preços.

**4.1.2.** Para os sistemas descritos deverá ser convertida a movimentação atualmente existente baseada nos dados dos sistemas ora em uso, e de modo prioritário e imediato os seguintes:

1.2.a) **Contabilidade Pública, Orçamento e Empenhos e Tesouraria:** Deverá ser convertida e disponibilizada para o novo sistema, toda a base de dados relativa a Contabilidade, incluindo o orçamento, a prestação de contas e a Lei de Responsabilidade Fiscal, com todos os seus respectivos módulos ou informações, todos os históricos contábeis, restos a pagar, do período informatizado dos últimos cinco anos; Todos os dados referente ao ano anterior e ano atual deverão estar disponíveis no novo sistema para iniciar a operação no prazo determinado de até 30 (trinta) dias consecutivos, os demais anos deverão estar disponíveis para consulta em 60 (sessenta) dias consecutivos;

1.2.b) **Tributação/Arrecadação Municipal da Prefeitura Municipal:** converter todos os cadastros existentes, além da dívida ativa, IPTU, parcelamentos, fiscalização, taxas e histórico financeiro de todo o período já informatizado, baseada nos dados dos sistemas ora em uso, não devendo exceder 10 (dez) dias o sistema sem uso no Município por se tratar de um serviço essencial de impacto direto ao contribuinte.

1.2.c) **Folha de Pagamento:** deverá ser convertida e disponibilizada nos novos sistemas, dentro do prazo estabelecido de até 30 (trinta) dias consecutivos, toda a base de dados, contendo todos os dados cadastrais, todos os históricos e toda a movimentação financeira e funcional;

- 1.2.d) **Atendimento ao Portal da Lei da Transparência** - todos os dados a serem publicados deverão atender à Lei da Transparência e deverão buscar os dados diretamente dos novos sistemas implantados no prazo máximo de 30 (trinta) consecutivos.
  - 1.2.e) **Licitações e Compras, Controle de Frotas, Controle de Patrimônio, Controle de Almoxarifado/Estoque:** todos as movimentações em aberto existentes e seus cadastros, para todos os sistemas atualmente utilizados e que possuem dados, bem como o seu treinamento, para que seja iniciado o uso de cada sistema contratado imediatamente após decorrido o prazo de 30 (trinta) dias consecutivos disponibilizados para que a proponente faça a execução desses serviços.
  - 1.2.f) **Controle da Saúde:** Cadastro dos munícipes, Histórico do prontuário (atendimentos ambulatoriais), Movimentações de estoque, Movimentações de vacinas, Laudos de exames laboratoriais, Usuários do sistema (operadores), Unidades de saúde, Produção ambulatorial e a Produção e-SUS imediatamente após decorrido o prazo de 30 (trinta) dias consecutivos disponibilizados para que a proponente faça a execução desses serviços;
- 4.1.3. Durante o período de implantação dos sistemas previstos em todos os Órgãos as adjudicatárias deverão prestar suporte técnico em tempo integral, “in loco” na sede da Prefeitura.
  - 4.1.4. Para cada um dos sistemas/módulos licitados, deverão ser cumpridas as atividades de: instalação e parametrização de tabelas e cadastros; adequação de relatórios e logotipos; estruturação dos níveis de acesso e habilitações dos usuários;
  - 4.1.5. Adequação das fórmulas de cálculo para atendimento aos critérios adotados pela Prefeitura Municipal; ajuste nos cálculos, quando mais de uma fórmula de cálculo é aplicável simultaneamente.
  - 4.1.6. Todos os serviços descritos são de inteira responsabilidade da empresa contratada, devendo ser totalmente concluídos nos prazos estipulados neste projeto, incluindo:
    - 1.1.a) Configurações, ajustes e adaptações relativos ao sistema operacional e ao gerenciador de Banco de Dados que serão disponibilizados pelo Município;
    - 1.1.b) Levantamento das necessidades específicas dos setores, quanto à legislação, formas de cálculo com a adequação das fórmulas de cálculo para atendimento aos critérios adotados pela Municipalidade, rotinas e outros;
    - 1.1.c) Configuração e parametrização de tabelas e cadastros; adequação de relatórios e logotipos; estruturação dos níveis de acesso e habilitações dos usuários para efeitos de permissões;
    - 1.1.d) Treinamento aos servidores usuários, na sede da Prefeitura, a ser ministrado conforme cronograma a ser determinado segundo as prioridades definidas pela Administração do Município;
    - 1.1.e) Outros serviços que se fizerem necessários para a disponibilização e funcionamento de toda a metodologia e sistemas contratados e a sua utilização

pelos usuários.

- 1.1.f) Configuração da plataforma em nuvem, inclusive com rotinas de backup.
- 1.1.g) A não entrega dos serviços no prazo estipulado será considerado inadimplência contratual e sujeitará a proponente às penalidades previstas neste projeto e edital.
- 1.1.h) Disponibilizar aos usuários treinamento adequado das rotinas e das funcionalidades dos sistemas, de forma completa, visando garantir o uso adequado das soluções a serem disponibilizadas.
- 1.1.i) A capacitação aos usuários compreende o treinamento de todos os integrantes do quadro de servidores públicos do Município envolvidos com o respectivo sistema, devendo ser ministrado pela CONTRATADA em instalações disponibilizadas pela Administração.
- 1.1.j) Outros serviços que se fizerem necessários para a disponibilização e funcionamento eficiente de todos os sistemas contratados e a correta e eficiente utilização pelos usuários.

## **4.2. Da Implantação**

- 4.2.1.** O CONTRATADO deverá apresentar ainda, um cronograma macro com as principais atividades que impactam no atendimento aos contribuintes e as empresas do Município para que o CONTRATANTE informe com tempo hábil as possíveis instabilidades e indisponibilidades do sistema durante a fase de conversão e troca do sistema, cronograma que não deverá exceder 08 (oito) dias úteis de indisponibilidade.
- 4.2.2.** O Plano de Trabalho e Cronograma de Execução deverá conter todas as etapas e atividades referentes aos serviços que serão prestados. Esses serviços poderão ser agrupados e divididos em etapas, que poderão ser realizadas concomitantemente, sempre que aplicável, para permitir maior eficiência e atender às expectativas da Administração Pública.
- 4.2.3.** Os serviços deverão estar em pleno funcionamento no prazo máximo de 30 (trinta) dias consecutivos, contados da emissão da ordem de serviço por módulo contratado, atendendo todas as funcionalidades requeridas neste Termo de Referência, considerando o prazo máximo para serviços essenciais resguardados no item 4.3 deste Edital.
- 4.2.4.** Após a etapa de implantação, emissão dos termos de aceite de cada módulo e validação pelo gestor de cada módulo implantado, a locação deverá ser iniciada imediatamente.
- 4.2.5.** Será responsável pelo recebimento do objeto aquele designado como Gestor.
- 4.2.6.** Caberá ao Gestor do Contrato em conjunto com os Diretores dos Departamentos envolvidos na Solução, a emissão dos Termos de Aceite Parciais e do Termo de Aceite Final. Um Termo de Aceite Parcial será emitido após a execução de todos os serviços referente à implantação de cada módulo ou subsistema da solução CONTRATADA, incluindo instalação, configuração, migração dos dados, treinamento e capacitação dos usuários, mediante fiscalização por parte dos Diretores de Departamento de cada

área envolvida no processo. Se plenamente atendidos os requisitos de todas as etapas de implantação de um determinado Subsistema, emitir-se-á o respectivo Termo de Aceite Parcial. A partir da emissão do respectivo Termo de Aceite Parcial, passará a contar o período de garantia do mesmo, de modo que os serviços de suporte técnico e manutenção necessários deverão ser atendidos sem ônus algum para o município.

- 4.2.7.** Após a emissão do último “Termo de Aceite” referente ao último módulo ou subsistema implantado, conforme cronograma de execução, mediante perfeito funcionamento da solução CONTRATADA e a devida fiscalização realizada pela equipe acima mencionada, emitir-se-á o “Termo de Aceite Final”, atestando a entrega completa de todos os serviços do presente objeto e nos termos deste edital.
- 4.2.8.** Fica a CONTRATADA comprometida com os prazos, rigorosamente de acordo com detalhado neste termo de referência e com o ofertado na proposta, sendo verificado o cumprimento dos prazos a marca, quantidade, qualidade e a validade do oferecido.
- 4.2.9.** Reserva-se ao Município o direito de recusar aqueles em desacordo com o pedido, ou fora dos padrões de qualidade estabelecidos, podendo exigir novo fornecimento para atender ao pedido da Secretaria solicitante de maneira satisfatória, sem ônus adicional para o Município, sendo que o ato do recebimento não importará na sua aceitação.
- 4.2.10.** O objeto deverá ser executado mediante apresentação de Nota Fiscal, que deverá ser assinado pelo responsável pelo recebimento do mesmo.

#### **4.3. Plano de Treinamento**

- 4.3.1.** Um Plano de Treinamento deve ser elaborado pela contratada e submetido à aprovação do CONTRATANTE na fase de assinatura do contrato, contendo no mínimo as seguintes informações:
  - 3.1.a) Objetivos gerais e específicos de aprendizagem das ações de treinamento;
  - 3.1.b) Públicos-alvo, considerando as atividades comuns realizadas no uso dos Sistemas, de acordo com os módulos definidos neste documento;
  - 3.1.c) Comprometimento com a qualidade da capacitação;
  - 3.1.d) Descrição do conteúdo de cada ação de treinamento, conforme o perfil do público alvo;
  - 3.1.e) Cronograma do treinamento, prevendo plena capacitação do público-alvo;
  - 3.1.f) Metodologia a ser utilizada nos treinamentos.
  - 3.1.g) Carga-horária para cada treinamento.
  - 3.1.h) Critérios de avaliação do treinamento, contendo, no mínimo, a adequação da carga horária, do conteúdo adequado, do conhecimento e didática do instrutor e da qualidade do material didático.
- 4.3.2.** A CONTRATADA deverá promover a capacitação dos servidores, funcionários e agentes públicos dos diversos setores da Prefeitura e da Administração Indireta.
- 4.3.3.** Deverá ser ministrada por instrutores habilitados, fornecidos pela CONTRATADA em

instalações adequadas a serem disponibilizadas pela Administração. Ao final do treinamento, o usuário deverá estar apto para o correto uso dos recursos contidos nos módulos habilitados para o mesmo.

**4.3.4.** A CONTRATADA deverá efetuar o controle da frequência dos servidores capacitados.

**4.3.5.** Treinamento e Capacitação dos Usuários EXTERNOS

3.5.a) Além dos serviços de capacitação relacionados aos usuários internos, deverá a CONTRATADA, apresentar o planejamento e executar as atividades de capacitação dos usuários externos, como é o caso dos escritórios contábeis, contadores, cartórios e empresas estabelecidas no município e prestadoras de serviços.

3.5.b) Os treinamentos poderão ser realizados por meio de palestras, lives ou outra metodologia conveniente e compatível para a absorção das informações necessárias sobre o funcionamento e utilização das ferramentas disponibilizadas para acesso a estes usuários externos (portais, NFSE, aplicativo móvel, etc.);

3.5.c) A CONTRATADA deverá capacitar um número adequado de servidores para a formação de um "HELPDESK", que ficarão responsáveis por prestarem informações e orientações aos usuários externos sobre os serviços oferecidos via Web (autoatendimento).

#### **4.4. Qualificação Profissional**

**4.4.1.** Considerando a complexidade da troca de um sistema de gestão pública municipal e a criticidade das informações nele existentes, não é razoável permitir que o projeto seja realizado por profissional sem as competências e habilidades adequadas. Para fins de execução do objeto deste contrato, a CONTRATANTE exigirá da CONTRATADA a alocação de uma equipe técnica. Esta atuará como especialista nas suas respectivas áreas de conhecimento nas etapas de Gestão, Implantação e no Suporte e Manutenção da Solução.

**4.5.** Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características com o objeto da licitação através da apresentação de no mínimo 1 (um) atestado de desempenho anterior, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprobatório da capacidade técnica para atendimento similar ao **objeto** da presente licitação;

### **1. OS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO SERÃO OS SEGUINTES**

#### **1.1. DOS REQUISITOS TÉCNICOS OBRIGATÓRIOS**

**1.1.1.** O sistema deve rodar em ambiente web, ou seja, hospedado em nuvem devendo ser utilizado através de navegadores padrões do mercado;

**1.1.2.** Deverá ser instalado em datacenter próprio ou terceirizado, com gerência própria sobre os recursos utilizados;

- 1.2.** Possuir auditoria automática nas tabelas de todos os softwares.
- 1.3.** Registrar todas as operações de inclusão, exclusão e alterações efetuadas. Registrar a data, hora e usuário responsável pela alteração de todas as telas do sistema.
- 1.4.** Registrar log de todas as informações anteriores, podendo consultar o status anteriores as modificações para todas as telas do sistema.
- 1.5.** Para os softwares que tiverem controle sobre diversas entidades cadastradas deverá possibilitar a emissão de relatórios consolidados, minimamente para os relatórios e processos: BALANÇO PATRIMONIAL, BALANÇO FINANCEIRO, RCL, GASTOS COM PESSOAL, GERAÇÃO CONSOLIDADA DA MSC, BALANCETE DA DESPESA, BALANCETE DA RECEITA. Entende-se como consolidado não precisar agregar arquivos das demais entidades.
- 1.6.** Os relatórios apresentados deverão estar no formato gráfico, para serem impressos em impressoras laser ou à jato de tinta, possibilitando:
  - 1.6.1.** Visualização prévia dos relatórios em tela, sem necessidade de download de arquivos.
  - 1.6.2.** Maximizar o tamanho dos relatórios emitidos em tela (Zoom);
  - 1.6.3.** Os relatórios gerados pelo sistema, devem permitir a exportação para os seguintes formatos: PDF, HTML, DOC, DOCX, XLS, XLSX, ODT, ODS, TXT e CSV.
  - 1.6.4.** Permitir pesquisar informações contido no relatório emitido como palavras, valores, expressões entre outros, sem a necessidade de fazer o download.
- 1.7.** Permitir informações adicionais no cabeçalho e/ou rodapé de todos os relatórios, tais como: usuário, data/hora de emissão, comentário adicional;
- 1.8.** Os sistemas integrados deverão possuir cadastro único de banco de dados, com as seguintes características e especificações:
  - 1.8.1.** Todos os módulos devem estar disponibilizados em uma única tela, de acordo com as permissões do usuário logado. Evitando que o usuário tenha que logar mais de uma vez para acessar outro módulo;
  - 1.8.2.** Centralizar os cadastros de contas bancárias das entidades (Agência, banco e conta) devendo possuir uma única tela de cadastro para todos os módulos;
  - 1.8.3.** Possuir nível de autorização para unificar e gerenciar os usuários de todos os módulos;
  - 1.8.4.** Unificar e centralizar os cadastros de endereços e pessoas;
  - 1.8.5.** Possibilitar o cadastro unificado de leis, atos e veículos de publicação minimamente nos módulos (Contabilidade, Recurso Humanos e Tributação).
  - 1.8.6.** Possuir unificação dos cadastros das pessoas, impedindo duplicação de CNPJ/CPF.
- 1.9.** As senhas dos usuários deverão ser armazenadas de forma criptografada, através de algoritmos



próprios do sistema, de tal forma que nunca sejam mostradas em telas de consulta, manutenção de cadastro de usuários ou tela de acesso ao sistema.

- 1.10.** Os sistemas deverão permitir acessos aos módulos simultâneos por usuário
- 1.11.** Oferecer segurança contra a violação dos dados ou acessos indevidos às informações. Controlar o acesso ao sistema através de uso de hierarquia de senhas.
- 1.12.** Possuir controle de permissões de acesso de cada usuário dentro de cada módulo com as seguintes especificações:
  - 1.12.1.** As permissões concedidas ou não por usuário ou tarefa, deverão ser dinâmicas e ter efeito a partir do próximo login do usuário;
  - 1.12.2.** O sistema não deverá exigir a reconfiguração das permissões a cada exercício inaugurado;
  - 1.12.3.** Possuir cadastro de perfis de Usuários;
  - 1.12.4.** Possibilitar copiar permissão de outro usuário;
  - 1.12.5.** O controle de acesso dentro de cada módulo deverá permitir direitos de acesso (consulta, inclusão, alteração, exclusão), com atribuições de funções e privilégios por usuário e/ou perfil de usuários;
  - 1.12.6.** Nas telas de consulta de informações, permitir atribuir, por usuário, permissão exclusiva para incluir, alterar, consultar e/ou excluir dados;
  - 1.12.7.** O sistema deverá permitir controle de expiração de senhas, podendo usuário administrador definir se expira ou não a senha, bem como definir o prazo de expiração em dias ou uma data específica;
  - 1.12.8.** Prover controle de restrições de acesso às funções da aplicação através do uso de senhas, permitindo bloqueio de acesso após tentativas de acesso malsucedidas. O número de tentativas deve ser configurado pelo usuário administrador.
  - 1.12.9.** Garantir que as senhas sejam trafegadas pela rede e armazenadas de forma criptografada seja com algoritmo próprio ou hash padrão como MD5 ou SHA, de forma que nunca sejam mostradas em telas de consulta, manutenção de cadastro de usuários ou tela de acesso ao sistema.
  - 1.12.10.** Permitir para os módulos Compras e Licitações vincular o usuário em um ou vários centros de custo, atribuindo desta forma liberação/restrição de acesso aos dados, podendo ser por Centro de Custo, Unidade e Total.
  - 1.12.11.** Possibilitar para o módulo arrecadação, direitos de acessos por GUIAS (Dívida), documentos e tipos de parcelamento/reparcelamento;
  - 1.12.12.** Manter histórico de acessos por usuário e por função, registrando a data, hora e o nome do usuário;

- 1.12.13.** Deverá ser possível gerenciar os acessos (permitir/coibir) aos logs do sistema;
- 1.13.** Conter relatórios de operações realizadas pelos usuários com as seguintes informações: Usuário, Data/hora da operação, Descrição da operação.
- 1.14.** Permitir assinatura digital nos principais relatórios emitidos pelo módulo contabilidade minimamente para os relatórios dos anexos da lei 4320 e empenhos.
- 1.15.** Todas as informações deverão obedecer às exigências do Tribunal de Contas Estadual.
- 1.16.** Por se tratar de um sistema web, instalado e mantido em Data Center, as atualizações deverão ocorrer mediante as seguintes características:
- 1.16.1.** As atualizações, assim que executadas deverão surtir efeito imediato em todas as estações de trabalho da CONTRATANTE. Excetua-se aqui arquivos da camada front-end em cache no navegador, que poderão ser atualizados com regras específicas.
- 1.16.2.** Deverá permitir acesso posterior sempre que necessário pelo usuário a documentação de cada release lançada/atualizada.
- 1.17.** O sistema não deverá limitar a quantidade de usuários simultâneos por meio de restrições de tipo de licença comercializada.
- 1.18.** Garantir a integridade referencial entre as diversas tabelas dos aplicativos, através do Banco de Dados, não permitindo a exclusão de informações que tenham vínculo com outros registros ativos via sistema, nem pelo banco de dados.
- 1.19.** O sistema deverá ser construído com o conceito de atomicidade, que permite garantir a integridade das informações do banco de dados em casos de queda energia, falhas de hardware ou software.
- 1.20.** Por se tratar de um sistema único, constituído de um único banco de dados normalmente contendo divisão modular, este deverá permitir o cruzamento de informações entre os módulos.
- 1.21.** O sistema deve ser estruturado sem a redundância de tabelas em cada área de aplicação proposta, exceto quanto a replicação de informações em outros ambientes (como integrações com outras aplicações).
- 1.22.** O sistema deverá possuir cadastro ÚNICO que permita a gestão de dados unificados para no mínimo os seguintes contextos: de pessoas (físicas e jurídicas), bancos, agências, produtos, centro de custos devendo ser utilizado em todos os módulos que se utilizam destas informações.
- 1.23.** Para operacionalização dos módulos, o usuário só poderá efetuar a entrada de dados via sistema não sendo permitido o acesso direto ao Banco de Dados.
- 1.24.** As tabelas de cidade, bairro, logradouro, Estado e país, incluindo seus relacionamentos, deve ser único no mínimo para os seguintes módulos: Tributário, Contabilidade, Compras e licitações, folha de pagamento, protocolo, patrimônio e Nota Fiscal Eletrônica. Considerando desta maneira que será utilizado o mesmo código para estes módulos e entidades presentes na mesma base de dados, facilitando assim a busca do usuário.

- 1.25.** Possuir rotina de consulta de cidades, onde deve ser disponibilizada pesquisa através no mínimo das seguintes chaves de acesso: Nome da Cidade, Nome do Estado, Sigla do Estado, CEP, Código IBGE.
- 1.26.** O cadastro de pessoas deve possuir as seguintes funcionalidades:
- 1.26.1.** Permitir a definição do tipo da pessoa: física ou jurídica;
  - 1.26.2.** Permitir cadastrar no mínimo cinco endereços da pessoa, possibilitando que seja cadastrado: endereço comercial, endereço residencial e endereço para correspondência. Estes endereços devem ser vinculados ao cadastro de logradouros, evitando assim a redundância de informações.
  - 1.26.3.** Permitir cadastrar no mínimo cinco contatos com as seguintes informações: Telefone Residencial, Telefone Celular, E- mail e homepage.
  - 1.26.4.** Possibilidade de definição dos dependentes da pessoa. Estas informações de dependentes devem ser únicas, onde um dependente é cadastrado como pessoa, sendo que estas informações podem ser utilizadas na Folha de Pagamento para fins de Salário-Família e Imposto de Renda.
  - 1.26.5.** Permitir o enquadramento de uma pessoa em um ou mais órgãos de regulamentação de profissão, ex. CRC, CRM, OAB.
  - 1.26.6.** Permitir cadastrar no mínimo cinco contas bancárias da pessoa, podendo estes serem utilizados pela Folha de Pagamento para pagamentos de funcionários e/ou Pagamento de Credores na Tesouraria.
  - 1.26.7.** Permitir anexar diversos arquivos digitais que estejam relacionados a pessoa, respeitando os limites de upload impostos pela aplicação. Os arquivos digitais podem ser obtidos através de upload de arquivo da máquina local.
  - 1.26.8.** Permitir que sejam adicionados ao cadastro de pessoas campos auxiliares conforme necessidade da administração, apenas por configuração, sem que haja necessidade de customização.
  - 1.26.9.** Possuir consulta de histórico de alterações específico demonstrando todos os dados novos ou alterados de cada cadastro, incluindo o usuário que o fez, data/hora da alteração e tipo da alteração realizada. O sistema deve possuir consultas que podem disponibilizar os seguintes recursos:
  - 1.26.10.** Informar e adicionar filtros personalizáveis pelas chaves de acesso disponíveis ao cadastro, de maneira isolada ou combinada.
  - 1.26.11.** Permitir o uso de diversos operadores de consulta: Menor ou igual, Maior ou igual, Igual, Contém, Não Contém.
  - 1.26.12.** Realizar o reposicionamento, bem como o ajuste do tamanho e disposição das colunas disponíveis na consulta.

- 1.26.13.** Permitir realizar a ordenação da consulta de forma ascendente (do menor para o maior) ou descendente (do maior para o menor), utilizando uma ou várias colunas ao mesmo tempo.
- 1.26.14.** Impressão da visualização atual da consulta e a definição do formato de saída devendo ser no mínimo: PDF, DOC, DOCX, XLS, XLSX, RTF, ODT, ODS, XML e CSV.
- 1.27.** O sistema deverá disponibilizar estrutura que permita configurar campos adicionais para determinadas rotinas, com as seguintes características:
- 1.27.1.** Permitir a administração que através de configurações simples, sem necessidade de customização, personalize a adição de novos campos nas interfaces.
- 1.27.2.** Permitir criar agrupamentos de campos, para serem exibidos em conjunto em área específica nas janelas de entrada de dados já existentes no sistema, como área complementar.
- 1.28.** A estrutura multi-janelas do sistema deverá permitir que o usuário alterne entre as janelas abertas na mesma sessão. Deverá conter recurso que permita a alternância entre as janelas abertas. Deverá permitir também a ocultação (minimização) ou fechamento de janelas de forma geral.
- 1.29.** Permitir que o usuário indique as rotinas de maior importância, disponibilizando-as em barra de ferramentas para acesso rápido das mesmas de qualquer parte do sistema, considerando os privilégios disponíveis para o usuário.
- 1.30.** Em rotinas mais complexas a aplicação deve utilizar recurso de validação de entrada dados em etapas através do uso de assistentes, onde somente é possível avançar no cadastro/processo quando a etapa atual estiver completamente validada.
- 1.31.** O sistema deverá disponibilizar recurso para consistência de dados, de múltiplas áreas/módulos, constantes da base de dados, com o objetivo de coibir eventuais falhas geradas por dados inconsistentes, sejam esses gerados pela própria aplicação ao longo do tempo ou então migrados de aplicações legadas.
- 1.32.** As consistências de dados poderão ser executadas sempre que necessário seja por técnicos da CONTRATADA ou por funcionários da CONTRATANTE. A cada execução logs devem ser armazenados, permitindo verificar se determinada consistência apresentou alguma falha na última execução.
- 1.33.** O sistema deve permitir a emissão de vários relatórios ao mesmo tempo, inclusive o mesmo relatório por usuários distintos e relatórios de módulos distintos pelo mesmo usuário.
- 1.34.** O conjunto dos sistemas será permitido a utilização de apenas uma única base de dados ou banco de dados que reúna todas as tabelas, sistemas e exercícios, ou seja a centralização das informações de toda a entidade em um único recipiente lógico. Para a comprovação deste item, é necessário a demonstração do banco de dados, bem como informado o desenvolvedor do banco (exemplo: Postgres, Oracle, SqlServer). Justificativa: A imposição visa evitar retrabalho, não sendo necessário atualizar individualmente cada banco de dados quando estiver em nova

versão.

- 1.35.** Para total unicidade deverá o sistema de Portal da Transparência buscar as informações diretas no banco de dados de todo o conjunto, sem a necessidade de cargas de dados, scripts ou replicações, tornando lançamentos em tempo real para processamento e contabilização. Justificativa: Evitar repliques de informações, possibilitar dados on-line e agilidade na busca das informações. É vedado espelhamento de dados, cópia de servidores ou bancos de dados
- 1.36.** Possuir cadastro único, (cadastro, e alterações de pessoas físicas e jurídicas) sendo esta tela de cadastro acessível minimamente nos seguintes módulos: Arrecadação, Contabilidade, Compras e Licitação, Recursos Humanos e Protocolo. Sendo que a gravação deste cadastro deverá ocorrer alimentando apenas uma tabela de banco de dados ou seja o cadastro único criando ID/REDUZIDO iguais para todos os módulos. Deverá permitir a busca pelo código, cnpj/cpf e nome. Justificativa: A imposição visa evitar retrabalho (sendo desnecessário realizar novos cadastros quando se utiliza módulos diversos), propiciando maior segurança e eficiência. Entende-se como CHAVE ÚNICA a validação que evita duplicidade de CNPJ/CPF. A utilização de código único reduzido facilita a busca entre os módulos.
- 1.37.** Possuir tela única de cadastros de usuários do sistema, não sendo necessário cadastrar por sistemas/módulos Justificativa: Evitar duplicidades cadastrais. É vedado possuir mais de um lugar para cadastro de usuário.
- 1.38.** Sistemas de Contabilidade, tributação, compras, licitações e contratos e recursos humanos deverão possuir atalho ou acesso (tela) de suporte on-line com opção de interação entre usuário e técnicos (chat online). Justificativa: evitar que servidores destes setores tenham que se preocupar em ligar e ficar horas na fila de atendimento via telefone. Entende-se como CHAT ON-LINE a possibilidade de conversa em tempo real por aplicativo de mensagens diferente de chamado.
- 1.39.** Possuir tela/atalho para cadastramento de leis e atos, sendo esta tela seja disponível minimamente nos módulos de contabilidade, licitações, tributação e recursos humanos para que todos insiram informações padronizadas de atos e tenham acesso aos atos cadastrados caso queiram consultar. Justificativa: Unificação da geração da tabela do layout. Para este item o ato cadastrado em um módulo deve estar disponível para todos os módulos acima citados.
- 1.40.** O Software do Portal da Transparência deverá permitir consultas dos dados em tela, sem a necessidade de se fazer download de arquivos após as consultas. Exceto itens obrigatórios inseridos de forma manual tais como NOTAS FISCAIS NA LIQUIDAÇÃO, NOTAS DE PRESTAÇÕES DE CONTAS DE ADIANTAMENTOS, EXTRATOS DE BANCOS, DOCUMENTOS DE EDITAIS DE LICITAÇÃO, RELATÓRIOS OBRIGATÓRIOS (4320, PORTARIA 89 TCE-PR, RREO, RGF E DEMAIS EXIGIDOS POR LEIS OU MP-PR) Justificativa: Proporcionar ao cidadão maior facilidade de visualização sem a necessidade de cada consulta em tela fazer download de arquivos desnecessários.
- 1.41.** Os softwares estruturantes deverão proporcionar unicidade dos dados estando inseridos dentro

do mesmo banco de dados único. Todos os dados das entidades pertencentes ao SIAFIC deverão estar na mesma base de dados / banco de dados sendo separados nas tabelas de lançamentos por código da entidade. Justificativa: Aprimoramento para o atendimento ao Decreto Federal 10.540/2020. Para este item entende-se que deve haver no mínimo as seguintes opções:

- 1.41.1.** Todos os entes do município dentro do mesmo banco de dados;
  - 1.41.2.** Separação dos entes por ID de cada entidade;
  - 1.41.3.** Cadastro único de usuários para todas as entidades;
  - 1.41.4.** Cadastro único de pessoas para todas as entidades;
  - 1.41.5.** Nível de acesso de usuário por entidade;
- 1.42.** Para o Software do Portal da Transparência deverá armazenar os arquivos no banco de dados sem limite de tamanho de anexos. Justificativa: Evitar fracionamento de arquivos entendimento do cidadão
- 1.43.** Software Tributário deve possuir função de utilização de no mínimo duas senhas ou usuários diferentes para lançamento e autorização de cancelamentos de débitos como usuário e parecerista. Justificativa: Permitir maior segurança na utilização do software como rastreamentos dos acessos.
- 1.44.** Sistema de Compras e Licitações deve permitir as seguintes situações:
- 1.44.1.** Bloqueio de dotações automáticas após fazer a solicitação da despesa ou pré empenho;
  - 1.44.2.** Realizar a dedução do quantitativo dos itens vencidos;
  - 1.44.3.** Caso a solicitação de despesa/pré empenho seja estornada, deverá voltar o saldo orçamentário e quantitativo de forma automática sendo vedado reprocessamentos ou rotinas;
  - 1.44.4.** O empenho deverá buscar todas as informações inseridas na solicitação de despesa/pré empenho;
  - 1.44.5.** Ao anular o empenho deverá haver liberação automática no módulo compras e licitações de saldo orçamentário e quantitativo dos itens vencidos;
  - 1.44.6.** Deve automaticamente enviar periodicamente e-mail de aviso do término da vigência de contratos aos gestores. Nesta situação para um melhor controle, o sistema deve disponibilizar ao usuário, a possibilidade de personificação dos prazos de vencimento desejados para disparo dos avisos. Justificativa: Maior controle orçamentário, financeiro e de saldo de contrato sobre os processos de solicitação de despesa/pré empenho e empenho visto que tais rotinas são constantemente realizadas e o reprocessamento ou mesmo rotinas de devolução de saldos manuais oneram o

processo.

- 1.45.** O Sistema de Portal do Servidor deverá possuir rotina de cadastramento dos funcionários, onde cada servidor consiga visualizar seus dados cadastrais e possa fazer alterações, gerando uma solicitação automática ao departamento de recursos humanos com todos os campos alterados pelo funcionário, com possibilidade de aceitar ou não o cadastramento. Justificativa: Melhorar o atendimento aos funcionários públicos, e manter o cadastro atualizado.
- 1.46.** Software de gestão contábil e de receitas, ao informar o valor da receita, deve buscar, calcular e lançar automaticamente o percentual da dedução para o FUNDEB sem que haja necessidade de se lançar em dois lançamentos (a receita e a dedução). Justificativa: Facilitar os lançamentos de receitas otimizando os processos e evitando erro no cálculo das deduções.
- 1.47.** A Contabilidade deve possuir filtros de busca diretamente no cadastro do plano de contas contábeis, permitindo acesso em tela a todas as contas de todas as entidades com opção consolidada (SIAFIC) e ainda possuindo minimamente os filtros: conta, data, mês, local, período, saldos dos meses disponibilizado, saldo anterior, valor débito, valor crédito, saldo atual, razão por data e impressão em tela. Justificativa: Facilitar a pesquisa a valores sem a necessidade de retirada de relatórios.
- 1.48.** A contabilidade deve possuir tela única que permite busca de todos os empenhos, de todos os exercícios e de todas as entidades com possibilidade de busca consolidada trazendo em tela empenhos de todas as entidades (SIAFIC) buscando minimamente valor empenhado, valor liquidado, valor pago e valor retido. Deve ainda possuir minimamente os seguintes filtros: exercício, entidade, período de emissão. Justificativa: possibilidade de busca consolidada de empenhos, otimização de tarefa evitando ter que ficar alterando entidade e exercícios.
- 1.49.** Contabilidade deve possuir tela com opção de lançamentos de prestação de contas de adiantamentos lançando nota a nota confrontando o total do empenho para o credor versus o total da prestação e dentro da mesma tela opção de estorno de pagamento, estorno de liquidação, anulação de empenho do valor da diferença. Deve ainda na mesma tela opção de contabilização executando os lançamentos de baixa nas contas de controle grupos 7 e 8 do plano contábil. Ainda na mesma tela de prestação de contas com opção de adicionar arquivos para o portal da transparência. Justificativa: Propor ambiente integrado de lançamentos de prestações de contas.
- 1.50.** Sistema de Contabilidade pública deverá possuir tela unificada para a execução dos seguintes procedimentos de integração com a folha de pagamentos; Empenho, liquidação, geração das notas extras sobre as retenções, Geração das Ordens de pagamentos. Justificativa: Facilidade nos procedimentos de execução de pagamentos da folha.
- 1.51.** Para o sistema de Recursos Humanos deverá o sistema ter opção de gerenciadores de modelos de arquivos em tela única e gerenciável para a geração de SEFIP, Arquivos Bancários, dentre outros. Justificativa: Melhorar a gestão das gerações de arquivos facilitando o aprendizado por parte do servidor público.
- 1.52.** As Diárias devem ser confeccionadas pela solicitação de despesa/pré empenho possibilitando

inserir todas as informações obrigatórias das diárias, ao efetivar o empenho o sistema deverá buscar todas as informações das diárias já informadas na solicitação evitando redigitação. Ainda sobre as diárias deverá automaticamente o software dispor informações integradas ao portal da transparência, tais como nome do solicitante, número do empenho, data da saída, data do retorno, destino, quantidade de diárias, valor. Justificativa: Propor total transparência nas diárias dos servidores, pois é um dos itens mais cobrados pelo Ministério público - PR.

- 1.52.1.** Sistema de Patrimônio deverá em seu cadastro possibilitar agrupamento de itens no cadastro do bem, geração de cópias de bens similares apresentando automaticamente a numeração das chapas em acordo com a sequência de controle da entidade e a quantidade de cópias a serem geradas, possibilitar cadastro de informações adicionais na tela de cadastro de bem possibilitando que a entidade possa inserir campos específicos e informações de valia para controle patrimonial e manter o controle de empenhos de bens patrimoniais com o cadastro realizado dentro do módulo de patrimônio, entendendo desta forma que no momento do cadastros de bens, se vinculados a empenhos, deverão controlar itens tombados e itens a tomba, demonstrando em tela o saldo. Justificativa: Permitir ao usuário uma visão geral sobre itens que ainda não foram tombados.
- 1.53.** Possibilitar a utilização de premiação através de sorteios dos cupons e atribuir pontuação aos contribuintes em decorrência da quantidade de notas solicitadas junto às empresas do município. Os contribuintes podem acompanhar seus pontos através de aplicativo. Justificativa: Ampliar a arrecadação Municipal entende-se por pontuação números quantitativos atribuídos de forma pré-determinada pela entidade para quantidade de notas solicitadas. Este sorteio refere-se especificamente ao contribuinte final e não aos prestadores de serviços.
- 1.54.** Dispor de ferramenta no Portal da Transparência que transmite visualmente em tela e tempo real ao cidadão a inadimplência por bairros do IPTU e Impostos relacionados, demonstrando o valor lançado, valor pago, isenção, valor a arrecadar e a quantidade de cadastros, com possibilidade de pesquisa minimamente por bairro. Justificativa: Ampliar a transparência em relação aos valores a receber do município relacionados às receitas municipais.
- 1.55.** Possuir controle de obras (Alvará de Construção/Demolição/Ampliação/Reforma e Habite-se) dos contribuintes municipais, com integração via webservice com a receita federal. Justificativa: Controle das obras municipais permitindo integração automática com a receita federal.
- 1.56.** Dispor no sistema de Compras e Licitações funcionalidade que possibilite a geração de arquivos para exportação no Banco de Preços da Saúde (BPS), permitindo que o usuário escolha a licitação em que será gerado o arquivo conforme layout padrão.
- 1.57.** O portal da transparência deverá permitir as seguintes funções: Criação de Menus e Submenus possibilitando inserir ícones, Alteração de cores, Vinculação de links externos e inserção do plano de fundo.
- 1.58.** Deverá o portal da transparência ser responsivo. Justificativa: Facilitar ao cidadão o acesso e visualização em dispositivos moveis.



- 1.59. Permitir no portal da transparência que o texto seja traduzido em libras, possibilitando que o usuário possa escolher a região que será traduzido.
- 1.60. O software deve estar completo durante a apresentação, não sendo possível criar campos adicionais.
- 1.61. Para a geração do SIOPE, SIOPE, SICONFI etc, o sistema deverá vir parametrizado de fábrica, sendo vedados a utilização de tags (pelos usuários ou técnicos) ou quaisquer outros artifícios para a configuração, sendo ela estar vinculada aos fontes do software.

**1.61.1.**

**1.61.2. FERRAMENTA DE SUPORTE TÉCNICO**

- 1.61.3. Permitir a abertura de chamados;
- 1.61.4. Permitir a interação dos clientes através do aplicativo Messenger do facebook, o qual crie um chat na ferramenta de atendimento em tempo real.
- 1.61.5. Possuir ferramenta omnichannel para atendimento (uma única ferramenta que integre todos os canais de comunicação para abertura de chamados).
- 1.61.6. Permitir visualização da tramitação dos chamados e interação entre usuário e cliente em tempo real.
- 1.61.7. Disparar e-mail ao usuário relatando a tramitação do chamado a cada movimentação, permitindo ao usuário no momento da criação do chamado, a possibilidade de inserir endereços de email para recebimento das tramitações sem a necessidade de realizar um cadastro de usuário. **Justificativa:** Possibilidade de vincular superior para acompanhamento das solicitações.
- 1.61.8. Possuir ferramenta de *CHAT ONLINE* o qual possibilita interação em tempo real entre usuário e suporte com funcionalidade semelhante a aplicativos de mensagens (*whatsapp*) contendo opções de anexar arquivos e links e todo o trâmite seja enviado no e-mail do usuário ao final como segurança e histórico.
- 1.61.9. Ao criar o chamado pelo usuário de acordo com a ação solicitada será atribuído o tempo de execução de forma automática sem intervenção do suporte onde o usuário poderá verificar em tempo real o tempo gasto para o trâmite e o período limite para conclusão. **Justificativa** - Busca-se com os itens acima possibilitar que o suporte a nossos servidores possam ser acompanhados e fiscalizados podendo através disso orientar sobre melhorias tanto de software como treinamentos diversos.
- 1.61.10. Possuir recurso de artigos, em que permita que o usuário tenha acesso a manuais e orientações criados pela gestora do sistema, a fim de possibilitar que o usuário possa buscar informações que agilizem o processo de atendimento podendo solucionar a sua dúvida sem a necessidade de solicitar o atendimento.
- 1.61.11. Possuir recurso de “cliente administrador”, o qual determinado usuário do cliente consiga acompanhar e interagir em todos os tickets abertos pelos usuários da prefeitura. **Justificativa** - Possibilitar ao gestor do contrato a visualização de todas as demandas de seu município a qualquer momento.
- 1.61.12. Possuir função de notificação em que alerte o usuário sempre que houver a ação em

seu ticket por parte da empresa gestor

## **2. DOS REQUISITOS FUNCIONAIS POR MÓDULO**

### **2.1. Sistema de Gestão de Contabilidade Pública Orçamentária e Financeira;**

- 2.1.1.** Permitir o cadastro de feriados para impedir que sejam efetuados lançamentos nessas datas.
- 2.1.2.** Possuir cadastro único de entidades, possibilitando vinculação dos seguintes dados: CNPJ, endereço, telefone, tipo, código de controle do Tribunal de Contas do Estado (TCE), entidade principal, poder órgão para Matriz de Saldos Contábeis (MSC), código do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (SICONF) e com possibilidade de informar o brasão para impressão em relatórios.
- 2.1.3.** Possuir cadastro único de exercício, possibilitando vinculação dos seguintes dados: Entidade, Modelo do Plano de Contas vigente para o estado, Modelo da Receita, Modelo da Despesa, Conta Caixa, Percentual Limite de Créditos Adicionais, Percentual para Gastos com Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS) caso a Lei Orgânica do Município possua índice próprio, Porte do município (inferior ou superior a 50 mil habitantes), opção de consolidação de relatórios com as demais entidades cadastradas, controle do fechamento das competências transmitidas ao Tribunal de Contas do Estado (TCE) e aplicação do percentual da correção orçamentária.
- 2.1.4.** Permitir o cadastro de históricos padrões com possibilidade de complemento quando necessário, para possível utilização em lançamentos no sistema.
- 2.1.5.** Permitir o cadastro de origens de recursos.
- 2.1.6.** O sistema deverá conter um pré cadastro com todos os bancos e códigos listados no FEBRABAN, permitindo efetuar novos cadastros.
- 2.1.7.** O sistema deverá permitir cadastro de grupos de despesa, para que seja vinculado ao cadastro de itens, caso a entidade não tenha integração com sistemas de compras/licitações.
- 2.1.8.** O sistema deverá permitir cadastro de itens caso a entidade não tenha integração com sistemas de compras/licitações, o cadastro deve conter grupo de despesa, descrição e unidade de medida.
- 2.1.9.** Disponibilizar um cadastro de pessoas, onde será possível vincular as seguintes funções: Descrição (nome pessoa/entidade/empresa), nome fantasia, tipo empresa, conta subvenção/auxílio, microempresa sim/não, situação (habilitado/inabilitado), data cadastro, responsável liquidação, documentação pessoa física, documentação pessoa jurídica, informações para contato, contas bancárias da pessoa física ou jurídica, cadastro de certidões negativas, histórico de alteração da Razão Social e indicação de restrição judicial.
- 2.1.10.** Permitir o cadastro de procuradores para utilização no cadastro de Dívidas
- 2.1.11.** Possuir o cadastro de cargo com vinculação do ocupante e sua Unidade Orçamentária, possibilitando indicar a autorização para lotes de remessa bancária, bem como o controle de vigência para assinatura de relatórios.

- 2.1.12.** Permitir o cadastro do Tribunal para utilização no cadastro de Dívidas
- 2.1.13.** Permitir o cadastro de tipo de Passivo Atuarial com indicação do tipo de benefício: Contribuição Definida ou Benefício Definido.
- 2.1.14.** Dispor de cadastro dos Tipos de Despesas para controle por tipo relacionado ao elemento de despesa, permitindo a emissão de relatórios das despesas por tipo.
- 2.1.15.** Possuir cadastro das Fontes de Recursos, possibilitando a vinculação de Convênios, Fonte Padrão do TCE, Tipo de Recursos, Grupos de Fontes, Origem, Aplicação de Recurso, Desdobramento e Detalhamento em conformidade com o Tribunal de Contas do Estado (TCE).
- 2.1.16.** Dispor de opções para controle de data de cadastro, Tipo de Recursos, Recurso Extra orçamentário, validação de fontes sem o vínculo da fonte padrão TCE, atualizar automaticamente os empenhos que utilizam fontes com vínculo de convênios e controle de fontes ativas ou inativas.
- 2.1.17.** Possibilitar a informação de retenções nas fases:
  - 1.17.a) Empenho;
  - 1.17.b) Liquidação;
  - 1.17.c) Ordem de Pagamento;
- 2.1.18.** Possibilitar a contabilização de retenções nas fases:
  - 1.18.a) Liquidação;
  - 1.18.b) Pagamento.
- 2.1.19.** Permitir a configuração de formulários de impressão de Decretos de acordo com os modelos da entidade.
- 2.1.20.** Permitir a configuração de e-mail para envio de relatórios.
- 2.1.21.** Possuir o controle de tipo de certidão com configuração para ignorar, emitir mensagem de aviso ou bloquear as seguintes fases de execução da despesa, quando vencido:
  - 1.21.a) Empenho;
  - 1.21.b) Liquidação;
  - 1.21.c) Ordem de Pagamento;
  - 1.21.d) Pagamento.
- 2.1.22.** Permitir o cadastro de acordos possibilitando o vínculo com o fornecedor, o período e a informação de observação.
- 2.1.23.** Possibilitar o cadastro de Unidade Judiciária no cadastro de Dívidas
- 2.1.24.** O sistema deverá disponibilizar vinculação do cadastro de usuários junto ao cadastro de unidades orçamentárias, a fim de utilização nas assinaturas eletrônicas.
- 2.1.25.** Permitir cadastro de órgão oficial de publicação com os dados: fornecedor, data início, data envio, tipo órgão, entidade licitação, modalidade licitação, número licitação/ano, data baixa e motivo baixa.
- 2.1.26.** Possibilitar o cadastro de Responsável por Módulos obedecendo os padrões para geração da remessa junto ao Tribunal de Contas do Estado (TCE).

- 2.1.27.** Dispor de cadastro dos Tipos de Documento Fiscal a fim de utilização e vinculação nas liquidações dos empenhos.
- 2.1.28.** Possibilitar o cadastro dos Secretários, vinculando-os aos órgãos, Lei/Ato, data início, data de envio do cadastro junto ao Tribunal de Contas do Estado (TCE), data baixa, data envio da baixa, lei/ato da baixa e motivo da baixa obedecendo os padrões de geração da remessa ao Tribunal De Contas do Estado (TCE).
- 2.1.29.** Possuir cadastro de Ordenador de Despesas vinculados aos órgão/unidades, com finalidade de vinculação aos empenhos.
- 2.1.30.** Possuir cadastro de centro de custos para utilização, caso a entidade não tenha vinculação com sistema de almoxarifado, a fim de se controlar os setores/departamentos por onde tramitam os materiais.
- 2.1.31.** Conter cadastro do Plano de Contas Contábil do Tribunal de Contas do Estado (TCE) com os atributos definidos pelo PCASP - Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, dispondo no mínimo das características: Descrição, Conta, Data Atualização, Data Desativação, Indicador do Superávit TCE, Indicador do Superávit Financeiro, Natureza da Informação, Controle Conta, Saldo Inicial, Tipo Conta TCE, Conta Corrente, Tipo de Movimento (SIM ou NÃO), Natureza da Conta, possibilidade de desdobramento conforme necessidades no exercício de trabalho do ente, Demonstrando a descrição, Saldo Anterior, Débito e Crédito (por período selecionado e o total do exercício) e o saldo, permitindo assim a consulta na tela de cadastro, permitir consulta do razão contábil a partir da listagem do cadastro do plano de contas, onde deverá ser identificado cada movimento contábil realizado para a conta no período e realizar a demonstração dos contas correntes que compõe cada um das contas contábeis do exercício com possibilidade de geração do razão das contas corrente, onde deverá ser identificado cada um dos movimentos contábeis envolvendo o conta corrente, possibilitando a impressão de relatório Livro Razão Corrente.
- 2.1.32.** O sistema deverá possuir a funcionalidade de importação das Despesas da aprovadas na Lei Orçamentária Anual (LOA) de forma automatizada bem como dispor de controle das despesas orçamentárias, possibilitando ao usuário cadastrar Despesas não prevista na Lei Orçamentária Anual (LOA). Esse controle deverá ser anual, mensal e diário, indicando os valores das despesas: Orçada, Valor Correção, Suplementada, Reduzida, Empenhada, Anulada, Liquidada, Est. Liquidação, Retenção, Pagamentos, Est. Pagamentos, A Liquidar, A Pagar, Reservada e A Empenhar. Possibilitar também controle da natureza da despesa, prevista no orçamento ou não, admite movimento o não, área de atuação, mês criação, visualização dos valores das cotas financeiras, possibilidade de vinculação: Educação, Saúde, Previdência, Pessoal, Salário Educação, Operação de Crédito, Tipo de Dívida, Outros Convênios, exibir e emitir os valores em gráficos, exibir quadro com todos os meses demonstrando toda a movimentação da despesa mês a mês com função de impressão, dispor de ferramenta para pesquisa com as seguintes funções: Reduzido, Programática, Fonte, Descrição, Órgão, Unidade, Função, Subfunção, Programa, Projeto/Atividade, Natureza, Elemento, impressão do resultado da pesquisa em PDF, XLS ou direto para a impressora.
- 2.1.33.** Dispor de funcionalidade de importação das Receitas da aprovadas na Lei Orçamentária Anual (LOA) de forma automatizada bem como dispor de controle das receitas orçamentárias, possibilitando ao usuário cadastrar Receitas não previstas na Lei Orçamentária Anual (LOA). Esse controle deverá ser anual, mensal e diário,

indicando os valores das receitas: valor orçado, valor correção, valores arrecadados, devolução e diferença entre arrecadado e orçado. O cadastro das receitas deverá seguir o organograma da entidade, mas, respeitando o plano de contas da receita da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), poderá conter também fonte de recurso e seus rateios, tipo de operação, esfera, tipos de permissão dedução, tipo Segregação massa, contribuinte, RPPS, COVID-19. Possui ferramentas para pesquisa por: Reduzido, Receita, Descrição, Fonte de Recurso, agrupamento do resultado da pesquisa por Receita, Fonte, Tipo Operação, Descrição, Valor. Orçado, Valor. Realizado, impressão do resultado da pesquisa em PDF, XLS ou direto para a impressora. Possibilidade de demonstração dos valores orçados, valores realizados ou todas as receitas em formato de gráfico e validar se as receitas cadastradas estão de acordo com as receitas do plano da Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

- 2.1.34.** Dispor de cadastro de retenções para vinculações futuras nas liquidações ou pagamentos objetivando armazenar recursos extra orçamentários que incidirão na execução das arrecadações e pagamentos extras. Esse cadastro de retenção se fará com definição da conta contábil vinculada a um cadastro de credor/fornecedor, fonte de recurso e Tipo Extra bem como para Declaração de Imposto de Renda Retido na Fonte (DIRF), deve permitir configuração dos códigos da Receita Federal para fins de geração automática do arquivo da DIRF.
- 2.1.35.** Possuir configuração para integração patrimonial, em tempo real, identificando o momento da contabilização, empenho, liquidação e as contas contábeis para respectiva incorporação do patrimônio, quando este utilizar execução de despesa.
- 2.1.36.** Possuir um mecanismo para agrupar as contas bancárias quando possuírem mais de um recurso na mesma conta. Dessa forma, o operador poderá ter vários cadastros para a mesma conta com fontes distintas e mesmo ID BACEN. Após o agrupamento, poderá ser feita a conciliação bancária por grupo, sem a necessidade de conciliar contas individualizadas.
- 2.1.37.** Dispor de funcionalidade de importação das Receitas da aprovadas na Lei Orçamentária Anual (LOA) de forma automatizada bem como dispor de controle das receitas orçamentárias, possibilitando ao usuário cadastrar Receitas não previstas na Lei Orçamentária Anual (LOA). Esse controle deverá ser anual, mensal e diário, indicando os valores das receitas: valor orçado, valor correção, valores arrecadados, devolução e diferença entre arrecadado e orçado. O cadastro das receitas deverá seguir o organograma da entidade, mas, respeitando o plano de contas da receita da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), poderá conter também fonte de recurso e seus rateios, tipo de operação, esfera, tipos de permissão dedução, tipo segregação massa, contribuinte, RPPS, COVID-19. Possui ferramenta para pesquisa por: Reduzido, Receita, Descrição, Fonte de Recurso, agrupamento do resultado da pesquisa por Receita, Fonte, Tipo Operação, Descrição, valor. Orçado, valor. Realizado, impressão do resultado da pesquisa em PDF, XLS ou direto para a impressora. Possibilidade de demonstração dos valores orçados, valores realizados ou todas as receitas em formato de gráfico, validar se as receitas cadastradas estão de acordo com as receitas do plano da Secretaria do Tesouro Nacional (STN).
- 2.1.38.** Possuir opção para efetuar cadastro extra orçamentários com vinculação da conta contábil, fornecedor/credor, fonte de recurso e contas bancária para que se utilize o processo de geração de notas extras a partir de liquidação com retenções. Esse cadastro terá como finalidade utilização em confecção de notas extras automáticas ou manuais.

- 2.1.39.** Permitir o controle da dívida fundada e precatórios, com possibilidade: Vinculação das contas contábeis, Visualização de toda movimentação relacionada ao cadastro da dívida e seus lançamentos contábeis, acesso aos lançamentos de contrapartida e lançamentos de ocorrências. Possibilitar ao usuário visualizar e pesquisar o cadastro de Dívidas. A pesquisa pode ser realizada pelo: número da dívida, Descrição do credor, Especificação. Na listagem as informações visíveis ao usuário são: Sequência, Número da dívida, Ano, Descrição, Código Credor, Especificação, Conta Longo Prazo, Contra Curto Prazo, Conta Juros, Receita e Número de Contrato.
- 2.1.40.** Possibilitar a consulta dos saldos de Superávit Financeiro, sem a necessidade de rotinas auxiliares, podendo selecionar por período, Tipo de Agrupamento, permitindo detalhar e selecionar por tipo de origem os lançamentos.
- 2.1.41.** Dispor de cadastro de Saldo Anterior de Contrapartida, uma vez que o convênio esteja vinculado a fonte de recurso, será informado a fonte origem, fonte destino, tipo de execução, tipo contrapartida e valor, atendendo os requisitos mínimos para geração de remessa junto ao Tribunal de Contas do Estado (TCE).
- 2.1.42.** Dispor de ferramenta para configuração de integração de contratos com a finalidade de contabilizar automaticamente os atos potenciais passivos.
- 2.1.43.** Possuir tela para consulta dos saldos das fontes TCE identificando a periodicidade, fonte específica ou todas, disponibilizando o código da fonte, descrição, saldo anterior, empenhado grupo 3, RAP cancelados, saldo grupo 3, receita, empenhado grupo 1, interferência financeira, saldo grupo 1 e valor suplementado.
- 2.1.44.** Possibilitar a consulta dos saldos de Superávit Financeiro, sem a necessidade de rotinas auxiliares, podendo selecionar por período, Tipo de Agrupamento, permitindo detalhar e selecionar por tipo de origem os lançamentos.
- 2.1.45.** O Sistema deverá possuir eventos para automatização dos lançamentos contábeis atendendo às exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal e da Lei 4.320/64 e portarias.
- 2.1.46.** Possui criação de eventos personalizados pela entidade de forma a facilitar a realização de lançamentos contábeis. No cadastro do evento, o usuário poderá personalizar o registro de um ou mais registros a débito e a crédito, e possibilitar informar conta analítica ou sintética. Quando for informada conta sintética, o sistema deve exigir a conta analítica na realização do lançamento.
- 2.1.47.** Dispor de tela para vinculação de eventos do sistema aos operadores dos sistemas. Essa funcionalidade identificar quais eventos cada operadores terá acesso a usabilidade dos sistemas.
- 2.1.48.** Disponibilizar geração automática dos empenhos através de uma requisição de despesa ou nota de autorização de despesa com opção para selecionar as notas que se deseja empenhar, o processo poderá ser feito nota por nota ou empenhar por lote, assim o operador poderá fazer a quantidade de empenhos que desejar de uma vez só. O processo deverá manter o controle de forma automática das ordens cronológicas dos empenhos, saldo da dotação permitindo empenhar dentro do limite previsto/atualizado, permitir visualização do saldo da dotação atualizado até a data de emissão do empenho e também até a data atual, não permitindo em nenhuma das duas situações que o valor do empenho seja superior ao saldo da dotação, permitir utilização de histórico padronizado e históricos com texto livre,

possibilitar informar os tipos estimativo, global, ordinário, estimativo (COVID-19), global (COVID-19) e ordinário (COVID-19), possuir vínculo com licitações, contratos, convênios, dívidas, obras, subvenções. Possibilidade de informar: tipo da despesa, tipo de emissão, tipo de segregação, massa, reembolso, contrapartida, judicial de competência anterior, rateio adiantamento, previamente reconhecido, custeio recurso específico, convocação extraordinária, execução antecipada de convênio, covid-19, metas PPA e data de vencimento. Disponibilizar controle de certidão negativa no momento do empenho assim como inserção de previsão de retenções.

**2.1.49.** Permitir que o empenho seja tramitado e assinado eletronicamente com, no mínimo, as seguintes funcionalidades:

- 1.49.a) Possibilitar a parametrização do fluxo de aprovação de acordo com as necessidades da entidade;
- 1.49.b) Possibilitar a parametrização de valores mínimo e máximo para cada fluxo de aprovação definido;
- 1.49.c) Definir o acesso do fluxo de aprovação por usuário;
- 1.49.d) Possibilitar a configuração das assinaturas que serão exibidas na impressão da nota de empenho por fluxo de aprovação;
- 1.49.e) Exigir a informação de observação para ações de aprovar e desaprovar por fluxo de aprovação;

**2.1.50.** Possuir, em uma única tela, consulta para demonstração dos empenhos pendentes de aprovação, dos empenhos que tiveram as notas de empenhos impressas e dos que foram desaprovados; demonstrar as ações por usuário e possibilitar opções de filtro e agrupamento, bem como pesquisa por:

- 1.50.a) Número do empenho;
- 1.50.b) Código do credor;
- 1.50.c) Nome do credor; e
- 1.50.d) Nome fantasia do credor.

**2.1.51.** Restringir a visualização de empenhos de acordo com permissões de acesso às unidades orçamentárias dos usuários;

**2.1.52.** Bloquear a edição de empenhos que foram aprovados por qualquer nível do fluxo de aprovação;

**2.1.53.** Retornar ao fluxo de aprovação inicial os empenhos desaprovados;

**2.1.54.** Gerar automaticamente o bloqueio do saldo da dotação por meio de reserva, impossibilitando que o valor do empenho seja utilizado até que o fluxo de aprovação seja concluído;

**2.1.55.** Bloquear a contabilização do empenho enquanto não percorrer por todo o fluxo de aprovação definido."

**2.1.56.** Demonstrar no empenho as tramitações de assinaturas eletrônicas efetuadas e exibir para cada etapa do fluxo, informações de:

- 1.56.a) Data e hora;
- 1.56.b) Usuário;
- 1.56.c) Situação de origem;
- 1.56.d) Situação de destino;

- 1.56.e) Observação;
- 1.56.f) IP do computador;
- 1.56.g) Nome do computador.

**2.1.57.** Demonstrar na impressão da nota de empenho as assinaturas eletrônicas de cada usuário conforme o fluxo de aprovação definido, eliminando a necessidade de assinatura física.

**2.1.58.** Possibilitar a consulta de empenhos desaprovados com opção de filtros por:

- 1.58.a) Data;
- 1.58.b) Situação;
- 1.58.c) Usuário;
- 1.58.d) Unidade Orçamentária;
- 1.58.e) Credor;
- 1.58.f) Empenho.

**2.1.59.** Permitir que a anulação de empenho seja tramitada e assinada eletronicamente com, no mínimo, as seguintes funcionalidades:

- 1.59.a) Possibilitar a parametrização do fluxo de aprovação de acordo com as necessidades da entidade;
- 1.59.b) Possibilitar a parametrização de valores mínimo e máximo para cada fluxo de aprovação definido;
- 1.59.c) Definir o acesso do fluxo de aprovação por usuário;
- 1.59.d) Possibilitar a configuração das assinaturas que serão exibidas na impressão da nota de anulação de empenho por fluxo de aprovação.

**2.1.60.** Exigir a informação de observação para ações de aprovar e desaprovar por fluxo de aprovação;

**2.1.61.** Possuir, em uma única tela, consulta para demonstração das anulações de empenhos pendentes de aprovação, das que tiveram as notas de anulações de empenhos impressas e das que foram desaprovadas; demonstrar as ações por usuário e possibilitar opções de filtro e agrupamento, bem como pesquisa por:

- 1.61.a) Número do empenho;
- 1.61.b) Código do credor;
- 1.61.c) Nome do credor; e
- 1.61.d) Nome fantasia do credor.

**2.1.62.** Restringir a visualização de anulações de empenhos de acordo com permissões de acesso às unidades orçamentárias dos usuários;

**2.1.63.** Bloquear a edição de anulações de empenhos que foram aprovadas por qualquer nível do fluxo de aprovação;

**2.1.64.** Retornar ao fluxo de aprovação inicial as anulações de empenhos desaprovadas;

**2.1.65.** Bloquear a contabilização da anulação de empenho enquanto não percorrer por todo o fluxo de aprovação definido.

**2.1.66.** Demonstrar na anulação de empenho as tramitações de assinaturas eletrônicas efetuadas e exibir para cada etapa do fluxo, informações de:



- 1.66.a) Data e hora;
- 1.66.b) Usuário;
- 1.66.c) Situação de origem;
- 1.66.d) Situação de destino;
- 1.66.e) Observação;
- 1.66.f) IP do computador;
- 1.66.g) Nome do computador.

**2.1.67.** Demonstrar na impressão da nota de anulação de empenho as assinaturas eletrônicas de cada usuário conforme o fluxo de aprovação definido, eliminando a necessidade de assinatura física.

**2.1.68.** Possuir o controle “Crédito Empenhado em Liquidação” com a automatização do reconhecimento das obrigações antes e entre as fases da execução orçamentária.

**2.1.69.** Permitir que a etapa de “em liquidação” seja registrada no momento da entrada do estoque no módulo de Almoxarifado.

**2.1.70.** Permitir a geração da liquidação a partir de diversos registros de “em liquidação” em lote com, no mínimo, as seguintes funcionalidades:

**1.70.a.a)** Possibilitar a consulta da situação para visualizar os registros liquidados;

**1.70.a.b)** Permitir imprimir a nota de liquidação diretamente da rotina; e

**1.70.a.c)** Possibilitar a realização de filtros e agrupamentos.

**2.1.71.** Possuir funcionalidade para estorno do processo em liquidação informando apenas o número do processo, data para estorno e histórico.

**2.1.72.** Permitir que o processo de liquidação efetue automaticamente os lançamentos contábeis parametrizados em eventos do sistema, na emissão da liquidação bem como a incorporação patrimonial. Informar um ou vários documentos fiscais na liquidação da despesa, com a possibilidade de anexar arquivos e validação de duplicidade de documento fiscal para o mesmo fornecedor, efetuar a liquidação da despesa sobre todos os tipos de empenhos (Ordinário, Global e Estimativo, Estimativo COVID-19, Global COVID-19 e Ordinário COVID-19 emitidos pelo sistema, possibilitar a apropriação das retenções orçamentárias e extra orçamentárias. Possuir controle de certidão negativa no momento da confecção da liquidação, dispor de funcionalidade consumo imediato para lançamento automático de baixa do almoxarifado, dispor de data de vencimento para que o operador possa ter controle de listagem das liquidações que estão com documentos à vencer, possuir opção para demonstrar de forma rápida os lançamentos contábeis disparados no momento da liquidação e possuir impressão do processo.

**2.1.73.** Permitir que a liquidação seja tramitada e assinada eletronicamente com, no mínimo, as seguintes funcionalidades:

- 1.73.a) Possibilitar a parametrização do fluxo de aprovação de acordo com as necessidades da entidade;
- 1.73.b) Possibilitar a parametrização de valores mínimo e máximo para cada fluxo de aprovação definido;
- 1.73.c) Definir o acesso do fluxo de aprovação por usuário;
- 1.73.d) Possibilitar a configuração das assinaturas que serão exibidas na impressão da nota de liquidação por fluxo de aprovação;
- 1.73.e) Exigir a informação de observação para ações de aprovar e desaprovar por

fluxo de aprovação;

- 2.1.74.** Possuir, em uma única tela, consulta para demonstração das liquidações pendentes de aprovação, das que tiveram as notas liquidação impressas e das que foram desaprovadas; demonstrar as ações por usuário e possibilitar opções de filtro e agrupamento, bem como pesquisa por:
- 1.74.a) Número do empenho;
  - 1.74.b) Código do credor;
  - 1.74.c) Nome do credor; e
  - 1.74.d) Nome fantasia do credor.
- 2.1.75.** Restringir a visualização de liquidações de acordo com permissões de acesso às unidades orçamentárias dos usuários;
- 2.1.76.** Bloquear a edição de liquidações que foram aprovadas por qualquer nível do fluxo de aprovação;
- 2.1.77.** Retornar ao fluxo de aprovação inicial as liquidações desaprovadas;
- 2.1.78.** Bloquear a contabilização da liquidação enquanto não percorrer por todo o fluxo de aprovação definido.
- 2.1.79.** Demonstrar na liquidação as tramitações de assinaturas eletrônicas efetuadas e exibir para cada etapa do fluxo, informações de:
- 1.79.a) Data e hora;
  - 1.79.b) Usuário;
  - 1.79.c) Situação de origem;
  - 1.79.d) Situação de destino;
  - 1.79.e) Observação;
  - 1.79.f) IP do computador;
  - 1.79.g) Nome do computador.
- 2.1.80.** Demonstrar na impressão da nota de liquidação as assinaturas eletrônicas de cada usuário conforme o fluxo de aprovação definido, eliminando a necessidade de assinatura física.
- 2.1.81.** Possibilitar a consulta de liquidações desaprovadas com opção de filtros por:
- 1.81.a) Data;
  - 1.81.b) Situação;
  - 1.81.c) Usuário;
  - 1.81.d) Unidade Orçamentária;
  - 1.81.e) Credor;
  - 1.81.f) Empenho.
- 2.1.82.** Permitir gerar a ordem de pagamento ao finalizar a liquidação, com informações do tipo de documento, dados do processo licitatório, datas da ordem e de vencimento e informações bancárias do credor e para pagamento.
- 2.1.83.** Possibilitar a digitação do código de barras para pagamento de boletos via remessa bancária."
- 2.1.84.** Permitir a realização das anulações de Liquidações, possibilitando a correção dos

documentos fiscais anexados ou ajuste de valores em acordo com as notas recebidas pela entidade.

- 2.1.85.** Possuir tela para controle das retenções informadas em liquidações já processadas. Possibilitar estornar a contabilização das retenções com propósito para alteração/inserção de contas ou valores informados em determinadas liquidações.
- 2.1.86.** Deverá dispor de pesquisas e emissão manuais das ordens de pagamentos com controle sequencial da numeração da Ordem de Pagamento, informando no mínimo: tipo de documento, dados do processo licitatório, datas da ordem e de vencimento, informações bancárias do credor, retenções, vínculo com empenho e liquidação.
- 2.1.87.** Possuir tela específica para consulta de pagamentos, contendo as seguintes situações: busca por número de pagamentos gerados ao TCE, número de pagamentos utilizados no sistema, buscar por número de empenhos, utilização de filtros específicos como: órgão, unidade, função, subfunção, programa, projeto atividade, natureza da despesa, fonte de recurso, data do pagamento, número credor, tipo de documento, número documento e banco pagamento. Dispor de funcionalidade para alteração do banco favorecido.
- 2.1.88.** Possuir funcionalidade de pesquisa dos empenhos buscando por: número do empenho, código credor, nome credor, nome fantasia, data emissão empenho, número processo, código reduzido despesa, programática, fonte recurso, órgão, unidade, função subfunção, programa, projeto/atividade, natureza despesa, modalidade licitação, desdobramento, id-bem/obrigação, elemento despesa, tipo, valor, id contrato, id convênio, CNPJ/CPF, subfunção, número bem patrimonial, número licitação, número doc. fiscal, histórico e por tipo COVID-19. Os dados pesquisados poderão ser do exercício atual, todos exercícios ou especificar um exercício desejado. Dispor de possibilidade de agrupamentos pré-definidos como: empenhos processados, a processar, contabilizado, não contabilizado ou somente a pagar. Possibilidade de criar filtros avançados com a finalidade de manipular os agrupamentos conforme necessidade da entidade montando sua própria pesquisa para possível análise ou impressão. As informações dispostas nas pesquisas em tela, serão composta com no mínimo: número empenho, data empenho, valor empenho, valor anulado, valor cancelamento, valor liquidação, valor retenções, valor pagamento, valor a processar, valor, processado, fornecedor, nome fornecedor, dotação dos empenhos, históricos, número processo, número/id/ano contrato, número/ano convênio, id-bem/obrigação, tipo licitação, número/ano licitação, data licitação, ficha empenho, detalhe da posição atual do empenho, anulação, cancelamento de restos, liquidações, estornos de liquidações, ordens de pagamentos, pagamentos, estorno de pagamentos, retenções, previsão de pagamentos e itens do empenho. Dispor de função para exportar os resultados para XLS, PDF ou emitir direto para a impressora.
- 2.1.89.** Possuir funcionalidade para controle de data de entrega dos objetos dos empenhos, controlando a data e recebedor com disponibilidade de pesquisas e emissão desse recebimento.
- 2.1.90.** Dispor de função para realização do cadastro dos artigos de exclusões do percentual de alteração por meio da rotina de Créditos Adicionais, podendo os operadores do sistema personalizar o percentual, tipo de base de cálculo, tipo de exclusão, apontando a lei, artigo e tipo crédito para vinculação das suplementações.

- 2.1.91.** Possibilitar a criação de projeto de lei a partir de um rascunho de crédito adicional, a fim de permitir encaminhamento ao órgão legislador para posterior aprovação do decreto de alteração orçamentária.
- 2.1.92.** Possuir cadastro de decretos, resoluções, portarias, editais e outros, a fim de utilização nos processos de créditos adicionais.
- 2.1.93.** Permitir os lançamentos dos créditos adicionais com possibilidade de definição do tipo da alteração orçamentária (Suplementar, Especial, Remanejamento, Transposição, Transferência e Extraordinária), informação do tipo de recurso de origem (Excesso de Arrecadação, Superávit Financeiro, Operações de Crédito, Dotação Transferida, Recursos sem Correspondência de Despesa e consumo da Reserva de Contingência).
- 2.1.94.** Permitir o gerenciamento de Solicitações de Crédito Adicional (SCA) com, no mínimo, as seguintes funcionalidades:
  - 1.94.a) Possibilitar a parametrização do fluxo de aprovação de acordo com as necessidades da entidade;
  - 1.94.b) Definir o acesso do fluxo de aprovação por usuário;
  - 1.94.c) Restringir a edição de SCA de acordo com permissões de acesso às unidades orçamentárias dos usuários;
  - 1.94.d) Possibilitar o bloqueio do saldo da dotação por meio de reserva, impossibilitando que o valor seja utilizado até que o fluxo de aprovação seja concluído;
  - 1.94.e) Exibir o histórico de movimentações contendo data, usuário, situação e observação.
- 2.1.95.** Possibilitar a geração de lotes de SCA para agrupar diversas solicitações por tipo de crédito e recurso;
- 2.1.96.** Permitir a desaprovação de SCA com indicação de observação obrigatória;
  - 1.96.a) Possibilitar a exclusão de lotes de SCA desde que não utilizados em créditos adicionais.
- 2.1.97.** Permitir que o crédito adicional seja gerado através da importação do lote de SCA.
- 2.1.98.** Possuir cadastro de reserva de dotações, atendendo a Lei de Responsabilidade Fiscal, permitindo o bloqueio de saldos a serem utilizados em demais funções, como empenho da despesa, solicitação de compras, onde poderá ser informada a programática, data da reserva, valor que será reservado, tipo de reserva, processo administrativo, processo licitatório caso haja, histórico, opção para assinatura, impressão e liberação da reserva.
- 2.1.99.** Possibilitar ao usuário visualizar e pesquisar os lançamentos de receitas através da listagem. A pesquisa pode ser feita pelo: Número da natureza da receita, Descrição da natureza da receita e Descrição do Lançamento. Na listagem as informações visíveis para o usuário são: Número e Natureza da receita, Descrição do lançamento, Valor, Data, status (Anulada parcial e Anulada Total). Permitindo a visualização do total dos valores da listagem exibida
- 2.1.100.** Permitir o lançamento manual de realização de receita não integradas pelo módulo de Tributos, com possibilidade de realização da receita orçamentária de forma

concomitante com o fato gerador do recolhimento.

- 2.1.101.** Permitir o lançamento manual de realização de receita não integradas pelo módulo de Tributos, com possibilidade de realização da receita orçamentária com o fato gerador do previamente reconhecido.
- 2.1.102.** Dispor de tela para efetuar lançamento de devolução das realizações das receitas não integradas pelo módulo de Tributos concomitante ao fato gerador do recolhimento.
- 2.1.103.** Permitir lançamento de deduções do FUNDEB na realização das receitas para controle de gastos com educação conforme Lei 9394/1996.
- 2.1.104.** Dispor de tela para efetuar lançamento de devolução das realizações das receitas não integradas pelo módulo de Tributos previamente reconhecido.
- 2.1.105.** Realizar lançamentos contábeis de forma concomitante com as rotinas de execução do sistema, permitindo a devida escrituração contábil, conforme determinado pelo Tribunal de Contas do Estado, visando atender as determinações legais da Lei 4.320/64 e Lei Complementar 101/2000 (LRF), assim como as demais normas de contabilidade pública. Possibilitar também a importação dos lançamentos de aplicação/resgate através de extratos bancários bem como anexar arquivos e demonstrar os valores das contas utilizadas no ato do lançamento.
- 2.1.106.** Possuir consulta específica para os lançamentos contábeis, demonstrando todas disparadas em cada evento do sistema. A pesquisa poderá ser realizada com os seguintes filtros: periodicidade, evento, histórico, por empenho/ano, valor, número lançamento, grupo conta, conta contábil ou conta corrente.
- 2.1.107.** Permitir lançamentos das notas extra orçamentárias automaticamente após contabilização das retenções nas liquidações ou ordens de pagamento. Permitir confecção das notas extras de forma manual, identificando: fornecedor, histórico, fonte e conta bancária.
- 2.1.108.** Possibilitar a digitação do código de barras na emissão das notas extras para pagamento de boletos via remessa bancária na despesa extra orçamentária.
- 2.1.109.** Disponibilizar lançamento de anulação das notas extras parcialmente ou valor total. Caso a nota extra não tenha sido paga, o sistema também deverá possibilitar a exclusão da nota.
- 2.1.110.** Possibilitar a consulta dos pagamentos das notas extras orçamentárias, possibilitando a impressão do pagamento, estorno do pagamento e realizar consultas por: número extra, nome credor, código credor, data emissão, conta débito, conta crédito, número lançamento, fonte, id cadastro extra, selecionar exercícios diversos e possibilidade de buscar apenas notas extras a pagar.
- 2.1.111.** O sistema deverá possuir cadastro e controle das Subvenções Sociais com a prestação de contas por parte das entidades beneficiárias.
- 2.1.112.** Possuir controle da prestação de contas das despesas de adiantamento com a possibilidade automática de estorno parcial de pagamento, estorno de liquidação e anulação do empenho no caso da contabilização parcial da prestação de contas. Possibilitar anexar os documentos da prestação de contas onde o mesmo possa ser

disponibilizado no portal da transparência concomitante a gravação do mesmo.

- 2.1.113.** O sistema deverá possuir consulta em tela com todos os empenhos de restos a pagar, dispor de consulta ao extrato do empenho com saldo a pagar/liquidar no exercício, lançar automaticamente os saldos contábeis, assim como a inscrição dos empenhos de restos a pagar, para o exercício seguinte após o encerramento do exercício atual, de acordo com normas definidas pelo Tribunal de Contas do Estado de Paraná (TCE) no manual de orientação para encerramento do exercício e elaboração das demonstrações contábeis
- 2.1.114.** Dispor de Rotina que possibilite a realização do cancelamento dos restos a pagar inscritos no exercício, com identificação do tipo dos restos (Processado e Não Processado), valor cancelado e motivo do cancelamento assim como possuir funcionalidade para efetuar estorno do cancelamento dos restos a pagar.
- 2.1.115.** Permitir que o cancelamento de restos a pagar seja tramitado e assinado eletronicamente com, no mínimo, as seguintes funcionalidades:
- 2.1.116.** Possibilitar a parametrização do fluxo de aprovação de acordo com as necessidades da entidade;
- 2.1.117.** Possibilitar a parametrização de valores mínimo e máximo para cada fluxo de aprovação definido;
- 2.1.118.** Definir o acesso do fluxo de aprovação por usuário;
- 2.1.119.** Possibilitar a configuração das assinaturas que serão exibidas na impressão da nota de cancelamento de restos a pagar por fluxo de aprovação;
- 2.1.120.** Exigir a informação de observação para ações de aprovar e desaprovar por fluxo de aprovação;
- 2.1.121.** Possuir, em uma única tela, consulta para demonstração dos cancelamentos de restos a pagar pendentes de aprovação, dos que tiveram as notas de cancelamento de restos a pagar impressas e dos que foram desaprovados; demonstrar as ações por usuário e possibilitar opções de filtro e agrupamento, bem como pesquisa por:
  - 1.121.a) Número do empenho;
  - 1.121.b) Código do credor;
  - 1.121.c) Nome do credor;
  - 1.121.d) Nome fantasia do credor.
- 2.1.122.** Restringir a visualização de cancelamento de restos a pagar de acordo com permissões de acesso às unidades orçamentárias dos usuários;
- 2.1.123.** Bloquear a edição de cancelamentos de restos a pagar que foram aprovados por qualquer nível do fluxo de aprovação;
- 2.1.124.** Retornar ao fluxo de aprovação inicial os cancelamentos de restos a pagar desaprovados; e
- 2.1.125.** Bloquear a contabilização do cancelamento de restos a pagar enquanto não percorrer por todo o fluxo de aprovação definido.
- 2.1.126.** Demonstrar no cancelamento de restos a pagar as tramitações de assinaturas

eletrônicas efetuadas e exibir para cada etapa do fluxo, informações de:

- 1.126.a) Data e hora;
- 1.126.b) Usuário;
- 1.126.c) Situação de origem;
- 1.126.d) Situação de destino;
- 1.126.e) Observação;
- 1.126.f) IP do computador;
- 1.126.g) Nome do computador.

- 2.1.127.** Permitir o cadastro de Convênios e Subvenções de forma integrada com os demais módulos, evitando assim a duplicidade de registros, contendo as informações necessárias para as realizações de prestações de contas diversas e controle dos atos, como: número do convênio / subvenção; ano; data de celebração; vigência; número do documento de publicação; ano da publicação; órgão de publicação; data de publicação; ente repassador / destinatário; número do termo do convênio; esfera de Governo; unidade de apuração dos custos; valor do convênio; valor de contrapartida; meta física a ser alcançada e descrição do objetivo. Possibilitando a realização do controle da situação do convênio como também dos aditivos criados durante a execução do mesmo.
- 2.1.128.** Permitir o controle das diárias, permitindo incluir: beneficiário, lei e ato que autoriza a concessão de diárias, número de diárias, destino, objetivo, cargo/matricula, lotação, meio transporte, custo transporte, anexar arquivos, período, valor concedido, empenho/ano e tipo objetivo da diária. Disponibilizar no portal da transparência concomitante a gravação do mesmo, opção para exclusão de diárias geração da remessa com indicação dos objetivos definidos Pelo Tribunal de Contas (TCE-PR).
- 2.1.129.** Possuir ferramenta para geração dos dados da Declaração do Imposto de Renda Retido na Fonte (DIRF), sobre os valores do imposto de renda e/ou contribuições retidos na fonte, dos rendimentos pagos na contabilidade durante o exercício.
- 2.1.130.** Possibilitar a integração com o Sistema de Folha de Pagamento através de arquivo, importando o arquivo disponibilizado pelo Setor de Folha de Pagamento de forma que todos os empenhos, liquidações, pagamentos, notas de despesa extra orçamentárias relativos ao pagamento mensal dos salários, assim como folhas complementares, obrigações patronais, retenções sejam feitas de forma automática. Possuir funcionalidade para verificação de saldos orçamentários antes da contabilização dos empenhos, controle na tela de cada etapa percorrida e os seguintes relatórios gerenciais para conferência: listagem geral, resumo por projeto/atividade, resumo por fonte de recurso, resumo por retenções, resumo por elemento, resumo por fonte de recurso/fornecedor, assim como emissão sequencial dos empenhos, emissão sequencial das liquidações, emissão sequencial das notas extras, emissão sequencial das ordens de pagamento e arquivo de retorno da folha.
- 2.1.131.** Possibilitar a integração com o Sistema de Folha de Pagamento sem a necessidade da utilização de arquivos, com a finalidade de gerar todos os empenhos, liquidações, pagamentos, notas de despesa extra orçamentárias relativos ao pagamento mensal dos salários, assim como folhas complementares, obrigações patronais, retenções sejam feitas de forma automática. Possuir função para estornar as liquidações, estornar as ordens de pagamento, estornar as notas extras e anular os empenhos de forma automática. Dispor de funcionalidade para verificação de saldos

orçamentários antes da contabilização empenhos, controle na tela de cada etapa percorrida e emissão dos seguintes relatórios: emissão sequencial dos empenhos, emissão sequencial das liquidações, emissão sequencial das notas extras, emissão sequencial das ordens de pagamento.

- 2.1.132.** Possibilitar a contabilização automática do reconhecimento dos registros patrimoniais das provisões de 13º salário, bem como seus encargos, atendendo aos preceitos do Manual de Procedimentos Contábeis Patrimoniais (NBCASP) da Secretaria do Tesouro nacional (STN).
- 2.1.133.** Possuir Log de registro de eventos nas tabelas de todos os sistemas, registrar todas as operações de inclusão, exclusão e alteração efetuadas, registrar a data, hora e usuário responsável pela alteração, registrar as informações anteriores para possibilitar a consulta dos dados historicamente, antes da alteração efetuada e dispor de tela simples e intuitiva para pesquisas com detalhes por módulos e datas das alterações feitas em telas ou tabelas específicas determinando o operador que queira buscar ou não.
- 2.1.134.** O sistema deve possuir rotina onde será realizada uma verificação dos lançamentos efetuados na base de dados, confrontando a tabela, plano mensal, plano diário, despesa mensal, despesa diária e ficha empenho. Essa funcionalidade tem como objetivo demonstrar a integridade dos lançamentos efetuados através dos eventos do sistema. O processo pode ser realizado mensal acumulado ou mês individualizado.
- 2.1.135.** Permitir a exibição de gráficos de Receita e Despesa com possibilidade de visualização ao iniciar o sistema.
- 2.1.136.** Dispor das importações dos dados para geração de arquivos textos para alimentar o Manual Normativo de Arquivos Digitais (MANAD) conforme Normativos do Governo Federal - MANAD – Sistema Orçamentário e Financeiro dos Órgãos Públicos.
- 2.1.137.** O sistema deverá possibilitar a geração de arquivos textos para alimentar o Manual Normativo de Arquivos Digitais (MANAD) conforme Normativos do Governo Federal - MANAD – Sistema Orçamentário e Financeiro dos Órgãos Públicos.
- 2.1.138.** Dispor de mecanismo que permita que a entidade relacione os cadastros da despesa e da receita utilizados na gestão do município, a fim de que as estruturas de receita e despesa utilizados pela entidade sejam compatíveis com as definidas pelo FNDE-Fundo Nacional de Desenvolvimento para o SIOPE - Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação. Estes mecanismos devem ter um processo de atualização automática dos relacionamentos sugeridos pelo sistema. Também deverá prover mecanismos onde a entidade possa personalizar os relacionamentos, permitindo o sistema demonstrar em tela as receitas e despesas relacionadas e ainda, demonstrar as subfunções e os detalhamento dos empenhos como seus restos a pagar segregado por processado e não processado utilizados na gestão do município. Além disso, é necessário que estes relacionamentos sejam tipificados de modo a demonstrar quais são os registros que foram sugeridos pelo sistema e os que foram alterados ou incluídos pela própria entidade. Todos os dados devem ser exportados em formato suportado para importação no SIOPE - Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação como Comma Separated Values.



- 2.1.139.** Permitir que a entidade responsável pelo envio do SIOPS - Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde possa enviar todas as informações relacionadas aos layouts disponibilizados pelo Ministério da Saúde. Dispor de mecanismo que permita que a entidade relacione os cadastros da despesa e da receita utilizados na gestão do município, a fim de que as estruturas de receita e despesa utilizados pela entidade sejam compatíveis com as definidas pelo Ministério da Saúde - Datasus para o SIOPS - Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde. Estes mecanismos devem ter um processo de atualização automática dos relacionamentos sugeridos pelo sistema. Também deverá prover mecanismos onde a entidade possa personalizar os co-relacionamentos, permitindo o sistema demonstrar em tela as receitas e despesas relacionadas e ainda, demonstrar na despesa os detalhamentos dos empenhos como seus restos a pagar segregado por processado e não processado utilizados na gestão do município. Além disso, é necessário que estes relacionamentos sejam tipificados de modo a demonstrar quais são os registros que foram sugeridos pelo sistema e os que foram alterados ou incluídos pela própria entidade. Todos os dados devem ser exportados em formato suportado para importação no SIOPS - Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde através de arquivos de terceiros sem a necessidade de digitação dessas informações.
- 2.1.140.** Dispor de mecanismo que permita que a entidade relacione os cadastros da despesa e da receita utilizados na gestão do município, a fim de que as estruturas das receitas e despesas utilizadas pela entidade sejam compatíveis com as definidas pelo Ministério da Saúde - Datasus para o SIOPS - Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde. Estes mecanismos devem ter um processo de atualização automática dos relacionamentos sugeridos pelo sistema. Também deverá prover mecanismos onde a entidade possa personalizar os co-relacionamentos, permitindo o sistema demonstrar em tela as receitas e despesas relacionadas e ainda, demonstrar na despesa os detalhamentos dos empenhos como seus restos a pagar segregado por processado e não processado utilizados na gestão do município. Além disso, é necessário que estes relacionamentos sejam tipificados de modo a demonstrar quais são os registros que foram sugeridos pelo sistema e os que foram alterados ou incluídos pela própria entidade. Todos os dados devem ser exportados em formato suportado para importação no SIOPS - Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde através de arquivos de terceiros sem a necessidade de digitação destas informações
- 2.1.141.** Possuir listagem dos cadastros das fontes TCE com opção de ordenação no mínimo por código ou descrição.
- 2.1.142.** Dispor de listagem dos cadastros dos tipos de gastos com pessoal com opção de ordenação no mínimo por código ou descrição.
- 2.1.143.** Possuir listagem com todos os cadastros de leis/decretos contendo os filtros: tipo, ementa, data lei ou aprovação, data publicação e número da lei/ano.
- 2.1.144.** Possibilitar a impressão de relatório com os cadastros dos desdobramentos de despesa.
- 2.1.145.** Possibilitar a emissão de etiquetas dos empenhos podendo filtrar por: empenho ou credor.
- 2.1.146.** Possibilitar a emissão de etiquetas de notas extras podendo filtrar por: nota extra ou

credor.

- 2.1.147.** Dispor de listagem com os cadastros extra orçamentários demonstrando os fornecedores e as contas vinculadas.
- 2.1.148.** Possuir listagem de empenhos por credor com possibilidade de selecionar os seguintes filtros: processados, a processar, pagos, todos, órgão, unidade, função, subfunção, programa, projeto/atividade, natureza de despesa, dotação, fonte, credor, desdobramento, tipo licitação, no/ano licitação, exercício dos empenhos, data emissão dos empenhos, data de corte da movimentação e centro de custos.
- 2.1.149.** Possuir relatório que emita o Extrato do Credor com possibilidade de aplicar os filtros: período, credor, número/ano licitação, somente saldo a pagar e conta retenção.
- 2.1.150.** Possuir relação de credores com opção para selecionar credores específicos, emitir detalhes dos credores, emitir somente credores com CPF ou CNPJ inválidos, somente credores com empenhos, somente com licitação e emitir certidões.
- 2.1.151.** Possuir relatório que emita o Extrato do Credor com possibilidade de aplicar os filtros: período, credor, número/ano licitação, somente saldo a pagar e conta retenção.
- 2.1.152.** Relação dos empenhos pagos por credor, podendo filtrar por: período e credor, assim será demonstrado os credores, funcional programática, valor pago, conta bancária, documento, número processo, número liquidação, número ordem de pagamento, valor pago bruto, valor pago extra, valor estorno pagamento extra e valor pago extra.
- 2.1.153.** Dispor de relação diário da despesa orçamentária contendo: funcional programática, fonte de recurso, valor suplementado e/ou reduzido, valor empenhado, valor anulado, valor liquidação e/ou estorno liquidação, valor e valor pagamento.
- 2.1.154.** Emitir demonstrativo diário de receitas arrecadadas podendo ser utilizado no mínimo os filtros, data arrecadação e receita.
- 2.1.155.** Dispor de listagem contendo a movimentação diária das contas bancárias demonstrando as contas débito, conta crédito, histórico e valores dos lançamentos.
- 2.1.156.** Emitir diário geral com possibilidade de selecionar o período, página inicial, quantidade pág. de anexos, livro, número cargo, inserir histórico e termo de abertura.
- 2.1.157.** Possuir emissão do termo de abertura e fechamento possuindo no mínimo página inicial, página final, número livro, nome livro e número cargo.
- 2.1.158.** Possuir relação de contas a pagar e restos a pagar dispondo no mínimo dos seguintes filtros: exercícios dos empenhos, data de corte para emissão, periodicidade das emissões dos empenhos, por credor, por tipo de empenho, por qualquer nível da funcional programática, por fonte de recurso, por licitação, agrupar por contrapartida, agrupar por fonte de recurso, agrupar por tipo, por órgão, emitir consolidado ou individual, processados, a processar ou todos.
- 2.1.159.** Possuir relação de contas a pagar por vencimento e restos a pagar por vencimento dispondo no mínimo dos seguintes filtros: exercícios dos empenhos, data de corte

para emissão, periodicidade das emissões dos empenhos, por credor, por tipo de empenho, por qualquer nível da funcional programática, por fonte de recurso, por licitação, agrupar por contrapartida, agrupar por fonte de recurso, agrupar por tipo, por órgão, emitir consolidado ou individual, processados, a processar ou todos.

- 2.1.160.** Dispor de emissão sequencial de notas de empenhos, não necessitando de impressão a cada empenho efetuado, assim, o operador poderá emitir os empenhos por número, data de emissão, número/ano licitação ou número contrato em sequência.
- 2.1.161.** Dispor de emissão sequencial de notas de liquidações, não necessitando de impressão a cada empenho efetuado, assim, o operador poderá emitir os empenhos por número, data de emissão, número/ano licitação ou número contrato em sequência.
- 2.1.162.** Dispor de emissão sequencial de ordens de pagamento, não necessitando de impressão a cada empenho efetuado, assim, o operador poderá emitir os empenhos por número, data de emissão, número/ano licitação ou número contrato em sequência.
- 2.1.163.** Possuir funcionalidade de emissão na mesma tela os seguintes relatórios: empenhos emitidos, anulação dos empenhos, empenhos liquidados, estornos de liquidação, empenhos pagos e estornos de pagamento. Essa funcionalidade poderá dispor dos filtros: data emissão, números de empenhos, credor, origem de recurso, tipo de empenho, qualquer nível da funcional programática, fonte de recurso, desdobramento de despesa assim como as seguintes opções para resumo de relatórios: por órgão, unidade, fonte de recurso, categoria econômica, projeto/atividade, elemento, credor e possibilidade de emissão consolidada ou individual.
- 2.1.164.** Possuir listagem de empenhos, liquidações e pagamentos por desdobramento de despesa, podendo utilizar os filtros: data de emissão, credor, origem de recurso, fonte de recurso, tipo de licitação, qualquer nível da funcional, desdobramento de despesa e possibilidades de emitir resumo das informações.
- 2.1.165.** Dispor de relação dos empenhos por dotação com opção para selecionar periodicidade da emissão, qualquer nível da programática, fonte de recurso, credor, desdobramento, tipo licitação, número licitação, centro de custos e reduzido da despesa.
- 2.1.166.** Possuir relação de empenhos por natureza da despesa dispondo no mínimo dos filtros: período emissão, credor, fonte de recurso e qualquer nível da funcional programática.
- 2.1.167.** Relação das retenções processadas, a processar, pagas ou todas, podendo filtrar por no mínimo: exercício do empenho, por empenhos, emissão do empenho, emissão da retenção, por retenção, tipo retenção, origem de recurso, fonte de recurso, tipo de licitação, qualquer nível da funcional, desdobramento de despesa e possibilidades de emitir resumo das informações.
- 2.1.168.** Relação dos pagamentos por fonte TCE com possibilidade de selecionar por pagamentos, estorno de pagamentos, retenções ou estorno de retenções.
- 2.1.169.** Possuir relação dos pagamentos por local dispondo no mínimo dos filtros: contas

bancárias, periodicidade, fonte de recurso, origem de recurso, credor e qualquer nível da funcional programática.

- 2.1.170.** Dispor de relação de ordens de pagamentos pagas, a pagar ou todas com possibilidade de selecionar data de emissão, data vencimento, data entrega, credor, desdobramento de despesa, origem de recurso, fonte de recurso, tipo de licitação, centro de custo, qualquer nível da funcional, desdobramento de despesa e conta bancária.
- 2.1.171.** Emissão de empenhos por licitação, onde o operador possa selecionar a data de emissão, credor, fonte de recurso, tipo licitação, origem de recurso, centro de custo, desdobramento da despesa e qualquer nível da funcional programática.
- 2.1.172.** Emissão dos empenhos, liquidações, pagamentos e anulações vinculados a convênios, podendo filtrar no mínimo por número de convênio, data emissão e exercício.
- 2.1.173.** Emissão de empenhos por contratos, onde o operador possa selecionar a data de emissão, credor, id contrato, número contrato e qualquer nível da funcional programática.
- 2.1.174.** Dispor de listagem dos empenhos por tipo de despesa dispondo no mínimo dos filtros: empenhado, liquidado, pago, a pagar, período de emissão, tipo despesa e possibilidade de emissão consolidada ou individual.
- 2.1.175.** Possuir relação de empenhos por fonte TCE disponibilizando filtros para data de emissão, credor, fonte TCE e qualquer nível da funcional programática.
- 2.1.176.** Disponibilizar listagem dos empenhos por data de vencimento dispondo de filtros: data vencimento inicial e final, fonte de recurso, credor, tipo licitação, número/ano licitação, centro de custo, nota fiscal, possibilidade de emissão consolidada ou individual e qualquer nível da funcional programática.
- 2.1.177.** Dispor de relatórios que demonstre os empenhos liquidados e pagos com valores brutos, valores estornados, valores retidos e valores líquidos.
- 2.1.178.** Dispor de listagem dos empenhos com vinculação dos documentos fiscais podendo filtrar por: qualquer nível da despesa, período de liquidação, número empenho, fonte de recurso, credor, tipo licitação, número/ano licitação, centro de custo e por tipo de nota fiscal.
- 2.1.179.** Dispor de listagem de empenho por data de entrega podendo o usuário utilizar no mínimo os filtros: qualquer nível da despesa, fonte de recurso, credor, tipo licitação, número/ano licitação, centro de custo, data emissão e data entrega.
- 2.1.180.** Possuir listagem dos empenhos por centro de custo podendo selecionar: qualquer nível da despesa, fonte de recurso, credor, tipo licitação, número/ano licitação, centro de custo e período de emissão.
- 2.1.181.** Possibilitar emissão de relação de itens de empenhos demonstrando no mínimo: empenho, credor, categoria da despesa, itens, valor unitário, quantidade dos itens e valor total item.
- 2.1.182.** Dispor de listagem dos documentos fiscais vinculados às liquidações, demonstrando empenho, liquidação, data liquidação, credor, número documento e valor

documento.

- 2.1.183.** Emitir relação de empenhos emitidos demonstrando o empenho, data emissão, fornecedor, funcional programática, fonte de recurso, valor, tipo licitação, número licitação número processo e histórico do empenho.
- 2.1.184.** Possuir listagem com extrato de empenhos dos registros de preços, podendo selecionar tipo licitação, período emissão, número licitação e ano licitação.
- 2.1.185.** Emitir relação de liquidações emitidas demonstrando o empenho liquidado, data liquidação, fornecedor, funcional programática, fonte de recurso, valor, tipo licitação, número licitação número processo e histórico do empenho.
- 2.1.186.** Emitir relação de pagamentos emitidos demonstrando os empenhos pagos, data pagamento, fornecedor, funcional programática, fonte de recurso, valor, tipo licitação, número licitação número processo e histórico do empenho.
- 2.1.187.** Possuir relação de rateio dos empenhos por consorciados demonstrando número empenho, data, programática, fonte de recurso, fornecedor, valor empenho, consorciado e valor rateio.
- 2.1.188.** Possuir relação das despesas empenhadas com folha de pagamento, demonstrando despesa realizada, valor empenhado acumulado, valor empenhado mês e saldo para empenho.
- 2.1.189.** Possibilitar emissão de relação de itens de empenhos demonstrando no mínimo: empenho, credor, funcional programática, fonte de recursos, itens, valor unitário, quantidade empenhada, quantidade liquidada, quantidade a liquidar, valor empenhado, valor liquidado, valor, anulado e valor a liquidar.
- 2.1.190.** Emitir relação de empenhos, liquidação e pagamento por centro de custo anual podendo filtrar por qualquer nível da funcional programática, fonte de recurso e centro de custo.
- 2.1.191.** Dispor de relação dos empenhos por contrato vencido demonstrando: número contrato, id contrato, data de vencimento contrato, valor contrato, empenho/ano, data de empenho, valor empenho e valor a anular.
- 2.1.192.** Possibilitar ao usuário emitir razão da contabilidade permitindo controlar através de filtros a consulta aos lançamentos e movimentações das contas contábeis. Dispor no mínimo dos filtros: período inicial e final, conta contábil inicial e final, grupo evento e título para emissão da razão.
- 2.1.193.** Possibilitar ao usuário emitir razão da despesa orçamentária contendo o valor orçado, valor suplementado, valor redução, valor empenhado, anulado, estorno de anulação, reserva dotação, valor liquidação, estorno liquidação, retenção, saldo a liquidar, pagamento, estorno pagamento, valores para o período e até o período.
- 2.1.194.** Possibilitar ao usuário emitir razão da receita orçamentária contendo o valor orçado, valor arrecadado, conta bancária, data lançamento e histórico do lançamento.
- 2.1.195.** Possuir listagem razão dos empenhos, com filtros personalizados por exercício, mês inicial e mês final e por número empenho.
- 2.1.196.** Possibilitar ao usuário emitir a razão dos fornecedores contendo os valores

empenhados, anulados, liquidados, estorno liquidações, pagamentos, estornos pagamentos, retenções, estorno retenções e saldo a pagar.

- 2.1.197.** Possibilitar ao usuário emitir razão das contas correntes permitindo selecionar a conta contábil e sua conta corrente vinculada, podendo selecionar data inicial e data final marcando campo para emitir ou não detalhe dos lançamentos.
- 2.1.198.** Dispor de razão das contas bancárias, contendo filtros para data inicial e final, seleção de contas bancárias e opção para emitir ou não detalhe dos lançamentos.
- 2.1.199.** Dispor de relação das notas extras orçamentárias emitidas, a pagar e pagas podendo utilizar no mínimo os filtros: data emissão, conta inicial e conta final, conta corrente, credor, número extra e possibilidade de emissão consolidada ou individual.
- 2.1.200.** Dispor de emissão sequencial das notas extra orçamentárias, não necessitando de impressão a cada nota efetuada, assim, o operador poderá emitir as notas por número inicial e final ou uma sequência por fornecedor.
- 2.1.201.** Dispor de relação com o comparativo da despesa extra orçamentária evidenciando um resumo de todas movimentações por conta contábil do restituível passivo e realizável.
- 2.1.202.** Possuir demonstração com a razão extra orçamentário das contas do restituível passivo e realizável, podendo filtrar no mínimo: conta contábil e periodicidade dos lançamentos.
- 2.1.203.** Permitir ao usuário emitir em uma mesma tela, as relações de restos a pagar inscritos, cancelados, liquidados, estorno de liquidação, pagamento e estornos de pagamentos podendo utilizar no mínimo os filtros: exercício dos restos, periodicidade, credor, fonte de recurso, desdobramento, qualquer nível da funcional programática e se os restos são processados, a processar ou todos.
- 2.1.204.** Permitir emissão do extrato dos restos a pagar por exercício, podendo filtrar por credor ou período de emissão.
- 2.1.205.** Dispor de razão das receitas extras orçamentárias com possibilidade para selecionar órgão, código reduzido da conta, conta contábil período de lançamento.
- 2.1.206.** Permitir emissão do balancete da despesa contendo toda movimentação e saldos atualizados no exercício e no período, dispondo no mínimo dos filtros: período, geral/analítico, qualquer nível da funcional programática, especificar despesa inicial e despesa fina, agrupar por órgão/unidade, por tipo ordinária/vinculada e possibilidade de emissão consolidada ou individual.
- 2.1.207.** Emissão da relação das despesas simplificadas, demonstrando no mínimo os saldos por códigos reduzidos atualizados, valores empenhados, valores liquidados, valores pagos, saldo a pagar, valores reservados e saldo a empenhar.
- 2.1.208.** Dispor de relação com o resumo do gasto com pessoal valores liquidados.
- 2.1.209.** Possuir relatório que demonstre as cotas financeiras identificando mês inicial e final e dispondo de filtros com níveis de despesa.
- 2.1.210.** Possuir relação das despesas com os saldos orçados, atualizados, empenhado, anulado, a empenhar, a pré empenhar por fonte de recurso.

- 2.1.211.** Possuir relação da despesa simplificada apurando valores solicitados, demonstrando os saldos orçados, atualizados, reservados, solicitado, pré empenho, empenhado, liquidado, valor pago, a solicitar, a pagar e a empenhar.
- 2.1.212.** Possuir relação das suplementações e reduções das dotações bem como o controle dos limites de crédito determinados em lei.
- 2.1.213.** Dispor de relação das despesas com base nos valores de reserva de dotação com opção filtrar no mínimo por: data da reserva, órgão, unidade, projeto/atividade, natureza da despesa, fonte de recurso, desdobramento e sub desdobramento.
- 2.1.214.** Permitir ao usuário emitir relatório de conferência das informações que serão geradas para o Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS) contendo os dados da Previsão e Execução das Despesas.
- 2.1.215.** Possuir relação das despesas simplificadas com os saldos orçados, atualizados, empenhados, anulados, a empenhar, a pré empenhar por fonte de recurso.
- 2.1.216.** Dispor de relação das Metas Financeiras Plano Plurianual (PPA)/ Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)/ Lei Orçamentária Anual (LOA).
- 2.1.217.** Dispor de relatório circunstanciado do cumprimento das metas fiscais relativas ao ano vigente.
- 2.1.218.** Emitir o relatório consolidado do cronograma por cotas da despesa bimestral ou mensal com ordenação por fonte de recurso e categoria econômica, demonstrando a despesa prevista, atualizada e realizada.
- 2.1.219.** Emitir o relatório consolidado do cronograma da despesa por grupo fonte bimestral, com ordenação por grupo de fonte de recurso, demonstrando os valores previstos das receitas e despesas por grupo de fontes.
- 2.1.220.** Dispor de relatório que possibilite o usuário consultar os saldos de Superávit Financeiro, sem a necessidade de rotinas auxiliares, podendo selecionar por período acumulado.
- 2.1.221.** Emissão de relação das despesas simplificadas diárias demonstrando no mínimo os saldos por códigos reduzidos atualizados, valores empenhados, valores liquidados, valores pagos, saldo a pagar, valores reservados, saldo a empenhar.
- 2.1.222.** Possibilitar a consulta dos saldos de Superávit Financeiro calculado, sem a necessidade de rotinas auxiliares, podendo selecionar por período, Tipo de Agrupamento, permitindo detalhar e selecionar por tipo de origem os lançamentos
- 2.1.223.** Possibilitar ao usuário a emissão de acompanhamento da despesa com os filtros: órgão, órgão/unidade, função, função/subfunção, programa, projeto/atividade, natureza de despesa, fonte de recurso, nível analítico, valor empenhado, valor anulado, valor liquidado, valor estorno liquidação, valor pagamento, valor estorno pagamento valor retenção e possibilidade de impressão consolidada ou individual.
- 2.1.224.** Dispor de emissão dos balanços do SISTN, despesas orçamentárias, despesas por função, despesas orçamentárias por restos a pagar e despesas por função restos a pagar podendo selecionar o período.
- 2.1.225.** Possuir resumo da despesa orçamentária simplificado por natureza da despesa

dispondo filtro para mês inicial/final podendo ser emitido individual ou consolidado.

- 2.1.226.** Emitir o relatório consolidado do cronograma mensal de desembolso bimestral ou mensal, com ordenação por categoria econômica/grupo de despesas, podendo ser emitido consolidado ou individual.
- 2.1.227.** Possuir relatório resumo da despesa por grupo/elemento/fonte demonstrando o percentual da despesa executada comparada com a despesa orçada e atualizada.
- 2.1.228.** Possuir demonstrativo da despesa - fundo municipal da criança e do adolescente - (FMCA), demonstrando despesas orçadas, atualizadas, empenhadas, liquidadas e pagas.
- 2.1.229.** Dispor de balancete do plano de contas diário, contendo saldo anterior, débito, créditos e saldo atualizado.
- 2.1.230.** Dispor de balancete do plano de contas mensal, contendo saldo anterior, débito, créditos e saldo atualizado.
- 2.1.231.** Dispor de balancete financeiro possibilitando consolidação entre as entidades bem como exibir saldo do exercício anterior acumulado até o final do exercício.
- 2.1.232.** Dispor de balancete financeiro acumulado possibilitando consolidação entre as entidades bem como exibir saldo do exercício anterior acumulado até o final do exercício.
- 2.1.233.** Possuir balancete de encerramento do exercício, para conferência dos saldos das contas, informando o saldo anterior, débitos, créditos, saldo atual, atendendo à legislação vigente.
- 2.1.234.** Possibilitar ao usuário emitir relação dos lançamentos contábeis financeiro e patrimonial por período demonstrando débitos e créditos.
- 2.1.235.** Possibilidade de impressão do plano de contas da entidade.
- 2.1.236.** Possuir relatório contendo os saldos bancários dos bancos com possibilidade de emissão especificando: conta bancária, somente conta com saldo, somente contas ativas, contas com saldos anteriores e agrupar contas por fonte de recurso.
- 2.1.237.** Elaborar balancete financeiro por fonte de recurso sintético, dispondo de saldo inicial, saldo fonte, saldo banco e diferença.
- 2.1.238.** Possibilitar a impressão das movimentações de Contas Financeiras.
- 2.1.239.** Possuir impressão de listagem com as receitas extras e suas movimentações.
- 2.1.240.** Elaborar balancete financeiro por fonte de recurso detalhado, disponha de receita orçamentária, despesa orçamentária, receita extra, despesa extra, restos a pagar, saldo bancário para controle das fontes e resumo por fonte.
- 2.1.241.** Possibilitar ao usuário emitir relação das movimentações das receitas e despesas por fonte de recurso mensalmente.
- 2.1.242.** Permitir emissão de fluxo de caixa demonstrando os valores previstos/arrecadados com disponibilidade para filtrar níveis das receitas, fonte de recursos, período e emissão consolidado ou individual.



- 2.1.243.** Dispor de relatório para apuração do PASEP. Permitir que a entidade possa selecionar a periodicidade
- 2.1.244.** Possuir balancete contábil por tipo financeiro/patrimonial, para conferência dos saldos das contas, informando o saldo anterior, débitos, créditos e saldo atual atendendo à legislação vigente.
- 2.1.245.** Permitir a emissão dos cadastros extras demonstrando as contas, datas dos cadastros, valores inscritos, valores das baixas e saldo a pagar.
- 2.1.246.** Dispor de relatório com os valores de rateio para os consorciados filtrando por fonte, periodicidade e consorciado.
- 2.1.247.** Dispor de demonstrativo com os valores do imobilizado contendo saldo anterior, débito, crédito e saldo atual. Dispondo de filtros no mínimo: móveis, imóveis, valor líquido, somente analíticas, emitir saldo zerado, periodicidade e emissão consolidado ou individual.
- 2.1.248.** Dispor de relação dos saldos das receitas, despesas e superávit mensais por fonte, com opção de filtros de fonte de recurso e periodicidade.
- 2.1.249.** Possuir relação quadro simplificado para análise de aplicação de recursos da saúde e educação.
- 2.1.250.** Possuir demonstrativo razão conta corrente por tipo extra com saldo anterior, crédito, débitos e saldo atualizado.
- 2.1.251.** Dispor de relação da movimentação dos empenhos por conta contábil com filtros no mínimo para período e conta contábil.
- 2.1.252.** Permitir emissão de relação dos lançamentos de interferências financeiras destinadas à administração e/ou indireta.
- 2.1.253.** Possibilitar emissão da posição atual dos precatórios com valores inscritos, atualizados, baixas e saldo a pagar.
- 2.1.254.** Permitir a emissão de relatório do balancete da receita orçamentária, por mês, por fonte de recurso, permitir emissão por tipo de fonte (todas, ordinária, vinculada), emitir redutoras, emissão de intervalo de receitas selecionáveis e possibilidade de emissão consolidada ou individual.
- 2.1.255.** Emitir relação dos códigos reduzidos das receitas com vinculação das fontes e valores orçados.
- 2.1.256.** Permitir ao usuário a emissão das devoluções das receitas filtrando período e/ou receita.
- 2.1.257.** Permitir ao usuário emitir relação das realizações das receitas por período, podendo selecionar por código reduzido, receita, somente realizações com origem do sistema tributário, somente realizações da tesouraria e possibilidade de emitir os históricos dos lançamentos.
- 2.1.258.** Permitir ao usuário emitir relação das realizações das receitas por contribuinte, podendo selecionar por: código reduzido, receita, somente realizações com origem do sistema tributário, somente realizações da tesouraria, contribuinte e

possibilidade de emitir os históricos dos lançamentos.

- 2.1.259.** Permitir ao usuário emitir relação das realizações das receitas por conta bancária, podendo filtrar no mínimo por: código reduzido, receita, fonte de recurso, conta contábil, conta bancária, somente realizações com origem do sistema tributário, somente realizações da tesouraria e período.
- 2.1.260.** Permitir ao usuário emitir relação das realizações das receitas fonte TCE, podendo filtrar no mínimo por: receita, fonte de recurso, conta bancária, somente realizações com origem do sistema tributário, somente realizações da tesouraria, período e com possibilidade de ordenar o resultado por receita ou fonte TCE.
- 2.1.261.** Dispor de relação das receitas com seus valores orçados e vinculações das fontes de recursos.
- 2.1.262.** Dispor de relação com a previsão para todos os níveis das receitas selecionando apenas o mês.
- 2.1.263.** Possuir relação das receitas orçadas com suas fontes vinculadas e seus respectivos rateios.
- 2.1.264.** Permitir ao usuário emitir relação dos estornos da realização da receita podendo selecionar o período e a receita.
- 2.1.265.** Permitir ao usuário emitir relação com o acompanhamento da receita diária e acumulada possibilitando selecionar período e emissão de detalhamento dos lançamentos.
- 2.1.266.** Dispor de relação com as receitas destinadas à educação selecionando mês e fonte de recurso.
- 2.1.267.** Permitir ao usuário emitir demonstrativo da despesa com a manutenção e desenvolvimento do ensino conforme Art. 72 da Lei Federal 9394/1996.
- 2.1.268.** Dispor de demonstrativo para acompanhamento das receitas e despesas do FUNDEF com seleção de período bimestral, trimestral, quadrimestral, semestral e anual.
- 2.1.269.** Permitir ao usuário emitir demonstrativo das receitas do FUNDEB - (ANEXO V) com possibilidade de informar conta corrente e período.
- 2.1.270.** Permitir ao usuário emitir balancete de despesas e receita da educação com recursos do FUNDEB.
- 2.1.271.** Permitir ao usuário emitir demonstrativo das receitas destinadas à saúde com possibilidade de seleção de período e fonte de recurso.
- 2.1.272.** Emitir relatórios de conferência das informações mensais relativas aos Gastos com a Saúde
- 2.1.273.** Dispor de demonstrativo de gasto com pessoal por valor orçado, dispondo de inclusão de percentual, campo para incluir valor do RPPS, somente prefeitura ou somente legislativo.
- 2.1.274.** Permitir ao usuário emitir todos os relatórios da contabilidade previstos na Lei 4.320/64:

- 1.274.a) Anexo I - Receita e Despesa por Categoria Econômica;
- 1.274.b) Anexo II - Receita;
- 1.274.c) Anexo II - Despesa;
- 1.274.d) Anexo VI - Programa de Trabalho;
- 1.274.e) Anexo VII - Programa de Trabalho de Governo;
- 1.274.f) Anexo VIII - Despesa Conforme Vínculo dos Recursos;
- 1.274.g) Anexo X - Comparativo Receita Orçada e Arrecadada;
- 1.274.h) Anexo XI - Comparativo Despesa Orçada e Realizada;
- 1.274.i) Anexo XII - Balanço Orçamentário;
- 1.274.j) Anexo XIII - Balanço Financeiro;
- 1.274.k) Anexo XIV - Balanço Patrimonial;
- 1.274.l) Anexo XV - Demonstração das Variações Patrimoniais;
- 1.274.m) Anexo XVI - Demonstração da Dívida Fundada;
- 1.274.n) Anexo XVII - Demonstração da Dívida Flutuante;
- 1.274.o) Anexo IX - Demonstrativo da Despesa por Órgão e Função;
- 1.274.p) Resumo Balanço Geral;
- 1.274.q) Anexo XVIII - Demonstração do Fluxo de Caixa;
- 1.274.r) Anexo XIX - Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.

**2.1.275.** Permitir ao usuário emitir todos os relatórios da contabilidade previstos na Instrução Normativa 89/2013:

- 1.275.a) Despesas Empenhadas;
- 1.275.b) Despesas Liquidadas;
- 1.275.c) Despesas Pagas;
- 1.275.d) Transferências Financeiras a Terceiros;
- 1.275.e) Empenhos a Pagar;
- 1.275.f) Acompanhamento da Receita Diária e Acumulada;
- 1.275.g) Transferências Voluntárias Receitas Estaduais e Federais;
- 1.275.h) Despesas Inscritas;
- 1.275.i) Despesas Pagas;
- 1.275.j) Saldos Credores a Pagar;
- 1.275.k) Contratos;
- 1.275.l) Quadro de Pessoal;
- 1.275.m) Servidores Ativos;
- 1.275.n) Servidores Inativos;
- 1.275.o) Relação de Transferências Financeiras a Terceiros;
- 1.275.p) Ingressos de Receitas;
- 1.275.q) Demonstrativo de Créditos Suplementares.

**2.1.276.** Dispor de Demonstrativo dos Recursos Aplicados na Educação.

**2.1.277.** Dispor de Demonstrativo dos Recursos Aplicados na Saúde.

**2.1.278.** Dispor de Demonstrativo dos Recursos Aplicados no FUNDEB.

**2.1.279.** Permitir ao usuário emitir relatórios da despesa LRF - Art. 8º e Art. 13º L.C. 101/100 com filtros para bimestral ou mensal.

**2.1.280.** Permitir ao usuário emitir relatórios da receita LRF - Art. 8º e Art. 13º L.C. 101/100 com filtros para bimestral ou mensal.

**2.1.281.** Permitir ao usuário emitir Saldos Bancários conforme Anexo II - Artigo 42. Comp. nº

101/2000 - LRF

- 2.1.282.** Permitir ao usuário emitir Despesas Realizadas conforme Anexo II - Artigo 42. Comp. nº 101/2000 - LRF.
- 2.1.283.** Permitir ao usuário emitir Despesas Canceladas conforme Anexo II - Artigo 42. Comp. nº 101/2000 - LRF.
- 2.1.284.** Permitir ao usuário emitir Despesas Realizadas e Despesas Empenhadas a Pagar conforme Anexo II - Artigo 42. Comp. nº 101/2000 - LRF.
- 2.1.285.** Permitir ao usuário emitir Quadro de Detalhamento das Despesas do Orçamento da Criança e Adolescente - Exclusivo e não Exclusivo - Quadro 2 OCA - Abrinq
- 2.1.286.** Permitir ao usuário emitir relação das naturezas de Despesas Realizadas, Atualizadas e Anuladas.
- 2.1.287.** Permitir ao usuário emitir relação das naturezas de despesa com Créditos Suplementares.
- 2.1.288.** Permitir ao usuário emitir Listagem com os cadastros dos convênios e todas suas movimentações com opção para emissão convênios específicos ou todos.
- 2.1.289.** Permitir ao usuário emitir Listagem com as receitas previstas, conforme Lei 9755/98 Instrução Normativa 28 - Art. 2º Inc. IX-X.
- 2.1.290.** Permitir ao usuário emitir Listagem com os Tributos Arrecadados, conforme Lei 9755/98 Instrução Normativa 28 - Art. 2º Inc. I.
- 2.1.291.** Permitir ao usuário emitir Listagem com Receitas Realizadas, conforme Lei 9755/98 Instrução Normativa 28 - Art. 2º Inc. XII.
- 2.1.292.** Permitir ao usuário emitir Listagem com as Despesas Orçadas por Níveis, conforme Lei 9755/98 Instrução Normativa 28 - Art. 2º Inc. IX e X.
- 2.1.293.** Possuir a emissão de Listagem com as Despesas Orçadas por Fonte de Recursos, conforme Lei 9755/98 Instrução Normativa 28 - Art. 2º Inc. IX e X.
- 2.1.294.** Permitir ao usuário emitir Listagem com as Despesas Orçadas por órgão, conforme Lei 9755/98 Instrução Normativa 28 - Art. 2º Inc. XI e XII.
- 2.1.295.** Dispor de emissão da Listagem com as Despesas Orçadas por função de Governo, conforme Lei 9755/98 Instrução Normativa 28 - Art. 2º Inc. XI e XII.
- 2.1.296.** Disponibilizar a emissão da Listagem com as Despesas Orçadas por Unidade Orçamentárias, conforme Lei 9755/98 Instrução Normativa 28 - Art. 2º Inc. XI e XII.
- 2.1.297.** Permitir ao usuário emitir Listagem com as Despesas Orçadas por Subfunção de Governo, conforme Lei 9755/98 Instrução Normativa 28 - Art. 2º Inc. XI e XII.
- 2.1.298.** Permitir ao usuário emitir Listagem com as Despesas Orçadas por Programa, conforme Lei 9755/98 Instrução Normativa 28 - Art. 2º Inc. XI e XII.
- 2.1.299.** Permitir a emissão da Listagem com as Despesas Orçadas por Grupo de Despesa de Governo, conforme Lei 9755/98 Instrução Normativa 28 - Art. 2º Inc. XI e XII.

- 2.1.300.** Disponibilizar a emissão do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Balanço Orçamentário, conforme Lei 9755/98 Instrução Normativa 28 - Art. 2º Inc. XIII e XIV.
- 2.1.301.** Permitir ao usuário emitir relação com os Recursos Recebidos, conforme Lei 9755/98 Instrução Normativa 28.
- 2.1.302.** Dispor de relação com valores mensais de todas as Compras Realizadas, conforme Lei 9755/98 Instrução Normativa 28 - Art. 2º Inc. XXIV.
- 2.1.303.** Dispor de relação com valores mensais de todas as Compras Realizadas com notas fiscais, conforme Lei 9755/98 Instrução Normativa 28 - Art. 2º Inc. XXIV.
- 2.1.304.** Permitir ao usuário emitir listagem dos empenhos permitindo filtro por empenho e intervalo de período.
- 2.1.305.** Dispor de relação das Despesas por Projeto/Atividade, conforme Lei 9755/98 Instrução Normativa 28 - Art. 2º Inc. XI e XII.
- 2.1.306.** Permitir ao usuário emitir os relatórios para auxílio no preenchimento da Declaração das Contas Anuais (DCA):
- 1.306.a) Anexo I-AB - Balanço Patrimonial
  - 1.306.b) Anexo I-C - Balanço Orçamentário - Receita Orçamentária
  - 1.306.c) Anexo I-D - Balanço Orçamentário - Despesa Orçamentária
  - 1.306.d) Anexo I-E - Balanço Orçamentário - Despesa por Função
  - 1.306.e) Anexo I-F - Balanço Orçamentário - Despesa Orçamentário - Restos a Pagar
  - 1.306.f) Anexo I-G - Balanço Orçamentário - Despesa por Função - Restos a Pagar
  - 1.306.g) Anexo I-HI - Demonstrativo das Variações Patrimoniais Qualitativas e Resultado Patrimonial.
- 2.1.307.** Permitir ao usuário emitir Balancete Contábil da Matriz de Saldos Contábeis, sendo possível no balancete a visualização consolidada e por informação complementar.
- 2.1.308.** Permitir ao usuário emitir o Razão Contábil da Matriz de Saldos Contábeis, sendo possível no balancete a visualização consolidada e por informação complementar.
- 2.1.309.** O sistema deverá dispor de ferramenta específica para pesquisas com opções para busca por:
- 1.309.a) Contrato - Empenho;
  - 1.309.b) Empenhos Emitidos;
  - 1.309.c) Empenhos Anulados;
  - 1.309.d) Empenhos Liquidados;
  - 1.309.e) Empenhos Liquidados Estornados;
  - 1.309.f) Empenhos Pagos;
  - 1.309.g) Empenhos Pagos Estornados;
  - 1.309.h) Restos a Pagar Processados e função de para exportar os resultados para arquivo PDF, XLS ou enviar direto para impressora.
- 2.1.310.** O sistema deverá dispor de ferramenta específica para pesquisas das prestações de contas de adiantamentos com função de para exportar os resultados para arquivo PDF, XLS ou enviar direto para impressora.
- 2.1.311.** O sistema deverá dispor de ferramenta específica para pesquisas com opções para busca por:

- 1.311.a) Rateio de Empenho por Ente Consorciado;
- 1.311.b) Desdobramento de Despesa e Vínculo;
- 1.311.c) Demonstrativo da Despesa por Tipo e função de para exportar os resultados para arquivo PDF, XLS ou enviar direto para impressora.

- 2.1.312.** O sistema deverá dispor de ferramenta específica para visualizar e pesquisar a Programação financeira da receita através da listagem. A pesquisa da Programação da receita pode ser realizada por: fonte, receita e descrição da receita.
- 2.1.313.** O sistema deverá dispor de ferramenta específica para visualizar e pesquisar os lançamentos referente a folha de pagamento. Essa pesquisa poderá dispor dos filtros: reduzido da despesa, programática, fonte de recurso, descrição e todos os níveis da funcional programática. Dispor também de opções para agrupamento por qualquer coluna da pesquisa. Possuir funcionalidade de alteração da disposição das colunas conforme necessidade do cliente. Dispor de função de para exportar os resultados para arquivo PDF, XLS ou enviar direto para impressora.
- 2.1.314.** O sistema deverá dispor de ferramenta específica para visualizar e pesquisar os empenhos que foram autorizados eletronicamente através de listagem. Essa pesquisa deverá dispor no mínimo dos filtros: data inicial e final, situação, usuário, unidade Descrição Unidade código credor, nome credor, empenhos, disposição de agrupamentos conforme necessidade do cliente, possibilidade de salvar a pesquisa efetuada para reutilização futura e função para exportar os resultados para arquivo PDF, XLS ou enviar direto para impressora.
- 2.1.315.** O sistema deverá dispor de ferramenta específica para visualizar e pesquisar as liquidações que foram autorizados eletronicamente através de listagem. Essa pesquisa deverá dispor no mínimo dos filtros: data inicial e final, situação, usuário, unidade orçamentária, Descrição Unidade orçamentária, código credor, nome credor, empenhos, disposição de agrupamentos conforme necessidade do cliente, possibilidade de salvar a pesquisa efetuada para reutilização futura e função para exportar os resultados para arquivo PDF, XLS ou enviar direto para impressora.
- 2.1.316.** O sistema deverá dispor de ferramenta específica para visualizar e pesquisar as anulações dos empenhos que foram autorizados eletronicamente através de listagem. Essa pesquisa deverá dispor no mínimo dos filtros: data inicial e final, situação, usuário, unidade orçamentária, Descrição Unidade orçamentária, código credor, nome credor, empenhos, disposição de agrupamentos conforme necessidade do cliente, possibilidade de salvar a pesquisa efetuada para reutilização futura e função para exportar os resultados para arquivo PDF, XLS ou enviar direto para impressora.
- 2.1.317.** O sistema deverá dispor de ferramenta específica para visualizar e pesquisar os cancelamentos de restos a pagar que foram autorizados eletronicamente através de listagem. Essa pesquisa deverá dispor no mínimo dos filtros: data inicial e final, situação, usuário, unidade orçamentária, Descrição Unidade orçamentária, código credor, nome credor, empenhos, disposição de agrupamentos conforme necessidade do cliente, possibilidade de salvar a pesquisa efetuada para reutilização futura e função para exportar os resultados para arquivo PDF, XLS ou enviar direto para impressora.
- 2.1.318.** O sistema deverá dispor de ferramenta específica para visualizar e pesquisar as devoluções de empenhos que foram autorizados eletronicamente através de

listagem. Essa pesquisa deverá dispor no mínimo dos filtros: data inicial e final, situação, usuário, unidade orçamentária, Descrição Unidade orçamentária, código credor, nome credor, empenhos, disposição de agrupamentos conforme necessidade do cliente, possibilidade de salvar a pesquisa efetuada para reutilização futura e função para exportar os resultados para arquivo PDF, XLS ou enviar direto para impressora.

**2.1.319.** O sistema deverá dispor de ferramenta específica para visualizar e pesquisar as devoluções de liquidações que foram autorizados eletronicamente através de listagem. Essa pesquisa deverá dispor no mínimo dos filtros: data inicial e final, situação, usuário, unidade orçamentária, Descrição Unidade orçamentária, código credor, nome credor, empenhos, disposição de agrupamentos conforme necessidade do cliente, possibilidade de salvar a pesquisa efetuada para reutilização futura e função para exportar os resultados para arquivo PDF, XLS ou enviar direto para impressora.

**2.1.320.** O sistema deverá dispor de ferramenta específica para visualizar e pesquisar as devoluções das anulações de empenhos que foram autorizados eletronicamente através de listagem. Essa pesquisa deverá dispor no mínimo dos filtros: data inicial e final, situação, usuário, unidade orçamentária, Descrição Unidade orçamentária, código credor, nome credor, empenhos, disposição de agrupamentos conforme necessidade do cliente, possibilidade de salvar a pesquisa efetuada para reutilização futura e função para exportar os resultados para arquivo PDF, XLS ou enviar direto para impressora.

**2.1.321.** O sistema deverá dispor de ferramenta específica para visualizar e pesquisar as devoluções dos cancelamentos de restos a pagar que foram autorizados eletronicamente através de listagem. Essa pesquisa deverá dispor no mínimo dos filtros: data inicial e final, situação, usuário, unidade orçamentária, Descrição Unidade orçamentária, código credor, nome credor, empenhos, disposição de agrupamentos conforme necessidade do cliente, possibilidade de salvar a pesquisa efetuada para reutilização futura e função para exportar os resultados para arquivo PDF, XLS ou enviar direto para impressora.

## **2.2. Sistema de Gestão de Planejamento Orçamentário (PPA, LDO, LOA);**

**2.2.1.** Possuir o cadastro de exercício unificado;

**2.2.2.** Permitir que se vincule no cadastro os seguintes dados: Entidade, Modelo do Plano de Contas vigente para o estado, Modelo da Receita, Modelo da Despesa, Conta Caixa, Percentual para Gastos com Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS) caso a Lei Orgânica do Município possua índice próprio.

**2.2.3.** Possibilitar a importação dos cadastros do TCE, com base no exercício anterior, no momento do cadastro de um novo exercício; Parâmetros configuráveis facultativos por entidade/exercício com precedência sem a necessidade de recadastro a não ser que seja necessário um novo valor para determinada entidade/exercício.

**2.2.4.** Permitir determinar o nível de detalhamento da estimativa de receita do PPA.

**2.2.5.** Possibilitar realizar a definição do nível de trabalho para a codificação da despesa no Detalhamento de Despesas do PPA e Dotações da LOA.

**2.2.6.** Dispor de parâmetro para possibilitar o desdobramento da ação em múltiplos

Projetos / Atividades ou a criação automatizada do cadastro de projetos com base nas ações.

- 2.2.7.** Possibilitar a definição da estrutura de elaboração do cronograma de desembolso, sendo o mesmo de forma agrupada por: Fonte de Recurso, Fonte e Despesa, ou Dotação.
- 2.2.8.** Possuir cadastro de dashboards personalizados com base nas consultas do módulo orçamentário.
- 2.2.9.** Possuir cadastro de assinaturas com definição de cargo e possibilidade de atribuição de assinaturas padrões que serão utilizadas em todos os relatórios.
- 2.2.10.** Restringir acesso dos usuários mediante a liberação de permissão para movimentação de dados cadastrais por Órgão / Unidade.
- 2.2.11.** Possibilitar o cadastro de Órgão e Unidade Orçamentária, com possibilidade de desmembramento até o nível de Unidade Executora.
- 2.2.12.** Disponibilizar cadastro de Funções de Governo, conforme estabelecido pelo TCE.
- 2.2.13.** Disponibilizar cadastro de Subfunções de Governo, conforme estabelecido pelo TCE.
- 2.2.14.** Disponibilizar cadastro simplificado de Programas de Governo, conforme estrutura definida pelo ente, contendo os campos: Código, Descrição, Data de Cadastro e Data de Inativação
- 2.2.15.** Permitir realizar o cadastro de Projetos e Atividades, contendo os campos: Projeto / Atividade, Descrição, Data de Início, Data Final, Tipo e Complemento de Descrição
- 2.2.16.** Possuir cadastro de receitas conforme o Plano Padrão do Tribunal de Contas do Estado, com possibilidade de alteração ou não da nomenclatura e de desdobramento da codificação, informando data de cadastro, tipo de dedução, apresentação de nível conforme a máscara vigente e admite movimento ou não conforme o nível.
- 2.2.17.** Possibilitar o cadastro atemporal (não necessita do recadastro com o novo exercício) da receita da entidade, com informação das fontes principais da receita e vinculação no plano de receitas do Tribunal de Contas do Estado por exercício;
- 2.2.18.** Possuir cadastro de despesa conforme o Plano Padrão do Tribunal de Contas do Estado, com possibilidade de alteração ou não da nomenclatura e de desdobramento da codificação, informando data de cadastro, apresentação de nível conforme a máscara vigente e admite movimento ou não conforme o nível
- 2.2.19.** Possibilitar o cadastro atemporal (não necessita do recadastro com o novo exercício) da despesa da entidade, com vinculação no plano de Despesa do Tribunal de Contas do Estado por exercício;"
- 2.2.20.** Permitir o cadastro de Fontes de Recursos da Entidade com possibilidade de vinculação das fontes padrões do Tribunal de Contas do Estado (TCE).
- 2.2.21.** Possuir cadastro de unidades de medidas, conforme pré definido pelo Tribunal de Contas do Estado.



- 2.2.22.** Possuir cadastro de público alvo, conforme pré definido pelo Tribunal de Contas do Estado.
- 2.2.23.** Permitir o registro das audiências públicas realizadas para a elaboração do Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA), com possibilidade de informar as sugestões da população e suas avaliações. Permitir a vinculação de arquivos e seu posterior download.
- 2.2.24.** Registrar as emendas Parlamentares no decorrer da elaboração do PPA e LOA, com possibilidade de informação do autor, tipo da ementa e descrição.
- 2.2.25.** Possuir o cadastro de versões para o PPA, onde apenas a versão aprovada seja referência para inclusão dos dados na LDO e LOA.
- 2.2.26.** Possuir o cadastro dos macros objetivos dos programas governamentais, com possibilidade de vinculação de vários programas à um mesmo macro objetivo.
- 2.2.27.** Possuir cadastro de Programas do PPA, contendo no mínimo as informações: Código; Descrição; Programa Contínuo; Tipo de Classificação do Programa; Vigência; Objetivo do Programa; Justificativa de Uso; Lei de Criação; Gerente do Programa e fonte de Financiamento, com possibilidade de importação de ciclo anterior do PPA, contendo a aplicação de percentual para projeção dos valores.
- 2.2.28.** Possibilitar a vinculação de Indicadores ao Cadastro e Programas do PPA, com a informação de: Código; Descrição; Indicador do TCE; Público Alvo; Unidade de Medida; Medida Inicial; Medida Esperada; Meta prevista para cada ano do PPA.
- 2.2.29.** Realizar informação das Ações no cadastro de Programas do PPA, contendo os dados: Descrição; Tipo; Unidade de Medida; Produto; Natureza; Tipo de Execução; Unidade Orçamentária; Vigência; Função; Subfunção; Descrição Complementar; Lei Meta Física e Financeira para cada um dos anos do ciclo do PPA.
- 2.2.30.** Permitir visualizar o histórico das alterações dos cadastros de Programas, Indicadores e Ações do PPA, contendo a situação da revisão, conforme cada versão que o registro sofreu alteração.
- 2.2.31.** Disponibilizar a apresentação de visualização resumida do cadastro de Programas do Plano Plurianual e suas vinculações (Indicadores e Ações), com possibilidade de visualização das metas em formato gráfico.
- 2.2.32.** Possibilitar o detalhamento das metas físicas do PPA, afim de permitir posterior informação dos detalhamentos na Liquidação e Empenho da Despesa, permitindo a realização da avaliação das metas.
- 2.2.33.** Possibilitar o detalhamento dos Programas e Ações do PPA, com a vinculação de projetos atividades, despesas e destinação de recurso.
- 2.2.34.** Permitir a digitação da Estimativa de Receita, com rateio automático por fonte de recurso com base em percentuais pré cadastrados, como também a informação de valores de forma manual em cada origem de recurso que a compõem, com possibilidade de importação com base na estimativa anterior e/ou do plano padrão do exercício vigente.
- 2.2.35.** Permitir a atualização total ou parcial da Estimativa de Receitas e Detalhamento da Despesa do PPA em uma versão em andamento, por meio da aplicação de filtros e

percentual de atualização, onde o incremento do valor deverá ocorrer com base na própria versão.

- 2.2.36.** Possuir avaliação automática das ações sobre os valores empenhados e liquidados ao término de cada exercício, a fim de gerar remessa para o Tribunal de Conta do Estado, dispor de aplicação de filtros na pesquisa de acordo com a entidade sem intervenção exterior, exportar os resultados da tela para as extensões XLS ou PDF.
- 2.2.37.** Possuir avaliação automática dos indicadores sobre os valores empenhados e liquidados ao término de cada exercício, a fim de gerar remessa para o Tribunal de Conta do Estado, dispor de aplicação de filtros na pesquisa de acordo com a entidade sem intervenção exterior, exportar os resultados da tela para as extensões XLS ou PDF.
- 2.2.38.** Dispor de funcionalidade para aprovação das versões do PPA em elaboração, com aplicação total ou parcial da Lei às alterações realizadas, em cada um dos escopos: PPA, PMS, ECA/FMDCA, LDO e Estimativas da Receita.
- 2.2.39.** Possuir cadastro de Programas do Plano Municipal de Saúde (PMS), contendo no mínimo as informações: Código; Descrição; Programa Contínuo; Tipo de Classificação do Programa; Vigência; Objetivo do Programa; Justificativa de Uso; Lei de Criação; Gerente do Programa e fonte de Financiamento, com possibilidade de importação de ciclo anterior e importação com base no ciclo de PPA Vigente, contendo a aplicação de percentual para projeção dos valores."
- 2.2.40.** Realizar informação das Ações no cadastro de Programas do PMS, contendo os dados: Descrição; Tipo; Unidade de Medida; Produto; Natureza; Tipo de Execução; Unidade Orçamentária; Vigência; Função; Subfunção; Descrição Complementar; Lei Meta Física e Financeira."
- 2.2.41.** Permitir visualizar o histórico das alterações dos cadastros de Programas e Ações do PMS, contendo a situação da revisão, conforme cada versão que o registro sofreu alteração.
- 2.2.42.** Disponibilizar a apresentação de visualização resumida do cadastro de Programas do Plano Municipal de Saúde e suas vinculações (Cadastro de Ações), com possibilidade de visualização das metas em formato gráfico.
- 2.2.43.** Possuir cadastro de Programas do Plano de Ações dos Direitos da Criança e do Adolescente (ECA/FMDCA), contendo no mínimo as informações: Código; Descrição; Programa Contínuo; Tipo de Classificação do Programa; Vigência; Objetivo do Programa; Justificativa de Uso; Lei de Criação; Gerente do Programa e fonte de Financiamento, com possibilidade de importação de ciclo anterior e importação com base no ciclo de PPA Vigente, contendo a aplicação de percentual para projeção dos valores.
- 2.2.44.** Realizar informação das Ações no cadastro de Programas do ECA/FMDCA, contendo os dados: Descrição; Tipo; Unidade de Medida; Produto; Natureza; Tipo de Execução; Unidade Orçamentária; Vigência; Função; Subfunção; Descrição Complementar; Lei Meta Física e Financeira.
- 2.2.45.** Permitir visualizar o histórico das alterações dos cadastros de Programas e Ações do ECA/FMDCA, contendo a situação da revisão, conforme cada versão que o registro sofreu alteração.

- 2.2.46.** Disponibilizar a apresentação de visualização resumida do cadastro de Programas do Plano de Ações dos Direitos da Criança e do Adolescente e suas vinculações (Cadastro de Ações), com possibilidade de visualização das metas em formato gráfico.
- 2.2.47.** Possuir o cadastro de versões para o LDO vinculado à versão do PPA.
- 2.2.48.** Dispor de funcionalidade para realização do cadastro de parâmetros para elaboração dos anexos de metas e demonstrativos da LDO, contendo campos para informação do índice inflação anual e projeção do Produto Interno Bruto (PIB).
- 2.2.49.** Possuir cadastro de Programas da LDO, contendo no mínimo as informações: Código; Descrição; Programa Contínuo; Tipo de Classificação do Programa; Vigência; Objetivo do Programa; Justificativa de Uso; Lei de Criação; Gerente do Programa e fonte de Financiamento, com possibilidade de importação de ciclo anterior e importação com base no ciclo de PPA Vigente, contendo a aplicação de percentual para projeção dos valores.
- 2.2.50.** Realizar informação das Ações no cadastro de Programas da LDO, contendo os dados: Descrição; Tipo; Unidade de Medida; Produto; Natureza; Tipo de Execução; Unidade Orçamentária; Vigência; Função; Subfunção; Descrição Complementar; Lei Meta Física e Financeira.
- 2.2.51.** Permitir visualizar o histórico das alterações dos cadastros de Programas e Ações da LDO, contendo a situação da revisão, conforme cada versão que o registro sofreu alteração.
- 2.2.52.** Disponibilizar a apresentação de visualização resumida do cadastro de Programas da Lei de Diretrizes Orçamentárias e suas vinculações (Cadastro de Ações), com possibilidade de visualização das metas em formato gráfico.
- 2.2.53.** Possibilitar a realização de correlacionamento entre as ações dos diversos escopos PPA, LDO, PMS e ECA, conforme determinado pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE).
- 2.2.54.** Dispor de funcionalidade para detalhamento da receita da LDO com base espelhada no PPA, de forma que as alterações cadastrais realizadas no PPA sejam refletidas diretamente na LDO.
- 2.2.55.** Possuir rotina para cadastrar os Riscos Fiscais do município referente a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), permitindo que a entidade possa relacionar o risco com uma ou mais providências. Possibilitar lançamentos tanto para os passivos contingentes quanto os demais riscos fiscais passivos para os tipos que são exigidos pelo TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO.
- 2.2.56.** Possuir ferramenta onde seja possível gerar de forma automática as Metas Fiscais Consolidadas do município para a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), gerando no mínimo as seguintes informações: Despesa Primária, Despesa Total, Despesas Primárias PPP, Dívida Consolidada Líquida, Dívida Pública Consolidada, Receita Total, Receitas Primárias PPP, Receitas Primárias e Resultado Nominal. Possibilitar lançamento de notas explicativas.
- 2.2.57.** Dispor de uma rotina onde seja possível cadastrar a Evolução do Patrimônio Líquido do município para a LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias, permitindo informar no

mínimo as seguintes informações: Patrimônio/Capital, Reservas, Resultado Acumulado. Possibilitar lançamento de notas explicativas.

- 2.2.58.** Dispor de uma rotina onde seja possível cadastrar Projeção Atuarial do RPPS, tanto do Plano Financeiro quanto do Plano Previdenciário para a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), possuindo os seguintes dados: Saldo Anterior, Receitas e Despesas tanto para o Plano Previdenciário RPPS quanto para o Plano Financeiro, em atendimento do Art. 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Possuir funcionalidade de preenchimento automáticos dos valores com base nos dados de exercícios anteriores. Possibilitar lançamento de notas explicativas.
- 2.2.59.** Possuir uma rotina onde seja possível cadastrar as Receitas, Despesas, Aportes, Bens e Direitos do RPPS, tanto do Plano Financeiro quanto do Plano Previdenciário para a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Disponibilizar opção para recalcular os valores de forma automática de exercícios anteriores com base nos dados da contabilidade. Possibilitar lançamento de notas explicativas.
- 2.2.60.** Permitir cadastro da Alienação de Ativos Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), permitindo informar no mínimo as seguintes informações: Receita Realizada de Alienação de Bens Móveis, Receita Realizada de Alienação de Bens Imóveis, Despesas de Investimento, Despesas de Inversões Financeiras, Despesas de Amortização da Dívida, Despesas Decorrentes do RPPS e Despesas Decorrentes do RGPS. Possibilitar que a entidade possa preencher os dados de forma automática com base nos dados da contabilidade. Possibilitar lançamento de notas explicativas.
- 2.2.61.** Possuir cadastro de Renúncias de Receitas para a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), identificando as receitas IPTU, ITBI, ISS, CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA, TAXAS, OUTROS TRIBUTOS, COSIP e IMPUGNAÇÕES/IMPOSIÇÕES. Dispor também as seguintes modalidades: Anistia, Remissão, Subsídio, Crédito Presumido, Alteração de Alíquota ou Modificação de Base de Cálculo, e Outros Benefícios. Permitir que possa ser lançada notas explicativas.
- 2.2.62.** Possuir rotina onde seja possível cadastrar a Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado para a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), permitindo informar as seguintes informações: Aumento Permanente da Receita, Transferências Constitucionais, Transferências ao FUNDEB, Redução Permanente da Despesa, Novas Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado e Novas Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado geradas por Parcerias Público-Privada com a possibilidade de informar notas explicativas.
- 2.2.63.** Permitir o cadastro das obras em execução, para elaboração do Demonstrativos de Obras em Andamento (LDO), contendo as seguintes informações: Descrição; Data de Início; Projeto / Atividade de execução da obra; Unidade de Medida; Entidade Responsável; Valor Previsto; Valor Executado; Saldo Executar; Quantidade Prevista; Quantidade Executada; Quantidade à Executar com a possibilidade de aplicação de filtros para a busca dos registros em listagem cadastral.
- 2.2.64.** Possuir rotina onde seja possível o lançamento da memória de cálculo da LDO referente ao Resultado Primário e Nominal, em conformidade com o Anexo 6 - Demonstrativo de Resultados Primário e Nominal da RREO, contendo quadro para lançamento das Receitas Primárias até nível de Espécie da Receita (conforme codificação do plano TCE), quadro para lançamento das Despesa Primárias até nível de modalidade da despesa quando couber, quadro referente aos Juros Nominais,

quadro de Cálculo do Resultado Nominal e Quadro para Lançamento dos Ajustes Metodológicos, permitindo a informação de notas explicativas com a possibilidade de carga automática dos valores a partir das informações cadastrais dos programas e ações e estimativa da receita.

- 2.2.65.** Dispor de uma rotina onde seja possível cadastrar a Dívida Pública do município para a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), permitindo informar as seguintes informações: Dívida Mobiliária, Outras Dívidas, Ativo Disponível, Haveres Financeiros e (-) Restos a Pagar Processados. Possuir funcionalidade de preenchimento automático dos valores advindos da contabilidade. Possuir também a possibilidade de projetar valores para os próximos exercícios com a utilização de percentuais.
- 2.2.66.** Possuir cadastro que permita o lançamento das memórias de cálculo da despesa de forma manual e automatizada, visando o atendimento do art. 4º, § 2º, inciso II, da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, possibilitando a digitação dos valores à nível de categoria econômica para os três anos anteriores e os dois posteriores ao ano de elaboração da LDO, com possibilidade de informação de notas explicativas.
- 2.2.67.** Dispor de rotina para lançamento automatizado das principais destinações de recursos de despesa, contendo a informação de valor nominal para os três anos anteriores e os dois posteriores ao ano de elaboração da LDO, com cálculo de percentual da variação do valor anual das despesas, com possibilidade de informação de notas explicativas.
- 2.2.68.** Dispor de rotina para lançamento automatizado das principais origens de recursos das receitas, contendo a informação de valor nominal para os três anos anteriores e os dois posteriores ao ano de elaboração da LDO, com cálculo de percentual da variação do valor anual receitas, com possibilidade de informação de notas explicativas.
- 2.2.69.** Dispor de versionamento para a elaboração da LOA, com possibilidade de informação do Percentual de Crédito Adicional, Descrição, Situação da LOA. Lei de Criação, permitindo que seja identificado cada um dos estágios de votação da LOA, com sancionamento da versão final para possibilitar o início da execução orçamentária.
- 2.2.70.** Dispor de tela para registro da previsão da Receita para Lei Orçamentária Anual (LOA) manualmente e/ou com possibilidade de importação das receitas do Plano Plurianual (PPA) através de controle de versão, com os seguintes parâmetros: codificação da receita respeitando o plano de contas do Secretaria do Tesouro Nacional (STN), descrição da receita, Tipo operação, Esfera, fonte de recurso e rateio, dispor aplicação de filtros na pesquisa de acordo com a entidade sem intervenção exterior, permitir filtrar na tela de cadastro de forma simples e direta por receita, tipo operação, fonte, descrição e valor, sem a necessidade de uma tela específica de pesquisa. Permitir que os dados da tela possam ser exportados para as extensões XLS, PDF ou direto para impressora.
- 2.2.71.** Dispor de tela para registro da previsão da Despesa para Lei Orçamentária Anual (LOA) manualmente e/ou com possibilidade de importação das Despesas do Plano Plurianual (PPA) através de controle de versão, com os seguintes parâmetros: Unidade Orçamentária, Função, Subfunção, Código Reduzido (de livre informação ou gerado automaticamente), Programa, Projeto / Atividade, Natureza da Despesa conforme o plano de contas da despesa utilizado pelo Tribunal de Contas do Estado

(TCE), Esfera, Valor fixado, Fonte de Recurso, Valor por Fonte, Natureza da Programática.

- 2.2.72.** Permitir o cadastro e controle das dotações oriundas da abertura de crédito adicionado no decorrer da execução da despesa do exercício corrente.
- 2.2.73.** Permitir a atualização total ou parcial das receitas e despesas da LOA em uma versão em andamento, por meio da aplicação de filtros e percentual de atualização, onde o incremento do valor poderá ocorrer com base na própria versão.
- 2.2.74.** Possibilitar o desdobramento das dotações em itens, permitindo que o gestor de cada unidade orçamentária, detalhe cada gasto que irá compor a dotação, permitindo uma análise aprofundada do valor orçado.
- 2.2.75.** Dispor de funcionalidade para registro das interferências financeiras contemplando as seguintes opções: Data de Cadastros, Descrição, órgão/unidade de origem, valor da interferência, tipo da interferência (ativa ou passiva), entidade origem, entidade destino, finalidade, com a possibilidade de lançamento da previsão de pagamento e/ou recebimento mensal de forma automatizada, a fim de cumprir com a exigência do Tribunal de Contas do Estado (TCE)
- 2.2.76.** Possuir geração automatizada da programação financeira da Receita por grupos de receitas e fontes de recursos.
- 2.2.77.** Possuir geração automatizada do cronograma mensal de desembolso da Despesa por grupos de despesas e fontes de recursos.
- 2.2.78.** Possuir cadastro para identificação das Origens de Recurso sem Destinação específica contendo no mínimo as informações: Data de Previsão e Valor de Recurso disponível, a fim de atender a geração dos arquivos para prestação de ao Tribunal de Contas do Estado (TCE).
- 2.2.79.** Permitir o cadastro da Estimativa de Impacto Orçamentário e Financeiro, com possibilidade de emissão de relatório.
- 2.2.80.** Dispor de consulta para identificação de divergências e compatibilização automatizada entre as peças de planejamento LOA e PPA, havendo comparativo com base nas versões de cada um dos escopos, com a apresentação de descrição das inconsistências encontradas, contendo também a possibilidade de identificação dos registros não passíveis de atualização automática.
- 2.2.81.** Permitir a emissão de relatório de conferência das despesas previstas no PPA, com consolidação parcial ou total das entidades, com escolha de assinaturas para impressão, permitindo a aplicação de filtros: Código do Programa, Descrição do Programa, Função, Subfunção, Código do Projeto / Atividade, Descrição do Projeto / Atividade, Natureza de Despesa TCE, Fonte de Recurso, Órgão e Unidade Orçamentária e Versão de Origem dos Dados
- 2.2.82.** Permitir a emissão de relatório de conferência das receitas lançadas na estimativa do PPA, com consolidação parcial ou total das entidades, com escolha de assinaturas a serem impressas, permitindo a aplicação de filtros de Natureza da Receita, Descrição, Tipo de Operação da Receita e Versão de Origem dos Dados
- 2.2.83.** O sistema deverá permitir a emissão dos relatórios do Plano Plurianual (PPA),

conforme legislação vigente e necessidades da entidade:

- 2.83.a.a)** Programas Finalísticos;
  - 2.83.a.b)** Programas Finalísticos PMS;
  - 2.83.a.c)** Programas Finalísticos ECA/FMDCA;
  - 2.83.a.d)** Resumo das Ações por Função/Subfunção;
  - 2.83.a.e)** Classificação dos Programas e Ações por Função;
  - 2.83.a.f)** Classificação dos Programas por Macro Objetivos;
  - 2.83.a.g)** Resumo dos Programas Finalísticos por Macro Objetivos;
  - 2.83.a.h)** Receitas Realizadas e Estimadas;
  - 2.83.a.i)** Demonstração da Receita Corrente Líquida;
  - 2.83.a.j)** Resultados Fiscais Projetados;
  - 2.83.a.k)** Conferência dos Projetos e Despesas;
  - 2.83.a.l)** Receitas Educação;
  - 2.83.a.m)** Saúde;
  - 2.83.a.n)** Legislativo;
  - 2.83.a.o)** Receita por Fonte TCE;
  - 2.83.a.p)** Relatório para Audiência Pública.
- 2.2.84.** Avaliação do PPA, com a possibilidade de exportação para os formatos Word, Excel, pdf, csv, txt e outros.
- 2.2.85.** Permitir a emissão de relatório de conferência das receitas lançadas na estimativa da LDO, com consolidação parcial ou total das entidades, com escolha de assinaturas a serem impressas, permitindo a aplicação de filtros de Natureza da Receita, Descrição, Tipo de Operação da Receita e Versão de Origem dos Dados
- 2.2.86.** Permitir a emissão de relatório para conferência das Metas e Prioridades para a fixação de Despesa, com possibilidade de apurações dos valores dos escopos da LDO e PPA, permitindo a consolidação parcial ou total das entidades constantes no relatório, com filtro de versão de origem dos dados e seleção de assinaturas para impressão.
- 2.2.87.** Disponibilizar emissão dos relatórios Demonstrativos da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) obedecendo a Lei Complementar 101/2000:
- 2.87.a.a)** I - Metas Anuais
  - 2.87.a.b)** II - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior
  - 2.87.a.c)** III - Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores
  - 2.87.a.d)** IV - Evolução do Patrimônio Líquido
  - 2.87.a.e)** V - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos
  - 2.87.a.f)** VI - Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do RPPS
  - 2.87.a.g)** VIIA - Projeção Atuarial do RPPS
  - 2.87.a.h)** VII - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita
  - 2.87.a.i)** VIII - Margem de Expansão das Despesas
  - 2.87.a.j)** Projetos em Andamento
  - 2.87.a.k)** Anexo de Riscos Fiscais
  - 2.87.a.l)** Anexo de Metas Fiscais e Financeiras da LDO
  - 2.87.a.m)** Modelo de Origem e Destinação de Recursos na LDO
- 2.2.88.** Disponibilizar emissão dos relatórios Metodologia e Memórias da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO):

- 2.88.a.a)** I Receitas
- 2.88.a.b)** IA - Receitas (Detalhamento por Fonte)
- 2.88.a.c)** II - Despesas
- 2.88.a.d)** IIA - Despesas (Detalhamento por Natureza)
- 2.88.a.e)** III - Resultado Primário
- 2.88.a.f)** IV - Resultado Nominal
- 2.88.a.g)** V - Montante da Dívida Pública
- 2.88.a.h)** VI - Resultados Primário e Nominal

**2.2.89.** Dispor de relatório para conferência das dotações fixadas do orçamento Geral, ECA/FMDCA e PMS, com possibilidade de aplicação de filtros como: Versão de Origem, Despesa, Função, Subfunção, Fonte de Recurso, Órgão, Unidade, permitindo a consolidação total ou parcial das entidades.

**2.2.90.** Permitir a emissão de relatório de conferência das receitas previstas na LOA, com possibilidade de aplicação de filtros por Natureza da Receita e Versão de Origem dos dados, com detalhamento de deduções e consolidação total ou parcial de entidades.

**2.2.91.** Emitir relatório comparativo entre as peças de planejamento PPA, LDO e LOA, com possibilidade de definição das versões a serem comparadas, com aplicação de filtro de programa e ação, com consolidação total ou parcial das entidades.

**2.2.92.** Possibilitar a emissão dos demonstrativos previstos na Lei nº 4.320/64 e anexos conferência da LOA:

- 2.92.a.a)** Sumário Geral da Receita e Despesa
- 2.92.a.b)** Receita e Despesa por Categoria Econômica
- 2.92.a.c)** Receita por Fonte e Responsável Legislação
- 2.92.a.d)** Anexo II - Receita
- 2.92.a.e)** Anexo II - Despesa
- 2.92.a.f)** Quadro das Dotações por Órgão de Governo
- 2.92.a.g)** Anexo VI - Programa de Trabalho
- 2.92.a.h)** Anexo VII - Programa de Trabalho de Governo
- 2.92.a.i)** Anexo VIII - Despesa Conforme Vínculo Recursos
- 2.92.a.j)** Anexo IX
- 2.92.a.k)** Programação Financeira
- 2.92.a.l)** Cronograma de Desembolso
- 2.92.a.m)** Demonstrativo da Despesa com Pessoal
- 2.92.a.n)** Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção de Desenvolvimento do Ensino;
- 2.92.a.o)** Demonstrativo das Receitas de impostos e Despesas Próprias com Saúde;

**2.2.93.** Disponibilizar consulta das Fixações de Despesa do PPA, com a possibilidade de consolidação parcial ou total, permitindo a aplicação dos filtros mínimos: Código do Programa, Descrição do Programa, Função, Subfunção, Código do Projeto / Atividade, Descrição do Projeto / Atividade, Natureza de Despesa TCE, Fonte de Recurso, Órgão e Unidade Orçamentária, permitir a visualização em formato gráfico dos valores projetados em cada detalhamento da despesa (Ação, Projeto / Atividade, Despesa, Fontes de Recurso), possibilitar a impressão da consulta realizada.

**2.2.94.** Possibilitar a realização de consultas da Estimativa de Receitas do PPA, com a possibilidade de consolidação parcial ou total, permitindo a aplicação dos filtros mínimos: Natureza da Receita TCE, Descrição da Receita, Fonte de Recurso, Tipo de



Operação da Receita, conter totalização em cada nível da natureza da receita, conforme plano de contas da receita disponibilizado pelo Tribunal de Contas do Estados, permitir a visualização em formato gráfico dos valores projetados em cada origem de recurso, possibilitar a impressão da consulta realizada.

- 2.2.95.** Disponibilizar consulta dos valores fixados para os Programas e Ações do PMS, com a possibilidade de consolidação parcial ou total, permitindo a aplicação dos filtros mínimos: Código do Programa, Descrição do Programa, Função, Subfunção, Fonte de Recurso, Órgão e Unidade Orçamentária, permitir a visualização em formato gráfico dos valores fixados, possibilitar a impressão da consulta realizada.
- 2.2.96.** Disponibilizar consulta dos valores fixados para os Programas e Ações do ECA/FMDCA, com a possibilidade de consolidação parcial ou total, permitindo a aplicação dos filtros mínimos: Código do Programa, Descrição do Programa, Função, Subfunção, Fonte de Recurso, Órgão e Unidade Orçamentária, permitir a visualização em formato gráfico dos valores fixados, possibilitar a impressão da consulta realizada.
- 2.2.97.** Disponibilizar consulta dos valores fixados para os Programas e Ações da LDO, com a possibilidade de consolidação parcial ou total, permitindo a aplicação dos filtros mínimos: Código do Programa, Descrição do Programa, Função, Subfunção, Fonte de Recurso, Órgão e Unidade Orçamentária, permitir a visualização em formato gráfico dos valores fixados, possibilitar a impressão da consulta realizada.
- 2.2.98.** Permitir a consulta da Estimativa de Receitas para a LDO vigente, com a possibilidade de consolidação parcial ou total, permitindo a aplicação dos filtros mínimos: Natureza da Receita TCE, Descrição da Receita, Fonte de Recurso, Tipo de Operação da Receita, conter totalização em cada nível da natureza da receita, conforme plano de contas da receita disponibilizado pelo Tribunal de Contas do Estados, permitir a visualização em formato gráfico dos valores projetados em cada origem de recurso, possibilitar a impressão da consulta realizada.
- 2.2.99.** Permitir a realização de consulta das dotações fixadas na LOA, com a possibilidade de consolidação parcial ou total, com a disponibilização de filtros mínimos: Código do Programa, Descrição do Programa, Função, Subfunção, Código do Projeto / Atividade, Descrição do Projeto /Atividade, Natureza de Despesa TCE, Fonte de Recurso, Órgão e Unidade Orçamentária, permitir a visualização em formato gráfico dos valores projetados em cada destinação de recurso, possibilitar a impressão da consulta realizada.
- 2.2.100.** Permitir a realização de consulta das receitas previstas na LOA, com a possibilidade de consolidação parcial ou total, com a disponibilização de filtros mínimos: Natureza da Receita TCE, Descrição da Receita, Nível com base na Natureza da Receita, Fonte de Recurso e Tipo de Operação, conter totalização em cada nível da natureza da receita, conforme plano de contas da receita disponibilizado pelo Tribunal de Contas do Estados, permitir a visualização em formato gráfico dos valores projetados em cada origem de recurso, possibilitar a impressão da consulta realizada.
- 2.2.101.** Dispor de Consulta de saldo das Fontes de Recurso, em cada um dos escopos do planejamento orçamentário (PPA, LDO e LOA), com a possibilidade de consolidação parcial das entidades e aplicação de filtros por código e descrição da fonte de recurso, permitindo agrupamento pela origem de recurso, consulta somente das fontes com ou sem diferença de saldo, com função para demonstração das receitas e

despesas que compõe cada uma das fontes.

- 2.2.102.** Possibilitar a impressão de relatório comparativo entre receita e despesa por fonte de recurso, com demonstração de saldo apurado.
- 2.2.103.** Disponibilizar consulta das ações não correlacionadas entre os escopos PMS, ECA, PPA e LDO, com possibilidade de apuração dos dados à serem enviados na remessa dos arquivos para o Tribunal de Contas do Estado (TCE).

### **2.3. Sistema de Gestão Financeira e Tesouraria Municipal;**

- 2.3.1.** Possibilitar o registro de licença de uso de forma automática ou manual no interior do sistema.
- 2.3.2.** Permitir a alternância entre os demais módulos sem a necessidade de sair do sistema atual, facilitando a transição entre eles.
- 2.3.3.** Permitir a troca de entidade, exercício e versão sem a necessidade de sair do sistema.
- 2.3.4.** Permitir a realização de pesquisa das telas do sistema com possibilidade de indicar determinada rotina como favorita para acesso facilitado.
- 2.3.5.** Permitir a utilização de calculadora no interior do sistema.
- 2.3.6.** Permitir o controle de acesso dos usuários aos sistemas, determinando restrição de acesso a rotinas, bem como ações de inclusão, alteração e exclusão.
- 2.3.7.** Permitir a restrição de acesso a relatórios aos usuários cadastrados.
- 2.3.8.** Possuir controle de abertura e fechamento diário do caixa.
- 2.3.9.** Possuir calendário de feriados para impedir lançamentos em datas indevidas.
- 2.3.10.** Permitir o cadastro das contas bancárias pertencentes à entidade com possibilidade de:
  - 3.10.a.a)** Consulta as últimas conciliações bancárias realizadas;
  - 3.10.a.b)** Vincular diversos tipos de contas com visualização do saldo em tela;
  - 3.10.a.c)** Associar responsáveis às contas bancárias, possibilitando o controle de vigência;
  - 3.10.a.d)** Vincular as Fontes de Recursos pertinentes à movimentação da conta;
  - 3.10.a.e)** Configurar informações para envio de remessa bancária (CNAB240 e OBN600);
  - 3.10.a.f)** Associar receitas específicas para limitar a arrecadação à conta, conforme o vínculo; e
  - 3.10.a.g)** Possibilitar que arquivos sejam anexados ao cadastro da conta bancária.
- 2.3.11.** Possibilitar o encerramento e a reversão do encerramento da conta bancária.
- 2.3.12.** Permitir o agrupamento de contas bancárias com mais de um recurso e mesmo código do Banco Central do Brasil (Bacen).
- 2.3.13.** Permitir o cadastro de históricos padrões com possibilidade de complemento quando necessário, para possível utilização em lançamentos no sistema.
- 2.3.14.** Possibilitar a configuração de formulário de cheque para compatibilizar o formato da

impressão com os modelos das diversas entidades bancárias.

- 2.3.15.** Dispor de configuração automática de cheque possibilitando a seleção da entidade e nome do município a serem emitidos.
- 2.3.16.** Possuir funcionalidade para vinculação de modelos de cheques a bancos específicos.
- 2.3.17.** Dispor de um controle de utilização de talonário de cheques, possibilitando a seleção de talão ou formulário contínuo, bem como a vinculação a uma conta bancária.
- 2.3.18.** Permitir o cadastro de impressoras para possíveis configurações de modelos de impressão de cheque.
- 2.3.19.** Possibilitar criação ou edição de modelos de impressão de cheques, com possibilidade de seleção no momento da emissão ou indicar um modelo já existente configurado por banco.
- 2.3.20.** Permitir a criação de novos grupos de relatórios com possibilidade de alterar grupos já cadastrados.
- 2.3.21.** Possibilitar a definição da geração de numeração automática para cada tipo de documento utilizado nos pagamentos, bem como definir em qual tipo de documento será obrigatório o uso do banco favorecido.
- 2.3.22.** Permitir o controle de abertura e fechamento do caixa com autenticadora mecânica.
- 2.3.23.** Dispor de consulta em tela dos pagamentos efetuados e a efetuar, com possibilidade de filtros e ordenação com base nas informações desejadas.
- 2.3.24.** Possibilitar a realização de pagamentos orçamentários, extra orçamentários e de restos a pagar, permitindo a realização para diversos fornecedores para uma mesma conta bancária.
- 2.3.25.** Dispor de consulta ao saldo atual da Fonte de Recurso vinculada à conta bancária no momento da realização do pagamento.
- 2.3.26.** Permitir que o pagamento seja tramitado e assinado eletronicamente com, no mínimo, as seguintes funcionalidades:
- 2.3.27.** Possibilitar a parametrização do fluxo de aprovação de acordo com as necessidades da entidade;
- 2.3.28.** Possibilitar a parametrização de valores mínimo e máximo para cada fluxo de aprovação definido;
- 2.3.29.** Definir o acesso do fluxo de aprovação por usuário;
- 2.3.30.** Possibilitar a configuração das assinaturas que serão exibidas na impressão da nota de pagamento por fluxo de aprovação;
- 2.3.31.** Exigir a informação de observação para ações de aprovar e desaprovar por fluxo de aprovação;
- 2.3.32.** Possuir, em uma única tela, consulta para demonstração dos pagamentos pendentes de aprovação, dos que tiveram as notas de pagamentos impressas e dos que foram desaprovados; demonstrar as ações por usuário e possibilitar opções de filtro e

agrupamento, bem como pesquisa por:

- 3.32.a.a)** Número do empenho;
  - 3.32.a.b)** Código do credor;
  - 3.32.a.c)** Nome do credor;
  - 3.32.a.d)** Nome fantasia do credor.
- 2.3.33.** Restringir a visualização de pagamentos de acordo com permissões de acesso às unidades orçamentárias dos usuários;
- 2.3.34.** Bloquear a edição de pagamentos que foram aprovados por qualquer nível do fluxo de aprovação;
- 2.3.35.** Retornar ao fluxo de aprovação inicial os pagamentos desaprovados;
- 2.3.36.** Bloquear a contabilização do pagamento enquanto não percorrer por todo o fluxo de aprovação definido.
- 2.3.37.** Demonstrar no pagamento as tramitações de assinaturas eletrônicas efetuadas e exibir para cada etapa do fluxo, informações de:
  - 3.37.a.a)** Data e hora;
  - 3.37.a.b)** Usuário;
  - 3.37.a.c)** Situação de origem;
  - 3.37.a.d)** Situação de destino;
  - 3.37.a.e)** Observação;
  - 3.37.a.f)** IP do computador;
  - 3.37.a.g)** Nome do computador.
- 2.3.38.** Possibilitar o estorno total e parcial de pagamentos.
- 2.3.39.** Possibilitar a transferência entre contas bancárias da entidade, bem como permitir que arquivos sejam anexados à transferência.
- 2.3.40.** Possibilitar a realização de aplicação e resgate de contas bancárias da entidade.
- 2.3.41.** Permitir que os lançamentos de transferência entre contas bancárias e aplicação/resgate sejam realizados por meio de importação de extrato bancário.
- 2.3.42.** Dispor de funcionalidade para realização de conciliação bancária de forma individual e por grupo de contas bancárias, possibilitando a verificação dos lançamentos por tipo de operação e que arquivos sejam anexados à conciliação bancária.
- 2.3.43.** Permitir a realização da conciliação bancária através da importação de extrato bancário, possibilitando a compensação automática por:
  - 3.43.a.a)** Documento e valor;
  - 3.43.a.b)** Data e valor; e
  - 3.43.a.c)** Data, documento e valor.
- 2.3.44.** Além disso, possibilitar a conciliação manual de lançamentos e a inserção de lançamentos não considerados pela contabilidade.
- 2.3.45.** Possibilitar a verificação automática de contas bancárias não conciliadas, de contas zeradas, bem como opções de pesquisas de lançamentos.

- 2.3.46.** Permitir que os lançamentos da conciliação bancária sejam agrupados conforme as necessidades do operador, bem como a ordem das colunas sejam alteradas, possibilitando que as alterações sejam salvas em visões para posterior consulta.
- 2.3.47.** Possibilitar a impressão e a exportação dos lançamentos da conciliação bancária para arquivos de extensão PDF e XLS.
- 2.3.48.** Permitir a arrecadação de receita orçamentária com rateio automático por Fonte de Recurso conforme percentual previamente configurado, possibilitando a realização por:
- 3.48.a.a)** Concomitante ao fato gerador do recolhimento; e
  - 3.48.a.b)** Com o fato gerador do previamente reconhecido.
- 2.3.49.** Permitir a devolução de receita orçamentária com rateio automático por Fonte de Recurso conforme percentual previamente configurado, possibilitando a realização por:
- 3.49.a.a)** Concomitante ao fato gerador do recolhimento; e
  - 3.49.a.b)** Com o fato gerador do previamente reconhecido.
- 2.3.50.** Permitir os lançamentos de deduções do FUNDEB para controle de gastos com educação.
- 2.3.51.** Dispor de funcionalidade para preparação e geração de arquivo de remessa para pagamentos aos bancos conforme o leiaute CNAB240, bem como realizar a baixa automaticamente conforme o arquivo de retorno do banco.
- 2.3.52.** Dispor de funcionalidade para preparação e geração de arquivo de remessa para pagamentos aos bancos conforme o leiaute OBN600, bem como realizar a baixa automaticamente conforme o arquivo de retorno do banco.
- 2.3.53.** Dispor de funcionalidade para recebimento de lote de remessa integrada com o módulo tributário para restituição a contribuintes.
- 2.3.54.** Dispor de funcionalidade para preparação e geração de arquivo das transferências bancárias realizadas pela entidade.
- 2.3.55.** Permitir a emissão de ordens de pagamentos com controle sequencial da numeração, possibilitando informar diversos empenhos e liquidações de um mesmo fornecedor.
- 2.3.56.** Possuir tela específica para consulta de pagamentos orçamentários contendo opções de pesquisa e filtros por todos os níveis da funcional programática, bem como fonte de recurso, de informações bancárias e do fornecedor.
- 2.3.57.** Possuir tela específica para consulta de pagamentos extra orçamentários com opções de pesquisa.
- 2.3.58.** Dispor de recurso que permita a impressão de cheques avulsos em impressora matricial.
- 2.3.59.** Dispor de recurso que permita a impressão de cheques por remessa e individual para os tipos de impressão:

- 3.59.a.a)** Formulário;
- 3.59.a.b)** Matricial;
- 3.59.a.c)** Laser; e
- 3.59.a.d)** Máquina de talão.

**2.3.60.** Dispor de integração com o módulo tributário efetuando de forma automática os lançamentos contábeis de arrecadação de receitas. A integração deve ocorrer sem a necessidade da importação de arquivos, bem como possibilitar a consulta dos lançamentos tributários para conferência dos valores antes de efetuar a contabilização. A funcionalidade de conter, ainda, emissão de relatório de críticas caso haja inconsistência ou falta de configuração nas receitas.

**2.3.61.** Dispor de relação de empenhos por fornecedor com possibilidade de emissão por situação, opções de detalhamentos e aplicação mínima dos seguintes filtros:

- 3.61.a.a)** Período;
- 3.61.a.b)** Todos os níveis da funcional programática; e
- 3.61.a.c)** Fonte de recurso.

**2.3.62.** Dispor de relação do extrato do fornecedor que demonstre empenhos e restos a pagar com aplicação mínima dos seguintes filtros:

- 3.62.a.a)** Período; e
- 3.62.a.b)** Fornecedor.

**2.3.63.** Dispor de relação de retenções realizadas com possibilidades de agrupamento por fornecedor e data do documento fiscal e aplicação mínima dos seguintes filtros:

- 3.63.a.a)** Fornecedor;
- 3.63.a.b)** Conta contábil; e
- 3.63.a.c)** Fonte de recurso.

**2.3.64.** Emitir o diário da receita orçamentária por período, com aplicação de filtro por receita e opção de detalhamento de histórico, bem como configuração da página inicial.

**2.3.65.** Emitir o diário da despesa orçamentária por período.

**2.3.66.** Emitir o diário de bancos por período com aplicação de filtro por conta bancária e opção de detalhamento de histórico, bem como configuração da página inicial.

**2.3.67.** Possuir emissão do termo de abertura e fechamento com possibilidade de configuração das páginas inicial e final, número do livro, nome livro e número do cargo.

**2.3.68.** Dispor de relação de contas a pagar com possibilidade de emissão por tipo, opções de detalhamentos e resumos, bem como aplicação mínima dos seguintes filtros:

- 3.68.a.a)** Período;
- 3.68.a.b)** Todos os níveis da funcional programática;
- 3.68.a.c)** Fornecedor; e
- 3.68.a.d)** Fonte de recurso.

**2.3.69.** Dispor de relatórios de empenhos emitidos por área de atuação, desdobramento, dotação e natureza da despesa.

- 2.3.70.** Dispor de relatórios de pagamentos por fonte e conta bancária, bem como de pagamentos realizados sem comprovantes.
- 2.3.71.** Emitir razões da contabilidade, receitas e despesas orçamentárias, de empenhos e fornecedores.
- 2.3.72.** Dispor de relatórios de acompanhamento da previsão e arrecadação da receita orçamentária com possibilidade emissão por conta bancária, contribuinte e fonte de recurso, bem como relação das receitas estornadas.
- 2.3.73.** Dispor de relação de despesa extra orçamentária emitidas, pagas e a pagar, bem como seus pagamentos realizados sem comprovantes.
- 2.3.74.** Possuir relatórios de acompanhamento dos restos a pagar inscritos, liquidados, pagos e cancelados, com possibilidade de agrupamento por fonte de recurso e aplicação mínima dos seguintes filtros:
  - 3.74.a.a)** Exercício do empenho;
  - 3.74.a.b)** Período;
  - 3.74.a.c)** Todos os níveis da funcional programática; e
  - 3.74.a.d)** Fonte de recurso.
- 2.3.75.** Possuir relatório de acompanhamento da integração com o módulo tributário por período, local e tipo de lançamento.
- 2.3.76.** Emitir a razão da tesouraria por período e local, contendo lançamentos em ordem cronológica dos pagamentos orçamentários, extra orçamentários, receitas, transferências e movimentações financeiras.
- 2.3.77.** Emitir o boletim de caixa contendo a movimentação diária das contas bancárias e seus respectivos saldos, possibilitando o controle sequencial de emissão.
- 2.3.78.** Dispor de relação de valores recebidos do governo federal por período para atendimento ao art. 2º da Lei nº 9.452/1997.
- 2.3.79.** Dispor de relação dos arquivos de remessa para pagamentos aos bancos por período e número de convênio.
- 2.3.80.** Possuir relatório de conciliação bancária com informações de saldo do extrato, saldo contábil, entradas e saídas não considerados pela contabilidade e pelo banco, bem como débitos e créditos demonstrados analiticamente e opção de filtro por número da conciliação.

## **2.4. Atendimento ao Tribunal de Contas**

- 2.4.1.** Possibilitar o registro de licença de uso de forma automática ou manual no interior do sistema.
- 2.4.2.** Permitir a alternância entre os demais módulos sem a necessidade de sair do sistema atual, facilitando a transição entre eles.
- 2.4.3.** Permitir a troca de entidade, exercício e versão sem a necessidade de sair do sistema.
- 2.4.4.** Permitir a realização de pesquisa das telas do sistema com possibilidade de indicar

determinada rotina como favorita para acesso facilitado.

- 2.4.5.** Permitir a utilização de calculadora no interior do sistema.
- 2.4.6.** Permitir o controle de acesso dos usuários aos sistemas, determinando restrição de acesso a rotinas, bem como ações de inclusão, alteração e exclusão.
- 2.4.7.** Permitir o cadastro e controle do exercício e mês em uso com informações do modelo de Receita e Despesa utilizados.
- 2.4.8.** Permitir a configuração de diretório padrão de geração dos arquivos para envio ao Tribunal de Contas do Estado (TCE).
- 2.4.9.** Permitir a exportação dos arquivos pertinentes à Contabilidade conforme lei vigente do Sistema de Informações Municipais - Acompanhamento Mensal (SIM-AM) para prestação de contas ao TCE, contendo para os módulos:

- 4.9.a.a)** Tabelas Cadastrais;
- 4.9.a.b)** Planejamento e Orçamento;
- 4.9.a.c)** Contábil; e
- 4.9.a.d)** Tesouraria.

- 2.4.10.** Permitir a exportação dos arquivos pertinentes a Compras e Licitações conforme lei vigente para prestação de contas ao TCE para os módulos:

- 4.10.a.a)** Licitações; e
- 4.10.a.b)** Contratos.

- 2.4.11.** Permitir a exportação dos arquivos do módulo Obras Públicas conforme lei vigente para prestação de contas ao TCE.
- 2.4.12.** Permitir a exportação dos arquivos do módulo Tributário conforme lei vigente para prestação de contas ao TCE.
- 2.4.13.** Permitir a exportação dos arquivos do módulo Folha de Pagamento conforme lei vigente para prestação de contas ao TCE.
- 2.4.14.** Permitir a realização de validação dos arquivos por período com o objetivo de identificar possíveis inconsistências de dados para regularização antes da geração para envio ao TCE.
- 2.4.15.** Permitir a geração do código sequencial da operação por grupos de conta e de sequência para envio ao TCE.
- 2.4.16.** Permitir o fechamento do mês em que o envio ao TCE foi concluído, impossibilitando qualquer alteração das informações nos módulos de Contabilidade e Tesouraria.
- 2.4.17.** Permitir a importação do arquivo de Movimento Contábil Mensal para visualização em tela das informações geradas ao TCE para fins de conferência.

## **2.5. Sistema de Gestão e Controle de Custos;**



- 2.5.1.** Permitir a realização do cadastro de Alocadores de Custos com possibilidade de definição do tipo de apropriação, sendo estes rateios manuais ou automatizados, com revisionamento, possibilitando medições de custos conforme as diversas mudanças de estrutura organizacional e/ou conceitos de apuração, visando atendimento à NBCT 16.11.
- 2.5.2.** Permitir o cadastro de Centros de Custos conforme a estrutura organizacional da entidade contratante.
- 2.5.3.** Permitir o cadastro de dashboards personalizados com base nas consultas e apurações criadas pelo usuário.
- 2.5.4.** Permitir o cadastro dos divisores a serem utilizados para apuração dos custos da entidade.
- 2.5.5.** Permitir o cadastro de Objetos de Custos, sejam eles por ordem ou contínuos e com possibilidade de vinculação aos respectivos de Centros de Custos de apuração.
- 2.5.6.** Permitir o cadastro de unidades de medidas, contendo no mínimo as unidades predefinidas pelo TCE.
- 2.5.7.** Permitir a emissão de relatórios cadastrais, contendo a aplicação de filtros por código e descrição com base em cada cadastro.
- 2.5.8.** Permitir a realização da distribuição dos valores de custos de forma manual, com base em conjunto de valores lançados para um determinado Alocador de Custos, conforme um período predefinido, criando dessa forma uma data base para alocação do custo rateado, com possibilidade de carregamento automático dos Centros de Custos vinculados ao alocador ou alimentação unitária.
- 2.5.9.** Permitir a criação de apurações de custos, com a possibilidade de definição dos critérios de apuração, bem como aplicação de filtros e descrições livres e, exportação dos dados em diversos formatos, como: PDF; JPEG; PNG e SVG.
- 2.5.10.** Disponibilizar consulta de gastos por Centro de Custos e/ou Objeto de Custos, com aplicação de filtro por período.
- 2.5.11.** Disponibilizar consulta de gastos por Alocador de forma resumida ou com lançamento detalhado pela origem do fato gerador, com aplicação de filtro por período.
- 2.5.12.** Disponibilizar consulta de registros de integração, contendo listagem de cada um dos lançamentos inseridos no módulo, com base em suas integrações, como também a possibilidade de lançamento manual no caso da apuração de custos alheios aos módulos integrados.
- 2.5.13.** Possuir integração automatizada com os módulos de Contabilidade, Recursos Humanos, Frotas, Almoxarifado e Patrimônio, que permita a capitação dos valores na liquidação dos empenhos, fechamento de folha, consumos de combustíveis e saída de produtos do almoxarifado e depreciação de bens móveis e imóveis.
- 2.5.14.** Permitir a importação de arquivo CSV para alimentação dos lançamentos a serem utilizados nas funcionalidades diversas de apuração de custos.
- 2.5.15.** Permitir o envio simultâneo dos cadastros de apropriação de custos aos módulos

integrantes, para fim de atualização de dados cadastrais, como também alimentação de novas integrações no decorrer da movimentação do exercício.

## **2.6. Sistema de Gestão de Portal Transparência Lei 131/2009;**

- 2.6.1.** O Portal da Transparência deve atender aos preceitos da Lei Federal nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação) garantindo o acesso a informações sobre os atos de governo de acordo com as normas vigentes.
- 2.6.2.** O Portal da Transparência deve atender à Lei Complementar (LC) nº 101/2000, a qual instituiu a obrigatoriedade quanto à divulgação através de meios eletrônicos e de acesso ao público dos planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; das prestações de contas e do respectivo parecer prévio; do Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO), do Relatório de Gestão Fiscal (RGF) e das versões simplificadas desses documentos.
  - 6.2.a.a)** Possuir integração automática entre os módulos:
  - 6.2.a.b)** Contabilidade;
  - 6.2.a.c)** Compras e Licitações;
  - 6.2.a.d)** Folha de Pagamento;
  - 6.2.a.e)** Frotas;
  - 6.2.a.f)** Almoxarifado;
  - 6.2.a.g)** Patrimônio;
  - 6.2.a.h)** Obras; e
  - 6.2.a.i)** Protocolo.
- 2.6.3.** Possibilitar a demonstração, em tempo real, de diversas informações exigidas pela LC nº 101/2000 e pelo Ministério Público, simplesmente pelo lançamento das informações nos referidos módulos.
- 2.6.4.** Permitir a visualização de informações através de listagem em tela, relatórios e documentos auxiliares nos formatos PDF, TXT, XLS e CSV, inclusive para impressão.
- 2.6.5.** Possuir opção para incluir mensagens nos menus apresentados em forma de avisos/notas explicativas.
- 2.6.6.** Possibilitar a personalização do Portal da Transparência com a alteração de nomes de menus e submenus, a criação de novos menus e submenus, a alteração da ordem de apresentação tanto dos menus quanto dos submenus, a alteração da cor e da imagem do plano de fundo e a alteração dos ícones dos menus.
- 2.6.7.** Permitir a visualização do caminho das páginas percorridas pelo usuário.
- 2.6.8.** Permitir a navegação entre os menus e submenus disponíveis com acesso facilitado através de teclas de atalho, bem como, consulta à lista das teclas de atalho fornecidas para navegação e sua organização de acordo com as necessidades da entidade.
- 2.6.9.** Possuir ferramenta de pesquisa de conteúdo que possibilite acesso facilitado ao conteúdo por meio da indicação do assunto.

- 2.6.10.** Permitir a seleção da entidade e exercício para os quais as informações são apresentadas nas consultas disponíveis no Portal da Transparência.
- 2.6.11.** Possuir instrumentos de acessibilidade ao usuário com opções de alto contraste e redimensionamento de texto.
- 2.6.12.** Possibilitar a visão completa de todas as páginas disponíveis no Portal da Transparência organizadas hierarquicamente.
- 2.6.13.** Permitir a consulta ao manual de ajuda com orientações necessárias para a realização de pesquisas no Portal da Transparência.
- 2.6.14.** Permitir a inserção de perguntas e respostas frequentes realizadas pelo público com o intuito de auxiliar quanto ao esclarecimento de dúvidas gerais.
- 2.6.15.** Possuir acesso a tutorial que demonstre de forma simples a utilização dos principais elementos para navegação no Portal da Transparência.
- 2.6.16.** Permitir o cadastro e a consulta em lista alfabética de termos técnicos e seus respectivos significados para facilitar o entendimento do público.
- 2.6.17.** Possuir informações de contato da entidade com endereço, número de telefone, e-mail e horário de atendimento ao público, bem como, informações sobre o responsável por assegurar o cumprimento da Lei de Acesso à Informação.
- 2.6.18.** Possuir contagem de acessos para indicar a quantidade de visualizações ao Portal da Transparência.
- 2.6.19.** Apresentar a informação da data e hora da última atualização dos dados consultados.
- 2.6.20.** Permitir a solicitação de informações pelo Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (e-SIC) de forma identificada e anônima.
- 2.6.21.** Apresentar gráficos de estatísticas das solicitações de informações pelo Serviço de Informações ao Cidadão (SIC) no decorrer do ano, demonstrando a quantidade total de solicitações atendidas, canceladas, indeferidas, pendentes de atendimento, assim como os processos por gênero, faixa etária e grau de escolaridade.
- 2.6.22.** Permitir a consulta dos processos solicitados pelo Serviço de Informações ao Cidadão (SIC) por período, possibilitando a visualização das informações pertinentes ao processo, bem como a situação atual e o histórico de tramitações.
- 2.6.23.** Apresentar gráficos dos valores arrecadados, empenhados, repasses recebidos e enviados, bem como, comparativo da receita prevista e arrecadada e de execução da despesa com pessoal, saúde e educação.
- 2.6.24.** Permitir a consulta da relação de servidores e estagiários com totalização de servidores ativos por natureza do cargo e acesso ao salário base, sendo opcional apresentar os valores de vencimentos e descontos, com possibilidade de filtro por:

- 6.24.a.a)** Nome;
- 6.24.a.b)** Situação;
- 6.24.a.c)** Cargo;
- 6.24.a.d)** Lotação;
- 6.24.a.e)** Classe;
- 6.24.a.f)** Natureza;
- 6.24.a.g)** Salário base (intervalo); e
- 6.24.a.h)** CPF.

**2.6.25.** Permitir a consulta de servidores cedidos para outros órgãos e de outros órgãos, apresentando separadamente os que possuem vigência finalizada, com possibilidade de filtro pelo nome do servidor.

**2.6.26.** Permitir a consulta às diárias concedidas aos servidores da entidade com informações da quantidade e valores da diária e de passagens (se houver), destino e motivo, com possibilidade de anexar arquivos e filtro por:

- 6.26.a.a)** Nome;
- 6.26.a.b)** Período;
- 6.26.a.c)** Destino; e
- 6.26.a.d)** Objetivo.

**2.6.27.** Permitir a consulta aos adiantamentos concedidos, com informações do empenho, valores e a respectiva prestação de contas, com possibilidade de anexar arquivos e filtro por:

- 6.27.a.a)** Nome; e
- 6.27.a.b)** Período.

**2.6.28.** Permitir a consulta ao plano de cargos e salários utilizado pelo Recursos Humanos da entidade, com possibilidade de filtro por:

- 6.28.a.a)** Cargo;
- 6.28.a.b)** Quadro salarial;
- 6.28.a.c)** Grupo ocupacional; e
- 6.28.a.d)** Nível.

**2.6.29.** Permitir a consulta de servidores que possuem, no interesse do serviço, despesas compensadas pela entidade, com possibilidade de filtro por:

- 6.29.a.a)** Matrícula; e
- 6.29.a.b)** Nome.

**2.6.30.** Permitir a consulta do quadro de pessoal contendo informações do tipo de cargo e a quantidade de vagas criadas, ocupadas e disponíveis, com possibilidade de filtro por competência.

**2.6.31.** Permitir a consulta de procedimentos e contratação de bens e serviços voltados ao combate à pandemia do coronavírus em menu e submenus criados especificamente para este fim, com a visualização das seguintes informações:

- 6.31.a.a)** Servidores;
- 6.31.a.b)** Licitações;
- 6.31.a.c)** Contratos e atas;
- 6.31.a.d)** Despesas; e
- 6.31.a.e)** Publicações de informações relacionadas à pandemia.

**2.6.32.** Permitir a consulta de procedimentos e contratação de bens e serviços voltados ao combate à pandemia do coronavírus em menu e submenus criados especificamente para este fim, com a visualização das seguintes informações:

- 6.32.a.a)** Servidores;
- 6.32.a.b)** Licitações;
- 6.32.a.c)** Contratos e atas;
- 6.32.a.d)** Receitas;
- 6.32.a.e)** Despesas;
- 6.32.a.f)** Gráficos de receita e despesa;
- 6.32.a.g)** Dados epidemiológicos;
- 6.32.a.h)** Contato para casos suspeitos ou confirmados; e
- 6.32.a.i)** Publicações de informações relacionadas à pandemia.

**2.6.33.** Permitir a consulta aos processos licitatórios de todas as modalidades com seus respectivos detalhamentos, com possibilidade de anexar arquivos e filtro por:

- 6.33.a.a)** Modalidade;
- 6.33.a.b)** Natureza;
- 6.33.a.c)** Número da licitação;
- 6.33.a.d)** Número do processo;
- 6.33.a.e)** Situação;
- 6.33.a.f)** Data de abertura;
- 6.33.a.g)** CNPJ/CPF do participante; e
- 6.33.a.h)** Objeto.

**2.6.34.** Permitir a consulta dos convênios celebrados pela entidade possuindo visualização de aditivos, com possibilidade de anexar arquivos e de filtro por:

- 6.34.a.a)** Número;
- 6.34.a.b)** Ano;
- 6.34.a.c)** Situação; e
- 6.34.a.d)** Destinatário.

**2.6.35.** Permitir a consulta dos contratos e atas de registro de preço formalizados pela entidade possuindo visualização de aditivos e dados da fiscalização, bem como, a possibilidade de anexar arquivos e a realização de filtro por:

- 6.35.a.a)** Período;
- 6.35.a.b)** Tipo da licitação;
- 6.35.a.c)** Número da licitação;
- 6.35.a.d)** Tipo do contrato;
- 6.35.a.e)** Número do contrato;
- 6.35.a.f)** Nome do contratado;
- 6.35.a.g)** Ano do contrato; e
- 6.35.a.h)** Ano da licitação.

**2.6.36.** Permitir a consulta aos bens imobilizados, inclusive alugados, possuindo visualização da localização do bem, seu empenho e contrato firmado, com possibilidade de anexar arquivos e filtro por:

- 6.36.a.a)** Tombamento;
- 6.36.a.b)** Descrição;
- 6.36.a.c)** Tipo do bem;
- 6.36.a.d)** Valor do bem (intervalo);
- 6.36.a.e)** Tipo da incorporação;
- 6.36.a.f)** Data de aquisição; e
- 6.36.a.g)** Situação.

**2.6.37.** Permitir a consulta às obras realizadas possibilitando o acompanhamento de medições e planilhas e link direto ao contrato firmado, com possibilidade de filtro por:

- 6.37.a.a)** Situação;
- 6.37.a.b)** Descrição do bem;
- 6.37.a.c)** Descrição da intervenção; e
- 6.37.a.d)** Empresa.

**2.6.38.** Permitir a consulta à posição do estoque de todos os centros de custos da entidade, bem como, à movimentação do produto (entrada, saída, transferência e doação), com a realização de filtro por:

- 6.38.a.a)** Data;
- 6.38.a.b)** Órgão;
- 6.38.a.c)** Centro de Custo; e
- 6.38.a.d)** Produto.

**2.6.39.** Permitir a consulta aos veículos automotivos da entidade, bem como, visualizar os gastos incorridos por mês com manutenção, abastecimento, pneus, bateria e a quilometragem percorrida, possibilitando anexar arquivos e a realização de filtro por:

- 6.39.a.a)** Veículo;
- 6.39.a.b)** Placa;
- 6.39.a.c)** Frota;
- 6.39.a.d)** Setor;
- 6.39.a.e)** Período de incorporação; e
- 6.39.a.f)** Tipo de incorporação.

**2.6.40.** Possibilitar a consulta ao movimento de saída e retorno dos veículos automotivos da entidade, com informações do destino, justificativa e motivo, motorista e demais observações, com possibilidade de filtro por:

- 6.40.a.a)** Número;
- 6.40.a.b)** Placa; e
- 6.40.a.c)** Data da saída.

**2.6.41.** Permitir a consulta do consumo por centro de custo com informações do valor

consumido e os centros de custos de origem e destino, possibilitando o filtro por:

- 6.41.a.a)** Período;
- 6.41.a.b)** Centro de custo de origem; e
- 6.41.a.c)** Centro de custo de destino.

**2.6.42.** Permitir a consulta de empenhos contendo informações de toda a movimentação do empenho, bem como, anulação, liquidação, retenção, pagamento, visualizando seus itens e documentos fiscais da liquidação, bem como, a possibilidade de anexar arquivos e a realização de filtro por:

- 6.42.a.a)** CNPJ/CPF do fornecedor;
- 6.42.a.b)** Nome do fornecedor;
- 6.42.a.c)** Valor (intervalo);
- 6.42.a.d)** Número do empenho;
- 6.42.a.e)** Programática;
- 6.42.a.f)** Período;
- 6.42.a.g)** Empenhos com saldo a pagar;
- 6.42.a.h)** Empenhos de passagens; e
- 6.42.a.i)** Empenhos por compras diretas.

**2.6.43.** Permitir a consulta de liquidações contendo relação separada de liquidações pagas e a pagar com possibilidade de filtro por:

- 6.43.a.a)** CNPJ/CPF do fornecedor;
- 6.43.a.b)** Nome do fornecedor;
- 6.43.a.c)** Nota Fiscal;
- 6.43.a.d)** Número do empenho;
- 6.43.a.e)** Período;
- 6.43.a.f)** Empenhos do exercício; e
- 6.43.a.g)** Empenhos de restos a pagar.

**2.6.44.** Permitir a consulta de pagamentos com possibilidade de filtro por:

- 6.44.a.a)** CNPJ/CPF do fornecedor;
- 6.44.a.b)** Nome do fornecedor;
- 6.44.a.c)** Nota Fiscal;
- 6.44.a.d)** Número do empenho;
- 6.44.a.e)** Período;
- 6.44.a.f)** Empenhos do exercício; e
- 6.44.a.g)** Empenhos de restos a pagar.

**2.6.45.** Permitir a consulta das despesas a pagar acumuladas por fornecedor com possibilidade de filtro por nome do fornecedor e CNPJ/CPF.

**2.6.46.** Permitir a consulta dos empenhos liquidados aptos a pagar segregados por fonte de recursos, com possibilidade de filtro por:

- 6.46.a.a)** CNPJ/CPF;
- 6.46.a.b)** Nome do fornecedor;
- 6.46.a.c)** Nota Fiscal; e
- 6.46.a.d)** Período.

- 2.6.47.** Permitir a consulta a todas as compras realizadas com dispensa e inexigibilidade de licitação por fornecedor em atendimento ao art. 16 da Lei nº 8.666/1993.
- 2.6.48.** Permitir a consulta das despesas extra orçamentárias com possibilidade de filtro por:
- 6.48.a.a)** CNPJ/CPF;
  - 6.48.a.b)** Nome do fornecedor;
  - 6.48.a.c)** Número da nota extra orçamentária; e
  - 6.48.a.d)** Período.
- 2.6.49.** Permitir a consulta dos valores inscritos em dívida ativa tributária e não tributária por contribuinte com possibilidade de filtro pelo nome do contribuinte.
- 2.6.50.** Permitir a consulta da receita orçamentária prevista e arrecadada no exercício por nível com apresentação em gráfico mensal do valor arrecadado.
- 2.6.51.** Permitir a consulta dos repasses recebidos e enviados no exercício por conta, com visualização diária do lançamento.
- 2.6.52.** Permitir a consulta das receitas por fonte de recursos com valores previsto, atualizado e arrecadado.
- 2.6.53.** Permitir a consulta da despesa orçamentária com valores fixado, empenhado, liquidado, retido, pago e acumuladas por:
- 6.53.a.a)** Órgão;
  - 6.53.a.b)** Função;
  - 6.53.a.c)** Programa;
  - 6.53.a.d)** Projeto;
  - 6.53.a.e)** Elemento; e
  - 6.53.a.f)** Fonte.
- 2.6.54.** Possibilitar a apresentação em gráfico dos valores para cada forma de agrupamento acima.
- 2.6.55.** Permitir a consulta a todas as compras realizadas com dispensa e inexigibilidade de licitação por item em atendimento ao art. 16 da Lei nº 8.666/1993.
- 2.6.56.** Permitir a consulta de adiantamentos destinados aos servidores para pagamento antecipado com possibilidade de filtro por:
- 6.56.a.a)** CNPJ/CPF;
  - 6.56.a.b)** Nome; e
  - 6.56.a.c)** Período.
- 2.6.57.** Permitir a consulta as leis e atos editadas, aprovadas, promulgadas ou sancionadas pela entidade, bem como, Decretos, Portarias, Instruções Normativas, Resoluções e demais atos, com possibilidade de anexar arquivos e realização de filtro por:
- 6.57.a.a)** Número/Ano;
  - 6.57.a.b)** Descrição/Súmula;
  - 6.57.a.c)** Período;



- 6.57.a.d)** Escopo;
- 6.57.a.e)** Natureza; e
- 6.57.a.f)** Tipo de documento legal.

- 2.6.58.** Permitir a consulta dos créditos adicionais realizados pela entidade para alteração do orçamento com informações da programática, decreto e natureza, bem como, valores e saldo atualizado, com possibilidade de filtro por despesa e número de decreto.
- 2.6.59.** Permitir a geração automática de relatórios em formato PDF com publicação em tempo real por período, com a opção de sobrepor e não sobrepor os relatórios anteriores de acordo com a competência (mensal, bimestral, trimestral e semestral) com opção de geração acumulada e possibilitando a inclusão de forma manual.
- 2.6.60.** Permitir o acesso às leis do Plano Plurianual (PPA), da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da Lei Orçamentária Anual (LOA), bem como suas atualizações e atas de audiência.
- 2.6.61.** Possibilitar o acompanhamento das metas previstas e realizadas do PPA agrupados por projeto, unidade orçamentária, função e programa, detalhado por entidade e exercício e com possibilidade de filtro por descrição do projeto.
- 2.6.62.** Permitir a consulta das audiências públicas realizadas com informações da natureza e forma de chamamento, bem como, a possibilidade de anexar arquivos e filtros por:

- 6.62.a.a)** Período;
- 6.62.a.b)** Natureza; e
- 6.62.a.c)** Tipo.

- 2.6.63.** Permitir geração de conjunto de dados abertos com acesso às regras de utilização da consulta, bem como, emissão de dicionário de dados e consulta ao histórico das bases de dados.
- 2.6.64.** Permitir o registro das competências e atribuições e da estrutura organizacional com identificação dos dirigentes, endereços e telefones das respectivas unidades e horários de atendimento ao público.
- 2.6.65.** Possuir acesso à legislação e instruções que regem o Portal da Transparência da entidade.
- 2.6.66.** Permitir a publicação em diário oficial conforme as necessidades da entidade com possibilidade de filtro por período, número e palavra-chave.
- 2.6.67.** Permitir a divulgação de links de acesso rápido a endereços de internet conforme as necessidades da entidade.

## **2.7. Sistema de Gestão e Controle de Compras, Licitações e Contratos;**

- 2.7.1.** Possibilitar a geração automática da numeração dos processos licitatórios e permitir a alteração pelo usuário.

- 2.7.2.** Possibilitar a utilização de descrição resumida e especificação completa na integração com o cadastro de produtos, sem limitação de caracteres.
- 2.7.3.** Possuir limitador de tamanho para os arquivos anexados no sistema.
- 2.7.4.** Possibilitar parametrização para aviso de contratos à vencer, considerando os aditivos.
- 2.7.5.** Possibilitar a utilização de unidade orçamentária ordenadora para casos de utilização conjunta de despesas, com aprovações distintas.
- 2.7.6.** Possibilitar o desmembramento de itens por centros de custos e seções nas solicitações de compras.
- 2.7.7.** Possuir controle de limite de valor para compra direta em parâmetros mínimos de natureza da despesa e natureza da despesa com desdobramento e subdesdobramentos.
- 2.7.8.** Possibilitar o controle das vigências de processos e contratos, bloqueando a sua utilização quando vencidos.
- 2.7.9.** Possuir rotina para autorização de compras diretas com valor limite excedido com liberação por usuário com permissão específica.
- 2.7.10.** Possuir validação entre despesa e produtos não permitindo a vinculação de itens que não sejam classificados com as mesmas despesas.
- 2.7.11.** Possuir controle orçamentário completo não permitindo que seja ultrapassado o valor orçado com suas alterações para cada despesa, com as características parametrizadas no módulo contábil, tanto para o controle anual, quanto para quando utilizados controles financeiros através de cotas com períodos variáveis como mensal, semestral, etc.
- 2.7.12.** Possuir rotina para envio de e-mail aos gestores e fiscais de contratos com parametrização do e-mail remetente e possibilidade de inclusão de endereços para cópias do tipo CC e CCO, com a personificação dos prazos de vencimento desejados para disparo dos avisos.
- 2.7.13.** Possuir opção de envio de e-mail para notificar os fornecedores que manifestaram interesse no processo diretamente pelo sistema, sem a necessidade de efetuar cópias dos e-mails e utilização de ferramentas externas.
- 2.7.14.** Possuir rotina que permita a geração automática das atas de registro de preços de todos os vencedores do processo a partir do preenchimento da primeira ata evitando a necessidade de inclusão manual de informações relacionadas ao processo.
- 2.7.15.** Possuir rotina para geração de arquivo para preenchimento das propostas das licitações pelos fornecedores sem a necessidade de instalação nas máquinas dos

licitantes, com a opção de geração para preenchimento do quadro societário e representante legal e consequente importação no sistema evitando a necessidade de preenchimentos manuais de tais informações.

- 2.7.16.** Possuir rotina automatizada que efetue a substituição de itens nos pedidos para compra, quando o item vinculado for um item de romaneio, ou seja, compra em um item genérico, porém com distribuição nos itens discriminados;
- 2.7.17.** Possuir rotina para inclusão de arquivos digitalizados referentes as variadas etapas internas e externas dos processos licitatórios e contratos, permitindo a visualização destes arquivos automaticamente no módulo de Portal da Transparência.
- 2.7.18.** Possuir rotina para ajustes em lançamentos já finalizados, que não comprometam o fundamento balizar, para sanar erros básicos como por exemplo de grafia em descritivos, para não existir a necessidade de exclusão de etapas e retrabalho;
- 2.7.19.** Permitir o cadastro de comissões, informando o ato que a designou, datas de designação e expiração, com membros e funções designadas, com relação com a atoteca referente a comissão.
- 2.7.20.** Possuir cadastro de fornecedores, integrado com os demais módulos da aplicação integrada, contendo no mínimo informações como:
- 2.7.21.** Ramos de atividade, Contas bancárias, Endereços e contatos sem limitação de quantidade, quadro de sócios e rotina para alteração de razão social, mantendo o histórico das alterações.
- 2.7.22.** Possibilitar o cadastro de fornecedores estrangeiros, quando não existe nem CPF ou CNPJ para validação das informações.
- 2.7.23.** Possibilitar a busca de dados básicos para novos cadastros através da inclusão do CNPJ, com integração com dados da Receita Federal.
- 2.7.24.** Possibilitar a busca de dados de endereços através da inclusão de CEP junto a integração com dados de bases de dados dos Correios.
- 2.7.25.** Possibilitar o registro e controle de ocorrências relacionadas aos fornecedores, com opção de controles de restrição por períodos conforme o tipo da ocorrência, que deve ter cadastro disponível para inclusão de novos registros diretamente no sistema.
- 2.7.26.** Possibilitar o cadastro de tipos de documentos que serão utilizados nas diversas rotinas do sistema, com informações quanto a utilização para pessoas físicas, jurídicas e ambas.
- 2.7.27.** Possibilitar o controle por tipo de documento quanto a validações nas rotinas quando não existir documento válido conforme a data da movimentação. Esta validação deve ser controlada por rotina e etapa, devendo possuir opção para aviso ou bloqueio.

- 2.7.28.** Permitir cadastro para utilização no cadastro de fornecedores, com relação a legislações próprias em conjunto com a Lei 123/2006, para definição da qualificação do fornecedor por exemplo, quanto a ser local, região metropolitana, etc., conforme necessidade da entidade.
- 2.7.29.** Dispor as principais legislações vigentes e atualizadas para eventuais consultas diretamente no sistema. Ex. 8.666/1993, 10.520/2002, 123/2006, etc.
- 2.7.30.** Possuir rotina para emissão dos mais diversos documentos relacionados ao módulo de Compras e Licitações como Editais, Avisos, Solicitações de Compra, Termo de Referência, Contratos, Aditivos, dentre outros, utilizando a emissão dos dados através de campos de mesclagem, possibilitando a geração das informações em editor próprio do sistema ou através de editores externos como Office e OpenOffice.
- 2.7.31.** Possuir interface cadastral para inclusão, pelo próprio usuário, de novos campos a serem utilizados para a mesclagem de dados, não necessitando de intervenção da contratada.
- 2.7.32.** Possuir rotina para criação de novos relatórios no sistema, conforme necessidade da entidade, possibilitando a criação de novos grupos para melhor visualização dos relatórios personalizados. Os relatórios podem ser criados por usuário com conhecimento na montagem de scripts sql e utilização da ferramenta para montagem da interface do relatório ou pela área técnica da empresa contratada, permitindo inclusive a relação entre dados de diversas aplicações, com inclusão de filtros e filtros de pesquisa nos campos, otimizando o tempo para disponibilização dos dados desejados sem a necessidade de alterações no código fonte da aplicação.
- 2.7.33.** Possuir opção para configuração de etapas e fluxos para os processos internos, podendo ser criadas diversas etapas, para utilização em cada processo das tramitações necessárias e específicas, com o vínculo dos usuários por etapa para tramitações e liberação das etapas posteriores, com opção de reprovação para correções.
- 2.7.34.** Possuir consulta dinâmica para que possam ser analisadas as pendências de processos por etapas e status, que seja de fácil visualização com a demonstração gráfica das etapas de modo que possam ser identificados gargalos em etapas para aprimorar os passos internos.
- 2.7.35.** Possuir rotina para pesquisa dos preços através de diversos filtros como por item, classificação, fornecedor e período para levantamento histórico dos preços dos dados filtrados para identificação das variações possibilitando a tomada de decisões através destes dados.
- 2.7.36.** Possuir possibilidade da definição de pedido padrão de compras ou lista, para cada especificidade, permitindo a utilização pelos usuários das secretarias descentralizadas de forma a padronizar os pedidos para determinados tipos de aquisição conjuntas, possuindo opção inclusive de aprovações deste para prosseguimento com inclusão nos processos de compras específicos.

- 2.7.37.** Possuir consulta dinâmica para identificar as pendências de compras para que possam ser analisadas e distribuídas entre os responsáveis de modo a agilizar os passos das solicitações criadas.
- 2.7.38.** Possuir rotina para criação dos pedidos de compras com controle por centro de custos além de permitir que os pedidos possuam níveis de avaliação e aprovação. Os níveis devem ser parametrizados por entidade com as etapas organizadas, com a definição dos usuários responsáveis por cada etapa. Além destes passos, deve ser possível consultar os pedidos pendentes por etapa e centro de custo, com restrição a visualização de pedidos de centros de custos aos quais o usuário não possua o acesso.
- 2.7.39.** Possuir rotina para montagem do Termo de Referência ou Anexo I, possibilitando o agrupamento de diversas solicitações e pedidos de compras para montagem de um único processo licitatório, somando os quantitativos e mantendo a rastreabilidade dos pedidos iniciais para que na efetivação das despesas cada solicitante tenha direito ao que foi solicitado inicialmente, controlando os saldos totais do processo e específicos por centro solicitante, inclusive com pedidos de outras entidades da mesma base de dados.
- 2.7.40.** Possuir rotina para desmembrar itens que possuam natureza quantitativa e divisível que ultrapassem o valor total de R\$ 80.000,00, para divisão de cota específica para participação de microempresas ou empresas de pequeno porte e cota para ampla concorrência de acordo com critérios da lei complementar 123/2006.
- 2.7.41.** Permitir o registro e controle das cotações para balizamento, tanto para processos licitatórios como para compras diretas, possuindo critérios de análise no mínimo por valor menor, médio, máximo e mediano.
- 2.7.42.** Possuir análise de cotação em critério de variância definido pela entidade, com análise por valor médio e mediano por item, conforme melhor adequação ao índice de variância.
- 2.7.43.** Possibilitar gravação, em meio magnético, dos itens da coleta de preço para cotação pelos fornecedores, com leitura dos preços informados e preenchimento automático dos valores dos itens na importação, com a posterior geração do mapa para demonstração do resultado final do balizamento;
- 2.7.44.** Possuir opção de envio de e-mail para os fornecedores que realizarão cotações para balizamentos dos preços, com envio anexo de arquivo para preenchimentos dos valores e marcas para posterior importação no sistema evitando a digitação manual e agilizando os trâmites. Quando o envio for executado com sucesso, o sistema deve atualizar campo na cotação automaticamente, demonstrando que a cotação foi enviada.
- 2.7.45.** Possibilitar que sejam ignorados valores para análise e cálculo do balizamento da cotação conforme necessidade eliminando distorções de valores que se considerados comprometem o resultado final, possibilitando valores muito altos ou

baixos, podendo ocasionar em problemas no momento oportuno da compra. Os valores devem continuar nas cotações, não sendo admitida como possibilidade a exclusão do valor ou preenchimento de valor zerado por exemplo.

- 2.7.46.** Possibilitar o registro dos processos licitatórios desde a preparação até seu julgamento, registrando as etapas desde a publicação até contratos e aditivos, controlando as etapas a partir do processo administrativo de origem, contemplando todas as modalidades previstas na legislação, inclusive prevendo o atendimento do sistema quanto a possíveis legislações que irão surgir sobre a área.
- 2.7.47.** Possuir rotina que permita a visualização do fluxo do processo demonstrando as fases internas e externas referentes ao processo selecionado, permitindo de maneira visual as etapas percorridas e faltantes do processo licitatório.
- 2.7.48.** Permitir que os processos sejam montados com separação por lote, inclusive possibilitando a cópia de itens de um lote para outro dentro do mesmo processo licitatório.
- 2.7.49.** Permitir a execução automatizada da finalização de processos referentes a Dispensas e Inexigibilidades evitando preenchimentos manuais, inclusive com a possibilidade de estorno enquanto não houver empenho para o processo.
- 2.7.50.** Possibilitar o lançamento e controle de compras diretas e dispensáveis de licitação, em razão do limite, sem interferência nos lançamentos e controles da modalidade Dispensa.
- 2.7.51.** Permitir o registro dos cancelamentos de processos licitatório com demonstração da informação automaticamente no Portal da Transparência e para geração da atualização da situação nos envios dos dados de prestação de contas.
- 2.7.52.** Permitir o bloqueio de itens dos processos licitatórios com justificativa e motivação, além de bloquear a sua utilização para geração de novas solicitações de empenho.
- 2.7.53.** Possuir configuração de julgamentos por técnica, definindo as questões e as respostas.
- 2.7.54.** Permitir o registro do parecer jurídico e técnico, no processo de licitação.
- 2.7.55.** Possibilitar o registro de ocorrências, impugnações, recursos e demais questionamentos referentes aos processos, com possibilidade de identificação de argumentações e resultados das análises e julgamentos, devendo possuir a possibilidade de inclusão de arquivos digitalizados.
- 2.7.56.** Possuir rotina para exportação e importação das propostas para o processo licitatório de modo a agilizar os procedimentos administrativos de classificação e julgamento, devendo ser possível a importação de arquivos digitais entregues pelos licitantes no dia da abertura do certame ou via importação de dados já inseridos em banco de dados externo, para validação no ato da sessão, através de pré-validação pelo licitante através de chave para importação. No caso de arquivo digital para

importação, este deve ter sido preenchido em aplicação exclusiva da empresa contratada, não sendo necessária a instalação de qualquer aplicação na máquina dos licitantes.

- 2.7.57.** Possuir rotina para inclusão da habilitação dos licitantes, com consulta automática do sistema a dados de certidões válidas já utilizadas pelo sistema evitando a necessidade de preenchimento duplicado de dados já existentes.
- 2.7.58.** Possuir rotina para classificação das propostas nas modalidades previstas na lei 8.666/93, com a aplicação dos critérios de classificação definidos pela legislação, demonstrando os empates, para que possam ser realizados os devidos desempates para atribuição dos vencedores. inclusive com a aplicação das legislações posteriores referentes a benefícios a MPEs (Ex. Lei 123/06 e 147/14).
- 2.7.59.** Possuir rotina para o cadastro de propostas dos pregões presenciais apenas no valor do lote, sem a necessidade do preenchimento dos subitens do lote, possibilitando o fornecedor vencedor fazer a readequação dos valores dos subitens on-line nas suas dependências. Agilizando, com isso, o cadastro das propostas e início dos lances e posteriormente digitação da readequação pelos usuários.
- 2.7.60.** Possuir rotina para classificação das propostas do pregão presencial conforme critérios de classificação determinados pela legislação (Lei 10.520/2002) e legislação complementar de maneira completa;
- 2.7.61.** Permitir realização de lances para a modalidade pregão presencial com opção de desistência e rotina de reabertura de itens e/ou lotes para nova etapa de lances.
- 2.7.62.** Possibilitar utilização de critérios de julgamento e empates técnicos conforme Leis Complementares 123/2006 e Lei 147/2014, em especial a última com relação a permitir que uma empresa enquadrada como MPE e Local arremate o item com valor até 10% acima do melhor preço válido de uma que não se enquadre nas mesmas características.
- 2.7.63.** Possibilitar o registro de lances para processos julgados como percentual, sendo admitidos tanto para obtenção do maior percentual oferecido, quanto do menor percentual.
- 2.7.64.** Possibilitar a emissão de ata com todo o histórico de lances e fatos registrados no sistema a respeito da sessão.
- 2.7.65.** Possuir rotina para geração da proposta ajustada nos Pregões com julgamento global, calculando o valor de cada item com base no percentual de economicidade gerado no lote e com base no valor inicial do licitante por item;
- 2.7.66.** Possuir rotina para registro dos lances na modalidade Leilão, com emissão de ata com histórico dos lances;
- 2.7.67.** Possuir rotina para utilização da natureza credenciamento, permitindo a atribuição de diversos credenciados a cada item, durante o período em que o credenciamento

estiver aberto.

- 2.7.68.** Possuir rotinas para registro dos licitantes homologados e adjudicados do processo licitatório, podendo existir datas distintas entre os licitantes.
- 2.7.69.** Controlar quantidades requisitadas parcialmente para os fornecedores, possibilitando a emissão de relatório de forma resumida e detalhada, contendo as quantidades entregues, os valores e o saldo restante, inclusive com desmembramento dos saldos por centro de custo caso o processo seja desmembrado entre os setores da administração. Quando o processo exigir o controle por centro de custo, não permitir que seja gerada solicitação para empenho em centro de custo não existente no processo. Para estes casos deve existir os controles de transferências entre centros de custos, retirando saldo de um que possua e transferindo para um novo ou já existente, conforme o caso.
- 2.7.70.** Possibilitar transferência de saldos de itens entre os centros de custo vinculados ao processo licitatório.
- 2.7.71.** Possibilitar controle por valor em processos licitatórios quando os itens não sejam divisíveis e quantitativos, devendo possibilitar transferências de valores entre itens estimados de mesma natureza.
- 2.7.72.** Permitir o controle por centros de custos, em processo com controle por valor, podendo ser realizadas as mesmas movimentações quantitativas para o caso de valores.
- 2.7.73.** Possuir rotina para as configurações necessárias e exportação para o Banco de Preços em Saúde (BPS).
- 2.7.74.** Possuir integração com plataformas de Pregão Eletrônico, como BLL, BBMNET, Compras Públicas, ou qualquer outra que a entidade utilizar, devendo ser de responsabilidade da empresa contratada o desenvolvimento caso a plataforma disponibilize interface de exportação ou importação de arquivos ou ainda integrações de outras formas como, por exemplo, webservices.
- 2.7.75.** Possuir rotina para alteração de vencedores nos processos licitatórios, mesmo em situações em que o fornecedor já realizou parte do fornecimento dos itens, possibilitando a alteração de vencedor assumindo o saldo restante para cada item ou lote.
- 2.7.76.** Permitir registrar os contratos e atas de registro de preços, mantendo histórico e controle de todas as alterações efetuadas através dos termos aditivos, como reajuste, atualização monetária, aumento ou redução de vigência, rescisões, apostilamentos e cessões contratuais.
- 2.7.77.** Permitir a inclusão de informações quanto a suspensão dos instrumentos contratuais com data limite.
- 2.7.78.** Possuir rotina para registro dos acompanhamentos de instrumentos contratuais,



com possibilidade de inclusão de pareceres rotineiros pelos gestores e fiscais de contratos;

- 2.7.79.** Possuir rotina para registro de ocorrências e penalizações referentes aos instrumentos contratuais, com registro dos possíveis recursos, e registros de multas aplicadas, além de possibilitar a inclusão de arquivos digitalizados para fundamentar os registros.
- 2.7.80.** Possuir rotina para registro de seguros e garantias para os instrumentos contratuais, com consulta simples para verificar os registros com vencimentos.
- 2.7.81.** Possuir rotina para definição do cronograma do instrumento contratual, com a possibilidade de divisão das parcelas conforme o valor e vencimentos.
- 2.7.82.** Possuir rotina para cadastro de índices para reajuste, com vinculação no instrumento contratual. Além do vínculo, na geração de aditamentos deve ser possível aplicar o índice para o cálculo do valor aditado. Deve possuir consulta simples para identificar os instrumentos contratuais que estão em fase de aditamento conforme a periodicidade de reajuste definida em cada instrumento contratual.
- 2.7.83.** Possuir rotina para registro das solicitações de aditamentos.
- 2.7.84.** Permitir o controle total das solicitações de compra e despesa, não permitindo que usuários de outros centros de custos ou unidades orçamentárias acessem e cadastrem solicitações não pertencentes aos seus acessos e que a quantidade de cada item possa ser dividida em centros de consumo para destinação. Estas solicitações devem propiciar o controle do orçamento com total integração com o módulo de contabilidade para posterior geração dos empenhos orçamentários.
- 2.7.85.** O sistema deve possuir rotina para aprovação das despesas com no mínimo as seguintes funcionalidades que visam eliminar impressões e otimizar os trabalhos dos diversos setores evitando o deslocamento de servidores entre as áreas para reduzir despesas e diminuir a burocracia processual para liberação dos gastos:
  - 7.85.a.a)** Parametrizar os níveis e fluxos de aprovação de acordo com especificidade da entidade.
  - 7.85.a.b)** Possibilitar que os níveis tenham parâmetro de valor máximo e mínimo para entrar em determinado fluxo e para não entrar em determinado fluxo.
  - 7.85.a.c)** Definir o nível padrão por usuário para otimizar as consultas das pendências.
  - 7.85.a.d)** Vincular nos níveis os usuários responsáveis.
  - 7.85.a.e)** Possuir consulta para demonstração das solicitações pendentes com o carregamento do nível padrão do usuário, possuindo acesso rápido aos registros a partir da consulta.
  - 7.85.a.f)** Possibilitar que a consulta seja carregada na abertura do sistema para visualização rápida as pendências do usuário.
  - 7.85.a.g)** Possibilitar atualização automática da consulta, quando registrado um trâmite de aprovação e desaprovação na solicitação acessada, eliminando a pendência da visualização do usuário.
  - 7.85.a.h)** Possibilitar que na consulta sejam aplicados filtros e agrupamentos e também exista a restrição de visualização conforme permissões de acesso as unidades

orçamentárias dos usuários.

- 7.85.a.i)** Permitir que a rotina de aprovação seja gradual, liberando a rotina por unidade orçamentária até que seja abrangida toda a entidade.
  - 7.85.a.j)** Na rejeição de uma despesa, retornar ao nível inicial de elaboração para as devidas correções.
  - 7.85.a.k)** Não permitir edição em solicitações que já estejam em processo de tramitação além da elaboração. Registrar todas as etapas de tramitação, visualizando no mínimo usuário, máquina e data utilizada para cada etapa
  - 7.85.a.l)** Não permitir a geração do pré-empenho e empenho enquanto o processo de aprovação não estiver concluído até o último nível definido pela entidade.
  - 7.85.a.m)** Possibilitar que na necessidade de uma impressão, seja demonstrado todo o fluxo percorrido, com os usuários registrados sendo estas aprovações eletrônicas, eliminando a necessidade de assinaturas físicas.
  - 7.85.a.n)** Possibilitar a aprovação através das unidades ordenadoras, que podem ser registradas em unidades orçamentárias distintas com aprovação por uma unidade específica conforme a necessidade.
- 
- 2.7.86.** Permitir a emissão de autorização de fornecimento ou prestação de serviços e alterar os dados que irão compor o documento;
  - 2.7.87.** Permitir exportar os arquivos para a prestação de contas, dos dados referentes a licitações e instrumentos contratuais, de acordo com as regras e sistema vigente.
  - 2.7.88.** Possibilitar que campos obrigatórios para prestação de contas sejam validados diretamente nos cadastros, evitando problemas no momento da geração dos dados. Exemplo de objeto em um processo Licitatório.
  - 2.7.89.** Possuir relatório dos documentos vencidos e a vencer do fornecedor.
  - 2.7.90.** Permitir gerar relatório das solicitações emitidas, com filtros mínimos de período, centro de custo, programática, situação, devendo possibilitar demonstrar ou não os itens relacionados.
  - 2.7.91.** Permitir gerar relatórios de cotações com a demonstração de análise de cotação, contendo todos os valores finais, demonstrando ou não os itens não cotados.
  - 2.7.92.** Deverá emitir relatório comparativo de cotação de fácil visualização contendo os itens com os valores cotados por fornecedor e ao final a identificação dos valores médios.
  - 2.7.93.** Permitir gerar relatório contendo os processos licitatórios com a definição de detalhes para exibição ou não, como exemplo os vencedores, homologações entre outros dados.
  - 2.7.94.** Permitir a geração de relatório contendo os saldos dos processos controlados por valor, demonstrando os valores iniciais, solicitados, aditados, anulados, creditados e debitados, com a possibilidade de demonstração por centro de custo quando houver o desmembramento.
  - 2.7.95.** Permitir gerar a relação mensal de todas as compras feitas, para envio ao TCU,

exigida no inciso VI, do Art. 1º da Lei 9755/98.

- 2.7.96.** Permitir a geração de relatório contendo os contratos a vencer por período.
- 2.7.97.** Permitir a geração de relatório para o mapa comparativo comercial.
- 2.7.98.** Permitir a geração de relatório contendo o saldo completo dos itens quantitativos em processos licitatórios, demonstrando os totais licitados, aditados, solicitados e anulados. O relatório deve ter a possibilidade de demonstrar o saldo por centro de custo, considerando também neste caso os débitos e créditos entre centros de custos.
- 2.7.99.** Possibilitar a escolha de assinantes na emissão de relatórios.

## **2.8. Sistema de Gestão e Controle da Frota Municipal;**

- 2.8.1.** Possibilitar o registro de licença de uso de forma automática ou manual no interior do sistema.
- 2.8.2.** Permitir a alternância entre os demais exercícios e entidades sem a necessidade de sair do sistema atual, facilitando a transição entre eles.
- 2.8.3.** Permitir o controle de acesso dos usuários aos sistemas, determinando restrição de acesso a rotinas, bem como ações de inclusão, alteração e exclusão.
- 2.8.4.** Permitir o controle de acesso dos usuários a centros de custos específicos
- 2.8.5.** Possibilitar a consulta aos logs do sistema, pesquisando por rotinas, para identificar quando ocorreram alterações em registros como inclusões, exclusões e alterações.
- 2.8.6.** Possibilitar a utilização de ""Nº de Frota"" nas rotinas para vinculação dos veículos através do código de frota da entidade.
- 2.8.7.** Possibilitar a visualização de consulta que demonstre os vencimentos de todos os itens referentes aos veículos e motoristas como, por exemplo, trocas de óleo, CNHs vencidas.
- 2.8.8.** Permitir a configuração do período para emissão dos avisos de vencimentos, com relação a medição e datas.
- 2.8.9.** Permitir que as requisições sejam controladas com os saldos dos empenhos.
- 2.8.10.** Possibilitar que seja controlado status de aprovação nas ordens de serviço para liberação a execução dos serviços.
- 2.8.11.** Possibilitar integração com bomba de combustível, para captura do total de litros referente a cada abastecimento efetuado.
- 2.8.12.** Possibilitar alerta nos lançamentos de gastos de combustíveis quando a média do veículo estiver fora dos padrões, com definição da variação tolerada definida pelo usuário, não sendo fixa no sistema.

- 2.8.13.** Possibilitar o registro dos motoristas, incluindo dados das carteiras de habilitação e o vencimento destas, possibilitando ainda a emissão de relatório de motoristas de acordo com vencimento das CNH's.
- 2.8.14.** Possuir bloqueio nas rotinas do sistema quando utilizado o motorista com CNH vencida há mais de 30 dias e quando tenha atingido a pontuação máxima para suspensão no período de 365 dias.
- 2.8.15.** Permitir a complementação e manutenção de dados dos veículos. O Frotas deve ser totalmente integrado ao módulo Patrimonial, não sendo permitido o cadastro de novos bens no Frotas, que deve consumir os dados equivalentes do Patrimônio.
- 2.8.16.** Permitir a alteração de dados de Lotação e Centro de Custo diretamente no Frotas, com armazenamento das alterações possibilitando a consulta no próprio cadastro do veículo, visualizando todas as alterações efetuadas.
- 2.8.17.** Possibilitar a alteração de medidores, devendo armazenar o histórico de trocas diretamente no veículo, com possibilidade de inclusão da medição de implantação do novo medidor.
- 2.8.18.** Possibilitar o registro de adaptações aos veículos, com vínculo de outros bens patrimoniais com campo para observações.
- 2.8.19.** Possibilitar que somente possam ser utilizados itens no módulo de Frotas que sejam classificados como utilizáveis no Frotas, evitando que toda a base cadastral de itens única fique disponível para utilização no módulo.
- 2.8.20.** Possibilitar que todos os cadastros referentes as movimentações possam ser criadas e alteradas pelos usuários, como por exemplo, tipos de débito, tipos de serviços, tipos de ocorrências, categoria de agendamento e destinos, evitando informações fixas que para novos casos necessitem de manutenções no software.
- 2.8.21.** Possuir rotina para cadastro de agendamento de veículos registrando dados como local de destino, motorista e finalidade, demonstrando possíveis viagens já existentes para a rota.
- 2.8.22.** Possuir rotina para consulta dos agendamentos por período, para facilitar a liberação dos veículos e identificação da utilização ou não no período desejado.
- 2.8.23.** Permitir o cadastramento de rotas e destinos, para possibilitar "viagens casadas", quando utilizada a rotina de agendamento de veículos.
- 2.8.24.** Possuir rotina para registros das movimentações de garagem, indicando dados como motorista, horário de saída e retorno, quilometragem, com vínculo com o respectivo agendamento, se houver.
- 2.8.25.** Possibilitar o controle de itens com vencimento para os veículos, sendo itens de qualquer natureza, como por exemplo, troca de óleo, extintores de incêndio, revisões possibilitando o controle do vencimento por quilometragem e por data,

com a possibilidade de avisos sistemáticos tanto em consultas como movimentações.

- 2.8.26.** Possibilitar o controle total de débitos dos veículos como IPVA, licenciamento, multas, infrações, custos com seguro, seguro obrigatório, avarias e afins.
- 2.8.27.** Permitir o registro das ocorrências envolvendo os veículos, como acidentes e multas, registrando as respectivas datas e possibilitando a emissão de relatório em determinado período por veículo.
- 2.8.28.** Possuir rotina para cadastramento das medições avulsas dos veículos, para envio ao TCE-PR nos casos de medidores quebrados, quando é enviada uma medição declarada no mês.
- 2.8.29.** Permitir o registro das infrações registradas para os veículos e motoristas.
- 2.8.30.** Possibilitar via sistema o registro e emissão de requisições para abastecimentos/serviços, indicando na impressão dados do veículo, como placa, descrição, lotação, fornecedor, motorista.
- 2.8.31.** Possibilitar que as requisições efetuem o controle de saldos de itens dos empenhos, propiciando controles individualizados por empenho já na requisição, antes mesmo da efetivação dos gastos.
- 2.8.32.** Possibilitar o cadastro para perdas de combustível, ocasionadas em motivos, por exemplo, vazamentos, evaporação.
- 2.8.33.** Possibilitar o controle do consumo de combustível e média por veículo, permitindo a emissão de relatório por veículo e por período.
- 2.8.34.** Possuir rotina para geração de ordens de serviço internas e externas, para controles dos serviços executados nos veículos tanto no próprio setor de manutenção da entidade quanto para serviços em empresas contratadas.
- 2.8.35.** Permitir o cadastro individualizado dos pneus com vinculação de marca, tipo, valor, data de aquisição e controlar suas movimentações, como as trocas com identificação da posição de troca dos pneus (dianteira/traseira), e controle de quilometragem para rodízio.
- 2.8.36.** Permitir o cadastro individualizado com vinculação de marca, data de aquisição, valor e movimentação das baterias entre os veículos.
- 2.8.37.** Possibilitar a geração de lançamentos de gastos com a frota, sendo possível para qualquer item que tenha referência com veículos, como abastecimentos, serviços, peças, possibilitando importação de requisições e ordens de serviço para geração dos gastos.
- 2.8.38.** Possibilitar o controle de gastos de combustível de acordo com as quantidades de cada empenho/liquidação.

- 2.8.39.** Permitir a utilização de bombas de combustível, possuindo cadastros específicos das bombas, com controle de estoque, sendo automaticamente gerados dados para o módulo de Almoxarifado quanto ao consumo dos itens.
- 2.8.40.** Permitir a utilização conjunta de bombas de combustíveis com gastos da frota para tipos de combustível que não sejam controlados por bomba na entidade.
- 2.8.41.** Possuir consultas de quantidades liquidadas/movimentadas para verificação do estoque de combustível que será enviado ao Tribunal de Contas.
- 2.8.42.** Permitir geração de arquivos para Tribunal de Contas, oferecendo críticas quanto a campos obrigatórios não preenchidos, bem como inconsistências em medidores.
- 2.8.43.** Possibilitar integração com empresa terceirizada para o controle de abastecimentos em rede autorizada, para importação e validação dos gastos, evitando a necessidade de lançamentos manuais. Na integração devem ser validados dados como posto de combustível, motorista e veículo, evitando inconsistências.
- 2.8.44.** Permitir gerar relatório contendo as permissões de acesso por usuário.
- 2.8.45.** Emitir relatório comparativo de gastos com possibilidade de comparativo no mínimo entre item, modelo e motorista.
- 2.8.46.** Emitir relatório de gastos gerais, possibilitando a exibição de todos os gastos referentes aos veículos, com distinção, no mínimo, entre abastecimentos e manutenção.
- 2.8.47.** Emitir relatório referente aos agendamentos de veículo.
- 2.8.48.** Emitir relatório referente as movimentações de garagem dos veículos.
- 2.8.49.** Emitir relatório referente aos itens que controlem vencimento que estão vinculados aos veículos.
- 2.8.50.** Emitir relatórios referente as movimentações de combustível nas bombas, com possibilidade de entradas, saídas e controle de combustível com saldo no período desejado.

## **2.9. Sistema de Gestão de Controle de Obras Municipais;**

- 2.9.1.** Permitir a alternância entre os demais exercícios e entidades sem a necessidade de sair do sistema atual, facilitando a transição entre eles.
- 2.9.2.** Permitir o controle de acesso dos usuários aos sistemas, possuindo configurações de restrição de acesso a rotinas, ações de inclusão, alteração e exclusão.
- 2.9.3.** Possibilitar que somente o usuário específico da intervenção possa realizar o lançamento dos acompanhamentos.
- 2.9.4.** Possibilitar a consulta aos logs do sistema, para identificar quando ocorreram alterações em registros como inclusões, exclusões e alterações.

- 2.9.5.** Possuir cadastro de fiscais integrado com o cadastro de pessoas para acompanhamento da obra.
- 2.9.6.** Possibilitar o cadastro de assinaturas para relacionamento a emissão dos documentos como termos de recebimento.
- 2.9.7.** Possibilitar o cadastro de portaria para vinculação dos membros da comissão para recebimento das obras.
- 2.9.8.** Possibilitar o cadastro de tipos de notificação e modelos de notificação, com a definição de templates para utilização no registro das notificações.
- 2.9.9.** Possuir integração com o módulo de Patrimônio, para vinculação da intervenção com o bem ou bens, em que a intervenção será executada.
- 2.9.10.** Possuir integração com o módulo de Contratos, para captar dados do contrato que gerou a intervenção, no mínimo com o preenchimento dos dados referentes a prazos, valor, empresa executora, órgão e fiscal de contrato.
- 2.9.11.** Possibilitar o registro completo das intervenções com vínculo de dados essenciais, necessitando no mínimo possuir a possibilidade do preenchimento dos dados referentes a nome da intervenção, tipo da intervenção, tipo da obra, classificação da intervenção, unidade de medida, regime de execução, dimensão, data base e data início, prazo de execução e valor.
- 2.9.12.** Possibilitar o vínculo de arquivos digitalizados no cadastro da intervenção.
- 2.9.13.** Possibilitar o registro de informações relacionadas às intervenções, sendo no mínimo dados referentes a responsabilidade técnica, matrícula CEI, planilhas de orçamento e ações.
- 2.9.14.** Possuir recurso automático de geração de atos quando efetuados os lançamentos das planilhas de orçamento e acompanhamentos das intervenções, com demonstração do código de controle referente, possibilitando que o lançamento na Atoteca do TCE seja efetuado assim que o lançamento no sistema for efetuado com a geração da codificação.
- 2.9.15.** Possuir rotina para registro dos acompanhamentos das intervenções, com todos os tipos definidos pelo Tribunal de Contas (medição, cancelamento, cadastro indevido, paralisação e conclusão), devendo possuir a possibilidade de inclusão tanto dos valores das medições quanto dos percentuais por medição, sendo que o percentual deverá ser calculado automaticamente conforme o valor, podendo ser editado pelo usuário.
- 2.9.16.** Possuir rotina para inserção de imagens relativas aos acompanhamentos, mantendo registro fotográfico das intervenções no próprio sistema, inclusive com disponibilização das imagens no Portal da Transparência, caso esteja parametrizado para exibir os dados das intervenções.

- 2.9.17.** Possuir rotina para vinculação de arquivo digitalizado em cada planilha de orçamento cadastrada.
- 2.9.18.** Possuir rotina para vinculação de arquivo digitalizado em cada acompanhamento cadastrado.
- 2.9.19.** Possuir rotina para vinculação de arquivo digitalizado em cada responsabilidade técnica cadastrada.
- 2.9.20.** Possuir rotina para controle e geração de notificações às empresas executoras, com a possibilidade de montagem de template da notificação para preenchimento dos dados específicos na geração das notificações.
- 2.9.21.** Possuir controle de ocorrências, com a definição de equipe responsável, programações e vínculo com as solicitações recebidas via protocolo.
- 2.9.22.** Possuir no controle de ocorrências e programação, a indicação dos materiais necessários para execução, com demonstração da estimativa de valores previstos e executados.
- 2.9.23.** Possuir registro dos aditivos, com o consequente vínculo nas planilhas específicas de aditivo e medições.
- 2.9.24.** Possuir geração dos arquivos necessários para prestação de contas junto ao Tribunal de Contas, com a total integração entre os dados de sistemas como Patrimônio, Orçamento, Contratos e Leis Atos para geração desde os arquivos do cadastro inicial até as movimentações.
- 2.9.25.** Possibilitar impressão de relatório com as validações de dados obrigatórios para envio das informações ao Tribunal de Contas, a fim de identificar possíveis erros e/ou falta de informações antes mesmo da geração e importação dos arquivos.
- 2.9.26.** Possibilitar a impressão de termos de paralisação.
- 2.9.27.** Possibilitar a impressão de termos de recebimento provisório e definitivo.
- 2.9.28.** Possibilitar a impressão da Ordem de Serviço para início das obras.
- 2.9.29.** Possibilitar a impressão de laudo de medição ou acompanhamento.
- 2.9.30.** Possibilitar a emissão de listagem das intervenções conforme a situação.
- 2.9.31.** Possibilitar a emissão de listagem de intervenções atrasadas conforme a data de início e prazo de execução.
- 2.9.32.** Possibilitar a emissão de relatório para auxiliar no lançamento das atotecas do Tribunal de Contas referentes a planilhas e acompanhamentos.
- 2.9.33.** Permitir o controle de acesso dos usuários aos sistemas, possuindo configurações de restrição de acesso a rotinas, ações de inclusão, alteração e exclusão.



- 2.9.34.** Possibilitar que somente o usuário específico da intervenção possa realizar o lançamento dos acompanhamentos.
- 2.9.35.** Possibilitar a consulta aos logs do sistema, para identificar quando ocorreram alterações em registros como inclusões, exclusões e alterações.
- 2.9.36.** Possuir cadastro de fiscais integrado com o cadastro de pessoas para acompanhamento da obra.
- 2.9.37.** Possibilitar o cadastro de assinaturas para relacionamento a emissão dos documentos como termos de recebimento.
- 2.9.38.** Possibilitar o cadastro de portaria para vinculação dos membros da comissão para recebimento das obras. Possibilitar o cadastro de tipos de notificação e modelos de notificação, com a definição de templates para utilização no registro das notificações.
- 2.9.39.** Possuir integração com o módulo de Patrimônio, para vinculação da intervenção com o bem ou bens, em que a intervenção será executada.
- 2.9.40.** Possuir integração com o módulo de Contratos, para captar dados do contrato que gerou a intervenção, no mínimo com o preenchimento dos dados referentes a prazos, valor, empresa executora, órgão e fiscal de contrato.
- 2.9.41.** Possibilitar o registro completo das intervenções com vínculo de dados essenciais, necessitando no mínimo possuir a possibilidade do preenchimento dos dados referentes a nome da intervenção, tipo da intervenção, tipo da obra, classificação da intervenção, unidade de medida, regime de execução, dimensão, data base e data início, prazo de execução e valor.
- 2.9.42.** Possibilitar o vínculo de arquivos digitalizados no cadastro da intervenção.
- 2.9.43.** Possibilitar o registro de informações relacionadas às intervenções, sendo no mínimo dados referentes a responsabilidade técnica, matrícula CEI, planilhas de orçamento e ações.
- 2.9.44.** Possuir recurso automático de geração de atos quando efetuados os lançamentos das planilhas de orçamento e acompanhamentos das intervenções, com demonstração do código de controle referente, possibilitando que o lançamento na Atoteca do TCE seja efetuado assim que o lançamento no sistema for efetuado com a geração da codificação.
- 2.9.45.** Possuir rotina para registro dos acompanhamentos das intervenções, com todos os tipos definidos pelo Tribunal de Contas (medição, cancelamento, cadastro indevido, paralisação e conclusão), devendo possuir a possibilidade de inclusão tanto dos valores das medições quanto dos percentuais por medição, sendo que o percentual deverá ser calculado automaticamente conforme o valor, podendo ser editado pelo usuário.

- 2.9.46.** Possuir rotina para inserção de imagens relativas aos acompanhamentos, mantendo registro fotográfico das intervenções no próprio sistema, inclusive com disponibilização das imagens no Portal da Transparência, caso esteja parametrizado para exibir os dados das intervenções.
- 2.9.47.** Possuir rotina para vinculação de arquivo digitalizado em cada planilha de orçamento cadastrada. Possuir rotina para vinculação de arquivo digitalizado em cada acompanhamento cadastrado.
- 2.9.48.** Possuir rotina para vinculação de arquivo digitalizado em cada responsabilidade técnica cadastrada.
- 2.9.49.** Possuir rotina para controle e geração de notificações às empresas executoras, com a possibilidade de montagem de template da notificação para preenchimento dos dados específicos na geração das notificações. Possuir controle de ocorrências, com a definição de equipe responsável, programações e vínculo com as solicitações recebidas via protocolo.
- 2.9.50.** Possuir no controle de ocorrências e programação, a indicação dos materiais necessários para execução, com demonstração da estimativa de valores previstos e executados.
- 2.9.51.** Possuir registro dos aditivos, com o consequente vínculo nas planilhas específicas de aditivo e medições. Possuir geração dos arquivos necessários para prestação de contas junto ao Tribunal de Contas, com a total integração entre os dados de sistemas como Patrimônio, Orçamento, Contratos e Leis Atos para geração desde os arquivos do cadastro inicial até as movimentações.
- 2.9.52.** Possibilitar impressão de relatório com as validações de dados obrigatórios para envio das informações ao Tribunal de Contas, a fim de identificar possíveis erros e/ou falta de informações antes mesmo da geração e importação dos arquivos.
- 2.9.53.** Possibilitar a impressão de termos de paralisação.
- 2.9.54.** Possibilitar a impressão de termos de recebimento provisório e definitivo. Possibilitar a impressão da Ordem de Serviço para início das obras.
- 2.9.55.** Possibilitar a impressão de laudo de medição ou acompanhamento. Possibilitar a emissão de listagem das intervenções conforme a situação.
- 2.9.56.** Possibilitar a emissão de listagem de intervenções atrasadas conforme a data de início e prazo de execução. Possibilitar a emissão de relatório para auxiliar no lançamento das atotecas do Tribunal de Contas referentes a planilhas e acompanhamentos.

## **2.10. Sistema de Gestão de Controle Interno;**

- 2.10.1.** Possibilitar o acesso à ferramenta de Suporte Técnico no interior do sistema facilitando a comunicação dos operadores com o corpo técnico para registro de

atendimento.

- 2.10.2.** Permitir a alternância entre os demais exercícios e entidades sem a necessidade de sair do sistema atual, facilitando a transição entre eles.
- 2.10.3.** Permitir o controle de acesso dos usuários aos sistemas, determinando restrição de acesso a rotinas, bem como ações de inclusão, alteração e exclusão.
- 2.10.4.** Possibilitar a consulta aos logs do sistema, para identificar quando ocorreram alterações em registros como inclusões, exclusões e alterações.
- 2.10.5.** Possibilitar que os níveis de assuntos e setores sejam definidos conforme necessidades da entidade, não existindo forma padrão fixa no software.
- 2.10.6.** Permitir enquadrar a check-list em categorias facilitando assim sua localização.
- 2.10.7.** Permitir o envio periódico dos questionários aos responsáveis por cada um dos setores da Administração.
- 2.10.8.** Permitir que todos os setores da Administração recebam os questionários, possam respondê-los e enviar de volta, através do sistema.
- 2.10.9.** Possuir agenda para registrar o envio automático de questionários para os setores da Administração, bem como as atividades da Controladoria.
- 2.10.10.** Possuir rotina para geração de pareceres, vinculando as respostas e perguntas desejadas.
- 2.10.11.** Possibilitar o cadastro de atos, bem como inclusão de arquivos digitalizados destes.
- 2.10.12.** Possibilitar a inclusão de url no cadastro dos atos com sua classificação quanto a esfera, permitindo acesso a qualquer ato ou legislação desejado de maneira rápida pelo sistema, com a demonstração dos dados através de um Painel de Leis, que permita o acesso rápido as legislações relacionadas.
- 2.10.13.** Permitir o cadastro das instruções normativas;
- 2.10.14.** Possibilitar que na emissão das instruções normativas sejam definidos os quadros que serão emitidos.
- 2.10.15.** Possibilitar a inclusão de anexos as instruções normativas e/ou relatório circunstanciado.
- 2.10.16.** Propiciar o cadastramento dos check-lists, baseados em grupos para facilitar sua localização, para utilização nas auditorias.
- 2.10.17.** Permitir a execução de cópia de check-list existente, evitando o retrabalho para análises similares.
- 2.10.18.** Permitir a configuração de alertas para geração de análises automáticas com disparo de notificações quanto a irregularidades encontradas.

- 2.10.19.** Possibilitar o registro de mensagens entre os usuários do sistema.
- 2.10.20.** Possibilitar o apontamento de críticas quanto a verificações como processos licitatórios sem pareceres, excesso de gastos com compra direta entre outros.
- 2.10.21.** Possibilitar a emissão de relatórios referentes aos questionários enviados e respostas recebidas.
- 2.10.22.** Possibilitar a emissão gráfica com base em um questionário para demonstrar as perguntas referentes respondidas e não respondidas.

**2.11. Gestão de Processos Digitais;**

- 2.11.1.** Permitir o trâmite de todo o processo em meio digital, dispensando movimentos em papéis.
- 2.11.2.** Permitir o controle de numeração de processos com possibilidade de reinício a cada novo exercício.
- 2.11.3.** Permitir o controle de numeração de processos com separação por tipos conforme necessidade da entidade.
- 2.11.4.** Possuir bloqueio para não permitir a duplicidade cadastral em assuntos, documentos e locais.
- 2.11.5.** Permitir a vinculação de roteiros por assunto, inclusive considerando a definição de prazo para cada etapa individual.
- 2.11.6.** Permitir a vinculação de documentos por assunto.
- 2.11.7.** Permitir a configuração de acessos por local aos usuários, não permitindo a tramitação de processos que não estejam nos locais ao quais o usuário possua permissão.
- 2.11.8.** Permitir a configuração de usuários administradores, que possuem acesso a qualquer local.
- 2.11.9.** Possibilitar o relacionamento de requerentes e responsáveis adicionais ao processo.
- 2.11.10.** Possibilitar o relacionamento de endereço complementar ao processo.
- 2.11.11.** Possuir aviso na abertura do processo ao usuário interno, indicando a existência de outros processos do mesmo assunto para o requerente.
- 2.11.12.** Possibilitar a indicação da finalidade do processo, sendo de atendimento ao público ou interno.
- 2.11.13.** Possuir integração com o Sistema de Tributação para demonstrar aviso quando o requerente possuir situação de inadimplência com a entidade.
- 2.11.14.** Possibilitar a ordenação dos processos por ordem de movimentação.
- 2.11.15.** Possibilitar a emissão de comprovante de protocolização com envio por e-mail.

- 2.11.16.** Possuir rotina para definição de graus de sigilo aos processos, bloqueando a sua consulta para locais não relacionados.
- 2.11.17.** Permitir a inclusão de arquivos digitalizados aos processos.
- 2.11.18.** Possuir rotina para geração de documento de arrecadação de acordo com o assunto do processo, com impressão de boleto para recebimento na rede bancária, com a geração de débito no Sistema Tributário. Toda a configuração das receitas e dados específicos é realizada no módulo Tributário.
- 2.11.19.** Possuir rotina de recebimento múltiplo utilizando código de lote gerado nos encaminhamentos dos processos.
- 2.11.20.** Permitir movimentar vários processos em lote, com a possibilidade de informar pareceres diferentes para cada um dos processos, possibilitando o encaminhamento tanto a um local, quanto direcionado a um usuário relacionado ao local de destino.
- 2.11.21.** Possuir rotina de arquivamento múltiplo de processos.
- 2.11.22.** Permitir a transferência entre arquivos, após o processo estar arquivado
- 2.11.23.** Possuir rotina para anexação/apensamento de processos entre si.
- 2.11.24.** Permitir a edição do último trâmite do processo efetuada pelo usuário, evitando a necessidade de nova tramitação para inclusão de novas informações quanto a pareceres.
- 2.11.25.** Possuir rotina para reabertura de processos arquivados, reinserindo a possibilidade de tramitação dos processos reabertos.
- 2.11.26.** Permitir a visualização do histórico de toda a tramitação efetuada nos processos com indicação de datas e usuários que a realizaram.
- 2.11.27.** Possuir rotina para exclusão de trâmites indevidos/errôneos, evitando a necessidade de tramitações para correção.
- 2.11.28.** Possuir indicadores para demonstrar os processos a receber nos locais referentes ao usuário.
- 2.11.29.** Possuir indicadores para demonstrar os processos a receber direcionados diretamente ao usuário.
- 2.11.30.** Possuir indicadores para demonstrar os processos que estão nos locais referentes ao usuário, para possibilitar encaminhamento ágil destes.
- 2.11.31.** Possuir validação para não permitir o cadastro de locais sem a vinculação do respectivo responsável.
- 2.11.32.** Permitir a execução das movimentações nos processos através da leitura dos códigos de barras inclusos em etiquetas e comprovantes.
- 2.11.33.** Possuir consulta das tramitações dos processos pelos requerentes através de senha e

CPF/CNPJ.

- 2.11.34.** Possuir rotina para abertura de processos externamente pelos requerentes, sem necessidade de deslocamento até a entidade para efetuar a protocolização.
- 2.11.35.** Possuir rotina para que na abertura externa, por assunto seja definido termo de aceite para a conclusão da abertura do processo.
- 2.11.36.** Permitir a indicação de nota explicativa no ambiente de abertura externa para facilitar a utilização pelos requerentes.
- 2.11.37.** Permitir ao requerente na abertura externa de processos a demonstração dos valores a serem recolhidos de acordo com o assunto do processo. Permitindo a geração de documento para arrecadação na abertura externa de acordo com o assunto do processo.
- 2.11.38.** Permitir a demonstração ao requerente dos documentos necessários para abertura do processo de acordo com o assunto.
- 2.11.39.** Possuir rotina de disparo de e-mail ao Requerente na Abertura e em todas as tramitações do processo.
- 2.11.40.** Permitir a inclusão de documentos digitalizados na abertura externa de processos diretamente pelo requerente.
- 2.11.41.** Permitir a inclusão de documentos digitalizados na consulta externa do requerente, possibilitando a complementação de documentos solicitadas por meio de tramitação do processo.
- 2.11.42.** Permitir a abertura de processos de ouvidoria com requerente anônimo, com a possibilidade de informar telefone e e-mail para contato.
- 2.11.43.** Possuir rotina de Disparo de e-mail aos usuários quando encaminhado processo a locais que possuam acesso.
- 2.11.44.** Possuir rotina de Controle de Tramitação por Roteiro, com possibilidade de que em assuntos específicos seja possível a tramitação somente para os locais e sequências definidas no roteiro, tanto na Abertura, Encaminhamento e Arquivamento dos processos, com identificação dos locais em que é possível o arquivamento.
- 2.11.45.** Possuir rotina para atualização de endereço do requerente com base nos dados da abertura externa.
- 2.11.46.** Possuir rotina para avaliação dos processos abertos externamente, para que somente seja possível o recebimento de processos que estejam avaliados.
- 2.11.47.** Possuir dashboards gerenciais para rápida identificação dos processos pendentes e sob responsabilidade do local e usuário.
- 2.11.48.** Possuir dashboard estatístico para os processos, com filtros por local, período, assunto, situação, dentre outras possibilidades.

- 2.11.49.** Permitir a visualização da data de previsão para finalização do processo conforme prazo estipulado no cadastro de assuntos, demonstrando em destaque os processos com prazo vencido.
- 2.11.50.** Permitir a paralisação de processos, com possibilidade de filtrar os processos paralisados conforme necessidade.
- 2.11.51.** Possibilitar a emissão de etiquetas para os processos.
- 2.11.52.** Permitir a emissão de etiquetas e comprovantes com identificação do processo por código de barras.
- 2.11.53.** Permitir a impressão da ficha do processo contendo todas as tramitações e pareceres.
- 2.11.54.** Permitir a impressão da papeleta do processo, devendo possibilitar a emissão da papeleta de encaminhamento em cada um dos trâmites referentes.
- 2.11.55.** Possibilitar a emissão de comprovante de encaminhamento entre períodos para envio aos setores de destino.
- 2.11.56.** Possibilitar a emissão de relatório de processos com opções de agrupamentos diversos como, por exemplo, por requerente e local.

**2.12. Sistema de Gestão do Controle de Patrimonial dos Bens Moveis e Imóveis;**

- 2.12.1.** Possibilitar a utilização de caracteres alfanuméricos no cadastro dos bens.
- 2.12.2.** Possibilitar que os níveis de classificações de locais/centros de custos e categorias sejam definidos conforme necessidades da entidade, não existindo forma padrão fixa no software.
- 2.12.3.** Possuir rotina para zerar as categorias dos bens, para que nova parametrização seja efetuada de maneira mais assertiva, com rotina para vinculação das novas categorias em lote, ou seja, não necessitando vincular um a um.
- 2.12.4.** Possibilitar a personalização de modelos de impressão considerando inclusive parametrização para o cabeçalho e rodapé padrão na emissão, podendo ser alterado conforme necessidade no ato da impressão. A personalização deve ser possível ao menos para os termos de responsabilidade, baixa e transferência.
- 2.12.5.** Possibilitar a definição de data de corte para o início das depreciações, com base em que os bens adquiridos após esta data entram em processo de depreciação e os adquiridos anteriormente necessitam de reavaliação para início da depreciação.
- 2.12.6.** Possibilitar que a depreciação seja realizada ao menos nas formas mensal ou anual.
- 2.12.7.** Possibilitar o cadastro personalizado dos tipos de incorporação e baixas a serem utilizados pela entidade.
- 2.12.8.** Possibilitar o cadastro de fórmulas para reavaliação, utilizando variáveis do software, bem como operadores matemáticos, permitindo sua elaboração através da

montagem visual de fluxograma e também de forma inversa com a fórmula manual sendo convertida em fluxograma para melhor visualização do conteúdo das variáveis cadastradas.

- 2.12.9.** Possibilitar o cadastro de tipos de situações conforme necessidades da entidade para aplicação nos bens conforme necessidade para melhor identificação, como por exemplo: Em uso, Aguardando Inventário, Em Desuso etc.
- 2.12.10.** Possibilitar o cadastro de campos personalizados para utilização no cadastro de bens, com no mínimo dados específicos dos tipos texto, valor e número.
- 2.12.11.** Possibilitar o cadastro de moedas para conversão automática no momento do tombamento, quando bens adquiridos em outras épocas.
- 2.12.12.** Possibilitar o cadastro de naturezas de despesa para parametrizar conforme necessidade da entidade para quais naturezas serão admitidas nos tombamentos de bens e movimentações quando utilizados empenhos.
- 2.12.13.** Permitir cadastro gerais de tipos conforme o critério da entidade para: tipo de conservação; tipo de ocorrência; tipos de controle; tipo de cobertura de apólice e tipo de atribuição nas comissões.
- 2.12.14.** Permitir o cadastro histórico das ocorrências dos bens.
- 2.12.15.** Possibilitar a vinculação da entidade de origem do bem em caso de tombamento referente a cisão/fusão.
- 2.12.16.** Possibilitar a inclusão de arquivos digitalizados ao cadastro do bem de maneira em quantidade ilimitada por bem.
- 2.12.17.** Possuir rotina que permita a atualização múltipla de bens, com alterações como descrição e situação.
- 2.12.18.** Permitir ao usuário a possibilidade de visualizar somente os bens sob a sua responsabilidade.
- 2.12.19.** Possibilitar o cadastro para os bens da entidade, devendo no mínimo possibilitar o preenchimento das seguintes informações: processo licitatório; empenho fornecedor de aquisição; estado de conservação valor de aquisição; data de tombamento; local de origem; descrição; observação; tipo de incorporação; plaqueta patrimonial; categoria; dados sobre garantias e dados sobre vida útil e valor residual para posterior depreciação.
- 2.12.20.** Possibilitar o cadastro de bens em grande quantidade a partir de um cadastro já efetuado, gerando uma movimentação de geração de novos bens em lote.
- 2.12.21.** Possibilitar que no cadastro de bem seja inclusa sem limitação de caracteres a especificação integral do bem.
- 2.12.22.** Possibilitar a geração de registro da fase de Em Liquidação a partir dos movimentos



de tombamento no módulo Contábil, enviando dados do bem, nota fiscal e responsável, agilizando o processo de liquidação de despesas, conforme são recebidos os bens permanentes.

- 2.12.23.** Permitir cadastro para bens imóveis, com endereço, registro do imóvel, tipo de uso e coordenadas geográficas.
- 2.12.24.** Possibilitar registros de veículos e seus dados relevante tais como: Data de entrada; Descrição; RENAVAM; Estado de Conservação; Fornecedor; Espécie do Veículo; Lotação; Ano; Cor; Tipo de Combustível; Modelo; Marca; Centro de Custo; Capacidade do Tanque; Média de Consumo informada pelo fabricante e Dados de Seguro. O cadastro dos veículos deve ser realizado no módulo de Patrimônio exclusivamente;
- 2.12.25.** Possibilitar a consulta de todas as operações realizadas para o bem diretamente no seu cadastro.
- 2.12.26.** Possibilitar a emissão de ficha cadastral dos bens, com seleção dos dados de movimentação que deverão ser gerados. Deve ser possível a geração múltipla da ficha de diversos bens conforme seleção.
- 2.12.27.** Possibilitar a visualização de dados históricos do bem diretamente na tela de cadastro como ocorrências, manutenções, transferências entre outros.
- 2.12.28.** Possibilitar a inclusão de bens patrimoniais proveniente de empenho da contabilidade ou de ordem de compra, permitindo a importação dos itens sem a necessidade de redigitação dos descritivos, fornecedor, valor e conta contábil.
- 2.12.29.** Possibilitar a identificação de bens compartilhados entre setores, com identificação dos setores corresponsáveis e identificação destes na emissão de termos de responsabilidade.
- 2.12.30.** Possuir rotina para geração de operações patrimoniais para qualquer caso que seja necessária a movimentação de valores nos bens patrimoniais, possibilitando a inclusão individual ou múltipla de bens, dados de empenhos, com rotina para estorno.
- 2.12.31.** Permitir alteração da placa do bem informando a data de alteração, visualizando todas as placas utilizadas pelo bem;
- 2.12.32.** Permitir alteração da categoria do bem, informando a data de alteração, visualizando todas as categorias em que o bem já foi vinculado, controlando as contas contábeis do bem, de acordo com cada categoria, e com referência as datas de troca;
- 2.12.33.** Permitir informar o valor (%) residual do bem e a vida útil, de maneira individual ou pela natureza do bem;
- 2.12.34.** Possibilitar que seja feita a reavaliação individual do bem, através de acesso a rotina

de reavaliação diretamente pelo cadastro do bem.

- 2.12.35.** Permitir reavaliação de bens de forma individual e por lote, permitindo a utilização de fórmulas previamente criadas, que podem ser alteradas pelos usuários.
- 2.12.36.** Possuir rotina para solicitação de transferência de bens patrimoniais com aceite do setor recebedor, para efetivar as transferências;
- 2.12.37.** Permitir controle de transferência de bens entre os diversos locais, possibilitando a emissão do relatório de transferências, incluindo também a emissão como Termo de Transferência de Bens. Deve ser possível a transferência utilizando multiseleção de bens.
- 2.12.38.** Possibilitar aviso por e-mail aos responsáveis de origem e destino das transferências de bens.
- 2.12.39.** Possibilitar o controle de transferências provisórias com avisos sistemáticos quando a data de devolução estiver excedida.
- 2.12.40.** Possuir rotina de transferência de bens entre entidades, realizando a baixa e incorporação automática, com possibilidade de estorno, evitando a necessidade do retrabalho na incorporação dos bens na entidade de destino.
- 2.12.41.** Permitir encerramento mensal de competência, não permitindo movimentos com data retroativa ao mês/ano encerrado, possibilitando o estorno deste encerramento.
- 2.12.42.** Permitir inserir no cadastro dos bens um valor mínimo residual para os bens, para controle das depreciações em casos de exceção.
- 2.12.43.** Possuir rotina para geração de depreciação de bens na forma de linha reta ou cotas constantes, de acordo com os parâmetros de vida útil e percentual de valor residual dos bens, podendo ser realizada de forma mensal ou anual.
- 2.12.44.** Permitir efetuar baixas individuais ou múltiplas por bens, locais, estado de conservação, permitindo informar histórico e informações complementares como: lei, portaria e processo licitatório, possibilitando nos casos de alienação o respectivo vínculo com as contas de receita referentes do módulo contábil;
- 2.12.45.** Emitir etiquetas de controle patrimonial, inclusive com código de barras para leitura óptica.
- 2.12.46.** Emitir termo de responsabilidade de guarda dos bens por responsável ou por órgão/centro de custo/local.
- 2.12.47.** Possuir rotina para inventário por locais, importando dados capturados por coletor de códigos de barras.
- 2.12.48.** Permitir transferência de bens localizados em inventários quando pertencentes a outro setor, de maneira automática quando concluído o inventário.

- 2.12.49.** Possibilitar o controle da movimentação dos bens encaminhados à manutenção, possibilitando controles e informações no mínimo quanto a data de envio, previsão e retorno, situação, tipo e motivo.
- 2.12.50.** Possibilitar aviso sistemático com relação aos bens que estejam com o retorno da manutenção constando a data de previsão de entrega vencida.
- 2.12.51.** Possuir rotina para conferência entre os valores movimentados no Patrimônio e Liquidados no Contábil para fechamento das contas, com a possibilidade de geração de tombamentos a partir desta, otimizando os lançamentos e facilitando a usabilidade da rotina.
- 2.12.52.** Permitir a parametrização das contas contábeis para integração contábil, tanto por tipo de movimento, quanto por operação e tipo de movimento.
- 2.12.53.** Possibilitar integração com o módulo contábil através de contabilização mensal, gerando lançamentos de movimentação financeira de acordo com as operações entre as contas específicas dos bens e as contas de contrapartida de acordo com cada tipo de operação.
- 2.12.54.** Possuir rotina de inventário geral, com no mínimo as seguintes possibilidades:
  - 12.54.a.a)** Registro de início e fim;
  - 12.54.a.b)** Permitir a inclusão dos bens através de inúmeros filtros como: responsável; local; fornecedor; nota fiscal; data de aquisição; tombamento entre outros de modo a permitir uma amplitude maior de possibilidades ao usuário;
  - 12.54.a.c)** Permitir a emissão de relatório que conste somente os bens em inventário não concluído;
  - 12.54.a.d)** Possuir bloqueio na movimentação de bens relacionados ao inventário;
  - 12.54.a.e)** Possuir rotina para exportação dos bens do inventário com retorno através de importação ou acesso direto nos locais através da aplicação, para possibilitar a atualização dos dados alterados, como descrição, local e valores;
  - 12.54.a.f)** Possibilitar no fechamento do inventário de rotina que atualize os bens que foram alterados no inventário, considerando valores, transferências e atualização cadastral.
  - 12.54.a.g)** Possuir emissão de relatórios de confrontação dos valores iniciais e finais, com possibilidade de agrupamento por contas contábeis de forma sintética e analítica;
  - 12.54.a.h)** Possuir emissão de relatório que destaque as diferenças encontradas no retorno do inventário.
- 2.12.55.** Permitir geração de arquivos para Tribunal de Contas do Estado, oferecendo críticas na geração de informações obrigatórias não constantes nos cadastros,
- 2.12.56.** Emitir relatório de baixas de bens com seleção por período de baixa, com detalhamentos por conta contábil.
- 2.12.57.** Emitir relatório identificando os bens com sua conta contábil.
- 2.12.58.** Emitir termos de uso e responsabilidade inclusive com o detalhamento dos bens com compartilhamento de responsabilidade.

- 2.12.59.** Emitir relatório em formato de Balanço Patrimonial com filtros por período e contas contábeis, devendo listar no mínimo as informações de valor no início do período, aquisições no período, reavaliações no período, baixas no período, depreciação no período e valor contábil no final do período.
- 2.12.60.** Emitir relatório que possibilite visualizar a evolução do valor patrimonial por exercício com base nos meses devendo possuir exibição gráfica.
- 2.12.61.** Emitir relatório para demonstrar os dados de depreciação com agrupamento por conta contábil, sendo possível o detalhamento dos bens ou somente os totais por conta.
- 2.12.62.** Emitir relatório que demonstre todas as operações patrimoniais por período.
- 2.12.63.** Emitir relatório completo que demonstre o valor total do Patrimônio com base em determinada data, demonstrando os bens relacionados as contas, com opção de demonstrar somente os dados consolidados por conta.
- 2.12.64.** Permitir gerar relatório contendo as permissões de acesso por usuário.

#### **2.13. Sistema de Gestão de Controle de Almoxarifado e Estoques;**

- 2.13.1.** Possibilitar o acesso à ferramenta de Suporte Técnico no interior do sistema facilitando a comunicação dos operadores com o corpo técnico para registro de atendimento.
- 2.13.2.** Possibilitar o registro de licença de uso de forma automática ou manual no interior do sistema
- 2.13.3.** Permitir a alternância entre os demais exercícios e entidades sem a necessidade de sair do sistema atual, facilitando a transição entre eles.
- 2.13.4.** Permitir o controle de acesso dos usuários aos sistemas, determinando restrição de acesso a rotinas, bem como ações de inclusão, alteração e exclusão.
- 2.13.5.** Permitir o controle de acesso dos usuários a centros de custos específicos, com distinção entre origem e destino.
- 2.13.6.** Possibilitar a consulta aos logs do sistema, pesquisando por rotinas, para identificar quando ocorreram alterações em registros como inclusões, exclusões e alterações.
- 2.13.7.** Possibilitar que os níveis de classificações de materiais e localizações sejam definidos conforme necessidades da entidade, não existindo forma padrão fixa no software.
- 2.13.8.** Possuir rotina para zerar as classificações dos produtos e itens, para que nova parametrização seja efetuada de maneira mais assertiva, com rotina para vinculação das novas classificações em lote, ou seja, não necessitando vincular um a um.
- 2.13.9.** Possuir rotina de aviso automático quando houver materiais em ponto de pedido, alertando o almoxarife para verificação dos materiais com parâmetros próximos do

desabastecimento.

- 2.13.10.** Possuir a definição e utilização de detalhamento nos centros de custos, para criação de níveis inferiores para utilização na distribuição dos materiais.
- 2.13.11.** Possibilitar a utilização de códigos de barras para as movimentações do Almoxarifado.
- 2.13.12.** Possuir rotina de moderação na Requisição ao Estoque, para que usuários com permissão avançada autorizem as solicitações para então serem analisadas e atendidas pelo Almoxarifado;
- 2.13.13.** Possuir parametrização para os tipos de movimentação utilizados pelo sistema para rotinas automáticas, como por exemplo entradas e saídas por inventário e entradas e saídas por fracionamento.
- 2.13.14.** Possuir integração com módulo de Frotas para que na geração de saídas de materiais de manutenção para veículos, se vinculado o veículo no movimento, gerando um gasto de frota automaticamente para o veículo.
- 2.13.15.** Possuir rotinas para gerenciamento físico dos materiais em estoque, possibilitando a utilização de coletores para o gerenciamento, através de acesso direto ao software, para execução de etapas de conferências, separação, transferências físicas e outras que possam ser especificidades da entidade.
- 2.13.16.** Permitir que o usuário do sistema bloqueie a realização de movimentações do almoxarifado até uma determinada data.
- 2.13.17.** Bloquear as movimentações de estoque nos períodos fechados.
- 2.13.18.** Possuir cadastro dos centros de destino e origem para armazenamento e distribuição de materiais, com possibilidade de distinção entre centros que utilizem o armazenamento físico e para os que não utilizem, controlando as movimentações a partir desta parametrização.
- 2.13.19.** Possuir no cadastro dos centros de destino e origem o vínculo do respectivo órgão e unidade, vinculando por exercício.
- 2.13.20.** Possuir no cadastro das localizações físicas de materiais com a separação do tipo de local, sendo Picking ou Pulmão. Picking equivale ao local de retirada dos produtos para entrega, como uma prateleira de supermercado e pulmão os locais fechados, que posteriormente abastecem os locais do tipo picking.
- 2.13.21.** Possuir cadastro de unidades de medida com possibilidade da definição do código a ser utilizado para posterior prestação de contas.
- 2.13.22.** Possuir cadastro de classificações para vinculação aos itens e produtos, com possibilidade de no mínimo vinculação de: dados de despesa, vinculação de codificação para prestação de contas e contas contábeis com a possibilidade de

exceções entre as contas.

- 2.13.23.** Possuir cadastro de natureza da despesa para parametrização da utilização apenas com intuito de registro no Almoxarifado ou para movimentações de estoque, com referência as movimentações de entrada oriundas de empenhos do módulo contábil.
- 2.13.24.** Possuir rotina de solicitação de cadastro de itens, com opção para aprovação ou rejeição, e em caso de aprovação relacionando o item criado na solicitação, com tela de demonstração dos status das solicitações efetuadas;
- 2.13.25.** Possibilitar que o usuário possa configurar no cadastro de produtos campos cadastrais de sua escolha desde campos numéricos, textos ou listagem pré-definida, através de definição destes campos conforme a classificação dos materiais.
- 2.13.26.** Possuir no cadastro de materiais, contendo campos para descrições sucintas e detalhadas sem limitação de caracteres, através de uma especificação integral.
- 2.13.27.** Possuir no cadastro de materiais, campos para identificação de no mínimo: Controle ou não de vencimento, Dados de distribuição e armazenamento, código de barras, não sendo limitado a um por cadastro de produto.
- 2.13.28.** Possibilitar o relacionamento do produto com seu CATMAT (Catálogo de Materiais do Governo Federal).
- 2.13.29.** Possibilitar a vinculação dos itens de romaneio referentes ao material para posterior utilização nas movimentações de entrada no estoque.
- 2.13.30.** Permitir anexar arquivos digitalizados para os itens cadastrados.
- 2.13.31.** Possuir cadastro para identificar empenhos bloqueados para evitar movimentações de entrada para estes.
- 2.13.32.** Possuir cadastro para agendamentos de entregas, com possibilidade de visualizar as entregas pendentes conforme agendamento.
- 2.13.33.** Permitir o controle de toda movimentação de entradas, saídas, devoluções, controles de prazos de validade e transferência de materiais no estoque, tanto na parte virtual do sistema quanto o controle físico por mapeamento devendo realizar a atualização do estoque de acordo com cada movimentação realizada.
- 2.13.34.** Permitir o gerenciamento integrado dos estoques de materiais não existindo limite para a quantidade de centros estocadores ou almoxarifados.
- 2.13.35.** Permitir que já no registro da entrada no estoque, itens que possuam controle de validade já tenham os lotes com vinculação de fabricante, quantidade e data de validade registrados.
- 2.13.36.** Possuir a possibilidade de geração de registro da fase de Em Liquidação a partir dos movimentos de entrada no módulo Contábil, enviando dados de itens, nota fiscal e responsável, agilizando o processo de liquidação de despesas, conforme são

recebidos os materiais.

- 2.13.37.** Possuir a possibilidade de inclusão de arquivos digitalizados nas rotinas de Entrada e Saída do Estoque.
- 2.13.38.** Possibilidade na entrada do item, informar um código diferente para diferenciar o item empenhado do item em almoxarifado, sem perder o controle de quanto já foi entregue do empenho;
- 2.13.39.** Possuir rotina que na entrada do material no Almoxarifado já exista a substituição do material conforme parâmetros de fracionamento já realizados, bem como para substituição de itens por itens de romaneio para facilitar os controles e posterior distribuição dos materiais pelo almoxarife.
- 2.13.40.** Possuir rotina para registro das movimentações de consumo imediato, que geram a entrada e saída, para registro contábil posterior e rastreio das movimentações por conta, não necessitando elaboração de lançamentos manuais de saída;
- 2.13.41.** Possuir rotina de controle de entrada de itens de produção com o desmembramento quantitativo automático, conforme a parametrização da composição do item, como por exemplo asfalto, que é composto de areia, brita, dentre outros materiais;
- 2.13.42.** Possibilitar o controle de contas por classificação com exceção conforme o centro de custo, como por exemplo uma classificação de gêneros alimentícios em que os itens que a compõem quando forem destinados a distribuição gratuita, possuem contas distintas conforme a destinação;
- 2.13.43.** Efetuar cálculo automático do preço médio dos materiais, bem como a sua atualização a cada movimentação do produto no almoxarifado.
- 2.13.44.** Possuir rotina para que a requisição de materiais seja realizada via sistema, podendo ser parametrizado para somente serem requisitados itens que constem no estoque, com validação das permissões de acesso dos usuários requisitantes aos centros de custos aos quais tem acesso, tanto para origem quanto destino.
- 2.13.45.** Possuir rotina de moderação na Requisição ao Estoque, para que usuários com permissão avançada autorizem as solicitações para então serem analisadas e atendidas pelo Almoxarifado;
- 2.13.46.** Possuir controle das requisições de materiais, permitindo atendimento parcial de requisições e mantendo o controle sobre o saldo não atendido das requisições, devendo possibilitar diversas saídas para a mesma requisição, desde que com materiais distintos já disponibilizados.
- 2.13.47.** Possuir rotina rápida para visualização das requisições em aberto, otimizando os trabalhos de separação e análise do almoxarife.
- 2.13.48.** Possibilitar gerenciamento da necessidade de reposição de materiais de acordo com os parâmetros de ponto de pedido e consumo médio, devendo ter a possibilidade

configuração dos períodos diretamente pelo usuário conforme sua necessidade.

- 2.13.49.** Permitir controle dos limites mínimos e de reposição de saldo físico em estoque.
- 2.13.50.** Possibilitar que no caso da movimentação de transferências entre centros estocadores, a movimentação somente seja completada com o aceite do centro de destino.
- 2.13.51.** Possuir rotina para definição de cotas de consumo dos materiais para os setores, com a possibilidade de definição de materiais exclusivos para determinados centros de destino.
- 2.13.52.** Possuir rotina para remanejamento de lotes e cadastro de lotes de materiais que já estejam no estoque para controle dos vencimentos dos produtos.
- 2.13.53.** Possuir rotina para conferência dos valores movimentados com comparação com os valores e quantitativos liquidados e movimentados para fechamento dos lançamentos;
- 2.13.54.** Possuir rotina para contabilização mensal, com agrupamento por tipos de operação e contas para registros contábeis diretamente no módulo de Almoxarifado. Com a definição das parametrizações tanto diretas como nos tipos de movimentação, como individuais por conta e tipo de operação.
- 2.13.55.** Possuir rotina para geração de fracionamento de itens já existentes no estoque com relação a unidade de compra e unidade de distribuição.
- 2.13.56.** Possuir rotina de inventário por centros de custo, bloqueando as operações para o centro de custo enquanto o inventário não estiver finalizado, além de na finalização do inventário gerar automaticamente entradas e saídas dos itens após conferência física.
- 2.13.57.** Possibilitar que o inventário seja registrado através da importação de dados oriundos de coletores de dados ou outro meio de conferência com a inserção dos itens e quantidades aferidas para agilização no processo de inventário.
- 2.13.58.** Possuir rotina para agendamento de transferências entre centros estocadores, com a configuração da periodicidade e materiais relacionados para que automaticamente seja possível o abastecimento dos centros conforme dados parametrizados, com a possibilidade de execução manual, demonstrando na rotina as execuções efetuadas.
- 2.13.59.** O software deve possuir rotinas próprias para gerenciamento de armamento com operações de logística interna com as seguintes características básicas:
  - 13.59.a.a)** Permitir que a definição dos níveis de localização física seja definida de acordo com as necessidades da entidade.
  - 13.59.a.b)** Permitir o cadastramento dos endereços ou localizações físicas com os tipos de picking e pulmão.
  - 13.59.a.c)** Permitir a consulta da localização física do material dentro do almoxarifado.
  - 13.59.a.d)** Permitir o controle separado entre centros de custos que utilizam ou não



- armazenagem, com controles específicos para cada tipo.
- 13.59.a.e)** Permitir a geração de guia cega para conferência dos materiais recebidos.
  - 13.59.a.f)** Permitir a configuração de restrições de armazenagem por nível, volume e exceções de armazenamento.
  - 13.59.a.g)** Possibilitar o abastecimento de picking de forma automática ou manual.
  - 13.59.a.h)** Possibilitar que na entrada dos materiais já seja realizada a distribuição física dos materiais conforme endereçamentos, gerando mapa de armazenagem de acordo com a parametrização dos itens e locais físicos.
  - 13.59.a.i)** Possibilitar a seleção automática de pulmão no armazenamento, abastecendo o picking e indicando as demais localizações físicas para armazenamento conforme os endereços físicos vagos mais próximos.
  - 13.59.a.j)** Possibilitar que na saída de materiais, com o gerenciamento da retirada, indicando os endereços físicos mais próximos para a separação, com exceção de itens com validade, quando os endereços selecionados serão aqueles de validade menor, gerando o mapa de retirada.
  - 13.59.a.k)** Possibilitar o bloqueio de endereços físicos.
  - 13.59.a.l)** Possibilitar a transferência virtual entre centros de custos que geram armazenagem gerando mapa de transferências para movimentações físicas.
  - 13.59.a.m)** Possibilitar a geração de inventário por itens e locais, bloqueando as movimentações físicas destes.
  - 13.59.a.n)** Possibilitar a utilização de coletor de dados para otimização das tarefas dos operadores com opções básicas como o cadastro de código de barras, consulta de locais e as operações de movimentação de estoque.
  - 13.59.a.o)** Possibilitar o acompanhamento dos status das movimentações geradas quando utilizado coletor de dados.
  - 13.59.a.p)** Possibilitar que para o coletor de dados, de modo a otimizar a tarefa dos operadores, que no mínimo tenham as funções para entradas, saídas e transferências, além de consultas de itens e endereços físicos e cadastramento de código de barras.
- 2.13.60.** Possibilitar emissão de relatório de ficha de controle de estoque, mostrando as movimentações por material e período.
- 2.13.61.** Possibilitar emissão de relatório de balancete de estoque, demonstrando os totais e valores movimentados por entradas, saídas, saldo anterior e saldo atual por período.
- 2.13.62.** Possibilitar emissão de relatórios de controle de validade dos lotes de materiais.
- 2.13.63.** Possibilitar emissão de relatório de consumo médio mensal e anual por material.
- 2.13.64.** Possibilitar emissão dos mais diversos relatórios de movimentação de estoque, como entradas, saídas, posição de estoque, devendo existir a possibilidade de consulta das movimentações por conta contábil.
- 2.13.65.** Possibilitar a emissão de relatório de consumo na forma ABC.
- 2.13.66.** Possibilitar a emissão de relatório de posição de estoque com o período desejado, para identificar o estoque na data desejada.
- 2.13.67.** Possibilitar a emissão de relatório de requisições com possibilidade de identificação das solicitações não atendidas integralmente.

**2.13.68.** Permitir gerar relatório contendo as permissões de acesso por usuário.

**2.14. Sistema de Gestão de Tributação Municipal, Dívida Ativa e Tributos Municipais;**

- 2.14.1.** Possuir tela de atendimento automatizada onde o usuário possa realizar qualquer tipo de atendimento sem a necessidade de acessar outro módulo. Consulta de débitos, pagamentos, Emissão de extratos, Emissão de boletos contendo uma ou mais parcelas, segunda via de carnês, lançamento de débito ou requerimentos, parcelamentos, emissão de documentos, Boletos com desconto validado através de contrassenha, pedidos de ITBI, Cadastramentos de Projeto de construção Civil.
- 2.14.2.** Permitir de forma rápida e simples acessar o cadastro correspondente ou até mesmo já iniciar atendimento com disponibilidade das principais rotinas do sistema, sem que tenha necessidade de sair da tela.
- 2.14.3.** Possibilitar a emissão de uma guia agrupada com todos os débitos de um contribuinte, independentemente da quantidade cadastros vinculados ao contribuinte, desconsiderando também se este é o proprietário principal ou não.
- 2.14.4.** Permitir emissão de boletos por contribuinte, podendo vincular parcelas de vários cadastros relacionados ao mesmo contribuinte.
- 2.14.5.** As guias de pagamento deverão possuir data limite válida para pagamento, acréscimos legais (juros, multa, correção monetária), desconto, além de estar associada a um código único de baixa (Nosso Número).
- 2.14.6.** Deverá manter histórico da movimentação das parcelas, registrando cada tipo de movimento realizado: lançamento, inscrição em dívida ativa, em execução fiscal, pago no prazo, pago em dívida ativa, pago em juízo, cancelamento, baixa, estorno, remissão, isenção, imunidade, recurso administrativo, contestação judicial, parcelamento, reparcelamento.
- 2.14.7.** Possuir rotina para emissão de Cota Única vencida.
- 2.14.8.** Permitir transferência de débitos do cadastro imobiliário, mobiliário, rural para o cadastro do contribuinte, sendo possível cadastramento de observações e enquadramento legal.
- 2.14.9.** Possuir rotina para emissão de Cota Única vencida.
- 2.14.10.** Possuir tela que grava histórico dos atendimentos realizados. Os dados gravados serão: Requerente, CPF Requerente, Tipo do Atendimento e Observação, neste campo o usuário terá liberdade para descrever todos os dados que achar necessário para ficar no histórico deste atendimento.
- 2.14.11.** Possibilidade de reimprimir boletos, sem a necessidade de novo registro, individualmente ou em lote, diferenciado boletos já impressos dos não impressos, filtrando por:

**14.11.a.a)** Data de emissão;

- 14.11.a.b)** Usuário;
- 14.11.a.c)** Informações do Contribuinte;
- 14.11.a.d)** Informações do Cadastro;
- 14.11.a.e)** Informações do Débito;
- 14.11.a.f)** Código do Boleto;

- 2.14.12.** Possibilitar que o usuário faça pesquisa global de um CPF/CNPJ, tipo do cadastro, cadastro e retorne todos os cadastros relacionados, contendo situação cadastral e situação financeira.
- 2.14.13.** Possibilitar que o usuário faça pesquisa global por um CNPJ e retorne todos os cadastros relacionados e seus sócios, contendo situação cadastral e situação financeira.
- 2.14.14.** Possuir tela para cadastro manual de processos (Protocolos) contendo campos para informar Tipo do Processo, número, ano, situação, assunto, requerente, local de origem, local de destino e também campo para digitar observações.
- 2.14.15.** Possuir toda movimentação de débitos e seus possíveis estornos e reabilitação (estorno do estorno) serem lançados, inclusive pagamentos de juros, multa, correção monetária.
- 2.14.16.** Possibilitar listar os carnês emitidos filtrando por situação: retirados, devolvidos ou todos, trazendo o resultado da pesquisa em duas colunas onde uma trará os dados do Carnê completo e ao selecionar um carnê mostrará os boletos impressos para aquele carnê na outra coluna onde poderão ser emitidos. Deverá ter um bloqueio para não emitir boletos vencidos.
- 2.14.17.** Possuir tela para consulta de boletos emitidos, podendo consultar pelo código de barras, nosso número ou pelo número do boleto. Deve retornar além destes dados, o código e tipo do cadastro, o número do contribuinte, as datas de emissão e vencimento do boleto.
- 2.14.18.** Possibilitar a simulação de valores através da consulta de um boleto informando a data de referência, o sistema deverá realizar a simulação dos valores de multa, juros e correção para esta data.
- 2.14.19.** Permitir a consulta de boletos gerados e ou emitidos pesquisando por filtros como: código do boleto, nosso número, código de barras, tipo cadastro (imobiliário, mobiliário, rural, avulso, cemitério), exercício, dívida, subdivida.
- 2.14.20.** Possibilitar o cadastramento de pedidos de ITBI para serem vinculados no Lançamento do ITBI. Deverá ser possível vincular vários cadastros no mesmo pedido.
- 2.14.21.** Possibilitar emissão de Certidão Negativa de Débitos para casos especiais como quando o contribuinte tem o comprovante de pagamento do débito em mãos, porém o débito ainda não foi baixado no sistema.
- 2.14.22.** Possibilitar conceder desconto total ou parcial por débito principal, correção, multa,

juros, sobre o montante total da dívida, valor fixo ou retirar desconto, vinculado a um enquadramento específico.

- 2.14.23.** Possuir tela para pagamento negociado permitindo baixa parcial da parcela conforme bloqueio judicial. Nesta tela deverá ser possível informar a conta convenio e o motivo de desconto, também o valor depositado para negociação ou selecionar possíveis créditos que o contribuinte possa ter com o Município. As parcelas deverão ser listadas de acordo com os filtros informados pelo usuário.
- 2.14.24.** Possuir tela para cadastro de Nota Fiscal Avulsa com informações do contribuinte e de seu cliente. Informar também o item da nota e alíquota para o cálculo do ISS. Gerar o débito de ISS e imprimir a nota a partir desta tela.
- 2.14.25.** Possuir emissão de taxas pré configuradas sem que usuário tenha que definir valores.
- 2.14.26.** Permitir reajuste das taxas pré configuradas individual ou em lote, onde os reajustes deverão ser por valor fixo, valor adicional ou percentual. Este reajuste deverá ser precedido de simulação para só depois o usuário optar por aplicar o reajuste simulado.
- 2.14.27.** Emissão de certidões de débitos:
  - 14.27.a.a)** Negativas;
  - 14.27.a.b)** Positivas;
  - 14.27.a.c)** Positivas com efeito de negativas.
- 2.14.28.** Possuir repositório de todos os documentos de competência municipal e possibilitar de forma simples e intuitiva, consultá-los ou imprimi-los a qualquer tempo.
- 2.14.29.** Permitir customizar qualquer cadastro, adicionando novos campos para armazenamento de informações de acordo com a necessidade da entidade.
- 2.14.30.** Cadastrar e consultar Leis e Atos do Município com campos para informar o Código do TCE, Escopo, Documento, Natureza, Data para envio ao TCE e data de Publicação. Deverá ainda, permitir informar a Súmula, veículo de publicação e também permitir anexar arquivos de publicação.
- 2.14.31.** Possuir cadastro de feriados e pontos facultativos do Município. Este cadastro deve influenciar nos vencimentos perante os pagamentos.
- 2.14.32.** Possuir cadastro de vínculos de proprietários definindo o tipo do vínculo e a que tipo de cadastro o vínculo se aplica.
- 2.14.33.** Possuir cadastro de tipo de melhoria a ser utilizado no lançamento de Contribuição de Melhoria.
- 2.14.34.** Possuir um cadastro de Itens de Nota Fiscal para serem vinculados na Nota Fiscal Avulsa.

- 2.14.35.** Possuir um cadastro de classificação de Tipo de Receita.
- 2.14.36.** Possuir um cadastro de cargos.
- 2.14.37.** Possuir um cadastro de tipos de documentação que serão vinculados ao cadastro de Documentações.
- 2.14.38.** Possuir um cadastro de tipos de protocolo que serão vinculados ao cadastro manual de Processos (Protocolo).
- 2.14.39.** Permitir cadastro prévio de motivos de cancelamento de ITBI para serem vinculados no processo de cancelamento de ITBI.
- 2.14.40.** Possuir um cadastro de CBOs para serem utilizados no Cadastro Econômico do Município.
- 2.14.41.** Deverá permitir parametrizar os tipos de roçadas a serem realizadas no Município configurando a Guia de recolhimento e receita para quando é terreno vazio e também quando possui construção e também informar o valor a ser cobrado por metro quadrado.
- 2.14.42.** Possuir um cadastro de veículos para serem vinculados ao Cadastro Econômico dos Contribuintes.
- 2.14.43.** Possuir um cadastro de Categoria de Veículos para serem vinculados ao cadastro de veículos.
- 2.14.44.** Possuir um cadastro de Tipo de Fiscal para ser vinculado ao cadastro dos fiscais do Município.
- 2.14.45.** Possibilitar cadastrar tipos de anexos informando as extensões permitidas, o tamanho máximo permitido dos arquivos e a quais tipos de cadastros poderão ser vinculados estes tipos de anexos.
- 2.14.46.** Permitir que o usuário parametrize novos campos a serem gerados no arquivo que é enviado as gráficas sem necessidade de manutenção em código fonte.
- 2.14.47.** Possuir um cadastro de Boletins de Logradouros com as informações de trecho, logradouro inicial e final, quadra oposta e a face de quadra. Possibilitar informar também as características do boletim afetando diretamente o cálculo de IPTU.
- 2.14.48.** Possuir um cadastro de tipos de segmentos para definição do segmento no Cadastro Imobiliário.
- 2.14.49.** Permitir o cadastro de Loteamentos informando dados de localização, projeto, proprietário, loteador, área entre outros. Também permitir que o usuário configure novos campos no loteamento sem a necessidade de intervenção no código fonte do sistema.
- 2.14.50.** Permitir o cadastro de condomínios com os dados de localização o tipo de

condomínio e sua utilização, Alvará, Habite-se e suas respectivas datas, situação do condomínio, Projeto e áreas do terreno, privativa e comum. Também permitir que o usuário configure novos campos no Condomínio sem a necessidade de intervenção no código fonte do sistema.

- 2.14.51.** Permitir o Controle de Imóveis por Imobiliários, possibilitando integração com as imobiliárias via arquivo onde pode ser definido a forma de pagamento de IPTU, cota única ou parcelada, permitir ainda geração de boleto único para cada imobiliária, contendo as parcelas dos cadastros optantes por pagamentos parcelado.
- 2.14.52.** Possuir cadastro de tipo de Caução para ser utilizado no cadastro Imobiliário que possuir caução.
- 2.14.53.** Possuir um cadastro de Tipo de Área verde para utilização no Cadastro Imobiliário.
- 2.14.54.** Permitir o cadastro de situações do segmento para caracterizar o segmento na sua vinculação ao cadastro imobiliário essas situações devem ter a opção de definir características como: se a construção está desativada, se permite lançamento de imposto, se a situação é regular e se permite demolição.
- 2.14.55.** Permitir o cadastro de eixos de comércio identificando o mesmo também por Sigla.
- 2.14.56.** Permitir o cadastro de zoneamentos, identificando os mesmos também por Sigla.
- 2.14.57.** Permitir cadastro de Atividades para vinculação no cadastro econômico do contribuinte. A atividade poderá ser vinculada a vários CNAEs. Também deve ser possível vincular horário especial na Atividade cadastrada.
- 2.14.58.** Permitir cadastro de Horário Especial para vinculação nas Atividades e no Cadastro econômico do contribuinte. Deve permitir vincular fundamentação legal e ter campo para Observação.
- 2.14.59.** Possibilitar cadastro de serviços informando periodicidade, alíquota, tipo do serviço, Local da prestação do serviço e Base de cálculo. Também deverá ser possível parametrizar se o serviço cadastrado é Construção civil, se retem ISS e se permite Dedução.
- 2.14.60.** Possuir pré cadastro da tabela de CNAEs conforme tabela do IBGE, permitindo a inclusão de novos CNAEs pelo usuário.
- 2.14.61.** Possuir um cadastro de Natureza das Atividades.
- 2.14.62.** Dispor de pré cadastro de tabela das Naturezas Jurídicas para vinculação no cadastro econômico do contribuinte.
- 2.14.63.** Possuir cadastro de tipo de capital social para vinculação no contrato social do cadastro econômico do contribuinte.
- 2.14.64.** Possuir cadastro de tipo de registro mercantil para vinculação no contrato social do cadastro econômico do contribuinte.

- 2.14.65.** Dispor de Pré cadastro de Regime Fiscal, permitindo a inserção de novos regimes a critério do usuário. Deve possibilitar vincular um Regime Especial XSD e também marcar características como: se gera débitos de ISS, se está no Simples Nacional, se é MEI e se usa Alíquota Zero.
- 2.14.66.** Possuir cadastro do tipo de socio para definição do sócio no quadro societário da empresa.
- 2.14.67.** O cadastro Mobiliário deve permitir vinculação com o Cadastro único de contribuinte, informando razão social e nome fantasia, CNPJ e inscrição Estadual. Deve permitir e não obrigar a definir o endereço do contribuinte como endereço do cadastro econômico.
- 2.14.68.** Possibilitar definir a localização do cadastro econômico vinculando a um cadastro Imobiliário
- 2.14.69.** Permitir definir a situação atual do cadastro mobiliário, mantendo histórico das situações.
- 2.14.70.** Possibilitar cadastro de informações do Contrato social validando a soma do percentual de capital dos sócios não permitindo ser diferente de 100%.
- 2.14.71.** No cadastro do Contrato social o sistema deve emitir um alerta informando caso o contribuinte selecionado possua débitos com o Município.
- 2.14.72.** No Cadastro econômico deve conter as informações físicas das áreas utilizadas. Horário Especial e campo para inserir observações tantas quanto o usuário quiser.
- 2.14.73.** No cadastro mobiliário o usuário deve ter a possibilidade de incluir novos campos sem a necessidade de intervenção no código fonte do sistema.
- 2.14.74.** Possuir cadastro único de contribuintes municipais, relacionando todas as propriedades que o mesmo possua (imóvel urbano e rural, sociedades em atividades comerciais ou serviços, atividades profissionais).
- 2.14.75.** Possuir Cadastro Geral do Contribuinte no Município (CGCM), contendo os dados pessoais, numeração sequencial, identificação de tipo de registro (físico, jurídico, etc.), campos para cadastramento de estrangeiros (documento, país, etc., neste caso não é necessário validar CPF), considerando tabela de código de rua do município e sem restrições para residentes fora do Município.
- 2.14.76.** Permitir a criação de cadastro RURAL, para emissão de guia de ITBI rural.
- 2.14.77.** Permitir o controle completo do ITBI, permitindo fazer o pedido, processo de ITBI Normal, financiado ou Anuência, seu lançamento pode ser em parcela única, parcelada ou isento.
- 2.14.78.** Permitir gerar ITBI sobre percentual de venda de imóvel.
- 2.14.79.** Permitir a transferência de um ou mais vendedores para um ou mais compradores,

realizando o cálculo automático das devidas partes.

- 2.14.80.** Deverá guardar todos o histórico de transferências por imóvel. Emitir declaração de quitação e de isenção.
- 2.14.81.** Deverá alterar o proprietário do imóvel automaticamente na comprovação do pagamento, e ainda a transferência manual.
- 2.14.82.** No cadastro de ITBI deverá ter a possibilidade de informar a Natureza da Operação que gerou o ITBI, bem como a emissão de um relatório com os valores arrecadados de ITBI agrupados por Natureza de Operação.
- 2.14.83.** Possibilitar informar uma quantidade padrão de dias a serem somados a data de referência para data de vencimento na emissão do boleto. Este cálculo da data de vencimento do boleto deverá considerar a data de referência, quando for possível informar, caso contrário será considerado a data atual.
- 2.14.84.** Deverá possuir uma validação que coíba a inclusão de mais de um cadastro avulso para o mesmo contribuinte, podendo ser parametrizada no caso de alguma exceção.
- 2.14.85.** Possibilitar selecionar os cadastros imobiliários por sócios/corresponsável ou qualquer tipo de vínculo.
- 2.14.86.** Permitir anexar aos cadastros vários documentos, não apenas imagens, mas também arquivos com extensão PDF.
- 2.14.87.** Permitir a emissão de certidão: inscrição, não inscrição, baixa e atividade referentes ao cadastro mobiliário.
- 2.14.88.** Permitir ativar a localização Geográfica dos cadastros através de plug-in do Google Maps.
- 2.14.89.** Permitir a parametrização da tela de atendimento para que os débitos não constituídos fiquem visíveis ou não até seu vencimento.
- 2.14.90.** Possibilidade de atualização automática dos dados do Alvará de Localização no Cadastro Mobiliário quando efetuada a emissão de novo documento.
- 2.14.91.** Permitir a emissão de cota única de IPTU, ISS e taxas, com os devidos descontos conforme a legislação.
- 2.14.92.** Permitir configuração de rotinas de cálculo (fórmulas, coeficientes, bases, condições) automatizadas de acordo com o código tributário municipal.
- 2.14.93.** Permitir simulação de cálculos geral ou parcial, com opções de lançamento por grupos Ex: bairros, data de vencimento, etc., possibilidade de escolha da dívida a ser calculada, grupo de vencimento, forma de correção.
- 2.14.94.** Possibilitar lançar roçadas em lote, onde o usuário possa filtrar os cadastros que deseja lançar a roçada, filtrando por bairro, quadra ou quadra fiscal. E que a partir



deste lançamento seja possível gerar todos os comunicados do lote de uma só vez.

- 2.14.95.** Permitir simulação de cálculo geral ou parcial com impressão e visualização em tela de possíveis erros, resumos de valores lançados por receitas e a partir desta rotina gerar definitivamente do cálculo a partir da prévia/simulação.
- 2.14.96.** Deverá ter a possibilidade de conceder desconto no IPTU de acordo com a quantidade de parcelas em que o contribuinte irá parcelar o débito.
- 2.14.97.** Deverá ter a possibilidade de conceder descontos para quem pagar o imposto de forma parcelada. Seguindo a lógica de quanto menor o nº de parcelas, maior o desconto. Permitindo ser definido previamente o percentual de desconto para cada situação.
- 2.14.98.** Permitir lançamento de débitos de exercícios anteriores, logando no exercício atual inserindo data de vencimento anterior ou posterior à data atual ao lançamento.
- 2.14.99.** Permitir o controle de Débito Automático de acordo com Layout padrão da FEBRABAN.
- 2.14.100.** Permitir o controle de Remessa de Boletos Registrados de Acordo com Layout FEBRABAN e particularidades de cada banco.
- 2.14.101.** Permitir gerar arquivo de remessa bancária de qualquer banco, de acordo com convênio definido entre prefeitura e banco.
- 2.14.102.** Permitir parcelar ou reparcelar débitos de acordo com a legislação municipal, mantendo a origem do débito sem mudança nas características do débito.
- 2.14.103.** Permitir estorno de Parcelamento/Reparcelamento com possibilidade de retorno de débitos com valores e situação original de quando foi parcelado/reparcelado pela primeira vez, sem obrigatoriedade de cancelamento de acordos existentes e descontando valores pagos caso seja necessário conforme legislação municipal.
- 2.14.104.** No caso de estorno do parcelamento, possibilitar crescer nova subdivida com o saldo restante, ou então, se não houver nenhuma parcela paga, voltam às subdividas de origem.
- 2.14.105.** Possibilitar que o usuário do sistema consiga gerar todos os carnês, boletos e arquivo para impressão dos carnês em Gráficas, sem intervenção de linguagem de programação, contendo as seguintes características:
  - 14.105.a.a)** Permitir alteração das configurações e filtros pelo usuário ao gerar o arquivo para Gráfica.
  - 14.105.a.b)** Permitir que sejam adicionados no arquivo os débitos em atraso por cadastro.
- 2.14.106.** Permitir inserir observações no Débito e para cada parcela do débito.
- 2.14.107.** Permitir gerar carnês filtrando apenas por contribuinte, para assim gerar todos os carnês referente a um determinado contribuinte.

- 2.14.108.** Permitir pré-definir período de validade do Parcelamento/Reparcelamento.
- 2.14.109.** Possuir Gerar, Visualizar, Imprimir e Exportar em PDF carnês completos, incluindo capa, páginas adicionais conforme necessidade e boletos, em qualquer quantidade, podendo utilizar ou não as informações para filtro:
- 14.109.a.a)** Código do Cadastro;
  - 14.109.a.b)** Código do Contribuinte;
  - 14.109.a.c)** Informações da dívida;
  - 14.109.a.d)** Data de Vencimento;
  - 14.109.a.e)** Dados de localização do cadastro imobiliário;
  - 14.109.a.f)** Inscrição Cadastral do cadastro imobiliário;
- 2.14.110.** Permitir imprimir e reimprimir carnês gerados, individualmente ou em lote, sem a necessidade de gerar novos boletos ou registro, diferenciados carnês já impressos dos não impressos, filtrando por:
- 14.110.a.a)** Data de emissão;
  - 14.110.a.b)** Usuário;
  - 14.110.a.c)** Informações do Contribuinte;
  - 14.110.a.d)** Informações do Cadastro;
  - 14.110.a.e)** Informações do Débito;
  - 14.110.a.f)** Código do Carnê;
- 2.14.111.** Todas as fórmulas de cálculo da aplicação devem ser configuradas de maneira visual através de fluxos no estilo de fluxograma. A solução deve disponibilizar funções de "API" que o usuário poderá utilizar para configurar os fluxos conforme necessidade.
- 2.14.112.** Atender a todos os padrões de emissão de boletos para todos os tipos de códigos de barras.
- 2.14.113.** Permitir recebimento via arquivo de retorno de qualquer banco, de acordo com convênio definido entre prefeitura e banco.
- 2.14.114.** Permitir atualizar de forma automática a situação dos contratos de parcelamento/reparcelamento para "Quitado" quando efetuar a baixa automática de todos os débitos, caso seja estornado uma ou mais parcelas da situação paga o contrato de parcelamento/reparcelamento terá que retornar para situação "Aberto". Ao cancelar um contrato a situação também deve ser alterada para "Cancelado" o mesmo para quando é Desistido."
- 2.14.115.** Possuir rotina específica de estorno de pagamento (Baixa automática via arquivo de retorno bancário ou manualmente), opção de gerar crédito ou não para o contribuinte, campo para cadastramento de observações, enquadramento individualizado por estorno.
- 2.14.116.** Permitir o registro de Boletos via Web service com bancos.
- 2.14.117.** Possuir rotina de parametrização para calcular Juros de acordo com a Taxa SELIC.
- 2.14.118.** Possuir integração total com o módulo de protocolo, onde em algumas rotinas como

Auto de Infração e Construção Civil, é criado o protocolo automaticamente pelo módulo Tributário e despachado para seu destino, pré-definido pelo usuário.

- 2.14.119.** Possuir opção de impressão da capa/comprovante do processo.
- 2.14.120.** Realizar cálculo de restituição parcial do débito, conforme decisão exarada.
- 2.14.121.** Permitir a remoção de um ou mais débitos por vez do processo de contencioso. Também que haja filtros para busca dos débitos por exercício, tipo cadastro, cadastro geral e dívida no caso de um processo com vários débitos.
- 2.14.122.** Permitir a geração, emissão e controle de entrega de notificações de cobrança para todos os tributos ou taxas, com tipos de notificação configurados pelo usuário (cobrança amigável, último aviso de inscrição em dívida ativa, pré-executivo fiscal, etc.), com possibilidade de emissão de boletos adjunto.
- 2.14.123.** Permitir o controle dos projetos de construção civil vinculados ao cadastro imobiliário e responsável da obra, juntamente com os lançamentos de débitos e boletos configurados para cada tipo de construção.
- 2.14.124.** Permitir o registro e controle das ações fiscais de vistorias ou posturas com emissão de termo de início, notificação preliminar, auto de infração e termo de encerramento. Contendo, além dos dados existentes, a data de vistoria, que servirá como parâmetro para lançamento dos tributos anuais.
- 2.14.125.** Possuir a opção de cadastramento de termos de vistoria, mostrando o endereço, área utilizada, situação do estabelecimento e data de encerramento, possibilitando a alteração dos mesmos e a inclusão da data de vistoria e validação do recadastramento.
- 2.14.126.** Possuir programa de inclusão de débitos que permita, quando se tratar de autos de infração, o cadastramento e controle dos mesmos.
- 2.14.127.** Permitir o controle do SIMPLES NACIONAL, permitindo importação do arquivo TO e atualização automática dos CNAE's nos cadastros das empresas, importação de arquivo de eventos e atualização automática do regime fiscal nos cadastros das empresas, fazer exportação de arquivo dos CNPJ Vedados de acordo com as exigências da Receita Federal.
- 2.14.128.** Deverá possuir um mecanismo de varredura que permite customizar o intervalo de dias em que o sistema automaticamente atualizará os dados do simples nacional da empresa. Caso a empresa esteja com alguma pendência de débito ou cadastral, o sistema ao executar a varredura, colocará o cadastro em situação de pre-exclusão, onde será emitido um comunicado para ser entregue no endereço da matriz da empresa, explicando que o usuário tem um prazo determinado para regularizar a situação. Após este prazo a empresa automaticamente é excluída do Simples Nacional.
- 2.14.129.** Possuir a integração contábil de todas as movimentações financeiras previstas pelo

PCASP e MCASP.

- 2.14.130.** Permitir a geração do demonstrativo de Cálculo para executivo fiscal, com todas as informações necessárias para o correto ajuizamento da execução judicial
- 2.14.131.** Possuir controle de Protesto de Débitos possibilitando a geração de arquivo de integração com cartório distribuidor, geração de PDF contendo, CDA e Boleto para pagamento de forma automatizada de cada protesto.
- 2.14.132.** Permitir integração com o cartório de protestos, podendo exportar arquivos de envio de remessa de protesto para o cartório e importar os arquivos de retorno recebidos do cartório. Deve também ter a opção de enviar arquivos com cancelamento e desistência de protestos.
- 2.14.133.** Permitir a visualização dos históricos das alterações realizadas nas Certidões tanto de alterações realizadas no corpo da certidão como nos débitos vinculados a ela
- 2.14.134.** Permitir também a inserção de mais proprietários nas CDA's até mesmo se a pessoa não possuir CPF como no caso de proprietários estrangeiros.
- 2.14.135.** Possuir gerador de relatório robusto/customizável onde seja possível configurar relatórios da Prefeitura, permitindo selecionar os dados, determinar os filtros e condições para impressão, ajustar a disposição das informações, estilo e aparência dos mesmos, de acordo com os direitos de acesso dos usuários.
- 2.14.136.** Possibilitar a geração e emissão de Notificação de cobrança com possibilidade de emissão de boletos adjunto.
- 2.14.137.** Possuir rotina de exportação de arquivo para Cobrança via convênio CBR 454 do Banco do Brasil.
- 2.14.138.** Permitir habilitar, desabilitar, renomear e reordenar abas no cadastro imobiliário, mobiliário, Avulso e Rural.
- 2.14.139.** Possuir rotina de cancelamentos de Débitos conforme processo de Isenção, Estorno, Remissão, Cancelamento, Anistia, Prescrição e Dação de Pagamento, podendo ser cancelado por parcela, receitas, utilizando valor integral ou por percentual de redução.
- 2.14.140.** Permitir estorno de vários pagamentos de uma só vez, podendo ser filtrados por Lote, data de movimentação e pagamento, por dívida. Esta rotina deverá ser exclusiva para usuários de nível administrador.
- 2.14.141.** Permitir visualizar os lotes de pagamentos estornados, podendo acessar cada estorno do lote.
- 2.14.142.** Possuir controle de Créditos referente a pagamentos em duplicidade ou valores pagos a maior, permitindo que esses créditos possam ser utilizados para quitar outros pagamentos através de movimentação interna, sem a necessidade de fazer a

restituição em espécie ao contribuinte, com possibilidade de compensação, estorno do crédito, devolução do crédito, permitir consulta avançada e impressão dos dados de forma resumida ou completa.

- 2.14.143.** Permitir a consulta das observações cadastradas no estorno de pagamento, crédito concedido, acerto de pagamento ou compensação.
- 2.14.144.** Possuir mapa da arrecadação com separação por receita, data e local do recebimento entre outras opções, visualização em gráfico na tela, impressão dos dados.
- 2.14.145.** Permitir a consulta gerencial de valores arrecadados, por tipo de receita, diário e mensal.
- 2.14.146.** Permitir a consulta de movimentações financeiras realizadas nos cadastros imobiliários, econômicos e de contribuintes, retornando informações como: código pessoa, data lançamento, nome contribuinte/empresa, observações, descrição do tipo do lançamento (Ex: estorno, inscrição, baixa, cancelamento, etc.), valor do debito, código do cadastro, exercício, divida, subdivida, receita, opção de impressão e exportação para extensões diversas.
- 2.14.147.** Possuir demonstrativo de baixas, com possibilidade de filtrar por:
  - 14.147.a.a)** Local e data de pagamento;
  - 14.147.a.b)** Data de movimentação;
  - 14.147.a.c)** Tipo de receita;
  - 14.147.a.d)** Cadastro;
  - 14.147.a.e)** Débito;
- 2.14.148.** Possuir demonstrativo de Lançamentos, com possibilidade de filtrar por:
  - 14.148.a.a)** Informações cadastrais;
  - 14.148.a.b)** Informações do débito;
  - 14.148.a.c)** Data de Lançamento;
- 2.14.149.** Possuir controle de ajuizamento e geração de PDF contendo CDA e Petição de Requerimento para cada processo, possibilidade de junção de várias CDA's para uma Petição - geração em PDF.
- 2.14.150.** Possuir menu de rotinas e relatórios favoritos.
- 2.14.151.** Deverá ter um Relatório de Baixas por Categoria Econômica que exiba a receita tributária e sua vinculação com a receita contábil.
- 2.14.152.** Possuir demonstrativo analítico dos contratos de parcelamento, possuindo:
  - 14.152.a.a)** Quantidade de contratos realizados agrupado por tipo de parcelamento;
  - 14.152.a.b)** Soma do valor dos contratos por tipo de parcelamento;
  - 14.152.a.c)** Quantidade total de contratos agrupados por contratos em aberto, quitados e cancelados/estornados.

- 2.14.153.** Possuir opção que possibilite ao final da emissão enviar o relatório por e-mail para um ou vários destinatários buscados através do cadastro de pessoas.
- 2.14.154.** Permitir pesquisar de forma rápida e dinâmica rotinas do sistema e acessá-las.
- 2.14.155.** Permitir que o software tenha acessibilidade via totem para consulta de débitos, emissão de guias para pagamento e emissão de Certidões (negativa, positiva, positiva com efeito negativa).
- 2.14.156.** Validação de regra de negócio na operação do sistema.
- 2.14.157.** Possuir mecanismo de contrassenha, onde o usuário pode configurar ações ou campos, que ao serem alterados, informa que não há permissão para tal procedimento solicitando contrassenha podendo um segundo usuário que possui acesso àquela contrassenha, liberar a execução da tarefa.

## **2.15. Portal do Contribuinte**

- 2.15.1.** Possibilitar aos contribuintes a impressão de boletos vencidos ou a vencer, certidões e consultas cadastrais, reduzindo o atendimento de balcão na praça de atendimento.
- 2.15.2.** O Software fornecido deverá permitir o atendimento aos contribuintes em plataforma web.
- 2.15.3.** Deverá ser configurado para atender a todas as particularidades da legislação tributária Municipal, Estadual e Federal.
- 2.15.4.** Deverá ser compatível com navegadores de código aberto, sem funcionalidades restritas a recursos de navegadores próprios.
- 2.15.5.** Deverá utilizar plug-ins de mercado de uso gratuitos como flash, Java, entre outros.
- 2.15.6.** Deverá ser baseado no conceito de controle de transação, mantendo a integridade do banco de dados em quedas de energia e falhas de software ou hardware.
- 2.15.7.** Permitir a exibição de mensagens de alerta configuradas pelo Departamento de Tributação do Município.
- 2.15.8.** Permitir buscar, através de filtro, pela descrição de uma funcionalidade, sem precisar navegar nos menus para encontrar a funcionalidade desejada.
- 2.15.9.** Permitir ao contribuinte efetuar consultas de débitos de todos os tributos lançados para todos os tipos de cadastros municipais.
- 2.15.10.** Permitir ao contribuinte através de consulta de seu cadastro, a emissão de carnês dos tributos lançados por ofícios tais como: IPTU, alvará, ISSQN fixo
- 2.15.11.** Permitir ao contribuinte identificar o vencimento original dos débitos.
- 2.15.12.** Permitir ao contribuinte emitir um relatório impresso da relação dos débitos consultados.

- 2.15.13.** Permitir ao contribuinte gerar boletos para pagamento.
- 2.15.14.** Permitir ao contribuinte gerar somente o código de barras.
- 2.15.15.** Permitir ao contribuinte emitir boletos vencidos atualizados para a data de sua escolha desde que seja no mesmo mês corrente da data da solicitação.
- 2.15.16.** Não permitir a emissão de boleto com data de pagamento retroativo.
- 2.15.17.** Possuir legenda para facilitar identificação de informações disponíveis na consulta.
- 2.15.18.** Permitir ao contribuinte emitir boletos para recolhimento individualizados, por parcela, vencidos ou a vencer ou agrupando as mesmas em um único boleto.
- 2.15.19.** Permitir configuração pelo departamento de tributação, para limitar na consulta de débitos, a exibição de débitos, por exercício e por situação do débito.
- 2.15.20.** A consulta de débitos deverá possuir no mínimo os seguintes campos: exercício, tipo de tributo, parcela, data de vencimento, situação do débito, e valor do tributo atualizado.
- 2.15.21.** Permitir a emissão de boletos para diferentes convênios de cobranças, que devem estar configurados por tributos, sem interferência do contribuinte.
- 2.15.22.** Permitir a emissão dos carnês nas mesmas configurações e definições do software de gestão tributária do município tais como: convênio bancário, cota única, descontos, parcelas, valores e leiautes como a capa.
- 2.15.23.** Deverá emitir os carnês apenas com parcelas em aberto e não vencidas.
- 2.15.24.** Permitir ao contribuinte emitir as seguintes certidões relativos a tributos de competência municipal: Certidão Negativa de Débitos, Certidão Positiva com efeito de Negativa e Certidão Positiva.
- 2.15.25.** Permitir o contribuinte emitir as certidões negativas através do cadastro municipal ou pelo CPF/CNPJ do mesmo.
- 2.15.26.** Permitir ao contribuinte na emissão de certidão informar o nome do requerente, o CPF/CNPJ do requerente como também a finalidade da certidão.
- 2.15.27.** Permitir a verificação no caso da emissão de certidão por CPF/CNPJ todos os cadastros vinculados a pessoa inclusive imóveis ou empresas que sejam de sua propriedade.
- 2.15.28.** Permitir a emissão de certidões considerando ou não débitos com exigibilidade suspensa.
- 2.15.29.** Permitir a emissão de certidão positiva de débitos caso seja identificado alguma irregularidade que não permita a emissão da certidão negativa de débitos, ou emitir uma mensagem de aviso para comparecer ao departamento de tributação caso seja

assim configurado.

- 2.15.30.** Permitir a emissão de uma certidão negativa de débitos caso o contribuinte não possua nenhum cadastro na base de dados do Município.
- 2.15.31.** Gerar a certidão conforme prazo e fundamentação legal estabelecido na legislação municipal.
- 2.15.32.** Permitir que o contribuinte valide as certidões geradas pelo portal do contribuinte através do número de autenticidade gerada no documento, caso a certidão seja válida, as informações para que seja efetuado a conferência com o documento impresso.
- 2.15.33.** Permitir configurar a possibilidade ou não de qualquer documento gerenciado pelo sistema, a reimpressão do documento durante verificação de autenticidade.
- 2.15.34.** Permitir ao contribuinte emitir o BIC (Boletim de Informações Cadastrais) de um determinado imóvel através do número de seu cadastro.
- 2.15.35.** Deverá permitir ao contribuinte consultar na através do número do cadastro imobiliário os valores venais do imóvel tanto o predial quanto o territorial.
- 2.15.36.** Permitir ao contribuinte emitir laudo de avaliação do imóvel através do número do cadastro imobiliário.
- 2.15.37.** Permitir ao contribuinte efetuar a consulta dos dados de seus cadastros municipais, entre eles: Imobiliário, Mobiliário, CPF ou CNPJ, permitindo-o a emissão e impressão da consulta cadastral.
- 2.15.38.** Permitir emissão de Certidão Comprobatória de cadastros, solicitando informar o requerente e também possibilitar configurar finalidades diversas para emissão, controlar o prazo de validade do documento através de parâmetros, podendo ser por data fixa, quantidade de dias ou validades diferentes por finalidade;
- 2.15.39.** Permitir emissão de Certidão de Numeração de cadastros, solicitando informar o requerente e também possibilitar configurar finalidades diversas para emissão, controlar o prazo de validade do documento através de parâmetros, podendo ser por data fixa, quantidade de dias ou validades diferentes por finalidade;
- 2.15.40.** Permitir impressão de espelho cadastral customizado.

## **2.16. Sistema de Peticionamento Eletrônico**

- 2.16.1.** Permitir configurar permissão de usuários para visualização da agenda de compromissos de outros usuários.
- 2.16.2.** Deverá compreender, cada processo, as seguintes informações:
  - 16.2.a.a)** Números do processo conforme a instância;
  - 16.2.a.b)** Número do processo na primeira instância;



- 16.2.a.c)** Número do processo na segunda instância;
- 16.2.a.d)** Número do processo no TJ - Tribunal de Justiça;
- 16.2.a.e)** Número do processo no STJ - Superior Tribunal de Justiça;
- 16.2.a.f)** Número do processo no STF - Supremo Tribunal Federal;
- 16.2.a.g)** Número do processo unificado; Lista de CDA - Certidão de Dívida Ativa, associadas ao processo;
- 16.2.a.h)** Lista de autores e réus (Pessoa Física ou Jurídica);
- 16.2.a.i)** Tipos de processo (Execução Fiscal/Execução Não Fiscal);
- 16.2.a.j)** Data de abertura;
- 16.2.a.k)** Comarca (Municípios);
- 16.2.a.l)** Distribuição;
- 16.2.a.m)** Vara;

**2.16.3.** Deverá apresentar valor da causa, com registro de histórico de alteração dos valores, contendo:

- 16.3.a.a)** Usuário;
- 16.3.a.b)** Data;
- 16.3.a.c)** Hora;
- 16.3.a.d)** Valor anterior à alteração;

**2.16.4.** Deverá apresentar valor do Precatório;

**2.16.5.** Deverá apresentar Valor e Tipo Honorário;

**2.16.6.** Deverá apresentar Tabela de Custas compreendendo:

- 16.6.a.a)** Valor;
- 16.6.a.b)** Data;
- 16.6.a.c)** Tipo de Custa;
- 16.6.a.d)** Situação;

**2.16.7.** Deverá apresentar Grau de probabilidade de recebimento;

**2.16.8.** Deverá apresentar Data de expedição do precatório;

**2.16.9.** Deverá apresentar Data da execução da sentença;

**2.16.10.** Deverá apresentar Valor do precatório devendo guardar histórico de alteração dos valores com usuário contendo:

- 16.10.a.a)** Data;
- 16.10.a.b)** Hora;

**2.16.11.** Valor anterior à alteração.

**2.16.12.** Cada processo deverá possibilitar outros processos apensos.

**2.16.13.** Cada processo deverá possibilitar vincular, editar e excluir os protocolos internos da entidade.

**2.16.14.** Permitir apensar vários processos em um único.

- 2.16.15.** Listagem de processos apensados, deverá permitir informar:
- 16.15.a.a)** Número do processo;
  - 16.15.a.b)** Data;
  - 16.15.a.c)** Tipo de processo;
  - 16.15.a.d)** Usuário;
  - 16.15.a.e)** Data;
  - 16.15.a.f)** Hora que realizou o apensamento;
  - 16.15.a.g)** Procurador responsável pelo apensamento.
- 2.16.16.** Deverá guardar o histórico do apensamento de um processo, com usuário, data e hora do apensamento, ressaltando que, um processo pode ser apensado e dispensado várias vezes.
- 2.16.17.** Permitir que um processo possa voltar a qualquer momento a uma fase anterior.
- 2.16.18.** Permitir o arquivamento de processos;
- 2.16.19.** Para cada fase deverá ser registradas as seguintes informações:
- 16.19.a.a)** Código da fase;
  - 16.19.a.b)** Usuário,
  - 16.19.a.c)** Data e hora que fez a mudança da fase;
  - 16.19.a.d)** Procurador responsável pela mudança de fase.
- 2.16.20.** Permitir documentos digitalizados anexos para cada fase, com as seguintes informações:
- 16.20.a.a)** Tipo do documento;
  - 16.20.a.b)** Descrição;
  - 16.20.a.c)** Usuário;
  - 16.20.a.d)** Data e hora que anexou;
  - 16.20.a.e)** Procurador responsável pelo documento anexado.
- 2.16.21.** Permitir observações para cada fase, com as seguintes informações:
- 16.21.a.a)** Usuário,
  - 16.21.a.b)** Data e hora que registrou a observação;
  - 16.21.a.c)** Procurador responsável pela observação.
- 2.16.22.** Deverá gerar relatório detalhado do processo, a partir do seu cadastro.
- 2.16.23.** Deverá constar, na petição inicial, a pessoa executada, bem como a soma de todas as CDA's anexas como o valor da causa.
- 2.16.24.** Possuir consulta de Classes, Assuntos e Glossários conforme Tabela Processual Unificada.
- 2.16.25.** Permitir vincular ao processo a Classe e Assunto pertinente.
- 2.16.26.** A integração deverá ocorrer via tecnologia de webservices do PROJUDI, conforme serviços disponibilizados pelo Tribunal de Justiça do Paraná.

- 2.16.27.** Permitir envio de forma única ao sistema PROJUDI de todos os processos constantes no lote selecionado pelo usuário.
- 2.16.28.** A petição inicial deverá possibilitar incluir uma ou mais Certidões de Dívida Ativa (CDA).
- 2.16.29.** A solução deverá unificar a petição e a(s) CDA(s) em arquivo único com extensão "PDF".
- 2.16.30.** Permitir assinatura digital do processo conforme OAB (certificado digital) e senha do procurador selecionado pelo usuário.
- 2.16.31.** Deverá criar o processo no sistema PROJUDI conforme os lotes enviados.
- 2.16.32.** Deverá vincular ao processo no sistema PROJUDI, arquivo PDF correspondente à petição/CDA do executado.
- 2.16.33.** Deverá compreender o registro, acompanhamento e notificação de compromissos, estando ou não associados a um ou mais processos.
- 2.16.34.** Cada compromisso deverá ser composto das seguintes informações:
- 16.34.a.a)** Título;
  - 16.34.a.b)** Data e hora inicial e final;
  - 16.34.a.c)** Pessoas convidadas como obrigatório;
  - 16.34.a.d)** Pessoas convidadas como opcional;
  - 16.34.a.e)** Descrição do compromisso, (composto por uma caixa de texto livre);
  - 16.34.a.f)** Local de realização do compromisso;
  - 16.34.a.g)** Lista de processos judiciais associados ao compromisso;
  - 16.34.a.h)** Prioridade identificada por cores (Alta = Vermelho, Média = Amarelo e Baixa = Verde);
  - 16.34.a.i)** Definir antecedência em minutos, horas e dias para geração de lembretes sobre o compromisso;
  - 16.34.a.j)** Permitir consultar a disponibilidade de agenda das pessoas envolvidas no compromisso, quando este for um usuário do sistema.
- 2.16.35.** Deverá gerar notificações por e-mail quando um compromisso for: Criado; Alterado e Cancelado.
- 2.16.36.** Deverá receber notificações por e-mail dos compromissos que estão para vencer, conforme parametrização de cada compromisso.
- 2.16.37.** Deverá permitir marcar o compromisso como realizado.
- 2.16.38.** Deverá gerar relatório de Intimações;
- 2.16.39.** Deverá gerar relatórios dos processos, contendo:
- 16.39.a.a)** Opção de analítico ou sintético (quando for sintético imprime apenas os resumos);
  - 16.39.a.b)** Filtros combinatórios;
  - 16.39.a.c)** Por fase;

- 16.39.a.d)** Por tipo de processo;
- 16.39.a.e)** Por período.
- 16.39.a.f)** Por grau de probabilidade de recebimento;
- 16.39.a.g)** Por pessoa;
- 16.39.a.h)** Por cadastro;
- 16.39.a.i)** Por intervalo de valor da causa;
- 16.39.a.j)** Por comarca;
- 16.39.a.k)** Por procurador responsável.
- 16.39.a.l)** Permitir a impressão da agenda de compromissos por período.

**2.16.40.** Deverá gerenciar e controlar os processos judiciais de forma integrada com os módulos de Tributação e Protocolo, visando o atendimento das demandas do Tribunal de Contas do Estado, bem como através da integração com sistema PROJUDI, proporcionar maior agilidade e segurança nas atividades realizadas.

**2.16.41.** Deverá buscar diretamente do sistema tributário as seguintes informações:

- 16.41.a.a)** CDA - Certidão de Dívida Ativa;
- 16.41.a.b)** Cadastro de Pessoas;
- 16.41.a.c)** Cadastro Mobiliário;
- 16.41.a.d)** Cadastro Imobiliário;
- 16.41.a.e)** Débitos e suas atualizações monetárias.

**2.16.42.** Deverá permitir autorização para o usuário adicionar/excluir os responsáveis solidários a serem executados na criação da Certidão de Dívida Ativa, logo, em todos os documentos constará o executado e os responsáveis solidários informados.

## **2.17. Aplicativo de Acesso ao Cidadão.**

- 2.17.1.** Deverá permitir a seleção de uma ou mais parcelas dos débitos do cadastro municipal para efetuar o pagamento; Deve permitir a geração do boleto com os valores dos débitos devidamente corrigidos e de acordo com o convênio de pagamento utilizado pela prefeitura;
- 2.17.2.** Deverá possibilitar a cópia do código de barras para pagamento via Internet Banking;
- 2.17.3.** Deverá permitir o download do boleto gerado;
- 2.17.4.** Deverá permitir a emissão de Certidão de débitos por cadastro municipal
- 2.17.5.** Deverá permitir a emissão de Certidão de débitos por CPF/CNPJ do contribuinte;
- 2.17.6.** Deverá permitir o download da certidão constando a situação de acordo com os débitos presentes no software da prefeitura;
- 2.17.7.** As certidões emitidas pelo App devem estar disponíveis para consulta no Software de Gestão Tributária da Prefeitura;
- 2.17.8.** Possibilitar criação de processos por assunto, com a descrição da requisição e observação e anexar arquivos no momento do pedido
- 2.17.9.** Possibilitar anexar arquivos na abertura do processo;

- 2.17.10.** Possibilitar a consulta de todos os processos tramitados na prefeitura, dando ênfase nos processos abertos pelo contribuinte;
- 2.17.11.** Possibilitar consulta de documentos exigidos por assunto;
- 2.17.12.** Permitir consultar todos empenhos relacionados ao CPF/CNPJ logado por exercício;
- 2.17.13.** Permitir visualizar de forma detalhada cada empenho, a apresentação deve conter no mínimo, Número e Ano do Empenho, Data do Empenho, Valor, Valor Liquidado, Valor Pago, Histórico e documentos anexados;
- 2.17.14.** Possuir um totalizador por Exercício, contendo ao menos os seguintes Valores, Total Empenhado, Total Anulado, Valor Total Liquidado, Retido, Pago e A Pagar;
- 2.17.15.** Permitir ainda fazer download do arquivo da nota emitida;
- 2.17.16.** Permitir que o contribuinte realize pesquisa das empresas estabelecidas no município, por Razão Social, Nome Fantasia ou Ramo Atividade;
- 2.17.17.** Possuir listagem das empresas pesquisadas contendo o CPF/CNPJ e Nome, bem como o endereço de localização com opção de utilizar rota de navegação até o local desejado;
- 2.17.18.** Possuir lista contendo todas as notas de serviços tomados de empresas estabelecidas no município;
- 2.17.19.** Possuir lista contendo todas as notas de serviços emitidas podendo solicitar o cancelamento da nota;
- 2.17.20.** Possuir opção de apresentação dos pontos de interesse no mapa do município, tais como, Prefeitura, Câmara, Postos de Saúde, Hospitais, etc mais próximos disponibilizados pelo município, permitindo também que o cidadão possa consultar o ponto de interesse no com opção de navegação através de rota mais curta para deslocamento até o local;
- 2.17.21.** Possuir interface administrativa para que seja possível cadastrar os pontos de interesse, utilizando as coordenadas geográficas;
- 2.17.22.** Possuir opção de consulta das últimas notícias lançadas pelo Município;
- 2.17.23.** Possuir interface administrativa para que seja possível cadastrar as notícias que deverão ser disponibilizadas aos cidadãos;
- 2.17.24.** Possuir opção de consulta dos Pontos de ônibus mais próximos no mapa do município;
- 2.17.25.** Possibilitar utilizar recurso de navegação para traçar a rota mais próxima até ponto de ônibus;
- 2.17.26.** Possuir tela administrativa que permita a prefeitura cadastrar os pontos de ônibus,

utilizando das coordenadas geográficas;

- 2.17.27.** Possuir opção para consulta das publicações realizadas no Diário oficial do município;
- 2.17.28.** Possibilitar ver os dados detalhados da publicação e permitir realizar o download do documento oficial;
- 2.17.29.** Possuir menu de consulta das licitações em andamento do município filtrando por exercício;
- 2.17.30.** Possuir listagem das licitações em andamento, contendo ao menos o Número/ano da licitação, Situação, Natureza e Número/Ano do Processo;
- 2.17.31.** Possibilitar ver os dados detalhados da licitação, devem ser apresentados ao menos a modalidade, data de Publicação, Data de Abertura, Situação, Natureza, Valor Máximo, Objeto, Observações, Impugnações e permitir download do documento do Edital;
- 2.17.32.** Permitir que o Servidor Público tenha acesso a todos os contratos de trabalho relacionados ao Município, esta listagem deve conter ao menos a Matrícula, Cargo, Lotação e Data de Admissão;
- 2.17.33.** Permitir que o Servidor público possa consultar, todos os dados financeiros referentes a todas as competências pagas pela municipalidade;
- 2.17.34.** Permitir a visualização dos dados Financeiros de forma Resumida e Detalhada, onde o Resumido apenas apresente os dados da Competência, Tipo de Folha, Salário Base, Vencimentos, Descontos e Líquido, já para os valores detalhados, esta lista deve ser detalhada por verba paga na folha, separando por Vencimentos e Descontos, possibilitar ainda o download do holerite em pdf;
- 2.17.35.** Permitir consulta da margem consignável do servidor público;
- 2.17.36.** Permitir consulta dos cursos realizados pelo servidor público;
- 2.17.37.** Permitir consulta do tempo de serviço do servidor público;
- 2.17.38.** Permitir consulta da contribuição previdenciária do servidor público;
- 2.17.39.** Permitir imprimir o informe de rendimentos anual;
- 2.17.40.** Permitir consultar as marcações de ponto;
- 2.17.41.** Possuir área para interação com enquetes, onde o usuário possa visualizar todas as enquetes não respondidas e as já respondidas permitindo a consulta aos resultados;
- 2.17.42.** A lista de enquete deve apresentar no mínimo a Categoria, Pergunta, Descrição Detalhada e Data de Término da Enquete;
- 2.17.43.** Possuir controle pela data de término da enquete, bloqueando responder a enquete ao final do prazo de resposta, mantendo somente leitura;

- 2.17.44.** Possuir canal de interação entre usuário e prefeitura, com intuito de reportar qualquer insatisfação com relação ao aplicativo, deve ser possível identificar ao menos a finalidade do contato e descrição;
- 2.17.45.** Deverá exibir notificações aos usuários com comunicados e avisos de débitos a vencer;
- 2.17.46.** Deverá controlar leitura das notificações;
- 2.17.47.** Deverá apresentar o histórico das notificações recebidas;
- 2.17.48.** Deverá direcionar o usuário para tela/ação correspondente a notificação;
- 2.17.49.** Permitir notificar o contribuinte de débitos pendentes a municipalidade, dando opção de emissão de boleto para pagamento;
- 2.17.50.** Deverá notificar o usuário assim que novas enquetes forem criadas;
- 2.17.51.** Permitir que o município envie notificações personalizadas para os usuários;
- 2.17.52.** Deve ser integrado com Software de Gestão Tributária da Prefeitura;
- 2.17.53.** Deve ser integrado com Software de Gestão de Processos da Prefeitura
- 2.17.54.** Disponibilizar uma lista de cidades no qual o usuário poderá ter acesso aos serviços;
- 2.17.55.** Permitir ao usuário criar uma lista de cidades favoritas para facilitar o acesso aos serviços.

**2.18. Sistema de Serviços ao Contribuinte (Área Logada);**

- 2.18.1.** Possuir controles de Acessibilidade, permitindo ao menos aumentar e diminuir o zoom da tela e mudar o contraste podendo utilizar tema Preto e Branco e ainda atender os principais tipos de Daltonismo, Protanopia, Deuteranopia e Tritanopia.
- 2.18.2.** Deverá ser totalmente responsivo, adequando o seu layout para funcionar tanto em Navegadores, Tablets e Celulares sem a necessidade de instalação local nos dispositivos móveis.
- 2.18.3.** Possuir canal para comunicação entre Cidadão e Prefeitura, onde ele possa realizar qualquer indagação a municipalidade.
- 2.18.4.** Possuir área para que o cidadão possa tirar dúvidas frequentes a respeito do uso do sistema.
- 2.18.5.** Permitir customizar página inicial do sistema com texto de desejo da Prefeitura.
- 2.18.6.** Possuir tutorial para orientar o cidadão no primeiro acesso do aplicativo.
- 2.18.7.** Possuir opção para criar uma conta utilizando CPF ou CNPJ.
- 2.18.8.** Possuir integração com login social Facebook e Google;

- 2.18.9.** Possuir login por certificado digital.
- 2.18.10.** Deverá disponibilizar serviço para recuperar e redefinir a senha caso a opção de login.
- 2.18.11.** Deverá disponibilizar cadastro de procuradores.
- 2.18.12.** Permitir que cartórios possam autorizar seus funcionários a fazerem pedidos em nome do Cartório.
- 2.18.13.** Permitir que empresas (Loteadoras, Construtoras, Imobiliárias entre outros) através de seu CNPJ possam autorizar seus funcionários a fazerem pedidos em nome da empresa.
- 2.18.14.** Possuir validação de termo de responsabilidade, para que o usuário tenha ciências de todas legais que está assumindo ao usar dados incorretos no cadastro.
- 2.18.15.** Permitir que o usuário logado pelo CPF consiga ter acesso a uma listagem de todos os cadastros ao qual este CPF esteja relacionado.
- 2.18.16.** Permitir emissão de Extrato de Débitos de cada cadastro.
- 2.18.17.** Permitir emissão dos dados cadastrais detalhados de cada cadastro.
- 2.18.18.** Possuir recursos visuais que orientem os cidadãos de como proceder para realizar o primeiro pedido;
- 2.18.19.** Permitir que o cidadão possa realizar pedido de ITBI de qualquer cadastro.
- 2.18.20.** Permitir que possa ser feito pedido de ITBI em nome de terceiros caso o requerente seja algum procurador autorizado.
- 2.18.21.** Permitir que a Prefeitura defina quais tipos de ITBI estarão disponíveis para pedido online.
- 2.18.22.** Permitir ainda, que a Prefeitura customize cada Tipo de Pedido, bem como associe quais documentos ou campos serão obrigatórios para que o cidadão no momento do pedido informe corretamente o pedido;
- 2.18.23.** Permitir que o cidadão anexe arquivos obrigatórios com cada tipo de ITBI, tais como Matrícula, Escritura, Contrato de Compra e Venda.
- 2.18.24.** Possuir controle para salvar rascunhos, para que caso perca conexão com a internet o cidadão não perca todo processo e tenha que cadastrar novamente do zero.
- 2.18.25.** Permitir que seja informada observação no pedido de ITBI.
- 2.18.26.** Permitir vincular os compradores, vendedores e anuentes no pedido de ITBI.
- 2.18.27.** Possuir resumo do pedido e que ele seja apresentado antes da finalização do pedido, para que o usuário se certifique que o pedido foi preenchido corretamente.



- 2.18.28.** Possuir listagem dos pedidos de ITBI já realizados, contendo no mínimo as seguintes informações, Data de Lançamento, Número do Pedido, Valor Transação, Valor Financiado, Requerente e Situação.
- 2.18.29.** Permitir controle de ações para cada situação do andamento do pedido, apresentando somente as ações permitidas para cada situação.
- 2.18.30.** Contar com área de interação com a Prefeitura, na medida que o processo seja tramitado na prefeitura, o cidadão deverá ser notificado da ação na área de notificações.
- 2.18.31.** Permitir que através da notificação o cidadão possa acessar o pedido sem que tenha que ser localizado em outra tela.
- 2.18.32.** Permitir emitir o boleto para pagamento do ITBI.
- 2.18.33.** Permitir emitir a Declaração de Quitação do ITBI, mediante confirmação do pagamento pela Prefeitura.
- 2.18.34.** Permitir que todo pedido possa ser consultado através de um resumo.
- 2.18.35.** Permitir que o cidadão possa coletar arquivos anexados pelos servidores públicos durante análise do pedido do ITBI.
- 2.18.36.** Possibilitar que quando um pedido for indeferido o usuário possa copiar os dados do pedido para que não tenha necessidade de digitar todo processo novamente e apenas corrigir o necessário.
- 2.18.37.** Permitir que o cidadão possa solicitar Laudo de Avaliação de qualquer cadastro.
- 2.18.38.** Permitir que possa ser feito Pedido de Laudo em nome de terceiros.
- 2.18.39.** Possibilitar que o usuário informe uma observação no pedido de laudo.
- 2.18.40.** Possibilitar que no mesmo pedido de Laudo seja solicitada avaliação de vários cadastros.
- 2.18.41.** Possui customização de cobrança do ou não do Laudo de Avaliação
- 2.18.42.** O sistema deve gerar boleto para pagamento referente a taxa de solicitação do laudo ao finalizar o Pedido do laudo.
- 2.18.43.** Possuir fluxo diferente para quando o Laudo de Avaliação é Isento, ou seja, não pode ser emitido boleto e o status do pedido deve estar marcado como isento;
- 2.18.44.** Possuir lista de acompanhamento dos laudos solicitados, contendo:
  - 18.44.a.a)** Data do Pedido;
  - 18.44.a.b)** Número do Pedido;
  - 18.44.a.c)** Quantidade de Avaliações;
  - 18.44.a.d)** Requerente;

- 18.44.a.e)** Situação do Pedido;
- 18.44.a.f)** Situação de Pagamento.

**2.18.45.** Possuir pesquisa de laudos contendo no mínimo os seguintes filtros:

- 18.45.a.a)** Data do Pedido;
- 18.45.a.b)** Número do Pedido;
- 18.45.a.c)** Número Cadastro
- 18.45.a.d)** Data do Pedido;
- 18.45.a.e)** Requerente;
- 18.45.a.f)** Situação;

- 2.18.46.** Permitir que seja possível visualizar detalhes do pedido mesmo após o pedido realizado.
- 2.18.47.** Permitir que o cidadão emita o Laudo de Avaliação liberado pela prefeitura, mediante confirmação do pagamento do boleto.
- 2.18.48.** O sistema disponibilizar opção para o Cidadão Parcelar seus débitos em aberto, mantendo integração total com o sistema de Gestão Municipal de Tributos;
- 2.18.49.** Possuir recursos visuais que orientem o cidadão a realizar o primeiro parcelamento;
- 2.18.50.** Permitir que o Cidadão possa realizar o parcelamento de seus débitos, através de um fluxo simples, possibilitando o cidadão escolher os cadastros vinculados ao seu CPF/CNPJ, visualizar os débitos e escolher apenas o que deseja parcelar.
- 2.18.51.** Permitir que o Cidadão simule o parcelamento quantas vezes achar necessário não perdendo o histórico de simulação, para que ele possa comparar e encontrar a melhor opção de pagamento.
- 2.18.52.** Possuir termo de aceite da minuta do contrato do parcelamento, permitindo imprimir o documento do Acordo de Parcelamento e Boletos para Pagamentos das parcelas;
- 2.18.53.** Possuir listagem de todos os parcelamentos realizados referente aos cadastros vinculados ao CPF/CNPJ logado, possibilitando o cidadão acompanhar a situação de cada contrato, podendo ainda reimprimir através de um resumo, o contrato de parcelamento e boletos para pagamento, sejam eles vencidos ou não, para caso de boletos vencidos o sistema deve calcular os juros, multas e correções de acordo com a legislação vigente.
- 2.18.54.** Permitir que o cidadão possa realizar autenticação de qualquer documento emitido pelo sistema.
- 2.18.55.** Permitir que o cidadão possa emitir segunda via de qualquer documento que ainda esteja válido sem necessidade de qualquer nova solicitação ao município. Por exemplo; Alvarás, Certidões.
- 2.18.56.** Possuir Dashboard gerencial por usuário, para que o Servidor Público consiga de

forma rápida visualizar os pedidos aguardando análise e o os pedidos que estão em análise pelo Servidor Público, apresentando totais de cada um deles.

- 2.18.57.** Possuir Dashboard separado para pedidos aguardando transferência manual.
- 2.18.58.** Possuir ações de acesso rápido que estejam de acordo com a situação de cada pedido.
- 2.18.59.** Possuir no mínimo as seguintes ações para cada pedido:
  - 18.59.a.a)** Analisar Pedido;
  - 18.59.a.b)** Ver Pedido;
  - 18.59.a.c)** Deferir Pedido;
  - 18.59.a.d)** Indeferir Pedido;
  - 18.59.a.e)** Gerar Débito/Boleto;
  - 18.59.a.f)** Estornar Débito/Boleto;
  - 18.59.a.g)** Imprimir Boleto;
  - 18.59.a.h)** Notificar Contribuinte;
  - 18.59.a.i)** Transferir Responsável;
  - 18.59.a.j)** Priorizar pedido;
  - 18.59.a.k)** Transferência Manual de Proprietário.
- 2.18.60.** Possuir indicadores de que o pedido está chegando ao prazo final de resposta de cada pedido Laudo ou ITBI.
- 2.18.61.** Deverá notificar o Servidor Público referente pedidos que estão com pedidos com data de expiração próxima.
- 2.18.62.** Possuir botão de atualização de Página sem que haja necessidade de o usuário carregar novamente a página pelo navegador web
- 2.18.63.** Possuir controle de acesso a ações de acordo com o nível de permissão de usuário.
- 2.18.64.** Possuir controle cronológico para assumir pedidos, não permitir que pedidos sejam assumidos fora da ordem de abertura, exceto para pedidos priorizados pela alta gestão devem furar esta regra.
- 2.18.65.** Possuir Lista contendo todos os Pedidos de ITBI apresentando no mínimo as seguintes informações:
  - 18.65.a.a)** Data Lançamento;
  - 18.65.a.b)** Número do Pedido;
  - 18.65.a.c)** Valor Transação;
  - 18.65.a.d)** Valor Financiado;
  - 18.65.a.e)** Requerente;
  - 18.65.a.f)** Responsável;
  - 18.65.a.g)** Situação do Pedido;
- 2.18.66.** Possuir validações no formulário de análise do pedido de acordo com as necessidades da Prefeitura.
- 2.18.67.** Permitir definir se o pedido sofrerá transferência automática mediante pagamento

do ITBI ou se será feita transferência manual pelo Servidor Público responsável pelo pedido.

- 2.18.68.** Permitir que o Servidor Público possa realizar captura dos arquivos anexados pelos cidadãos para realizar análise detalhada do pedido.
- 2.18.69.** Permitir que o Servidor Público possa anexar novos documentos ao pedido, podendo estes documentos ficarem ou não visíveis ao cidadão, não deve haver limite de quantidade de anexos.
- 2.18.70.** Possuir validação do Percentual de Compra com relação ao Percentual de Venda, não permitir que o processo seja deferido caso o percentual esteja diferente de 100%.
- 2.18.71.** Permitir que o Servidor Público faça qualquer correção nas pessoas partes do pedido, permitir adicionar ou editar novos compradores, vendedores e anuentes, ajustar percentual de compra e venda, de acordo com documento anexo, sem que haja necessidade de indeferir o processo e o cidadão tenha que realizar novo pedido.
- 2.18.72.** Possuir área separada que apresente de forma consolidada os dados dos Compradores com o Proprietários atuais existentes no cadastro imobiliário, para dar uma noção ao Servidor Público de como ficará o quadro de proprietário do imóvel.
- 2.18.73.** Permitir que seja definido qual será o proprietário principal do cadastro.
- 2.18.74.** Permitir qual tipo de vínculo dos proprietários (Principal, Coproprietário, etc).
- 2.18.75.** Permitir exclusão de proprietários consolidados do cadastro imobiliário, visando não ter a necessidade de acessar outra tela para ajustar os proprietários dos cadastros.
- 2.18.76.** Possuir cálculo automático de avaliação do ITBI de acordo com lei municipal vigente.
- 2.18.77.** Possuir pesquisa auxiliar que retorne no mínimo as últimas três avaliações realizadas para o imóvel em análise.
- 2.18.78.** Permitir que seja ajustado os valores das construções do imóvel ou remover construções de acordo com o informado nos documentos anexados ao processo e que ao alterar a área construída o sistema já recalcule o valor avaliado de forma automática, sem necessidade nova ação pelo Servidor Público.
- 2.18.79.** Possuir ação para restaurar os dados da Construção, a fim de voltar os dados originais do imóvel, neste momento sistema deve recalculer o valor avaliado conforme planta de valores.
- 2.18.80.** Permitir que o servidor público possa editar o valor da avaliação para definir de acordo com valores apurados referente negociações do mercado de imóveis.
- 2.18.81.** Possuir painel contendo o resumo do pedido do ITBI que deve ser apresentado ao Servidor Público antes do deferimento do Processo, permitindo que seja feita uma última conferência antes de finalizar análise do pedido, o resumo apresentado deve

conter no mínimo dados relacionados à Transferência, Dados Imóvel, Dados das Construções, Compradores, Vendedores, Anuentes, Documentos Anexados.

- 2.18.82.** Qualquer alteração realizada pelo servidor público deve ser gravada em log e ser apresentada no resumo de cada pedido, permitindo que qualquer gestor possa acessar e consultar estas informações de forma rápida e prática.
- 2.18.83.** Possuir interação com o Cidadão, todas ações de Deferimento, Indeferimento, Finalização do processo devem ser notificadas e apresentadas para o Cidadão em área de destaque.
- 2.18.84.** Possuir Lista contendo todos os Pedidos de Laudo que apresente no mínimo as seguintes informações:
  - 18.84.a.a)** Data Lançamento;
  - 18.84.a.b)** Número do Pedido;
  - 18.84.a.c)** Requerente;
  - 18.84.a.d)** Responsável;
  - 18.84.a.e)** Situação do Pedido;
  - 18.84.a.f)** Situação do Pagamento.
- 2.18.85.** Possuir validações no formulário de análise do pedido de acordo com as necessidades da Prefeitura.
- 2.18.86.** Possibilitar calcular o valor do imóvel para fins de transferência a partir dos valores definidos na planta de valores do município.
- 2.18.87.** Possuir consulta a documento auxiliar que retorne as três últimas avaliações a fim realizados do imóvel, para auxiliar na definição da avaliação de acordo com valores de mercado.
- 2.18.88.** Permitir que o Servidor público salve parte do pedido sem que tenha finalizado, podendo voltar a analisar em outro momento sem perder o trabalho já realizado.
- 2.18.89.** Possuir filtros para listar apenas os cadastros vinculados ao pedido de Laudo que ainda estão com avaliações pendentes.
- 2.18.90.** Possibilitar que o Servidor Público possa estornar um pedido de Laudo para correção do valor avaliado somente enquanto a boleto do pedido ainda não esteja pago.
- 2.18.91.** Possuir validação para liberação do Laudo de Avaliação ao Cidadão somente depois que houver a confirmação do pagamento do boleto pelo sistema tributário da prefeitura.
- 2.18.92.** Permitir que um Laudo seja indeferido mesmo depois de ser liberado por engano;
- 2.18.93.** Gravar em log todas as alterações realizadas pelo servidor público a fim de manter a rastreabilidade das alterações realizadas e que seja possível visualizar estas informações juntamente com o Resumo do pedido.
- 2.18.94.** Permitir cadastrar todos os tipos de ITBI que serão utilizados no pedido de ITBI

Online, podendo deixá-los visíveis ou não em qualquer momento.

- 2.18.95.** Permitir o cadastro de Documentos, podendo configurar qualquer documento associado a qualquer tipo de documento, podendo ainda criar campos numéricos, texto ou data, para configurar o cadastro do documento que deverá ser apresentado para o cidadão no momento do pedido do ITBI.
  - 2.18.96.** Possibilitar que Documentos cadastrados possam ser definidos como obrigatório ou não.
  - 2.18.97.** Permitir que o Servidor Público coloque notas explicativas para Cada Tipo de ITBI e que estas notas sejam apresentadas no momento do Pedido realizado pelo Cidadão.
  - 2.18.98.** Permitir que o Servidor Público coloque notas explicativas para cada Documento Obrigatório e que estas notas sejam apresentadas no momento do Pedido realizado pelo Cidadão;
  - 2.18.99.** Permitir que seja possível customizar o conteúdo que será apresentado para o cidadão ao na tela inicial do sistema, podendo customizar fonte, tamanho, cores das fontes, negrito, itálico, etc.
  - 2.18.100.** Possuir controle de cadastro de Termo de Responsabilidade. Controlar data e hora de criação, data de validade, usuário de criação e seu conteúdo. Sempre que houver uma nova alteração todos os usuários cadastrados (cidadãos) deverão ser direcionados para aceitar as novas políticas descritas no novo termo cadastrado;
  - 2.18.101.** Possuir listagem das Leis de Parcelamentos Vigentes, podendo torná-las visíveis ou não para os cidadãos, bem como também permitir cadastrar um Termo de Confissão de Dívida para cada lei de Parcelamento.
  - 2.18.102.** Possuir área para acompanhamento da comunicação com o sistema de Geração de Tributos Municipais, com no mínimo as informações de Atualizações de Cadastros e Endereços e confirmação do pagamento de boletos referentes aos pedidos realizados.
- 2.19. Sistema de Gestão de Nota Fiscal Eletrônica e Controle do ISSQN;**
- 2.19.1.** O acesso deverá ser multiusuário, permitindo a execução de tarefas concorrentes pelos contribuintes do município
  - 2.19.2.** Na página inicial do contribuinte, mostrar gráfico de movimento de serviços prestados e tomados nos últimos 12 meses, gráfico de movimento por código CNAE e gráfico de movimento por código de serviço.
  - 2.19.3.** Fornecer gráficos que tragam a quantidade de NFS-e emitidas por atividade e CNAE.
  - 2.19.4.** Possuir Dashboard que apresente ao usuário logado a quantidade de NFS-e emitidas no período, solicitações de cancelamento de NFS-e pendentes de aprovação e total arrecadado pelo município, no exercício, pelo contribuinte.

- 2.19.5.** Permitir consulta pública de serviços e alíquotas cadastrados no município.
- 2.19.6.** Permitir consulta pública de CNAE cadastrados no município.
- 2.19.7.** Permitir consulta pública de serviços filtrados por código ou descrição de CNAE.
- 2.19.8.** Permitir consulta pública de CNAE filtrado por código ou descrição de serviço.
- 2.19.9.** Permitir imprimir o resultado da consulta dos itens de serviços vinculados ao CNAE.
- 2.19.10.** Permitir consulta de empresas optantes pela emissão de NFS-e, filtradas pelo Nome, CNPJ ou CPF, inscrição municipal, entre outros filtros. Deverá ser possível visualizar os dados de endereço e contato das empresas consultadas.
- 2.19.11.** Permitir abrir o endereço da empresa optante de NFS-e em aplicação de mapa.
- 2.19.12.** Permitir efetuar download de arquivos disponibilizados pela prefeitura tais como: leis, decretos, requerimentos entre outros.
- 2.19.13.** Permitir a criação do usuário para acesso a área restrita. Caso exista registro vinculado a este CPF na base do sistema tributário, os dados cadastrados devem ser preenchidos automaticamente pelo sistema, sem necessidade de reinclusão manual. Quando não existir, habilitar os campos para preenchimento.
- 2.19.14.** Permitir informar uma senha na tela de cadastro de usuário.
- 2.19.15.** Permitir editar as suas informações de usuário, tais como: nome, data nascimento, RG, endereço, informações para contato e senha.
- 2.19.16.** Permitir fazer login com e-CPF padrão ICP BRASIL.
- 2.19.17.** Permitir a redefinição de senha em caso de perda ou esquecimento da mesma por parte do contribuinte, utilizando o e-mail informado no cadastro para envio da nova senha.
- 2.19.18.** Deverá utilizar para fins de acesso, o CPF do usuário, senha e um dispositivo de segurança para evitar acesso robotizado.
- 2.19.19.** Permitir acesso somente a empresas que estejam homologadas pelo departamento de tributação do município.
- 2.19.20.** O software deverá ser capaz de identificar que o usuário logado, através do seu CPF, é sócio proprietário de empresa identificado na última alteração contratual averbada no cadastro da empresa no software de gestão tributária do Município.
- 2.19.21.** Permitir 'favoritar' um contribuinte (empresa) padrão por usuário, para toda vez que 'logar' trazer o contribuinte selecionado automaticamente.
- 2.19.22.** Quando o usuário tiver acesso a somente um contribuinte (empresa), trazer selecionado automaticamente neste contribuinte (empresa) ao logar.

- 2.19.23.** Remover automaticamente o acesso do proprietário ou representante legal, que não pertença mais ao quadro societário da empresa, averbada no cadastro mobiliário no software de gestão tributária do município, como também as permissões secundárias liberadas pelo mesmo.
- 2.19.24.** Identificar que o usuário logado, através do seu CPF, é um responsável legal pela empresa tais como: presidente, diretor, gerente averbado no cadastro da empresa no software de gestão tributária do município.
- 2.19.25.** Identificar que o usuário logado, através do seu CPF, é um contabilista registrado no cadastro de contadores ou escritórios de contabilidade no software de gestão tributária do município.
- 2.19.26.** Permitir acesso, caso identificado que o usuário logado através do seu CPF é um contabilista, somente a empresas a qual ele ou o escritório de contabilidade seja responsável contábil.
- 2.19.27.** Identificar que o usuário é um funcionário público com acesso a gestão e controle do ISSQN, ligado ao departamento de tributação do município a qual permitirá manipular todos os cadastros mobiliários habilitados para utilização do software, sem a necessidade de existir um login específico para cada cadastro de empresas.
- 2.19.28.** Permitir ao usuário logado alternar entre empresas sem a necessidade de efetuar logout no sistema.
- 2.19.29.** Permitir que um usuário administrador faça bloqueio de permissões de acesso de um contribuinte, informando ao contribuinte os motivos quando o mesmo tentar acessar as rotinas bloqueadas.
- 2.19.30.** Permitir configurar as informações referente as alíquotas dos impostos federais incidentes sobre o faturamento da empresa, logomarca, e-mail, telefone, site para contatos e informações da empresa fornecedora de sistema de integração.
- 2.19.31.** Permitir ao usuário logado, visualizar a sequência do número lote e número do RPS emitidos pela empresa.
- 2.19.32.** Permitir que um usuário já cadastrado e com direito de liberação de acesso, adicione, edite ou remova a liberação de um novo usuário as mesmas empresas, definindo quais rotinas o usuário secundário terá acesso.
- 2.19.33.** Possibilitar gerenciamento de permissão ao usuário secundário, das seguintes rotinas: emissão de NFS-e, consulta de declarações, consulta de documentos fiscais, configurações da empresa e entregar declaração mensal de serviços.
- 2.19.34.** Permitir ao usuário logado a atualização do cadastro mobiliário, podendo editar no mínimo os seguintes dados: dados de contato, atividade econômica, regime fiscal e acessos.
- 2.19.35.** Permitir anexar documentos digitalizados em PDF na atualização cadastral.



- 2.19.36.** Permitir efetuar agendamento diretamente pela web, podendo solicitar a liberação para: emissão de NFS-e e geração de declaração mensal de serviços prestados e/ou tomados.
- 2.19.37.** Emitir, após a conclusão do agendamento, um protocolo identificado data e horário para homologação/visita da empresa ao departamento de tributação do município. O layout e informações deste documento poderá ser personalizado por prefeitura.
- 2.19.38.** Permitir emitir notas fiscais eletrônicas de serviços para tomadores identificados, não identificados e do exterior.
- 2.19.39.** Permitir 'favoritar' os principais tomadores (clientes) para facilitar a seleção destes durante a emissão da NFS-e.
- 2.19.40.** Permitir a inclusão de tomadores que não estejam inseridos na base de dados do sistema de gestão tributária do município, durante a emissão da NFS-e, sem que haja a necessidade de navegação em outra rotina.
- 2.19.41.** A inclusão de um novo tomador ou alteração dos dados do tomador para emissão da NFS-e não deverão depender de autorização ou algum tipo de burocracia.
- 2.19.42.** Na emissão da NFS-e, permitir alterações dos dados do tomador, contudo estas alterações devem ficar salvas somente para o prestador que as editou, mantendo os dados originais do tomador para os demais prestadores.
- 2.19.43.** Permitir copiar, por tomador, a última NFS-e emitida, preenchendo todas os campos da nota baseado na NFS-e copiada.
- 2.19.44.** Identificar se o tomador possui cadastro mobiliário no município, e se o mesmo é ou não responsável tributário.
- 2.19.45.** Permitir a identificação do intermediário dos serviços.
- 2.19.46.** Exibir ao usuário logado, durante a emissão da NFS-e, somente os CNAE's que estão associados ao CNPJ da empresa na RFB, que são identificados como serviços e que estão autorizados pelo departamento de tributação do município.
- 2.19.47.** Selecionar automaticamente o CNAE durante a emissão da NFS-e, quando o contribuinte selecionado tiver somente 1 CNAE com serviços permitidos ao seu cadastro, evitando que o usuário tenha que escolher quando existir somente 1 opção.
- 2.19.48.** Exibir ao usuário logado, durante a emissão da NFS-e, somente os itens de serviços constantes na LC 116/03 que estejam vinculados ao CNAE selecionado.
- 2.19.49.** Selecionar automaticamente o serviço, quando o CNAE selecionado tiver somente 1 serviço vinculado, evitando que o usuário tenha que escolher quando existir somente 1 opção.
- 2.19.50.** Permitir, na emissão da NFS-E, a natureza de operação ser apontada

automaticamente conforme e as definições do artigo 3º e 4º da LC 116/03.

- 2.19.51.** Identificar, na emissão da NFS-e, se o prestador possui isenção ou imunidade tributária, e deverá tratar automaticamente na natureza de operação.
- 2.19.52.** Identificar, na emissão da NFS-e, se o tomador de serviços possui algum incentivo fiscal, e o mesmo deverá ser tratado na natureza de operação.
- 2.19.53.** Identificar, na emissão da NFS-e, se o tomador ou o prestador possui incentivo fiscal para um item de serviço específico, tais como: redução de alíquota, redução da base de cálculo.
- 2.19.54.** Identificar, na emissão da NFS-e, se o tomador ou o prestador possui incentivo fiscal para um item de serviço específico e se o incentivo é válido somente para o município do prestador ou para todos os municípios.
- 2.19.55.** Identificar, na emissão da NFS-e, se a empresa é uma incorporadora.
- 2.19.56.** Permitir, na emissão da NFS-e, caso a empresa seja do ramo de construção civil, identificar o registro da obra no INSS, o número da ART, e o número do alvará de construção.
- 2.19.57.** Permitir, na emissão da NFS-e, identificar se a obra possui algum incentivo fiscal, e tratar automaticamente a natureza de operação, se o mesmo é isento.
- 2.19.58.** Permitir, na emissão da NFS-e, identificar o local da prestação de serviços, caso seja diferente do domicílio do prestador e do tomador.
- 2.19.59.** Permitir, na emissão da NFS-e, identificar o regime fiscal do prestador entre eles: simples nacional, MEI, lucro presumido, lucro real entre outros.
- 2.19.60.** Na emissão da NFS-e, não permitir que o CPF/CNPJ do tomador seja igual ao CPF/CNPJ do prestador.
- 2.19.61.** Identificar, na emissão da NFS-e, se o item de serviço da LC 116/03 encontra-se vetado, e tratar a natureza de operação automaticamente como isento.
- 2.19.62.** Identificar, na emissão da NFS-e, se o prestador está enquadrado na Lei Federal 5764/71 (Lei das Sociedades Cooperativas) e deverá tratar automaticamente a natureza de operação.
- 2.19.63.** Identificar, na emissão da NFS-e, se o item de serviço da LC 116/03 permite exportação, e tratar a natureza de operação automaticamente como exportação.
- 2.19.64.** Permitir, na emissão da NFS-e, cadastrar itens de serviços prestados, contendo no mínimo os seguintes campos: Descrição, quantidade, valor unitário e desconto.
- 2.19.65.** Permitir, na emissão da NFS-e, cadastrar itens de serviços prestados, contendo 5 casas decimais no campo de valor unitário.

- 2.19.66.** Permitir, na emissão da NFS-e, cadastrar itens de serviços prestados, e identificá-los como dedutíveis ou não, como também identificar o tipo da dedução. Entre eles: Materiais, equipamentos e Subempreitadas.
- 2.19.67.** Permitir, na emissão da NFS-e, identificar as alíquotas dos impostos federais, como também o valor expresso em reais e se o mesmo foi retido ou não.
- 2.19.68.** Permitir, na emissão da NFS-e, identificar automaticamente a alíquota que o prestador de serviços irá utilizar, podendo ser a expressa na Lei municipal que regulamenta o ISS no âmbito municipal ou a expressa na Lei Complementar Federal 123/06, que regulamenta o Simples Nacional.
- 2.19.69.** Permitir, na emissão da NFS-e, identificar automaticamente a alíquota efetiva a qual o prestador de serviços está enquadrado, pela faixa de seu faturamento dos últimos 12 meses (RBT12) conforme definido na Lei Complementar Federal 155/16.
- 2.19.70.** Imprimir as informações dos incentivos fiscais na NFS-e.
- 2.19.71.** Permitir, na emissão da NFS-e, a conferência dos resultados finais dos valores da nota fiscal a ser gerada. Entre eles: total de descontos, deduções, impostos, valor líquido e valor total da NFS-e.
- 2.19.72.** Permitir 'favoritar' uma NFS-e e registrar um modelo, identificado por um nome, para emissão de notas futuras utilizando os mesmos dados, permitindo uma rápida emissão de NFS-e baseado em um modelo.
- 2.19.73.** Permitir colocar na tela inicial de acesso do contribuinte os modelos de NFS-e salvos, permitindo a emissão de NFS-e com poucos cliques.
- 2.19.74.** Permitir, na emissão da NFS-e, alterar a data de emissão dentro do prazo permitido, parametrizado pelo departamento de tributação.
- 2.19.75.** Deverá registrar após a emissão da NFS-e, como log, o CPF do usuário, data e hora.
- 2.19.76.** Permitir, na emissão da NFS-e, copiar os dados da emissão da última NFS-e gerada para o mesmo tomador.
- 2.19.77.** Conter no corpo da NFS-e um QR Code para facilitar autenticação do documento. Nesta autenticação, permitir baixar o PDF, XML ou declaração de autenticidade.
- 2.19.78.** Permitir substituir uma NFS-e emitida, a qual deverá estar entregue em uma declaração mensal de serviços.
- 2.19.79.** Assinar digitalmente a NFS-e emitida, através de certificado digital padrão ICP-Brasil.
- 2.19.80.** Enviar automaticamente ao tomador de serviços para o e-mail identificado, o XML assinado digitalmente e o PDF da NFS-e gerada pelo prestador de serviço.
- 2.19.81.** Armazenar no banco de dados todos os XML's das NFS-e emitidas

- 2.19.82.** Possuir QR Code na NFS-e emitida para que seja possível a autenticação através de aplicativos mobile.
- 2.19.83.** Possuir rotina para pré-visualização da NFS-e antes de concluir a emissão, com a possibilidade de impressão e sinalizando que é somente um modelo de pré-visualização, sem valor legal.
- 2.19.84.** Permitir importar e validar arquivo XML de documentos fiscais dos serviços prestados e tomados, de acordo com leiaute pré-definido, que deverão ser assinados digitalmente, pelo contribuinte, através de certificado digital padrão ICP-Brasil.
- 2.19.85.** Permitir a consulta dos XML's de documentos fiscais importados.
- 2.19.86.** Permitir a emissão de extrato dos documentos fiscais dos XML's importados.
- 2.19.87.** Permitir o lançamento de outros tipos de documentos, entre eles: Recibos, notas fiscais manuais, RPA's, entre outros, de serviços prestados ou tomados para fins da declaração mensal de serviço.
- 2.19.88.** Permitir a digitação, edição e exclusão de outros tipos de documentos contendo no mínimo as seguintes informações: Número do documento, Data de emissão, tipo de serviço, natureza de operação, tipo de documento, se o tributo foi retido ou não, valor total, valor de serviço e alíquota.
- 2.19.89.** Permitir efetuar consulta de documentos fiscais, possuindo no mínimo os seguintes filtros: Serviços prestados ou tomados, período de emissão, tomador, situação do documento, natureza de operação, número do documento, tipo do documento, retido (sim ou não) ou entregue em declaração (sim ou não).
- 2.19.90.** Permitir exportar em planilhas eletrônicas os documentos consultados.
- 2.19.91.** Permitir efetuar o download dos arquivos XML assinados digitalmente dos documentos fiscais consultados em um único arquivo comprimido.
- 2.19.92.** Permitir efetuar o download dos arquivos PDF das NFS-e emitidas.
- 2.19.93.** Permitir imprimir relatório da consulta efetuada dos documentos fiscais.
- 2.19.94.** Permitir emitir recibos de retenção para documentos fiscais com retenções de tributos.
- 2.19.95.** Permitir efetuar o download de um arquivo XML específico de uma NFS-e gerada.
- 2.19.96.** Permitir ao prestador de serviço encaminhar por e-mail a NFS-e gerada para um novo e-mail.
- 2.19.97.** Permitir visualizar o PDF da NFS-e gerada.
- 2.19.98.** Permitir consultar, visualizar, e imprimir as NFS-e emitidas, utilizando no mínimo os seguintes filtros: CPF/CNPJ do prestador, número da NFS-e, código de autenticidade

e data de emissão.

- 2.19.99.** Permitir consultar, visualizar e imprimir a NFS-e gerada através da conversão de RPS enviados, utilizando no mínimo os seguintes filtros: CPF/CNPJ do prestador, número da RPS, inscrição municipal do prestador e CPF/CNPJ do tomador.
- 2.19.100.** Permitir emitir uma carta de correção eletrônica para uma NFS-e gerada, contendo no mínimo as seguintes informações: descrição das alterações, número da carta de correção, número da NFS-e, código de verificação da NFS-e, identificação do prestador e tomador.
- 2.19.101.** Permitir visualizar no mesmo documento a NFS-e e a carta de correção.
- 2.19.102.** Permitir consultar e visualizar em PDF todas as cartas de correção emitidas para uma respectiva NFS-e gerada.
- 2.19.103.** Permitir efetuar o cancelamento da NFS-e gerada. Entretanto, o cancelamento deverá ser autorizado pelo departamento de tributação e pelo tomador do serviço, caso o mesmo seja credenciado no município.
- 2.19.104.** Permitir visualizar o status e o motivo pelo deferimento ou indeferimento do pedido de cancelamento de NFS-e por parte do tomador ou da fiscalização municipal.
- 2.19.105.** Se a NFS-e for cancelada, imprimir em uma segunda página todo o histórico de pareceres da solicitação de cancelamento de NFS-e, contendo os motivos informados, a pessoal que deu o parecer e qual a data e horário.
- 2.19.106.** Permitir solicitar lotes de RPS, que são documentos que poderá ser utilizado no caso de impossibilidade de acesso ao sistema por parte do prestador. Este documento deverá ser convertido em NFS-e posteriormente.
- 2.19.107.** Permitir informar, durante o preenchimento da NFS-e, um número de RPS.
- 2.19.108.** Permitir a consulta da situação do processamento de RPS's assíncrono recepcionado pelo 'web service' de integração.
- 2.19.109.** Permitir efetuar o processamento prévio da entrega da declaração mensal de serviços, tanto prestados quanto tomados, selecionando um período de competências.
- 2.19.110.** Permitir efetuar a seleção e entrega de todas as declarações do período selecionado ou somente de uma específica.
- 2.19.111.** Permitir visualizar no processamento prévio da declaração as seguintes informações: competência, tipo da declaração (serviços prestados ou tomados), valor do faturamento, base de cálculo do ISS, valor do ISS, valor do ISS retido, regime fiscal do contribuinte e status da declaração (normal, sem movimento e retificadora).
- 2.19.112.** Identificar a permissão para gerar ou não débitos para o respectivo regime fiscal da empresa no software de gestão tributária do município.

- 2.19.113.** Registrar como log o CPF do usuário, data e hora nos processos de transmissão de declaração mensal de serviços.
- 2.19.114.** Permitir efetuar a consulta das declarações mensais de serviços entregues, contendo no mínimo os seguintes filtros: competência, tipo de declaração e status.
- 2.19.115.** Permitir imprimir o extrato das declarações consultadas, imprimir o protocolo de entrega da declaração e reimprimir a guia de recolhimento.
- 2.19.116.** Permitir a instituição financeira, imprimir o extrato da declaração consultada, com as informações do leiaute da DES-IF, contendo no mínimo as seguintes informações: COSIF, rubrica, itens de serviço, valor do crédito, alíquota e valor do ISSQN.
- 2.19.117.** Permitir efetuar o cancelamento de uma DMS, sendo necessário o deferimento da fiscalização municipal.
- 2.19.118.** Permitir emitir guias de recolhimento avulsas para um documento fiscal específico, de um tomador de serviços eventual.
- 2.19.119.** Permitir consultar as guias recolhimento avulsas geradas.
- 2.19.120.** Identificar se o contribuinte é uma instituição financeira, devendo habilitar automaticamente as opções para DES-IF, conforme modelo instituído pela ABRASF no modelo conceitual 2.3.
- 2.19.121.** Permitir cadastrar o PCI (Plano de contas interno) da instituição financeira, contendo no mínimo as seguintes informações: rubrica contábil, cosif, item de serviço da LC 116/03, descrição da rubrica contábil e função da rubrica contábil.
- 2.19.122.** Identificar a instituição financeira pelo código FEBRABAN cadastrado, carregando o seu PCI (Plano de contas interno), já cadastrado no sistema.
- 2.19.123.** Permitir a instituição financeira efetuar a duplicação do PCI (Plano de contas interno).
- 2.19.124.** Armazenar consistência dos vínculos entre COSIF, rubrica e item de serviço, não permitindo alterações após lançamentos fisco-contábeis.
- 2.19.125.** Permitir a importação em arquivos com extensão XLSX, XLS, CSV e TXT do PCI (Plano de contas interno) da instituição financeira.
- 2.19.126.** Permitir a instituição financeira, consultar os arquivos PCI importados, como também baixar exemplos dos leiautes definidos para importação.
- 2.19.127.** Permitir visualizar os erros ocorridos no processo de importação do PCI da instituição financeira.
- 2.19.128.** Permitir a instituição financeira importar as informações fisco-contábeis, conforme estabelecido no Módulo 2 (Módulo de apuração mensal do ISSQN) que compõem a DES-IF, conforme estabelecido no modelo da ABRASF 2.3.

- 2.19.129.** Validar a estrutura do arquivo da DES-IF importado em conformidade com os códigos de erros estabelecidos no modelo da ABRASF 2.3.
- 2.19.130.** Permitir a instituição financeira, consultar os arquivos DES-IF importados.
- 2.19.131.** Permitir visualizar os erros ocorridos no processo de importação da DES-IF pela instituição financeira.
- 2.19.132.** Permitir a digitação, edição ou exclusão das informações fisco-contábeis que compõem a DES-IF da instituição financeira, contendo as seguintes informações: valores de crédito e valores de débito para a determinada rubrica/COSIF.
- 2.19.133.** Permitir que o contribuinte identificado como instituição financeira, efetue consultas dos lançamentos efetuados na DES-IF, utilizando no mínimo os seguintes filtros: por COSIF, por PCI, ou por competência.
- 2.19.134.** Permitir que o contribuinte identificado como instituição financeira, efetue a exportação do memorial dos lançamentos da consulta, ou por exercício da DES-IF, em planilha eletrônica ou arquivo de extensão PDF.
- 2.19.135.** Permitir configurar uma área de fale conosco da prefeitura, colocando as informações de contato do setor responsável pelo atendimento da NFS-e.
- 2.19.136.** Permitir ao usuário logado gerar através do portal do contribuinte a senha para autenticação do 'web service', que deverá ser enviado automaticamente para o e-mail cadastrado nas informações do prestador de serviço.
- 2.19.137.** As funcionalidades do Web Service deverão ser compatíveis com o modelo estabelecido pela ABRASF 2.03.
- 2.19.138.** O WEB SERVICE deverá possuir os seguintes serviços disponíveis:
- 2.19.139.** Consulta NFS-e por Faixa: Este serviço deverá permitir a obtenção de determinada NFS-e já gerada.
- 2.19.140.** Consulta NFS-e de Serviços tomados: Este serviço deverá permitir a obtenção de determinada NFS-e já gerada pela identificação do tomador.
- 2.19.141.** Consulta NFS-e de serviços prestados: Este serviço deverá permitir a obtenção de determinada NFS-e já gerada pela identificação do prestador.
- 2.19.142.** Consulta NFS-e por RPS: Este serviço deverá permitir a consulta de uma NFS-e gerada, através do número do RPS.
- 2.19.143.** Consulta Lote de RPS: Este serviço Permitir que contribuinte obtenha as NFS-e que foram geradas a partir do Lote de RPS enviado, quando o processamento ocorrer sem problemas; ou que obtenha a lista de erros e/ou inconsistências encontradas nos RPS.
- 2.19.144.** Substituir NFS-e: Esse serviço Permite o cancelamento de uma NFS-e com sua substituição por outra.

- 2.19.145.** Cancelar NFS-e: Esse serviço permite o cancelamento direto de uma NFS-e sem a sua substituição por outra.
- 2.19.146.** Enviar Lote RPS Síncrono: Esse serviço compreende a recepção do Lote de RPS. Quando efetuada a recepção, o lote será processado e deverão ser feitas as validações necessárias e geração das NFS-e.
- 2.19.147.** Enviar Lote RPS: Esse serviço compreende a recepção do Lote de RPS, a resposta com o número do protocolo gerado para esta transação e o processamento do lote. Quando efetuada a recepção, o Lote deverá entrar na fila para processamento posterior quando serão feitas as validações necessárias e geração das NFS-e.
- 2.19.148.** Geração de NFS-e: Esse serviço compreende a recepção do RPS. Quando efetuada a recepção, e deverão ser feitas as validações necessárias do RPS e geração das NFS-e.
- 2.19.149.** As mensagens de comunicações entre o módulo WEB SERVICE e o sistema ERP do contribuinte deverão utilizar o padrão internacional de assinatura digital OASIS Standard 200401.
- 2.19.150.** Toda a comunicação efetuada entre o módulo WEB SERVICE e o sistema ERP do contribuinte deverão ser armazenadas no banco de dados do município, para posterior auditoria, se necessário for.
- 2.19.151.** O WEB SERVICE deverá validar se o lote RPS foi enviado como homologação ou em produção, conforme definido no cadastro do prestador de serviço.
- 2.19.152.** Permitir realização de testes e integração das aplicações do contribuinte durante a fase de implementação e adequação do sistema de emissão de NFS-e, utilizando a solução WEB SERVICE a qual deverá ser no mesmo ambiente de produção ou homologação.
- 2.19.153.** Além da assinatura digital com Certificado Digital ICP-Brasil no modelo OASIS o WEB SERVICE deverá possuir senha de autenticação para cada prestador de serviços, a fim de evitar fraudes no acesso e geração de informações via WEB SERVICE.
- 2.19.154.** O software deverá conferir o login e senha no arquivo XML enviado pelo prestador de serviço, para qualquer comunicação entre o ERP e o WEB SERVICE rejeitando-a caso a autenticação seja rejeitada.
- 2.19.155.** O software deverá conferir a assinatura digital efetuada por meio de Certificado Digital - ICP Brasil, de todos os XML enviados pelos prestadores de serviço, por intermédio de integração, verificando sua validade e rejeitando caso a assinatura seja inválida conforme definido abaixo:
- 2.19.156.** Extrair a chave pública do certificado;
- 2.19.157.** Verificar o prazo de validade do certificado utilizado;
- 2.19.158.** Montar e validar a cadeia de confiança dos certificados validando também a LCR (Lista de Certificados Revogados) de cada certificado da cadeia;
- 2.19.159.** Garantir que o certificado utilizado é de um usuário final e não de uma Autoridade Certificadora;
- 2.19.160.** Validar a integridade de todas as LCR utilizadas pelo sistema;



- 2.19.161.** Prazo de validade de cada LCR utilizada (verificar data inicial e final).
- 2.19.162.** O Software deverá efetuar a assinatura de todas as NFS-e emitidas através de certificado digital - ICP Brasil, E-CNPJ do Município.
- 2.19.163.** Validar a estrutura do arquivo XML recepcionado, em conformidade com os códigos de erros estabelecidos no modelo da ABRASF 1.2 ou 2.03.
- 2.19.164.** O software deverá prever a troca de dados com o software de gestão tributária utilizada pelo Município conforme segue:
- 2.19.165.** Troca de dados quanto à atualização e inclusão de cadastros. O software deverá prever a atualização e/ou inclusão de dados de cadastros modificados e/ou incluídos.
- 2.19.166.** Troca de dados quanto à atualização e inclusão de débitos. O software deverá prever a atualização e/ou inclusão de dados de débitos modificados e/ou incluídos.
- 2.19.167.** A integração deverá ser feita via serviços, evitando a abertura de banco de dados para acesso direto externo a rede da contratante.

## **2.20. Portal de Acesso para Gestão Administrativa (ISS ADMIN);**

- 2.20.1.** Fornecimento de software para gerenciamento de atividades e rotinas inerentes ao controle, gestão e arrecadação do ISSQN pelo Departamento de Tributação e Fiscalização do Município em plataforma web;
- 2.20.2.** Permitir conferência de todos os dados informados pelos contribuintes durante a rotina de atualização cadastral, com opções para o fiscal municipal aceitar ou rejeitar os dados editados pelo contribuinte, disparando um e-mail para o mesmo, após ação do fiscal, contendo mensagem configurável.
- 2.20.3.** Permitir consultar as atualizações cadastrais utilizando no mínimo os seguintes filtros: CPF/CNPJ do contribuinte, Inscrição cadastral, CPF do requerente, razão social, situação da atualização cadastral, período da solicitação.
- 2.20.4.** Permitir imprimir relatório contendo os resultados da consulta de atualizações cadastrais.
- 2.20.5.** Permitir liberação ou bloqueio de acesso do contribuinte (empresa) às rotinas do software.
- 2.20.6.** Permitir liberação ou bloqueio de CNAE's adicionados na atualização cadastral.
- 2.20.7.** Permitir visualizar documentos .PDF anexados durante a atualização cadastral pelo contribuinte.
- 2.20.8.** Permitir consultar os usuários cadastros, pelos filtros: CPF Usuário, Nome Usuário, Situação Usuário, CNPJ Empresa vinculada ao usuário e Razão Social Empresa vinculada ao usuário.
- 2.20.9.** Permitir efetuar edições nos cadastros de usuários, tais como: e-mail e data de nascimento do usuário.
- 2.20.10.** Permitir visualizar e remover acesso do usuário consultado aos contribuintes (empresas).

- 2.20.11.** Permitir alterar a senha do contribuinte cadastrado pelo portal do contribuinte.
- 2.20.12.** Permitir bloquear o acesso de um usuário ao portal do contribuinte.
- 2.20.13.** Permitir cadastrar um grupo de documentos ou textos, que aparecerá na parte pública do sistema acessado pelo contribuinte.
- 2.20.14.** Permitir cadastrar um documento vinculado a um grupo de documento, para que seja acessível aos usuários, que poderão visualizar e baixar os documentos. Permitir cadastrar anexos de várias extensões, e adicionar URL's. Poderá manter histórico de versões do documento cadastrado.
- 2.20.15.** Permitir analisar as solicitações de cancelamento de NFS-e, mostrando o parecer do prestador e do tomador, visualizar o PDF da nota e permitir aceitar ou rejeitar o pedido. O sistema deverá enviar um e-mail ao contribuinte contendo o resultado da análise.
- 2.20.16.** Permitir analisar as solicitações de cancelamento de DMS, mostrando o parecer do prestador e do tomador, permitir aceitar ou rejeitar o pedido. O sistema deverá enviar um e-mail ao contribuinte contendo o resultado da análise.
- 2.20.17.** Permitir alterar o status de entrega da NFS-e.
- 2.20.18.** Permitir importar arquivo de candidatos eleitorais no padrão definido pelo TSE (Tribunal Superior Eleitoral). Gerar arquivo contendo os documentos fiscais emitidos para candidatos eleitorais para ser importado no software do TSE.
- 2.20.19.** Permitir efetuar a configuração de uma respectiva conta de e-mail institucional do municipal a qual o software deverá utilizar para comunicação automatizada com os contribuintes.
- 2.20.20.** Permitir utilizar as seguintes configurações para registrar o e-mail institucional: Nome, Endereço de E-mail, Nome de Usuário, Senha, Servidor de entrada de e-mails, Servidor de saída de e-mails, porta.
- 2.20.21.** Permitir configurar um modelo de e-mail padronizado para ser enviado aos contribuintes automaticamente no ato da emissão da NFS-e.
- 2.20.22.** Permitir configurar um modelo de e-mail padronizado para ser enviado aos contribuintes automaticamente no ato da substituição da NFS-e.
- 2.20.23.** Permitir configurar um modelo de e-mail padronizado para ser enviado aos contribuintes automaticamente no ato de cancelamento da NFS-e.
- 2.20.24.** Permitir configurar um modelo de e-mail padronizado para ser enviado aos contribuintes automaticamente na movimentação do cancelamento da NFS-e.
- 2.20.25.** Permitir configurar um modelo de e-mail padronizado para ser enviado aos contribuintes automaticamente no ato do cadastro do usuário contendo a senha de acesso ao portal.
- 2.20.26.** Permitir configurar um modelo de e-mail padronizado para ser enviado aos contribuintes automaticamente no ato da geração da senha para acesso ao WEB SERVICE.

- 2.20.27.** Permitir configurar datas e horários de atendimento ao contribuinte pelo setor de tributação municipal.
- 2.20.28.** Permitir executar rotina de virada de exercício.
- 2.20.29.** Permitir configurar diversos parâmetros de gerenciamento e gestão do ISSQN tais como: Nome prefeitura, Nome secretaria, Nome Departamento, Regra de local de incidência, dias limite para envio de RPS, dias limite para criação de NFS-e retroativa, percentual máximo de dedução e outros.
- 2.20.30.** Permitir configurar notas explicativas gerais que serão impressas nas cartas de correção eletrônicas CC-e.
- 2.20.31.** Permitir parametrizar o prazo para substituição de NFS-e, conversão de RPS pelo prestador de serviços.
- 2.20.32.** Permitir configurar as respectivas guias de recolhimentos com os tipos de declaração mensal de serviços, utilizadas no software de gestão tributária do município para fins de lançamento dos tributos.
- 2.20.33.** Permitir configurar datas de vencimentos das declarações mensais de serviços, por competência e por guia de recolhimento.
- 2.20.34.** Permitir cadastrar reduções, isenções ou imunidade para prestadores ou tomadores de serviço.
- 2.20.35.** Permitir informar a Legislação que institui o incentivo fiscal, isenção, imunidade ou outro benefício fiscal.
- 2.20.36.** Permitir informar o período de vigência do incentivo cadastrado no software.
- 2.20.37.** Permitir configurar reduções por percentual ou de alíquota da base de cálculo em um incentivo fiscal.
- 2.20.38.** Permitir identificar se o incentivo fiscal cadastrado é aplicado somente para o município a qual o prestador está domiciliado ou se o mesmo é válido para todos os municípios.
- 2.20.39.** Permitir cadastrar incentivo fiscal para uma obra específica através do seu número de registro no INSS como também pela ART.
- 2.20.40.** Permitir registrar um incentivo fiscal para um respectivo tomador de serviços.
- 2.20.41.** Permitir cadastrar modelos de relatórios personalizados que serão impressos pelas rotinas no sistema acessado pelo contribuinte.
- 2.20.42.** Permitir consultar, aprovar ou rejeitar as solicitações de RPS.
- 2.20.43.** Permitir configurar parâmetros de liberação automática de RPS quando X% já estiver usada.
- 2.20.44.** Possuir rotina para configurar o certificado digital da prefeitura diretamente por tela do sistema, permitindo também que seja atualizado a qualquer momento.
- 2.20.45.** Permitir que o usuário da gestão administrativa defira ou indefira as denúncias de não conversão de RPS em NFS-e, dando a possibilidade de consultar as denúncias

através de um filtro.

## **2.21. Sistema de Gestão de Fiscalização Fazendária e Posturas;**

- 2.21.1.** Gerenciar atividades e rotinas referente à gestão de processos dos departamentos de fiscalização do Município, tais como: Fiscalização Tributária, Fiscalização Sanitária, Fiscalização de Obras, Fiscalização de Postura, Fiscalização Ambiental entre outras, automatizando e otimizando processos de trabalho.
- 2.21.2.** Eliminar modelos de documentos emitidos pela Fiscalização Municipal de forma manual, objetivando automatizar e integrar os demais processos de trabalho da área administrativa e fiscal da contratante.
- 2.21.3.** Mapear e integrar os processos de trabalho, atividades e rotinas. A ferramenta deverá visar à eficiência, permitindo a racional utilização dos recursos humanos, financeiros e materiais.
- 2.21.4.** Permitir uma visão integrada das informações de forma a permitir ao gestor visualizar o processo administrativo como um todo e obter informações completas e consistentes para subsidiar a tomada de decisões.
- 2.21.5.** Controlar com eficiência, os prazos existentes nos processos administrativos da fiscalização municipal, tais como: prazo para recursos administrativos, autuações, notificações, entre outros.
- 2.21.6.** Integrar e consolidar as informações relevantes a fiscalização municipal, existentes nos softwares de gestão e controle utilizados pela Contratante.
- 2.21.7.** Permitir a customização da solução visando atender demandas específicas da contratante, tais como: modelos de notificações, autos de infração, PAT (Processo Administrativo Tributário), entre outros documentos utilizados pela fiscalização municipal.
- 2.21.8.** Garantir a segurança e qualidade da informação processada pelo software.
- 2.21.9.** O sistema deverá ser configurado para atender a todas as particularidades das legislações do Município.
- 2.21.10.** Todas as funcionalidades devem rodar em ambiente seguro e o acesso ao software deverá ser efetuado através do CPF do fiscal, com a mesma senha de acesso utilizada no sistema tributário do Município.
- 2.21.11.** Todas as funcionalidades do módulo deverão funcionar em ambiente WEB.
- 2.21.12.** A contratada deverá efetuar a conversão de todos os dados existentes para a solução contratada.
- 2.21.13.** Ser baseado no conceito de controle de transação, mantendo a integridade do banco de dados em quedas de energia e falhas de software ou hardware.
- 2.21.14.** Possuir controles de segurança dos usuários, que permitam acessos por funções e rotinas.
- 2.21.15.** Permitir senha criptografada para sistema, banco de dados e transmissão de dados, utilizando algoritmos de hash, tais como: MD5.

- 2.21.16.** Permitir a configuração de hierarquia dos departamentos de fiscalização;
- 2.21.17.** Permitir cadastrar todos os departamentos de fiscalização existentes no Município;
- 2.21.18.** Permitir que o cadastro dos departamentos de fiscalização faça a vinculação da hierarquia do mesmo;
- 2.21.19.** Permitir a vinculação dos usuários que terão acesso as informações do departamento;
- 2.21.20.** Não permitir o acesso de pessoas não autorizadas, a processos ao qual não seja o responsável;
- 2.21.21.** Permitir a abertura de processos administrativos fiscais para cada tipo de processo, pré configurado para respectiva rotina;
- 2.21.22.** Permitir configurar os atos respectivos para cada tipo de processo de fiscalização;
- 2.21.23.** Permitir cadastrar o fluxo para cada tipo de processo de fiscalização contendo todos os atos que pertence ao fluxo, tais como: termo de início de ação fiscal, notificação preliminar, autos de infração, entre outros;
- 2.21.24.** Permitir configurar cada ato do processo de fiscalização de forma dinâmica, conforme modelos usados pelo Município, com inserção dos devidos campos de cada ato diretamente pelo usuário do sistema sem intervenção de desenvolvimento;
- 2.21.25.** Permitir definir prazo no ato do processo, configurado pelo usuário no sistema.
- 2.21.26.** Permitir ativar ou inativar determinado ato configurado no processo, pelo usuário no sistema.
- 2.21.27.** Permitir configurar o ato para aceitar ou não documentos anexos, bem como definir o tipo de extensão do arquivo a ser anexado.
- 2.21.28.** Permitir configurar atos com ações específicas, por exemplo: Ato para Encerramento do Processo, Ato para Transferência de Processos, entre outros;
- 2.21.29.** Permitir a visualização do ato, para simples conferência independente de sua situação.
- 2.21.30.** Permitir o lançamento de autos de infração contendo multas variáveis que incidem sobre o tributo devido;
- 2.21.31.** Permitir o lançamento de auto de infração contendo multas prefixadas sobre o valor de referência do Município;
- 2.21.32.** O auto de infração, deverá permitir ao fiscal, identificar os artigos da legislação vigente, e calcular o valor das penalidades em moeda corrente, convertendo de unidades fiscais quando for o caso;
- 2.21.33.** Permitir o lançamento de auto de infração contendo multas aplicadas sobre reincidências de infração;
- 2.21.34.** Identificar se a multa/penalidade está ou não constituído/lançado no cadastro do contribuinte no sistema tributário municipal;

- 2.21.35.** Permitir o lançamento e constituição dos valores apurados de tributos como também as penalidades aplicadas em autos de infração diretamente no cadastro do contribuinte no sistema tributário do Município em tempo real;
- 2.21.36.** Permitir emitir pareceres de 1ª e 2ª instância diretamente no processo administrativo fiscal;
- 2.21.37.** Permitir a transferência do processo administrativo fiscal, de um fiscal para outro;
- 2.21.38.** Permitir o cancelamento de transferência do processo administrativo para outro fiscal;
- 2.21.39.** Permitir o acesso para todos os processos, caso o fiscal seja chefe do respectivo departamento de fiscalização;
- 2.21.40.** Permitir configurar assuntos do sistema de protocolo aos tipos de processos;
- 2.21.41.** Permitir anexar arquivos digitalizados referente a defesas e ou recursos do contribuinte, a processos administrativos;
- 2.21.42.** Permitir configurar guias de recolhimento para constituição dos débitos no Sistema de Tributação do Município, dos artigos das legislações cadastradas, que possuem previsão de penalidade.
- 2.21.43.** Permitir pesquisar os processos da fiscalização municipal cadastrados, através de no mínimo os seguintes filtros: número do processo, CPF/CNPJ, por fiscal, por situação
- 2.21.44.** Permitir emissão de relatório de processos da fiscalização municipal cadastrados, através de no mínimo os seguintes filtros: tipo de processo, situação, por fiscal, exercício.
- 2.21.45.** Permitir visualização do tempo em que o processo se encontra em análise com o fiscal responsável.
- 2.21.46.** Permitir alteração do período de fiscalização mesmo após a abertura do processo.
- 2.21.47.** Permitir a emissão de comunicação interna ou ordem de serviço com todos os dados necessários à abertura do processo administrativo fiscal;
- 2.21.48.** Permitir a reabertura do processo caso ele esteja encerrado;
- 2.21.49.** Não permitir a abertura de atos dentro de um processo, caso o mesmo esteja em transferência de um fiscal para outro.
- 2.21.50.** Permitir a inclusão de um processo de fiscalização, atrelado a um número de protocolo, bem como editar o número do protocolo já informado;
- 2.21.51.** Permitir fazer levantamento do movimento apresentado pela empresa e o movimento apurado pelo fiscal;
- 2.21.52.** O termo circunstanciado, deverá permitir registrar toda a fundamentação legal aplicada sobre o processo administrativo.
- 2.21.53.** Permitir a emissão de termos circunstanciados contendo mapa de apuração fiscal a qual identifica-se lançamento de diferenças de tributo apurado pela fiscalização, para emissão de autos de infração com aplicação de multa;

- 2.21.54.** Permitir a emissão de notificações para as empresas irregulares com a declaração, pagamento ou obrigações acessórias;
- 2.21.55.** Permitir identificar qual o regime fiscal da empresa para cada exercício no mapa de apuração;
- 2.21.56.** Permitir lançar as alíquotas e os anexos do simples nacional no mapa de apuração fiscal;
- 2.21.57.** O mapa de apuração fiscal deverá verificar automaticamente se existe crédito ou débito no levantamento para cada competência fiscalizada;
- 2.21.58.** Caso o mapa de apuração fiscal identifique créditos a serem restituídos ao contribuinte o mesmo deverá efetuar diretamente o abatimento nos períodos a qual exista débitos a serem pagos pelo mesmo;
- 2.21.59.** O mapa de apuração fiscal deverá permitir exportar em planilhas eletrônicas (Excel, Libre Oficce Calc, Br Oficce Calc), todas as informações fiscais, inerentes ao processo e prazo de fiscalização, para manipulação e ajustes pelo fiscal responsável;
- 2.21.60.** O mapa de apuração fiscal deverá permitir importar planilhas eletrônicas (Excel, LibreOficce Calc, BrOficce Calc) contendo informações fiscais, inerentes ao processo e prazo de fiscalização, considerando leiaute pré-definido;
- 2.21.61.** O mapa de apuração fiscal, deverá permitir o lançamento das seguintes receitas: notas fiscais emitidas, receitas de venda de mercadorias, outros tipos de receitas vinculadas a prestação de serviço e ao contribuinte fiscalizado;
- 2.21.62.** O mapa de apuração fiscal, deverá permitir identificar receitas não tributáveis, como também receitas provenientes de outras empresas do mesmo grupo econômico.
- 2.21.63.** Permitir carregar no mapa de apuração fiscal todos os documentos fiscais emitidos pelo contribuinte no sistema de NFS-e automaticamente para o período a ser fiscalizado;
- 2.21.64.** O mapa de apuração fiscal deverá permitir incluir, editar e remover os documentos fiscais vinculados ao processo de fiscalização;
- 2.21.65.** O mapa de apuração fiscal deverá permitir a visualização de forma consolidada, de todos os valores apurados no processo administrativo, contendo no mínimo: receita bruta, receitas de serviços, receita tributável, imposto devido, imposto recolhido, imposto retido, correção monetária e encargos pecuniários;
- 2.21.66.** Permitir a emissão de notificação de lançamento contendo os valores dos tributos identificados no mapa de apuração fiscal, não recolhidos pelo contribuinte;
- 2.21.67.** A notificação de lançamento deverá conter no mínimo:
  - 21.67.a.a)** Mês e ano de competência;
  - 21.67.a.b)** Vencimento original;
  - 21.67.a.c)** Valor original;
  - 21.67.a.d)** Multa;
  - 21.67.a.e)** Juros;
- 2.21.68.** Correção monetária;

- 2.21.69.** Identificar se o tributo da notificação de lançamento está ou não constituído/lançado no cadastro do contribuinte no sistema tributário municipal;
- 2.21.70.** Permitir fiscalizar as obras públicas e particulares, concluídas ou em andamento, abrangendo também demolições, terraplanagens, parcelamento do solo, colocação de tapumes, andaimes, telas, plataformas de proteção e as condições de segurança das edificações;
- 2.21.71.** Permitir fiscalizar o cumprimento do Código de Obras e Edificações, do Plano Diretor Participativo e da Lei Municipal de Parcelamento do Solo;
- 2.21.72.** Permitir emitir notificações, lavrar autos de infração e expedir multas aos infratores da legislação urbanística municipal;
- 2.21.73.** Permitir registrar informações/imagens da vistoria efetuada em campo, para a expedição de “Habite-se” das edificações novas ou reformadas;
- 2.21.74.** Permitir efetuar a fiscalização do ISSQN, incidente sobre os projetos de construção civil, para posterior emissão do habite-se;
- 2.21.75.** Permitir apurar o valor da construção civil, através do lançamento dos documentos fiscais fornecidos pelo contribuinte;
- 2.21.76.** Permitir apurar o valor da construção civil utilizando com base o CUB (Custo Unitário Base da Construção civil), segregando por: Mão de obra, materiais, equipamentos e despesas administrativas;
- 2.21.77.** Permitir ao fiscal escolher qual o tipo de cálculo será aplicado ao contribuinte pelo CUB (Custo Unitário Básico da Construção Civil) ou documentos apresentados;
- 2.21.78.** Permitir a configuração de um percentual limite para o fiscal aprovar uma determinada apuração em menor valor;
- 2.21.79.** Permitir o cadastro dos tipos de projeto utilizados pelo Sindicato da indústria da construção civil, que constitui o CUB (Custo Unitário Básico da Construção Civil), contendo no mínimo: padrão da edificação, tipo do projeto, sigla, descrição e nota técnica;
- 2.21.80.** Permitir o cadastro dos valores por tipo de projeto e competência do CUB (Custo Unitário Básico da Construção Civil), segregados por: valor da mão-de-obra, valor de materiais, despesas administrativas, equipamentos e outros;
- 2.21.81.** Permitir fiscalizar as obras públicas e particulares, concluídas ou em andamento, abrangendo também demolições, terraplanagens, parcelamento do solo, a colocação de tapumes, andaimes, telas, plataformas de proteção e as condições de segurança das edificações identificadas no georreferenciamento;
- 2.21.82.** Permitir validar automaticamente se os profissionais (engenheiros, arquitetos) ligados ao projeto de construção civil, objeto da fiscalização, possuem alguma pendência junto ao município, tais como: alvará de licença vencido, ISSQN não recolhido, entre outros;
- 2.21.83.** Permitir autorizar e fiscalizar o funcionamento de estabelecimentos comerciais, industriais, e prestadores de serviços entre outros;



- 2.21.84.** Permitir autorizar e fiscalizar propagandas, placas e anúncios nas áreas públicas e frontais aos imóveis;
- 2.21.85.** Permitir autorizar o funcionamento de eventos, shows, parques de diversões, circos, etc;
- 2.21.86.** Permitir configurar as disposições existentes no Código de Posturas Municipal;
- 2.21.87.** Permitir configurar os atos correspondentes ao processo de fiscalização de posturas municipais;
- 2.21.88.** Permitir anexar imagens registradas in loco;
- 2.21.89.** Permitir abrir o processo no sistema de fiscalização para análise da concessão das isenções a partir da solicitação no sistema de protocolo do Município;
- 2.21.90.** Permitir configurar os atos correspondentes ao processo de fiscalização das isenções Municipais;
- 2.21.91.** Permitir registrar o estudo social feito pela assistente social para concessão da isenção;
- 2.21.92.** Permitir integração com sistema de alvará online, no qual os laudos do alvará poderão abrir processos no sistema de fiscalização;
- 2.21.93.** Permitir configurar tipos de processos para diferentes tipos de laudos de vistorias;
- 2.21.94.** Permitir configurar os atos correspondentes as vistorias das quais dependem o alvará;
- 2.21.95.** Permitir trâmites em atos do sistema de fiscalização, registrando pareceres nos laudos do sistema de alvará online.
- 2.21.96.** Permitir visualizar os dados da solicitação do alvará, contendo dados do contribuinte, dados do imóvel, dados da construção e dados das atividades.
- 2.21.97.** O sistema deverá prever a troca de dados com os softwares do Município conforme segue:
- 2.21.98.** Troca de dados quanto à atualização e inclusão de cadastros. O sistema deverá prever a atualização e/ou inclusão de dados de cadastros modificados e/ou incluídos.
- 2.21.99.** Troca de dados quanto à atualização e inclusão de débitos. O sistema deverá prever a atualização e/ou inclusão de dados de débitos modificados e/ou incluídos.
- 2.21.100.** Troca de dados quanto à movimentação financeira. O sistema deverá prever a atualização e/ou inclusão de dados da movimentação financeira.
- 2.21.101.** Troca de dados quanto à emissão de documentos de recolhimento de débitos. O sistema deverá prever a troca de dados da emissão de documentos de recolhimento de débitos.
- 2.21.102.** Toda a integração deverá ser de forma on-line em tempo real.

**2.22. Sistema de Gestão da Emissão e controle do Alvará On-Line;**

- 2.22.1.** Permitir que pessoas físicas e jurídicas possam utilizar o sistema, sendo tratadas conforme o tipo de inscrição: Profissionais Liberais, Microempreendedores Individuais (MEI), ME, EPP e LTDA.
- 2.22.2.** Deverá utilizar captcha para maior segurança no login da aplicação.
- 2.22.3.** Possuir o cadastro online de usuários de modo que o mesmo possa acessar a aplicação e realizar os procedimentos necessários para a emissão de seu alvará.
- 2.22.4.** Permitir consulta prévia para identificar se a(s) atividade(s) desejada(s) (CBOs e CNAEs) para a abertura/alteração da empresa são permitidas no local indicado.
- 2.22.5.** Permitir realizar consultas e solicitações de alterações de alvará para os seguintes itens:
  - 22.5.a.a)** Mudança de endereço;
  - 22.5.a.b)** Mudança de área;
  - 22.5.a.c)** Inclusão de atividades;
  - 22.5.a.d)** Exclusão de atividades;
  - 22.5.a.e)** Inclusão e exclusão de sócios;
  - 22.5.a.f)** Mudança de razão social.
- 2.22.6.** Possuir integração com o sistema tributário municipal, de modo que sejam verificados débitos e pendências cadastrais personalizáveis como advertências e/ou bloqueios no término da consulta prévia e no início da solicitação do alvará.
- 2.22.7.** Realizar a emissão de débitos de laudos e de taxas mobiliárias conforme configurações do sistema tributário municipal com a emissão do boleto em tela.
- 2.22.8.** Permitir anexar os documentos necessários para emissão do alvará (Contrato Social, Autorização da Política Federal, CNP).
- 2.22.9.** Realizar a geração de recibos de consulta prévia e de solicitação, constando todos os dados e suas possíveis restrições e limitações, configurações por atividades e localização.
- 2.22.10.** Possuir opção de acompanhamento da solicitação através do número de recibo da solicitação do alvará em tempo real, a fim de acompanhar os trâmites da validação dos documentos e pareceres dos laudos gerados para a solicitação.
- 2.22.11.** Permitir realizar a emissão do documento de Alvará.
- 2.22.12.** Possuir a geração de laudos necessários para liberação do alvará conforme a configuração de atividade(s) e localização do imóvel, tais como: Bombeiro; Vigilância Sanitária; Ambiental e Postura.
- 2.22.13.** Permitir configuração, por grau de risco se a liberação do alvará depende da execução prévia dos laudos e da validação dos documentos ou não. Padronizado conforme o sistema federal REDESIM (Grau de risco Alto, Baixo ou Liberdade Econômica).
- 2.22.14.** Possuir integração com ferramentas de geoprocessamento, verificando restrições de zoneamentos e perímetros conforme atividades desempenhadas, como por

exemplo: bares próximos a escolas ou hospitais, transportadoras e fábricas de produtos químicos ou explosivos no centro da cidade, entre outras atividades conforme retorno da ferramenta de geoprocessamento.

- 2.22.15.** Exibir um mapa da localização do imóvel na consulta prévia no caso de integração com ferramentas de geoprocessamento.
- 2.22.16.** Permitir que o registro de pareceres para os laudos, sejam realizados diretamente pela aplicação, permitindo a concessão de permissões específicas para cada usuário e para cada tipo de laudo.
- 2.22.17.** Permitir a emissão da 2ª via das taxas com a realização dos possíveis cálculos de multas, juros e correções, caso o boleto original esteja vencido.
- 2.22.18.** Permitir adicionar ou remover um determinado tipo de laudo em uma solicitação.
- 2.22.19.** Possuir relatórios quantitativos de consultas prévias, solicitações e alvarás emitidos.
- 2.22.20.** Possuir relatório de controle de solicitações de renovações.
- 2.22.21.** Possuir relatório de laudos por situação e laudos vencidos.
- 2.22.22.** Permitir a configuração das atividades, definindo os seus laudos, eixos, zoneamentos, proibições, observações e exigências. Configuráveis por tipo de inscrição.
- 2.22.23.** Permitir o cadastro de observações dos laudos, configuráveis para serem exibidas ou não no documento do Alvará.
- 2.22.24.** Possuir cadastro de tipos de exigências.
- 2.22.25.** Possuir cadastro de observações.
- 2.22.26.** Permitir integração com o portal online do cidadão para autenticação de usuários, reutilizando os acessos já existentes para acessar o alvará on-line.
- 2.22.27.** Permitir emissão da dispensa da licença ambiental para as solicitações que tiverem CNAEs que não exijam laudos de meio ambiente, quando tipo de solicitação for inicial, mudança de endereço ou mudança de atividade.
- 2.22.28.** Possuir listagem de solicitações de dispensa da licença ambiental, com controle de data da emissão e solicitante.
- 2.22.29.** Permitir integração com o sistema Empresa Fácil (REDESIM), tornando o fluxo de consultas automático, contemplando integração com geoprocessamento, e transparente ao usuário durante a consulta prévia.
- 2.22.30.** Possuir relatório de solicitações REDESIM.
- 2.22.31.** Permitir o recebimento do retorno do processo da junta comercial, gerando automaticamente o registro mobiliário no sistema tributário, caso não haja restrições (ex. acessibilidade, certificado de conclusão de obra etc.).

- 2.22.32.** Permitir que sejam listadas as solicitações de registros mobiliários que tem restrições, onde seja possível liberar caso tenham sido atendidos os requerimentos das restrições.
- 2.22.33.** Permitir integração com o sistema Empresa Fácil (REDESIM) para emissão e envio do débito e do alvará, sendo este processo transparente ao usuário.
- 2.22.34.** Permitir que o contribuinte possa acompanhar a solicitação de alvará consultando pelo número do protocolo do sistema Empresa Fácil (REDESIM) ou número da solicitação ou número do cnpj da empresa.
- 2.22.35.** Permitir que seja solicitado a renovação de alvará de forma online pelo contribuinte quando a solicitação possuir algum laudo ou o alvará provisório.
- 2.22.36.** Permitir que seja possível adicionar exigência nos laudos e o contribuinte de forma online possa fazer o acompanhamento.
- 2.22.37.** Permitir gerar uma ordem de serviço no sistema de fiscalização pelo sistema de alvará, receber os dados do parecer do fiscal após a fiscalização e adicionar ao andamento do laudo do alvará via integração dos sistemas.
- 2.22.38.** Permitir a reimpressão do documento de alvará já existente no sistema tributário.
- 2.22.39.** Possuir função para que assim que todos os laudos forem liberados pelos respectivos setores ser disparado um e-mail avisando o contribuinte.
- 2.22.40.** Possuir função para que seja possível enviar exigências para o Empresa Fácil (REDESIM) e visualizar documentos anexos.
- 2.22.41.** Possuir função para que assim que todos os laudos forem liberados e antes de gerar o débito e o alvará o sistema verificar se todos os anexos foram validados.

## **2.23. Sistema de Gestão de Controle de Cemitério e Emissão de Taxas Funerárias;**

- 2.23.1.** Permitir consultas de sepultamentos aberta para os cidadãos, possibilitando que os mesmos realizem consultas sem a necessidade de um pré cadastro.
- 2.23.2.** Permitir consulta de débitos para os cidadãos, sem a necessidade de um pré cadastro.
- 2.23.3.** Deverá utilizar captcha para maior segurança no login da aplicação
- 2.23.4.** Permitir a integração com o sistema tributário do município, possibilitando:
- 2.23.5.** Reutilizar contribuintes já cadastrados;
- 2.23.6.** Realizar a emissão de bloqu岸tos de taxas e serviços do cemitério, permitindo informar a quantidade de dias para o primeiro vencimento das parcelas.
- 2.23.7.** Calcular juros, multas e correções para a re-emissão de boletos vencidos de acordo com as leis municipais;
- 2.23.8.** Prorrogar o vencimento dos débitos caso o vencimento não seja em dia útil.

- 2.23.9.** Reutilizar as empresas já cadastradas no módulo tributário para utilização nos serviços de terceiros.
- 2.23.10.** Reutilizar as guias e receitas do sistema tributário facilitando os fechamentos contábeis.
- 2.23.11.** Permitir realizar os seguintes cadastros auxiliares:
  - 23.11.a.a)** Funerária;
  - 23.11.a.b)** Locais de Falecimento;
  - 23.11.a.c)** Locais de Velório;
  - 23.11.a.d)** Locais de Sepultamento;
  - 23.11.a.e)** Religiões;
  - 23.11.a.f)** Causas de Morte;
  - 23.11.a.g)** Motoristas;
  - 23.11.a.h)** Veículos;
  - 23.11.a.i)** Coveiros;
  - 23.11.a.j)** Revestimentos.
- 2.23.12.** Permitir cadastro de prestadores de serviço que fazem reformas e construções, permitir reutilizar cadastros de empresas e autônomos do sistema tributário.
- 2.23.13.** Permitir a configuração de diversas partições para um mesmo cemitério.
- 2.23.14.** Permitir a criação de níveis hierárquicos das partições do cemitério, podendo ser configuradas em diversos níveis de diferentes partições para um determinado cemitério.
- 2.23.15.** Permitir a configuração de tipos de movimento, tais como: Sepultamentos, Exumações, Entrada e saída de restos mortais entre outras, possuindo parametrizações específicas de taxas e parcelamentos para cada uma delas.
- 2.23.16.** Permitir a configuração de geração de contratos, movimentações de sepultamentos e exumações, aluguéis de espaços funerários e lançamento de serviços sem custos, ou através de doações.
- 2.23.17.** Permitir o agrupamento de débitos (Contratos, Movimentos, Despesas avulsas e Serviços de Cemitério), de modo que não sejam gerados diversos bloquitos, podendo ser parcelado ou pagos em uma única parcela.
- 2.23.18.** Permitir o controle de Tipos de Contratos com as suas datas de validades e configurações de taxas/receitas, impressões personalizadas de relatórios, configurar se determinado tipo de contrato gera taxas anuais, configurar taxas anuais diferentes para cada tipo de contrato, permitir contratos perpétuos.
- 2.23.19.** Permitir o controle de mais de um cemitério com informações compartilhadas.
- 2.23.20.** Permitir o controle de serviços e taxas avulsas, tais como: serviços de construção, melhorias e reformas.
- 2.23.21.** Possibilitar a exigência da certidão de óbito para realizar um sepultamento.
- 2.23.22.** Possibilitar a exigência de informar a localização de origem quando realizadas

movimentações de retirada dos sepultados.

- 2.23.23.** Possibilitar a exigência de informar a localização de destino quando realizadas movimentações de entrada de sepultados.
- 2.23.24.** Permitir alterações de parâmetros de configuração do sistema via interface.
- 2.23.25.** Permitir bloqueio de serviços para prestadores com obras em atraso.
- 2.23.26.** Permitir vincular os revestimentos existentes no cemitério e as unidades de sepultamento, tanto no cadastro da unidade de sepultamento quanto nos serviços de reforma das sepulturas.
- 2.23.27.** Permitir o controle individualizado de contratos de unidades, não sendo necessário existir um sepultamento para firmar um contrato entre as partes e realizar a geração de débitos.
- 2.23.28.** Permitir o controle de ordens judiciais para exumação.
- 2.23.29.** Permitir o controle de 'gavetários' para unidades.
- 2.23.30.** Possibilitar a geração automática de serviços para determinadas movimentações.
- 2.23.31.** Possibilitar cancelamento automático dos contratos de determinada unidade de sepultamento caso seja um movimento de retirada de restos mortais.
- 2.23.32.** Permitir lançamentos de taxas anuais para determinados tipos de contrato, com taxas específicas, permitindo informar o vencimento da taxa.
- 2.23.33.** Possuir rotina para virada de exercício, reajustando os valores de cada taxa e vinculando com as respectivas guias do sistema tributário conforme era no exercício passado, e substituindo automaticamente nas taxas de contratos, movimentos, serviços e despesas avulsas.
- 2.23.34.** Permitir a emissão da declaração de óbito, contendo todas as informações exigidas pelos cartórios nacionais com o intuito de agilizar o processo de liberação do falecido para sepultamento e traslado caso a entidade seja uma central funerária.
- 2.23.35.** Possuir relatórios gerenciais, tais como:
  - 23.35.a.a)** Movimentos por período;
  - 23.35.a.b)** Contratos por período;
  - 23.35.a.c)** Débitos por período;
  - 23.35.a.d)** Receitas por período;
  - 23.35.a.e)** Serviços de cemitério.
  - 23.35.a.f)** Sepultados por período.
- 2.23.36.** Relatório quantitativo de movimentos
- 2.23.37.** Relatório das fichas funerais.
- 2.23.38.** Permitir consultar agendamentos de sepultamentos.
- 2.23.39.** Permitir consultar velórios e sepultamentos.

- 2.23.40.** Possibilitar consulta pública das informações de contato e endereço dos cemitérios cadastrados no sistema.

**2.24. Sistema de Gestão de Recursos Humanos (Folha de Pagamento, Medicina e Segurança do Trabalho, Avaliação de Desempenho e E-Social)**

- 2.24.1.** Permitir o cadastro do fluxo que a avaliação de desempenho e/ou estágio probatório deverá seguir através de processo online, pelo Portal do Servidor. No cadastro podem ser definidas todas as ações a serem tomadas pelo avaliador, como por exemplo a Resposta de um Questionário, Alteração de um Questionário já preenchido, concordar ou discordar com as respostas preenchidas em etapas anteriores e a Conferência de questionário.
- 2.24.2.** Permitir o cadastro de opções de respostas a serem utilizadas em questionários que serão disponibilizados de forma online, aos avaliadores. As respostas devem ser do tipo Pontos ou Percentual e ainda, devem obrigar que ao selecionar determinada opção, o avaliador tenha que descrever o motivo de sua escolha.
- 2.24.3.** Permitir o cadastro de Questionários que poderão ser aplicados de forma online, através do Portal do Servidor, de acordo com o fluxo pré-estabelecido pela entidade. Nele deverá ser possível criar perguntas que serão aplicadas, vincular as opções de resposta e informar os afastamentos que podem prorrogar ou perder direito a avaliação.
- 2.24.4.** Permitir o controle de estágio probatório de acordo com as regras de periodicidade da entidade, podendo criar períodos de avaliação dentro do mesmo parâmetro.
- 2.24.5.** Permitir que o período de Estágio Probatório seja ou não contabilizado para o Aquisitivo de Adicional por Tempo de Serviço do funcionário. Deverá também prorrogar, de acordo com as normas da entidade, o período do Estágio em casos de Nomeação em Cargo Comissionado.
- 2.24.6.** Permitir controle de funcionários que realizarão a avaliação através do regime.
- 2.24.7.** Permitir que seja possível inserir uma nova avaliação, que poderá ser respondida de forma online através do Portal do Servidor, com os parâmetros desejados pela entidade. Deverá carregar alguns dados de acordo com a avaliação selecionada, porém deverá permitir alterar dados da avaliação, como o Período Avaliado e as matrículas das sequências de acordo com o fluxo selecionado.
- 2.24.8.** Possuir Controle de Avaliações, onde deverá ser possível realizar ações como: Alteração de Data de Término da Avaliação, Bloqueio de Resposta, Alteração de Avaliador e Exclusão de Avaliador.
- 2.24.9.** Possibilitar consultar todas as ações relacionadas ao preenchimento do questionário, consultando informações, como por exemplo: Data / Hora em que a Avaliação foi Aberta, Respondida, enviada, entre outros.
- 2.24.10.** Possibilitar baixar os documentos enviados em Avaliações realizadas pelo Portal do Servidor.
- 2.24.11.** Permitir que sejam geradas pelo sistema Avaliações conforme configurado pela entidade, para serem respondidas através do Portal do Servidor, conforme questionário e fluxo cadastrados. Na geração o sistema deverá avisar o usuário se a

avaliação que está sendo gerada está no período correto ou se possui alguma perda de direito / prorrogação, de acordo com as deduções cadastradas no questionário.

- 2.24.12.** Permitir que sejam geradas movimentações de Progressão Funcional para Avaliações de Desempenho de acordo com a parametrização realizada pela entidade. Com isso, haverá reflexo automático no valor de salário a ser pago para o funcionário que possui direito a elevação.
- 2.24.13.** Permitir que seja possível realizar a Correlação entre Rubricas e Eventos cadastrados no sistema, de acordo com as tabelas do eSocial.
- 2.24.14.** Permitir que seja possível realizar a Correlação dos Tipos de Logradouros do sistema, de acordo com as tabelas do eSocial.
- 2.24.15.** Permitir a geração da Qualificação Cadastral de acordo com as normas exigidas pelo e-Social.
- 2.24.16.** Permitir a consulta da Qualificação Cadastral por meio de importação do arquivo de retorno disponibilizado pelo e-Social. Na consulta, o sistema deverá apontar qual a Inconsistência encontrada e a orientação para a correção. Deverá ser possível ainda emitir um relatório com as informações para consulta posterior.
- 2.24.17.** Permitir a geração dos Eventos para envio ao eSocial.
- 2.24.18.** Permitir que seja possível enviar os arquivos do eSocial, assinando-os digitalmente com Certificado Digital válido. Após o envio, o sistema deverá permitir consultar a situação desse arquivo e, se possuir erros, permitir o reenvio do arquivo. Também é possível consultar os dados do recibo do eSocial e o xml do arquivo enviado.
- 2.24.19.** Permitir o Cadastro dos Locais de Trabalho da entidade, relacionando os Postos de Trabalho vinculados. Deverá possível relacionar os Cargos aos Postos de Trabalho.
- 2.24.20.** Permitir o Cadastro de Junta Médica, informando qual o profissional responsável e profissionais que a compõe, bem como a Especialidade.
- 2.24.21.** Permitir o cadastro de Equipamentos de Proteção, controlando o estoque mínimo, validade, lotes comprados entre outras informações.
- 2.24.22.** Permitir que o cadastro do Equipamento de Proteção seja importado do módulo Almoxarifado.
- 2.24.23.** Permitir o cadastro de Extintores, com seus dados básicos e a informação do local onde o mesmo está instalado.
- 2.24.24.** Permitir a vinculação de Equipamentos de Proteção necessários para funcionários que ocupem determinado cargo.
- 2.24.25.** Permitir o controle de Registro de Imunização do Funcionário.
- 2.24.26.** Permitir o cadastro de Campanhas realizadas pela entidade, tanto de vacinação (onde devem ser controladas as datas de aplicação), quanto campanhas gerais. Deverá ser possível através de filtros disponíveis, filtrar as pessoas que irão participar dessa campanha.
- 2.24.27.** Permitir o registro de Visitas Técnicas realizadas por membros do setor de Segurança



e Medicina do Trabalho da entidade, informando o destino, motivo e profissionais que realizaram a visita.

- 2.24.28.** Permitir o controle geral da CIPA, controlando informações de Mandatos, Membros e Reuniões.
- 2.24.29.** Permitir o cadastro de Exames a serem realizados pelos funcionários. No cadastro, devem constar informações relacionadas ao Exame, bem como as obrigações que devem utilizá-lo (PPP, ASO, PCMSO, eSocial). Por fim, deverá permitir informar a preparação para o exame.
- 2.24.30.** Permitir o cadastro de resultados de exames realizados pelos funcionários, possibilitando anexar documentos.
- 2.24.31.** Permitir o cadastro e controle do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA).
- 2.24.32.** Permitir o cadastro e controle do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO).
- 2.24.33.** Permitir o cadastro de Atestados de Saúde Ocupacional, com integração total com o registro funcional do servidor, bem como o impacto em folha.
- 2.24.34.** Permitir movimentações de comunicação de acidente de trabalho.
- 2.24.35.** Permitir o controle de Atendimentos Médicos, possibilitando a geração de Encaminhamentos, Atestado Médico e Receita Médica.
- 2.24.36.** Permitir que sejam cadastrados Prontuários de Emergência. Os prontuários de emergência deverão ter registros de atendimentos realizados a pessoas que não possuem vínculo com a entidade mas, que por algum motivo, precisam de atendimento médico enquanto estão nas dependências do órgão. Dessa forma é possível realizar o registro desse atendimento.
- 2.24.37.** Permitir o controle de Perícia de Servidores, com integração com o módulo de recursos Humanos.
- 2.24.38.** Permitir a movimentação de Entrega, Devolução, Manutenção de Equipamentos de Proteção Individual aos colaboradores.
- 2.24.39.** Permitir que sejam cadastradas atividades de profissionais como: Psicólogos, Terapeutas Ocupacionais e Assistente Social, de acordo com a permissão de acesso do usuário.
- 2.24.40.** Possibilitar que a entidade consulte todos os dados referente a Saúde do Trabalhador, como por exemplo Ficha Clínica, Restrições Médicas, Atestados, Laudos, Imunizações, Perícias em de forma centralizada em uma única tela, mostrando todo o histórico de atendimentos do funcionário.
- 2.24.41.** Possuir rotina para cadastrar laudo médico, se foi deferido, indeferido ou deferido parcialmente.
- 2.24.42.** Realizar a emissão do PPP (Perfil Profissiográfico Previdenciário) conforme as informações já cadastradas no sistema.

- 2.24.43.** Possuir cadastro de restrição médica que permita informar o tipo de restrição (readequação ou reabilitação), o período, o médico e os CID's relacionados
- 2.24.44.** Permitir o cadastro de pessoas individual aos contratos funcionais.
- 2.24.45.** Possibilitar definir foto no cadastro de pessoa por meio de arquivo ou captura de imagem (webcam).
- 2.24.46.** Preservar históricos e datas das alterações de informações de endereços e bancos.
- 2.24.47.** Realizar validação nos números de CPF, CNPJ e PIS ao realizar novos cadastros de pessoas físicas ou jurídicas
- 2.24.48.** Realizar validação de campos obrigatórios no cadastro de pessoas para atender as informações para DIRF, RAIS, SEFIP, TCE.
- 2.24.49.** Permitir vinculação de Documentos digitalizados ao Cadastro de Pessoas, podendo ainda criar novos Tipos de Documentos.
- 2.24.50.** Permitir o cadastro de atos utilizados pela entidade em movimentações de pessoal, movimentações de cargo, etc. Para o cadastro do Ato, deve-se informar o tipo do ato (podendo ser criado pela entidade, com tabela de correlação ao TCE), qual a sua vigência e qual o veículo de publicação. Deverá ser possível anexar o documento relacionado ao ato cadastrado.
- 2.24.51.** Permitir a revogação de um ato e as movimentações vinculadas a ele, tornando-as sem efeito legal e mantendo o histórico.
- 2.24.52.** Permitir a realização da importação de diárias empenhadas pela contabilidade, direto para o sistema de Folha de pagamento, sem a necessidade de exportação e importação de arquivos.
- 2.24.53.** Permitir o cadastro de Processos Judiciais a serem utilizados no sistema, de acordo com as informações requeridas pelo eSocial.
- 2.24.54.** Possibilitar escolher quais lotações os usuários do sistema terão acesso às informações cadastrais e financeiras.
- 2.24.55.** Permitir integração total com o sistema de custos, possibilitando informar para Lotações, Classificações ou Local de Trabalho qual o alocador que deve ser utilizado para integração. Deverá possível ainda selecionar alocadores específicos para eventos ou para funcionários / estagiários.
- 2.24.56.** Possibilitar o cadastro do organograma de acordo com a estrutura existente na entidade.
- 2.24.57.** Permitir a alteração da estrutura do organograma, mantendo todo histórico anterior, mesmo que a mudança ocorra dentro de um mesmo exercício.
- 2.24.58.** Possibilitar incluir novas Lotações através de Fluxogramas.
- 2.24.59.** Possibilitar o cadastro de empresas jurídicas que possuem vínculo com a entidade (credores), com os eventos de desconto e informações de integração contábil. Dessa forma, os valores serão repassados automaticamente a conta vinculada em Integração junto ao sistema Contábil.

- 2.24.60.** Possibilitar o cadastro de Horários de Trabalho possíveis a serem realizados pelos funcionários. Em seu cadastro, deverá ser possível informar os horários de entrada e saída, bem como sua classificação (Fixo, Flexível, Livre, Revezamento, etc).
- 2.24.61.** Permitir o cadastro de Escalas de Trabalho mensais, de acordo com os dias a serem trabalhados pelos funcionários. Essa escala deverá ser utilizada em rotinas como Vale Transporte.
- 2.24.62.** Possibilitar o cadastro de Sindicâncias ou Inquéritos no sistema, com dados de Testemunhas, bem como de Fases do Processo. Possibilitar ainda Inserir Afastamento para o Funcionário através do cadastro.
- 2.24.63.** Permitir o Cadastro de Terceirizados vinculados à entidade, informando qual é o Período de Trabalho na entidade, qual a empresa responsável e o local onde são realizadas as atividades.
- 2.24.64.** Permitir o cadastro de Funções Gratificadas, com controle de vagas e definição das faixas de valores de acordo com as leis de plano de cargos e salários da entidade.
- 2.24.65.** Permitir o cadastro e vinculação de requisitos para o servidor assumir o cargo.
- 2.24.66.** Permitir o cadastro de cargos a serem utilizados pela entidade, com todos os seus dados básicos, tais como: Carga Horária, CBO, Quantidade de Vagas Totais e Situação.
- 2.24.67.** Possibilitar o controle de vagas disponíveis e ocupadas para todos os cargos da entidade, com a possibilidade de verificar os funcionários / estagiários que estão ocupando o cargo, sem a necessidade de emissão de relatórios.
- 2.24.68.** Possibilitar a configuração de períodos aquisitivos de férias e licença prêmio de acordo com cada cargo da entidade.
- 2.24.69.** Realizar a vinculação de faixas salariais junto ao cadastro de cargos, visando atender a legislação da entidade quanto ao plano de carreira.
- 2.24.70.** Possibilitar a realização de movimentações para cargos como a criação de vagas, extinção de vagas, criação de cargos, extinção de cargos, dentre todos os outros previstos pelos Tribunais de Contas, possibilitando ainda a vinculação do ato junto a essas movimentações.
- 2.24.71.** Permitir o controle de vagas por Lotação de Funcionário. Dessa forma, deverá ser possível indicar a quantidade de vagas (dentro do limite total de vagas do cargo) para cada lotação e realizar o bloqueio caso o limite seja atingido.
- 2.24.72.** Possibilitar informar quais eventos são obrigatórios para funcionários vinculados a um determinado cargo. Dessa forma, ao cadastrar um novo funcionário o evento deverá ser calculado automaticamente.
- 2.24.73.** Possibilitar informar quais eventos não podem ser calculados para funcionários vinculados a um determinado cargo. O sistema deverá bloquear o lançamento do evento caso haja exceção.
- 2.24.74.** Possibilitar o cadastro de Funções vinculadas a um determinado cargo.
- 2.24.75.** Possibilitar a indicação de relacionamento entre um ou mais cargos da entidade.

- 2.24.76.** Averbar serviço anterior e emissão de certidões de tempo de serviço e contribuição, atendendo as legislações e modelos vigentes.
- 2.24.77.** Permitir o cadastro de averbação de tempo de serviço anteriores, repassando automaticamente a progressão salarial.
- 2.24.78.** Possibilitar o cadastro do Plano de Cargos e Salários, de acordo com a legislação da entidade.
- 2.24.79.** Permitir reajuste nos valores do quadro salarial, repassando automaticamente aos servidores.
- 2.24.80.** Manter o Histórico de reajustes concedidos no Quadro Salarial.
- 2.24.81.** Permitir o cadastro de Incisos a serem utilizados no Controle Orçamentário da entidade, relacionando os cargos permitidos, a faixa salarial e a quantidade de vagas disponíveis.
- 2.24.82.** Permitir o Cadastro e Controle Histórico de tabelas relacionadas a Previdência (RGPS e RPPS), Salário Família, IRRF e Salário Mínimo.
- 2.24.83.** Permitir o cadastro de Bases a serem utilizadas no cálculo de eventos da folha de pagamento. Essas bases podem conter Eventos dentro dela (como um agrupador), Faixas Salariais ou então, Faixas criadas pela entidade. Quando utilizado a opção de Faixas de valores, deverá ser possível manter o histórico de valores conforme sua alteração.
- 2.24.84.** Permitir de forma visual e simples ao usuário a criação e controle de eventos que serão utilizados durante o cálculo da folha de pagamento dos servidores.
- 2.24.85.** Possibilitar a definição de Sinônimos de Eventos para cada classe de funcionário, evitando-se assim que sejam criados diversos eventos com a mesma função, apenas com nomenclatura diferente. Com isso, um único cadastro de evento pode ser demonstrado com diversas nomenclaturas no recibo de pagamento do servidor. Os Sinônimos devem impactar no cálculo da ficha financeira do servidor relacionado à classe.
- 2.24.86.** Possibilitar escolher as incidências dos eventos (Previdência, IRRF, Salário Família, FGTS, Patronal, etc) no próprio cadastro do evento, podendo ser escolhida pelo usuário final.
- 2.24.87.** Possibilitar a definição de Média dentro do evento, escolhendo para cada tipo de cálculo como o sistema deve realizar o cálculo.
- 2.24.88.** Possibilitar a definição de Regras de cálculo dos eventos, podendo escolher se o evento deve ou não ser calculado para uma determinada Classe, Funcionário, Cargo ou então, se houver concorrência com outro evento, que o mesmo não seja calculado.
- 2.24.89.** Permitir a criação de parâmetros que serão utilizados para a concessão de afastamentos diversos aos funcionários, de acordo com a legislação da entidade. Através desse cadastro, deverá ser possível informar o seu tipo, os códigos que serão levados a SEFIP, RAIS, TCE e eSocial.
- 2.24.90.** Permitir configurar a Dedução que cada parâmetro de afastamento terá nos mais

diversos benefícios que o funcionário venha a ter direito, como por exemplo Férias, Décimo Terceiro, Licença Prêmio, Vale Transporte, Vale Alimentação, entre outros.

- 2.24.91.** Permitir que sejam controlados afastamentos com carência. Dessa forma, caso o funcionário tenha excedido a quantidade limite de dias afastados no período informado, o sistema não deverá permitir o cadastro do afastamento.
- 2.24.92.** Possibilitar o Cadastro e Controle de Adicionais por Tempo de Serviço do funcionários. A parametrização pode ser realizada para Cargos, Funcionários e Gêneros (Masculino / Feminino) específicos.
- 2.24.93.** Possibilitar que o ATS seja concedido de forma proporcional. Dessa forma, para funcionários que possuem direito após o primeiro dia do mês, o sistema deverá calcular os dias referentes ao percentual antigo e, em outro evento, os dias referente ao percentual novo.
- 2.24.94.** Permitir a criação de fórmulas para o cálculo, contendo os operadores matemáticos (adição, subtração, multiplicação e divisão), sobre qualquer evento ou base de cálculo.
- 2.24.95.** Possibilitar a configuração de Fórmulas a serem utilizadas em cálculos do sistema através de Fluxograma.
- 2.24.96.** Permitir que sejam agrupados diversos eventos calculados na folha do funcionário em uma única verba a ser visualizada no Holerite.
- 2.24.97.** Possibilitar escrever regras de cálculo mais complexas, não suportadas pelas parametrizações do cadastro dos eventos ou fórmulas, a fim de automatizar também esses cálculos mais elaborados. Essa parametrização poderá ser realizada através de scripts de linguagem ou SQL existentes na aplicação, sem a necessidade de compilação de versão ou acesso em modo administrador.
- 2.24.98.** Permitir realizar o cadastro de concurso público, realizar a vinculação dos cargos oferecidos, todos os editais relativos ao processo, a lei, descritivos, recursos, prorrogações, critérios gerais e documentações necessárias.
- 2.24.99.** Possibilitar o cadastro de todos os candidatos, realizando ainda o controle dos aprovados, convocados e nomeados em seus respectivos concursos e editais para a devida prestação de contas aos órgãos competentes, mantendo ainda todo o histórico do processo de concurso público.
- 2.24.100.** Permitir cadastro de cursos, informando o nível e permitindo relacionar o cadastro de cursos superiores e técnicos com as tabelas padronizadas do MEC (Ministério da Educação)
- 2.24.101.** Permitir relacionar o cadastro de instituições promotoras de cursos com a tabela padronizada do MEC (Ministério da Educação).
- 2.24.102.** Permitir cadastrar turmas com período de realização de determinado curso, contendo informações de: carga horária, vagas, instituição promotora, instrutor, local do curso, conteúdo programático, pré-requisitos e público-alvo.
- 2.24.103.** Permitir relacionar servidores as turmas cadastradas, controlando pelo menos sua conclusão, aprovação e frequência no curso realizado

- 2.24.104.** Permitir lançar a frequência dos servidores inscritos na turma por meio do lançamento das presenças de forma que o usuário possa indicar as faltas do servidor.
- 2.24.105.** Permitir emitir uma ficha de chamada das turmas cadastradas para controlar manualmente a frequência dos servidores cadastrados no curso, onde seja disponibilizado um campo para marcar Falta ou Presença por hora/aula do curso.
- 2.24.106.** Permitir emitir uma ficha de assinaturas das turmas cadastradas para controlar a frequência dos servidores cadastrados no curso, onde seja disponibilizado um campo para cada servidor inscrito no curso assinar.
- 2.24.107.** Permitir relacionar uma imagem digitalizada de assinatura para utilizar na emissão do Certificado e/ou Certidão de participação de determinada turma de curso.
- 2.24.108.** Permitir a emissão de Certificado e/ou Certidão de participação no curso para os servidores aprovados/concluintes, de forma que sejam exibido no documento as informações do curso, os dados do funcionário (nome e RG) e um número de identificação/controle de emissão, permitir ainda personalizar o texto com as informações do curso que será emitido no documento.
- 2.24.109.** Permitir que a entidade crie e controle Benefícios concedidos a funcionários e/ou dependentes para pagamento em folha conforme desejar. O pagamento do benefício deverá ser realizado em mais de um tipo de folha, bem como será realizado o pagamento de acordo com Faixas cadastradas no sistema.
- 2.24.110.** Permitir que além das Faixas de Valores dos Benefícios criados, seja possível estipular um valor fixo a ser recebido caso o dependente vinculado ao funcionário seja Portador de Necessidades Especiais.
- 2.24.111.** Permitir que a entidade crie grupos de documentos pendentes de envio via Portal do Servidor. No grupo do documento, deverá ser possível vincular mais de um tipo de documento e informado para quais funcionários (ou grupos de funcionários) será gerado a pendência.
- 2.24.112.** Após o envio do documento pendente através do Portal do Servidor, deverá ser possível ainda que a entidade realize trâmites de conferência da documentação, podendo recusar e solicitar novamente o envio do documento.
- 2.24.113.** Possibilitar que ao cadastrar um funcionário, o sistema preencha dados do cadastro (como por exemplo, Previdência, Vínculo, Tipo de Remuneração, Dados para envio a SEFIP, etc) de acordo com a classe selecionada.
- 2.24.114.** Permitir que sejam selecionados pelo usuário somente cargos que estejam com a mesma definição da classe selecionada. Dessa forma, não deverá ser possível selecionar um cargo comissionado para um funcionário que está vinculado a uma classe de Efetivos, evitando-se erros durante o cadastro.
- 2.24.115.** Permitir que no momento do cadastro de um novo funcionário, o sistema verifique se o mesmo possui outras matrículas na entidade e avise o usuário, listando as matrículas para conferência. Dessa forma, deverá evita-se que sejam cadastrados mais de um contrato para o mesmo funcionário erroneamente.
- 2.24.116.** Permitir que no momento do cadastro de um novo funcionário, o sistema importe os dependentes que estão relacionados a outras matrículas que a pessoa já possua na

entidade, não necessitando realizar o cadastro novamente.

- 2.24.117.** Possibilitar além da Lotação do funcionário, vincular também o Local Físico em que o mesmo está vinculado. O Local Físico poderá ser vinculado em níveis, assim como o organograma da entidade.
- 2.24.118.** Possibilitar o cadastro de dependente como pessoa, vinculado ao cadastro de funcionário.
- 2.24.119.** Cadastrar dependentes com graus de parentescos pertinentes a folha, assim como o controle de baixas para dependência de salário família, imposto de renda e previdência realizadas automaticamente de acordo com as leis federais ou municipais.
- 2.24.120.** Permitir realizar cadastro dos beneficiários de pensão alimentícia, onde possam ser definidos diferentes parâmetros de acordo com cada tipo de sentença judicial, afim de realizar cálculos automatizados.
- 2.24.121.** Permitir consultar o Histórico de Pagamentos de Pensões Alimentícias ao Beneficiário.
- 2.24.122.** Permitir que sejam vinculadas incidências de eventos junto a matrícula do funcionário. Dessa forma, mesmo que o evento esteja configurado para incidir algum imposto, caso seja necessário a entidade poderá retirar a incidência para uma matrícula específica.
- 2.24.123.** Permitir controlar a escolaridade do servidor, incluindo todos os cursos realizados, indicando no mínimo carga horária, data início e final, instituição de ensino e situação do curso.
- 2.24.124.** Permitir registrar servidores residentes/domiciliados no exterior, informando os respectivos campos em relação à receita e tributação.
- 2.24.125.** Permitir o cadastro de Previdências adicionais utilizadas pela entidade para o mesmo funcionário, informando qual a Pessoa Jurídica responsável, bem como dados do vínculo previdenciário.
- 2.24.126.** Permitir que sejam informados no cadastro do funcionário o Horário de Trabalho por Local. Deverá ser possível dia a dia informar qual o local e qual o horário que o funcionário está trabalhando, facilitando assim o controle para a entidade.
- 2.24.127.** Permitir o cadastro de obras com os dados da pessoa jurídica responsável pela obra. Após o cadastro, deverá ser possível ainda vincular quais funcionários estão prestando serviços para a obra cadastrada.
- 2.24.128.** Permitir o cadastro e controle de movimentações diversas, tais como:
  - 24.128.a.a)** Substituições;
  - 24.128.a.b)** Concessões de aposentadorias;
  - 24.128.a.c)** Concessões de pensões;
  - 24.128.a.d)** Revisões;
  - 24.128.a.e)** Nomeações de servidores efetivos concursados;
  - 24.128.a.f)** Comissionados;
  - 24.128.a.g)** Averbação de tempo de serviço;
  - 24.128.a.h)** Concessão de abono permanência;

- 24.128.a.i)** Licenças médicas;
  - 24.128.a.j)** Isenções de previdência;
  - 24.128.a.k)** Isenção de imposto de renda.
  - 24.128.a.l)** Assegurar Licença Prêmio.
- 
- 2.24.129.** Controlar histórico das nomeações de cargo em comissão e funções gratificadas para servidores efetivos, assim como a realização do controle de vagas ocupadas durante as nomeações.
  - 2.24.130.** Possibilitar inserir descrições automáticas nas movimentações de funcionários, permitindo mesclar entre textos pré-definidos e dados preenchidos na movimentação.
  - 2.24.131.** Permitir criar movimentações específicas da entidade com Sinônimos, controlando o período da movimentação e seu objetivo.
  - 2.24.132.** Realizar o controle de servidores cedidos vindos de outras entidades e cedidos para outras entidades com e sem ônus.
  - 2.24.133.** Controlar saldo de férias referente a períodos aquisitivos em aberto, controlar férias vencidas e a vencer e ainda possibilitar a geração de listagens que forneçam posições atuais e futuras de todos os servidores.
  - 2.24.134.** Possibilitar realizar o cálculo do adiantamento de 13.º Salário e Férias no mês de aniversário do servidor automaticamente.
  - 2.24.135.** Permitir a geração de documentos específicos através de Movimentações cadastradas, tais como Atos, Portarias.
  - 2.24.136.** Emitir aviso de que a competência de pagamento das férias é diferente da competência de gozo, no momento do cadastro das Férias.
  - 2.24.137.** Possibilitar o bloqueio de lançamento de Férias caso o período aquisitivo do funcionário não esteja completo.
  - 2.24.138.** Possibilitar que seja cadastrada automaticamente pelo sistema a movimentação de rescisão de funcionários prazo determinado na competência de término do contrato.
  - 2.24.139.** Possibilitar que sejam alteradas movimentações de pessoal através de uma movimentação específica de alteração, que irá tornar sem efeito a movimentação selecionada e permitir que seja cadastrado uma nova movimentação do mesmo tipo da movimentação original, mantendo o histórico na ficha de registro do funcionário.
  - 2.24.140.** Realizar o controle dos contratos por prazos determinados, emitindo ocorrências aos usuários do sistema quando do término do contrato.
  - 2.24.141.** Possibilitar a entidade utilizar o controle de Assegura de Licença Prêmio, fazendo com que só seja possível conceder a Licença caso o funcionário possua movimentação assegurando que o período aquisitivo foi concedido.
  - 2.24.142.** Permitir o cadastro de tabela de plantões diversos, individualizados por valores ou regras específicas da legislação da entidade.
  - 2.24.143.** Permitir o controle de autônomos individualmente, além do controle automático de desconto previdenciário, imposto de renda e imposto sobre serviços prestados, tal



qual a emissão da RPA e geração dos dados junto a DIRF e SEFIP.

- 2.24.144.** Permitir o Controle Orçamentário de determinada lotação, de acordo com o Inciso vinculado. Não deverá ser possível cadastrar funcionários que não estejam nos cargos / faixas relacionados ao inciso da lotação, bem como não é possível cadastrar funcionários se não houver vagas disponíveis.
- 2.24.145.** O Controle Orçamentário deverá ser utilizado apenas para Cargos Comissionados ou então, todos os tipos de cargos vinculados a Lotação.
- 2.24.146.** Possibilitar a cópia de funcionários demitidos, gerando nova matrícula com os dados já cadastrados. A operação deverá ser realizada por funcionário ou em lote.
- 2.24.147.** Permitir que seja vinculados, em lote, a Carga Horária Mensal que o funcionário horista trabalhou na entidade. Deverá ser importada via arquivo em layout específico do sistema e deverá gerar impacto direto na folha de pagamento do funcionário.
- 2.24.148.** Permitir o Cadastro e Controle de Descontos Judiciais vinculados aos funcionários da entidade. Deverá ser cadastrado como um percentual específico sobre uma base definida no processo, ou então, um valor específico. Deverá controlar a quantidade de parcelas ou então, o Saldo devedor automaticamente.
- 2.24.149.** Realizar validações ao inserir lançamentos para funcionários efetivos que são nomeados em Cargos de Comissão ou Função Gratificada.
- 2.24.150.** Permitir lançamentos de verbas de proventos ou descontos de forma temporária, definitiva ou mensal, possibilitando ainda lançamentos proporcionais e futuros (agendados).
- 2.24.151.** Permitir o lançamento de folhas complementares diversas dentro da mesma competência e para um mesmo funcionário, onde o sistema deverá controlar o histórico funcional e as datas de pagamentos realizadas para cada uma dessas folhas.
- 2.24.152.** Permitir o lançamento de verbas de proventos ou descontos em lotes, escolhendo qual classe, cargo, matrículas ou lotações lançar.
- 2.24.153.** Demonstrar na emissão do holerite a parcela atual dos empréstimos de consignados do servidor.
- 2.24.154.** Permitir importação mensal de consignados através de arquivos disponibilizados por terceiros.
- 2.24.155.** Controlar os empréstimos consignados desde seu início até o final do contrato e ainda definir regras de cálculos específicas, e permitir suspensões temporárias ou definitivas dos mesmos.
- 2.24.156.** Realizar controles de plano de saúde, benefícios com auxílio alimentação e vale Transporte, seguro de vida, associações e sindicatos.
- 2.24.157.** Possibilitar que sejam cadastradas informações referentes a compensação da Guia de Previdência Social, bem como a geração dos valores no arquivo enviado à SEFIP.
- 2.24.158.** Possibilitar o cadastro de valores referentes à Receita de Eventos Desportivos, Produção Rural e Valores Devidos a Cooperativas de Trabalho.

- 2.24.159.** Permitir o cadastro de Estagiários vinculados a entidade, contendo no mínimo os seguintes dados: Agente de Integração, Código do Agente, Número do Contrato, Instituição de Ensino, Curso, Nível Estágio, Coordenador de Estágio, Períodos de Estágio.
- 2.24.160.** Permitir o controle de Recesso de Estagiários e o desconto ou pagamento de saldos em caso de rescisão.
- 2.24.161.** Permitir o cadastro de Calendário de Provas dos estagiários, inserindo automaticamente o afastamento justificado para o período de realização das provas.
- 2.24.162.** Permitir que sejam realizados lançamentos diversos para serem pagos ao Estagiário.
- 2.24.163.** Permitir Integração de valores calculados de estagiários com o Sistema Contábil.
- 2.24.164.** Permitir a apuração de valores devidos de Vale Transporte ao Estagiário, de acordo com os dias trabalhados e dias em faltas na competência. Após a apuração, o sistema deverá efetuar um lançamento automaticamente para cálculo e pagamento do valor devido ao estagiário.
- 2.24.165.** Possibilitar que a entidade cadastre os crachás, bem como os horários permitidos de acesso para determinada pessoa. O crachá deverá ser gerado e impresso pelo sistema.
- 2.24.166.** Permitir a geração automática de redutor de remuneração de acordo com o teto definido pela entidade.
- 2.24.167.** Possibilitar que o Redutor Constitucional seja calculado em um evento único de desconto, onde é retido o valor que ultrapassou o teto do maior salário da entidade ou então, dentro do próprio evento calculado. Quando utilizado a opção dentro do próprio evento, é possível ainda emitir relatório com o valor original e valor descontado de cada evento para o funcionário.
- 2.24.168.** Realizar cálculos simulados para análise de impactos de reajustes, onde possa filtrar matrículas, cargos, classes e lotações, deverá possibilitar ainda a emissão de relatórios de resumo de folha e folha de Pagamento, sem a interferência no processo de folha normal.
- 2.24.169.** Realizar simulações de cálculos de rescisões, férias coletivas, adiantamento e 13.º salário final, possibilitando ainda a emissão de relatórios dos resultados.
- 2.24.170.** Realizar apuração de diferenças de valores que o servidor possui relacionados a reajustes retroativos.
- 2.24.171.** Realizar o cálculo dos valores e bases de cálculos de encargos patronais, como aporte, patronal, FGTS.
- 2.24.172.** Demonstrar bases de cálculos de cada verba existente na ficha financeira do servidor.
- 2.24.173.** Permitir visualizar a incidência dos eventos que impactam em Previdência, IRRF, FGTS, patronal etc. ao consultar o holerite do servidor, sem a necessidade de emissão de relatórios ou abrir o cadastro de eventos, facilitando assim a conferência dos valores calculados.

- 2.24.174.** Possibilitar consultas da ficha financeira por períodos, tipos de folhas, cargos, eventos, organograma e matrículas. Permitir ainda realizar exportação dos resultados da consulta para planilhas de cálculos.
- 2.24.175.** Permitir emissão de relatório de médias sobre cálculos de férias, rescisões e 13º salário.
- 2.24.176.** Permitir a consulta de Históricos de Cálculos realizados pelo sistema, exibindo os filtros utilizados, bem como os dados de quem executou o cálculo.
- 2.24.177.** Possibilitar calcular todos os tipos de folha em uma única tela, possibilitando a opção de filtros com diversos campos existentes no cadastro de servidor.
- 2.24.178.** Controlar o cálculo do INSS e do IR dos servidores que acumulam dois cargos, para o correto enquadramento na faixa de cálculo e no teto previdenciário.
- 2.24.179.** Permitir informar valores de IR ou base de cálculo de IR e valores de previdência ou base de cálculo de previdência já apurados em outras empresas para compor o cálculo da folha de pagamento, visando o correto enquadramento nas faixas de desconto dos impostos.
- 2.24.180.** Permitir o cálculo automático da diferença entre um cargo comissionado e um cargo efetivo quando um efetivo assume a vaga
- 2.24.181.** Permitir a geração automática do complemento de salário-mínimo vigente para servidores com salários inferiores.
- 2.24.182.** Permitir consultar a Memória após a realização do cálculo, onde deverá ser listado pelo sistema como foram calculados os eventos da ficha do servidor.
- 2.24.183.** Gerar arquivos para DIRF e RAIS sem a necessidade de “intervenção manual” em banco de dados.
- 2.24.184.** Permitir o lançamento de proventos/descontos recebidos acumuladamente pelos servidores, contendo número do processo e período de referência, para posterior geração no arquivo da DIRF.
- 2.24.185.** Permitir a geração de dados para as prestações de contas governamentais de âmbito federal, estadual e municipal, tais como SEFIP, CAGED e SIPREV.
- 2.24.186.** Permitir a geração de dados para prestações de contas junto ao Tribunal de Contas do Estado.
- 2.24.187.** Permitir que seja possível verificar no momento de gerar a SEFIP os valores que serão gerados e que sejam listados os funcionários que apresentam alguma diferença entre o valor calculado pelo sistema e o valor que deveria ser carregado a SEFIP. Essa listagem deverá ser exportada para planilha para facilitar a conferência da entidade.
- 2.24.188.** Possibilitar a importação dos resultados de fechamento de sistema de relógio ponto, de acordo com layout pré-definido.
- 2.24.189.** Permitir a geração de layouts diversos para integração entre sistemas de terceiros, conforme necessidade da entidade.

- 2.24.190.** Permitir a geração de planilhas para preenchimento manual de lançamentos de funcionários, bem como a sua importação, inserindo o valor correspondente para cada funcionário automaticamente.
- 2.24.191.** Permitir a importação do arquivo do SISOB Sistema de Controle de Óbitos. Ao final da importação, caso exista funcionário vinculado no arquivo, deverá ser gerado um relatório de inconsistência indicando os dados do servidor.
- 2.24.192.** Permitir a geração de arquivos para crédito em conta corrente da rede bancária, emitindo relação dos créditos contendo matrícula, nome, conta corrente e valor a ser creditado.
- 2.24.193.** Possibilitar o cadastro e controle de Pagamentos realizados de forma parcial pela entidade. Pela rotina deverá ser possível determinar como será realizado o pagamento (Percentual, Valor Específico) e controlar os valores que foram pagos e o valor restante.
- 2.24.194.** Permitir a realização da progressão funcional automática, obedecendo critérios de avaliação de desempenho, tempo de serviço e titulação. Gerar também o ato legal referente a Concessão da Progressão, vinculando automaticamente na movimentação ocorrida.
- 2.24.195.** Permitir a integração total dos sistemas de folha e contabilidade realizando os empenhos de maneira dinâmica, sem a necessidade de gerações e importações de arquivos.
- 2.24.196.** Permitir a importação do saldo de vale transporte, controlar os cartões de vale transportes, controlar a integração entre linhas, manter histórico de valores das passagens e seus tipos, opção de carga complementar sob os saldos de vales, assim como geração da compra através de layouts disponibilizados pela empresa de transporte.
- 2.24.197.** Possibilitar efetuar simulações de Aposentadoria dos funcionários vinculados à entidade, exibindo um resumo de apuração com as principais informações de Tempo de Cargo, Tempo de Serviço Público, Tempo de Carreira e Tempo de Contribuição.
- 2.24.198.** Possibilitar que sejam verificadas nas principais legislações utilizadas para Aposentadoria se o funcionário possui direito ou não e, se não, o que falta para atingir o direito.
- 2.24.199.** Possibilitar ainda que sejam criadas regras específicas de acordo com a necessidade da entidade para apuração de direito a Aposentadoria.
- 2.24.200.** Possibilitar a emissão de Certidões de Aposentadoria de forma simulada ou de forma definitiva.
- 2.24.201.** Possibilitar a execução da provisão mensal da folha de pagamento dos funcionários, apurando valores referente à Licença Prêmio, 13º Salário e Férias.
- 2.24.202.** Possuir tela de consulta dos valores provisionados e os valores desincorporados por competência, para cada funcionário. Permitir ainda a integração dos valores provisionados com o módulo de Contabilidade.
- 2.24.203.** Possibilitar que a entidade possa prever o custo com a admissão de determinado funcionário, onde serão listados valores de Vencimentos, Férias, Décimo Terceiro e

Encargos de acordo com parametrizações realizadas pela entidade.

- 2.24.204.** Permitir alterações, inclusões e exclusões, bem como o estorno de cada rotina, gravando logs dos processos.
- 2.24.205.** Apresentar ocorrências diversas na abertura de competência e processamentos de cálculos, tais como férias a vencer, términos de afastamentos, términos de contratos de prazos determinados, retorno de férias, final de estágios probatórios, dentre outros conforme as necessidades da entidade e legislações.
- 2.24.206.** Disponibilizar tecla de atalho para pesquisa de telas do sistema para acesso e ainda permitir definir acesso aos favoritos.
- 2.24.207.** Possibilitar o bloqueio de acesso ao sistema de um funcionário que encontra-se em Férias, Demitido, Afastado ou Fora do Horário de Trabalho.
- 2.24.208.** Possibilitar que a entidade conceda permissões de acesso por usuário ou por grupos de usuário.
- 2.24.209.** Permitir salvar relatórios como favoritos, possibilitando acesso rápido ao mesmo de acordo com a necessidade do usuário.
- 2.24.210.** Permitir a criação de relatórios ou documentos específicos através de uma ferramenta de simples interface que possa ser operada por qualquer usuário.
- 2.24.211.** Permitir emissão de Memorando automático de Férias, lembrando os funcionários que há férias vencidas e a vencer.
- 2.24.212.** Permitir emissão de aviso e recibo de férias.
- 2.24.213.** Possibilitar emissão de termos de exonerações e/ou rescisões conforme legislação vigente.
- 2.24.214.** Gerar relatório gráfico que demonstra a evolução de verbas por período definido, tanto para proventos, quanto para descontos.
- 2.24.215.** Permitir emissão de ficha de registro que emita toda a vida funcional do servidor.
- 2.24.216.** Possibilitar a gravação de filtros para emissão de relatórios.
- 2.24.217.** Definir nomes e cargos para emissão de campos de assinaturas em relatórios.
- 2.24.218.** Permitir visualizar os relatórios antes de enviar para impressão.
- 2.24.219.** Os relatórios deverão dispor da opção de exportação para formatos como PDF, documento de texto ou planilhas de cálculos.
- 2.24.220.** Permitir que todos os relatórios gerados no sistema sejam gravados no banco de dados, permitindo a sua emissão futura através do código de emissão.
- 2.24.221.** Emitir Certidão de Tempo de Serviço, Certidão de Tempo de Serviço Consolidada (incluindo todos os vínculos do servidor com a entidade) e Certidão de Tempo de Serviço para fins de aposentadoria.
- 2.24.222.** Emitir a Certidão de Tempo de Contribuição, conforme layout exigido pelo INSS.
- 2.24.223.** Permitir a emissão do comprovante de rendimentos para servidores com retenção

de imposto de renda na fonte e para aqueles que não tiveram retenção

- 2.24.224.** Permitir que para a emissão do comprovante de rendimentos, seja realizada a importação do arquivo “.dec” gerado pela DIRF, após a transmissão de envio, para o sistema, garantindo que os valores emitidos pelos relatórios do sistema estão de acordo com os valores da DIRF, mesmo que existam alterações realizadas no PGD DIRF.
  - 2.24.225.** Realizar exportação de arquivo para Avaliação Atuarial no padrão CADPREV do Ministério da Previdência
  - 2.24.226.** Permitir a geração de relatório com as informações de quais servidores possuem dois contratos.
  - 2.24.227.** Possuir relatórios gráficos que permitam verificar a evolução da folha de pagamento nos últimos anos e nos últimos meses, exibindo total bruto, total de descontos e total líquido.
  - 2.24.228.** Possuir relatórios gráficos que permitam verificar os gastos com horas extras, gratificações, insalubridade, etc. por secretaria, devendo possibilitar configurar quais verbas irão compor os indicadores do gráfico
  - 2.24.229.** Possuir relatórios gráficos que permitam identificar o perfil do quadro de funcionários, contendo percentual de funcionários por escolaridade, sexo, cargo, estado civil, entre outros.
- 2.25. Portal do Servidor Municipal;**
- 2.25.1.** Permitir a emissão de Holerites, podendo utilizar o modelo personalizado pela entidade.
  - 2.25.2.** Permitir o agrupamento ou não de diversos tipos de folhas em um holerite de uma determinada competência. Ex: Folha Normal + Folha Férias.
  - 2.25.3.** Permitir o acesso de servidores e estagiários (Ativos/Demitidos), possibilitando a seleção de matrículas e contratos ativos ou não.
  - 2.25.4.** Permitir liberação de acesso a servidores demitidos apenas na competência de sua demissão. Permitir realizar o login utilizando o CPF, a matrícula do servidor ou login LDAP.
  - 2.25.5.** Permitir a configuração de diferentes critérios para que o servidor realize o seu primeiro acesso no Portal sendo eles: RG, Data de Nascimento e Senha aleatória gerada através da impressão do holerite pelo sistema de Recursos Humanos.
  - 2.25.6.** Exigir a alteração de senha após realizar o primeiro acesso ou a redefinição de senha.
  - 2.25.7.** Possuir opção de 'Esqueci a minha senha' encaminhando um e-mail para o servidor redefinir a mesma.
  - 2.25.8.** Utilizar captcha para maior segurança no login da aplicação. Permitir a alteração de senha e e-mail pelo próprio usuário.
  - 2.25.9.** Possuir configuração de exibição de holerites para os servidores após o fechamento do cálculo da folha de pagamento ou da liberação manual através do Portal,

individualizado por tipo de cálculo

- 2.25.10.** Permitir a emissão do comprovante de rendimentos, utilizado para a declaração do imposto de renda, com possibilidade de importação de arquivo gerado pela DIRF.
- 2.25.11.** Possuir área do 'Administrador', onde deverá ser possível realizar a alteração de senha de servidores, emissão de holerites e comprovantes de rendimentos dos mesmos.
- 2.25.12.** Exibir notificações na página inicial do servidor tais como: Férias vencidas, documentos pendentes e licença prêmio vencidas.
- 2.25.13.** Possuir consulta de consignados (Ativos ou Inativos) exibindo a margem de consignação disponível. Permitir a emissão da ficha financeira anual.
- 2.25.14.** Permitir a emissão da ficha de registro do servidor, possibilitando a seleção de diversos modelos.
- 2.25.15.** Possuir opção de cadastramento/atualização cadastral de servidores com a geração de requisição para validação dos dados pelo departamento de Recursos Humanos.
- 2.25.16.** Permitir que o servidor realize requisições de férias, licença prêmio, licença sem vencimentos, certidão de tempo de serviço entre outras movimentações, possibilitando que o mesmo acompanhe os trâmites realizados pelo departamento de pessoal no sistema de folha de pagamento.
- 2.25.17.** Permitir o envio de mensagens, podendo ser exibidas no holerite e na página inicial com a definição de duração de exibição.
- 2.25.18.** Permitir o envio de documentos diversos tais como: RG, CPF, Certidão de Nascimento e Casamento, Comprovante de endereço, Exames médicos e periódicos, Título de eleitor entre outros configuráveis pelo sistema de folha de pagamento.
- 2.25.19.** Permitir o controle de expiração de senhas por período determinado ou por quantidade de tentativas de acesso.
- 2.25.20.** Permitir realizar o anexo de documentos de modo que fiquem disponíveis aos servidores.
- 2.25.21.** Possibilitar a emissão da Projeção de Aposentadoria, onde deverão ser listadas informações como o tempo trabalhado pelo funcionário e quais as regras que o mesmo pode requerer aposentadoria.
- 2.25.22.** Possibilitar que o superior imediato autorize ou não uma requisição realizada por seu subordinado. Possibilitar a emissão de Certificados de Participação em cursos realizados pela entidade.
- 2.25.23.** Permitir ao superior imediato responder aos questionários de avaliação de desempenho e estágio probatório de seus subordinados.
- 2.25.24.** Permitir que o superior imediato consulte dados funcionais de seus subordinados.
- 2.25.25.** Permitir que o superior imediato realize requisições de seus subordinados, como troca de lotação, solicitação de exoneração, solicitação de nomeações, entre outras.

- 2.25.26. Permitir personalizar a tela de acesso da aplicação, inserindo conteúdo de outras páginas.
- 2.25.27. Possuir tela de parametrizações, possibilitando o administrador personalizar a aplicação, ativando ou não determinadas funcionalidades.
- 2.25.28. Permitir a emissão da Certidão de Contribuição Previdenciária, onde são listados os valores referentes a base de cálculo de contribuição e o valor recolhido.
- 2.25.29. Exibir em uma única tela a vida funcional do servidor, contendo os seus dados funcionais, históricos de férias, licenças, afastamentos.
- 2.25.30. Possibilitar a emissão de documento de margem de consignação, selecionando qual a Pessoa Jurídica que possui vínculo com o órgão deseja utilizar.
- 2.25.31. Possibilitar a inscrição em Treinamentos / Cursos oferecidos pela entidade.
- 2.25.32. Permitir visualizar os Concursos abertos pela entidade, fazer o download do Edital e ainda, realizar a inscrição para participação.
- 2.25.33. Possuir acesso de Candidatos a vagas de emprego, onde será possível visualizar mensagens recebidas da entidade com informações diversas.
- 2.25.34. Permitir que responsáveis por departamentos possam realizar trâmites sobre Candidatos Encaminhados para entrevista, informando o resultado.

## **2.26. Sistema de Gestão do Ponto Eletrônico;**

- 2.26.1. Os dados de acesso deverão ser armazenados em nuvem, utilizando servidores renomados que garantam o resguardo das informações, backups, a segurança e as atualizações;
- 2.26.2. Deverá possuir banco de dados relacional, orientado a objeto que seja seguro, gratuito e de código aberto.
- 2.26.3. Deverá realizar acesso via internet através de browsers, desenvolvido no modelo responsivo, ou seja, possibilitando o acesso através de dispositivos móveis em telas de diferentes tamanhos.
- 2.26.4. Permitir o acesso simultâneo (multiusuários), possibilitando ainda a definição de diferentes perfis de acesso para permissões específicas.
- 2.26.5. Realizar controles de acesso e registros de ponto delimitando Endereços de IP (*Internet Protocol*).
- 2.26.6. Apresentar painéis em *Dashboard* com gráficos estatísticos para auxílio na tomada de decisão no gerenciamento do ponto eletrônico.
- 2.26.7. Deverá permitir consultas dos registros do ponto em tempo real pelos servidores via internet, através de browsers e dispositivos mobile.
- 2.26.8. Possuir Relógio Interno para realização do registro do ponto para departamentos ou locais específicos ou funcionários.
- 2.26.9. Possibilitar acesso direto aos registros inconsistentes, de maneira que auxilie o usuário na correção e tratativa das informações necessárias.



- 2.26.10.** Possibilitar o gerenciamento de banco de horas.
- 2.26.11.** Possibilitar definir o tipo de crédito de horas no banco, com ou sem acréscimo do adicional.
- 2.26.12.** Permitir levar saldo negativo para meses posteriores.
- 2.26.13.** Possibilitar o cadastro e o gerenciamento diversificado de Banco Dias.
- 2.26.14.** Controlar através do banco dias saldo de férias, eleitoral e outros créditos para controle de gozo dos servidores.
- 2.26.15.** Disponibilizar os saldos de Banco Horas e Banco Dias, apresentando para o servidor a posição atual, em tela e em tempo real.
- 2.26.16.** Permitir ao servidor realizar solicitação interna, criando demandas que impactam no gerenciamento do ponto, com controles de ciência por parte dos responsáveis.
- 2.26.17.** Disponibilizar fluxos para os trâmites de solicitações, com opções de autorizar, deferir e indeferir dependendo de cada perfil de acesso.
- 2.26.18.** Permitir pesquisas por assunto, situação e por tipo para as solicitações, mantendo histórico completo dos trâmites realizados com datas, horas e o usuário que tramitou.
- 2.26.19.** Possibilitar cadastrar tipos de solicitações diversos, atendendo as necessidades de trâmites que impactam no resultado do ponto e horários dos servidores.
- 2.26.20.** Realizar a coleta e o gerenciamento dos registros de horários dos relógios pontos de todos os locais controlados pela entidade, via comunicação TCP-IP, gravando a identificação, data e hora.
- 2.26.21.** Permitir a importação de arquivos do tipo AFD (Arquivo Fonte de Dados) manualmente, gravando a identificação, nome do coletor, data e hora.
- 2.26.22.** Possibilitar a geração dos arquivos AFDT e ACJEF para o fisco.
- 2.26.23.** Possuir integração com o sistema de Folha de Pagamento para coleta de informações cadastrais e ocorrências relacionadas ao gerenciamento do cartão ponto sem que haja a interferência do usuário para os seguintes dados:
  - 26.23.a.a)** Cadastro de Funcionários;
  - 26.23.a.b)** Cadastro de Cargos;
  - 26.23.a.c)** Cadastro de Departamentos;
  - 26.23.a.d)** Cadastro de Locais de Trabalho;
  - 26.23.a.e)** Cadastro de Horários de Trabalho;
  - 26.23.a.f)** Cadastro de Feriados;
  - 26.23.a.g)** Cadastro de Afastamentos;
- 2.26.24.** Programações de Férias.
- 2.26.25.** Permitir o cadastro de funcionários.
- 2.26.26.** Permitir o cadastro de cargos.
- 2.26.27.** Permitir o cadastro de feriados.

- 2.26.28.** Permitir o cadastro de departamentos.
- 2.26.29.** Permitir o cadastro de locais de trabalho.
- 2.26.30.** Permitir o cadastro de horários de trabalho.
- 2.26.31.** Permitir o cadastro de motivos / ocorrências.
- 2.26.32.** Gerenciar quadro de horários do tipo fixo, flexível e revezamentos.
- 2.26.33.** Possuir estrutura que possibilite descentralizar o gerenciamento do sistema.
- 2.26.34.** Realizar a exportação do resultado do ponto para o sistema de folha de pagamento por meio de integração nativa.
- 2.26.35.** Possibilitar definir os eventos que serão enviados para o sistema de folha de pagamento e o tipo de lançamento, se inteiro (dia), hora centesimal ou hora em minutos.
- 2.26.36.** Permitir o gerenciamento por departamento, onde o responsável realize justificativas, consultas e impressões dos relatórios dos funcionários relacionados ao departamento.
- 2.26.37.** Possibilitar definir o fluxo de solicitações em cada nível de gerenciamento e com visualização específica em cada nível para todo o gerenciamento do sistema.
- 2.26.38.** Permitir a emissão de relatórios ou justificativas em lote possibilitando filtrar funcionários, departamentos, cargos e locais de trabalho.
- 2.26.39.** Permitir o gerenciamento por local de trabalho, onde o responsável realize justificativas, consultas e impressões dos relatórios dos funcionários relacionados ao local.
- 2.26.40.** Possibilitar definir o período de tolerância para entradas e saídas.
- 2.26.41.** Possibilitar o controle de permissão para geração de horas extras por funcionário.
- 2.26.42.** Disponibilizar rotinas para lançamentos por lote, possibilitando realizar justificativas em grupos de servidores com ocorrências específicas.
- 2.26.43.** Deverá dispor de notificações para auxiliar os usuários em situações adversas e necessárias para o gerenciamento dos horários do cartão ponto
- 2.26.44.** Possibilitar a manutenção da falta de registros de horários, assim como desconsiderar marcações duplicadas, mantendo as informações de batidas originais e também observações sobre as alterações realizadas (histórico fisco).
- 2.26.45.** Possuir rotina de fechamentos onde assegure os dados gerados, assim como o histórico da competência em questão.
- 2.26.46.** Possuir cadastros de motivos já em conformidade com o e-Social.
- 2.26.47.** Dispor de resumo de horas extras, faltas e adicional noturno referente aos fechamentos realizados.
- 2.26.48.** Possibilitar definir o período de fechamento do ponto.

- 2.26.49.** Realizar o controle de jornada para plantões semanal ou mensal.
- 2.26.50.** Possibilitar definir horários de trabalhos com intervalos automáticos para servidores com trabalhos externos.
- 2.26.51.** Controlar número de permitidos e compensados para servidores com horários fixos.
- 2.26.52.** Permitir o cadastro de feriados.
- 2.26.53.** Permitir o cadastro de novos motivos para tramitações de abonos e justificativas.
- 2.26.54.** Permitir alterar o horário de um servidor num dia específico.
- 2.26.55.** Realizar recálculos automáticos e em tempo real conforme alterações e lançamentos de justificativas.
- 2.26.56.** Permitir restaurar as marcações originais de justificativas ou alterações realizadas.
- 2.26.57.** Manter histórico das marcações originais dos registros dos servidores.
- 2.26.58.** Para lançamentos de abonos, justificativas e intervalo automático, manter ocorrências gravadas para fácil identificação de mudanças realizadas.
- 2.26.59.** Permitir o fechamento do ponto para manter informações corretas.
- 2.26.60.** Permitir o estorno do fechamento para devidas alterações.
- 2.26.61.** Gerar históricos nos fechamentos para manter o controle de relatórios.
- 2.26.62.** Possuir relatório de cartão ponto de acordo com as necessidades da entidade.
- 2.26.63.** Possuir relatório de espelho ponto de acordo com o Anexo I da Portaria 1510 do MTE.
- 2.26.64.** Possuir Relatório de Faltas.
- 2.26.65.** Possuir Relatório de Horas Extras.
- 2.26.66.** Possuir Relatório de Banco Dias.
- 2.26.67.** Possuir Relatório de Banco Horas.
- 2.26.68.** Possuir Relatório de Solicitações.
- 2.26.69.** Permitir emissão do Relatório de Solicitações por tipo, data e situação.
- 2.26.70.** Possibilitar visualizar o relatório em tela ou gerar em PDF.

## **2.27. SISTEMA INTEGRADO DE WORKFLOW**

- 2.27.1.** O sistema deve ter implementado ferramenta de fluxo de trabalho (Workflow).
- 2.27.2.** Permitir definição de grupos de trabalho.
- 2.27.3.** Permitir definição de permissões de grupos de trabalho por determinado tipo de tarefa ou fluxo de trabalho.

- 2.27.4.** Permitir a criação de fluxo de processos através de representação gráfica no padrão BPMN (Business Process Model and Notation);
- 2.27.5.** Permitir a utilização de formulários dinâmicos, possibilitando validação das informações com os sistemas utilizados pela Entidade.
- 2.27.6.** Permitir a integração com os sistemas de gestão utilizados pela Entidade;
- 2.27.7.** Permitir formulários com *autocomplete* de dados consultados em demais sistemas utilizados pela Entidade;
- 2.27.8.** A representação gráfica construída pelo usuário, deverá compor a estrutura do sistema respeitando: fases, formulários, prazos, documentação obrigatória e condições estabelecidas no Fluxo no momento da sua criação.
- 2.27.9.** Permitir definição do tipo de arquivo (Ex. PDF,ODT,DOCX,JPG,XLS) que serão obrigatórios durante determinada fase do fluxo, não permitindo a continuidade do processo sem sua vinculação.
- 2.27.10.** Permitir visualização de linha do tempo das tarefas, contendo informações como: Data de criação, responsável, descrição e status da tarefa;
- 2.27.11.** Permitir visualização gráfica da localização da tarefa no diagrama, com a quantidade de tarefas concluídas e pendentes;
- 2.27.12.** Permitir visualização gráfica da localização da tarefa no diagrama, com visão macro do processo com etapas anteriores e posteriores a posição atual, apresentando a quantidade de vezes que a tarefa passou por determinada fase.
- 2.27.13.** Permitir a gestão de atribuição de responsável ou repasse de responsável pelo usuário atual.
- 2.27.14.** Possibilitar criação de modelos de arquivos, tornando-o um modelo pré definido para determinados processos, permitindo editá-lo a qualquer momento.
- 2.27.15.** Permitir utilização de cabeçalhos, rodapés ou demais seções do arquivo de forma fixa.
- 2.27.16.** Permitir utilização de imagens, tabelas, formatações de fontes nos modelos de arquivo pré definidos;
- 2.27.17.** Permitir aprovação digital de um ou mais usuários nos documentos utilizados dentro do fluxo definido.
- 2.27.18.** Permitir a visualização de processos criados pelo usuário, atribuídas ao usuário ou ao grupo do usuário em forma de lista.
- 2.27.19.** Permitir a visualização de tarefas atribuídas ao usuário e pendentes de atendimento.
- 2.27.20.** Permitir ao usuário a criação de tarefas dinâmicas de forma independente, sem a

necessidade de definição de fluxo, com atribuição direto a um responsável.

- 2.27.21.** Controlar o tempo previsto (dias/horas) para execução de cada atividade pelo usuário responsável no workflow, com a possibilidade de notificação ao exceder a previsão definida.

## **2.28. Sistema de Gestão de Ações Sociais**

- 2.28.1.** O sistema de assistência social será responsável pelo controle das demandas de atendimentos sociais, bem como o levantamento de necessidades dos cidadãos e acompanhamento de medidas realizadas por toda a rede socioassistencial, deverá também gerar informações que poderão ser enviadas posteriormente ao MDS (Ministério do Desenvolvimento Social).
- 2.28.2.** O sistema de assistência social deverá possuir total integração com o sistema de Saúde compartilhando informações pertinentes e necessárias a ambos os sistemas, evitando assim o retrabalho dos servidores públicos Municipais.
- 2.28.3.** Possibilitar o cadastro do cidadão;
- 2.28.4.** Possibilitar a busca do cadastro por nome, nome da mãe e data de nascimento;
- 2.28.5.** Permitir a edição do cadastro;
- 2.28.6.** Permitir a vinculação da certidão de nascimento;
- 2.28.7.** Permitir a vinculação da certidão de casamento;
- 2.28.8.** Permitir a vinculação do Registro Administrativo de Nascimento Indígena (RANI);
- 2.28.9.** Vincular número do NIS do cidadão cadastrado;
- 2.28.10.** Vincular número do CPF do cidadão cadastrado;
- 2.28.11.** Vincular nº do RG do cidadão cadastrado;
- 2.28.12.** Importar dados do Cadastro Único da Caixa Econômica Federal;
- 2.28.13.** Cadastrar benefícios;
- 2.28.14.** Atribuir valores monetário ao benefício;
- 2.28.15.** Descrever o tipo de benefício;
- 2.28.16.** Concessão de benefícios por cidadão;
- 2.28.17.** Possibilitar cadastramento/edição do cidadão a partir da mesma tela de concessão de benefício;
- 2.28.18.** Possibilitar a busca do cidadão por nome, parte do nome, nome da mãe, data de nascimento, NIS e CPF;
- 2.28.19.** Vincular à unidade concessora;
- 2.28.20.** Possuir controle por valor e validação de entregas por cidadão;

- 2.28.21.** Possuir controle por valor e validação por família;
- 2.28.22.** Alerta de benefícios duplicados;
- 2.28.23.** Registro do responsável pela concessão do benefício;
- 2.28.24.** Registro da data de concessão do benefício;
- 2.28.25.** Registro da data de entrega do benefício;
- 2.28.26.** Registro do estabelecimento de retirada do benefício concedido;
- 2.28.27.** Possibilitar registro de peculiaridades acerca da concessão do benefício;
- 2.28.28.** Possibilitar a vinculação de mais de um benefício;
- 2.28.29.** Informar a quantidade por benefício;
- 2.28.30.** Informar o valor unitário do benefício;
- 2.28.31.** Possibilitar a vinculação do tipo de benefício em atendimento às normativas do MDS (Ministério do Desenvolvimento Social);
- 2.28.32.** Gerar automaticamente o cadastro de atendimento do tipo solicitação ou concessão de benefício eventual;
- 2.28.33.** Cadastrar unidades de atendimento social Municipal;
- 2.28.34.** Possibilitar cadastro de unidades de atendimento da rede socioassistencial;
- 2.28.35.** Possibilitar o cadastro do número identificador da unidade de atendimento;
- 2.28.36.** Pesquisar a unidade de atendimento por parte do nome;
- 2.28.37.** Vincular o tipo de unidade de atendimento;
- 2.28.38.** Possibilitar o cadastro de estabelecimentos parceiros;
- 2.28.39.** Possibilitar o cadastro de estabelecimentos para retirada de benefício;
- 2.28.40.** Possibilitar o cadastro de estabelecimentos para atendimento coletivo;
- 2.28.41.** Possibilitar o cadastro de estabelecimentos para encaminhamento;
- 2.28.42.** Possibilitar o cadastramento de cargos existentes na secretaria;
- 2.28.43.** Possibilitar emissão de certidão liberatória;
- 2.28.44.** Possibilitar o controle numérico sequência da certidão liberatória;
- 2.28.45.** Vincular lei e decreto municipal a certidão liberatória;
- 2.28.46.** Informar data de concessão da certidão liberatória;
- 2.28.47.** Possibilitar controle de validade da certidão liberatória;
- 2.28.48.** Informar unidade a qual foi concedida certidão liberatória;
- 2.28.49.** Permitir o registro de responsável e cargo do agente que concedeu a certidão

liberatória;

- 2.28.50.** Possibilitar bloqueio de permissão de acesso a emissão de certidão liberatória;
- 2.28.51.** Permitir a impressão da certidão liberatória contendo nome e CNPJ da entidade, data de validade e nome do agente concessor;
- 2.28.52.** Cadastrar grupos para reuniões internas;
- 2.28.53.** Vincular nome do grupo e participantes;
- 2.28.54.** Possibilitar inativação de grupo extinto;
- 2.28.55.** Possibilitar ativação de grupo anteriormente extinto, sem a necessidade de novo cadastro;
- 2.28.56.** Possibilitar registro de reuniões;
- 2.28.57.** Vincular unidade de referência da reunião;
- 2.28.58.** Possibilitar o cadastro de número da ata de reunião manualmente;
- 2.28.59.** Possibilitar o cadastro da reunião com geração de ata;
- 2.28.60.** Possibilitar a vinculação de grupo a reunião;
- 2.28.61.** Possibilitar a vinculação individual de participantes;
- 2.28.62.** Gerar ata de reunião para impressão, com data e hora de realização, descrição dos assuntos abordados e nome dos participantes com campo específico para assinatura;
- 2.28.63.** Possibilitar o cadastro de Bairro com informação do Distrito ao qual pertence;
- 2.28.64.** Possibilitar o cadastro de logradouro;
- 2.28.65.** Vincular o tipo de logradouro a descrição;
- 2.28.66.** Vincular o bairro ao qual o logradouro pertence;
- 2.28.67.** Possibilitar o cadastro do bairro na tela de logradouro;
- 2.28.68.** Possibilitar busca automática da Cidade;
- 2.28.69.** Vincular CEP ao logradouro;
- 2.28.70.** Possibilitar cadastro do motivo de atendimento;
- 2.28.71.** Possuir tipo de atendimento de acordo com regulamentação do prontuário SUAS do MDS;
- 2.28.72.** Possibilitar cadastro de atendimento ao cidadão;
- 2.28.73.** Vincular à unidade de referência ao atendimento do cidadão;
- 2.28.74.** Vincular o profissional responsável ao atendimento do cidadão;
- 2.28.75.** Possibilitar busca dos dados do cidadão atendido por nome, partes do nome, nome da mãe, NIS, data de nascimento e CPF;

- 2.28.76.** Possibilitar o cadastro e edição da pessoa atendida na própria tela de atendimento;
- 2.28.77.** Possibilitar a vinculação de denunciante anônimo na tela de atendimento;
- 2.28.78.** Permitir lançamento de atendimento retroativo;
- 2.28.79.** Informar o tipo de atendimento realizado de acordo com os pré-definidos pelo prontuário SUAS;
- 2.28.80.** Informar os motivos de atendimento;
- 2.28.81.** Possibilitar o cadastramento de motivos de atendimento sem precisar sair da tela de atendimento;
- 2.28.82.** Possibilitar informar a descrição do atendimento realizado;
- 2.28.83.** Possibilitar a inclusão de parecer social;
- 2.28.84.** Possibilitar a inclusão de parecer técnico;
- 2.28.85.** Possibilitar o cadastro de encaminhamento;
- 2.28.86.** Vincular à unidade que realizou o encaminhamento;
- 2.28.87.** Vincular o profissional responsável pelo encaminhamento;
- 2.28.88.** Buscar automaticamente os dados do cidadão encaminhado;
- 2.28.89.** Vincular o estabelecimento de encaminhamento;
- 2.28.90.** Informar o código de encaminhamento oriundo do prontuário SUAS;
- 2.28.91.** Informar data de encaminhamento;
- 2.28.92.** Informar o motivo do encaminhamento;
- 2.28.93.** Gerar comprovante de encaminhamento;
- 2.28.94.** Possibilitar a impressão do comprovante de encaminhamento;
- 2.28.95.** Possuir o prontuário familiar com todas as informações constantes no prontuário SUAS desenvolvido pelo Ministério do Desenvolvimento Social;
- 2.28.96.** Possuir opção de cadastramento nova pessoa de referência na tela de criação do prontuário familiar;
- 2.28.97.** Permitir a vinculação da pessoa de referência;
- 2.28.98.** Permitir a vinculação dos integrantes da família;
- 2.28.99.** Possibilitar a vinculação da unidade de referência no prontuário familiar;
- 2.28.100.** Gerar automaticamente número do prontuário familiar seguindo sequência numérica;
- 2.28.101.** Permitir a vinculação do endereço no prontuário da família atendida;
- 2.28.102.** Restringir o acesso às informações de acordo com liberações de login;



- 2.28.103.** Restringir o acesso às informações de acordo com o tipo e unidade logada;
- 2.28.104.** Possibilitar a visualização em tela do Prontuário Familiar;
- 2.28.105.** Possibilitar a impressão do Prontuário Familiar;
- 2.28.106.** Possuir controle de inscrição em programas habitacionais;
- 2.28.107.** Possibilitar o gerenciamento das inscrições em programas habitacionais;
- 2.28.108.** Vincular à unidade de referência responsável pelo programa habitacional;
- 2.28.109.** Vincular o responsável familiar à inscrição;
- 2.28.110.** Permitir a integração da ficha de inscrição habitacional com o prontuário familiar;
- 2.28.111.** Possuir cadastro de aspectos sociais da família;
- 2.28.112.** Possuir cadastro de condições de moradia;
- 2.28.113.** Possuir cadastro referente à origem familiar;
- 2.28.114.** Possuir opção de cadastramento de novo integrante familiar na tela de criação do cadastro habitacional;
- 2.28.115.** Possibilitar visualização em tela do comprovante de inscrição;
- 2.28.116.** Possibilitar impressão do comprovante de inscrição;
- 2.28.117.** Emitir Relatório Mensal de Atendimento (RMA) do CRAS, seguindo padrões do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) de janeiro de 2017;
- 2.28.118.** Permitir visualização em tela do relatório de atendimento do CRAS;
- 2.28.119.** Gerar automaticamente relatório com número total de famílias em acompanhamento pelo PAIF;
- 2.28.120.** Gerar automaticamente relatório com número total de novas famílias inseridas no acompanhamento do PAIF durante o mês de referência;
- 2.28.121.** Gerar automaticamente relatório com número total de famílias em situação de extrema pobreza;
- 2.28.122.** Gerar automaticamente relatório com número total de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família;
- 2.28.123.** Gerar automaticamente relatório com número total de Famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família em descumprimento de condicionalidades;
- 2.28.124.** Gerar automaticamente relatório com número total de Famílias com membros beneficiários do BPC;
- 2.28.125.** Gerar automaticamente relatório com número total de Famílias com crianças ou adolescentes em situação de trabalho infantil;
- 2.28.126.** Gerar automaticamente relatório com número total de Famílias com crianças ou adolescentes em Serviço de Acolhimento;

- 2.28.127.** Gerar automaticamente relatório com número total de atendimentos particularizados realizados no mês de referência;
- 2.28.128.** Gerar automaticamente relatório com número total de Famílias encaminhadas para inclusão no Cadastro Único;
- 2.28.129.** Gerar automaticamente relatório com número total de Famílias encaminhadas para atualização cadastral no Cadastro Único;
- 2.28.130.** Gerar automaticamente relatório com número total de Indivíduos encaminhados para acesso ao BPC;
- 2.28.131.** Gerar automaticamente relatório com número total de Famílias encaminhadas para o CREAS;
- 2.28.132.** Gerar automaticamente relatório com número total de Visitas domiciliares realizadas;
- 2.28.133.** Gerar automaticamente relatório com número total de auxílios-natalidade concedidos/entregues durante o mês de referência;
- 2.28.134.** Gerar automaticamente relatório com número total de auxílios-funeral concedidos/entregues durante o mês de referência;
- 2.28.135.** Gerar automaticamente relatório com número total de outros benefícios eventuais concedidos/entregues durante o mês de referência;
- 2.28.136.** Gerar automaticamente relatório com número total de Famílias participando regularmente de grupos no âmbito do PAIF;
- 2.28.137.** Gerar automaticamente relatório com número total de Crianças de 0 a 6 anos em Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos;
- 2.28.138.** Gerar automaticamente relatório com número total de Crianças/adolescentes de 7 a 14 anos em Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos;
- 2.28.139.** Gerar automaticamente relatório com número total de Adolescentes de 15 a 17 anos em Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos;
- 2.28.140.** Gerar automaticamente relatório com número total de Adultos entre 18 e 59 anos em Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos;
- 2.28.141.** Gerar automaticamente relatório com número total de Idosos em Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para idosos;
- 2.28.142.** Gerar automaticamente relatório com número total de Pessoas que participaram de palestras, oficinas e outras atividades coletivas de caráter não continuado;
- 2.28.143.** Gerar automaticamente relatório com número total de Pessoas com deficiência, participando dos Serviços de Convivência ou dos grupos do PAIF;
- 2.28.144.** Emitir Relatório Mensal de Atendimento (RMA) do CREAS, seguindo padrões do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) de janeiro de 2017;
- 2.28.145.** Permitir visualização em tela do relatório de atendimento do CREAS;

- 2.28.146.** Gerar automaticamente relatório com número total de casos (famílias ou indivíduos) em acompanhamento pelo PAEFI;
- 2.28.147.** Gerar automaticamente relatório com número total de Novos casos (famílias ou indivíduos) inseridos no acompanhamento do PAEFI durante o mês de referência;
- 2.28.148.** Gerar automaticamente relatório com número total de Famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família;
- 2.28.149.** Gerar automaticamente relatório com número total de Famílias com membros beneficiários do BPC;
- 2.28.150.** Gerar automaticamente relatório com número total de Famílias com crianças ou adolescentes em situação de trabalho infantil;
- 2.28.151.** Gerar automaticamente relatório com número total de Famílias com crianças ou adolescentes em Serviços de Acolhimento;
- 2.28.152.** Gerar automaticamente relatório com número total de Famílias cuja situação de violência/ violação esteja associada ao uso abusivo de substâncias psicoativas;
- 2.28.153.** Gerar automaticamente relatório com número total de Famílias com adolescente em cumprimento de Medidas Socioeducativas em meio aberto;
- 2.28.154.** Gerar automaticamente relatório com número total de Quantidade de pessoas vitimadas, que ingressaram no PAEFI, durante o mês de referência (novos casos) do sexo masculino e feminino de 0 a 12 anos;
- 2.28.155.** Gerar automaticamente relatório com número total de Quantidade de pessoas vitimadas, que ingressaram no PAEFI, durante o mês de referência (novos casos) do sexo masculino e feminino de 13 a 17 anos;
- 2.28.156.** Gerar automaticamente relatório com número total de Quantidade de pessoas vitimadas, que ingressaram no PAEFI, durante o mês de referência (novos casos) do sexo masculino e feminino de 18 a 59 anos;
- 2.28.157.** Gerar automaticamente relatório com número total de Quantidade de pessoas vitimadas, que ingressaram no PAEFI, durante o mês de referência (novos casos) do sexo masculino e feminino de 60 ou mais anos;
- 2.28.158.** Gerar automaticamente relatório com número total de Crianças ou adolescentes vítimas de violência intrafamiliar (física ou psicológica), organizado por sexo e faixa etária;
- 2.28.159.** Gerar automaticamente relatório com número total de Crianças ou adolescentes vítimas de abuso sexual, organizado por sexo e faixa etária;
- 2.28.160.** Gerar automaticamente relatório com número total de Crianças ou adolescentes vítimas de exploração sexual, organizado por sexo e faixa etária;
- 2.28.161.** Gerar automaticamente relatório com número total de Crianças ou adolescentes vítimas de negligência ou abandono, organizado por sexo e faixa etária;
- 2.28.162.** Gerar automaticamente relatório com número total de Crianças ou adolescentes em situação de trabalho infantil (até 15 anos), organizado por sexo e faixa etária;

- 2.28.163.** Gerar automaticamente relatório com número total de Pessoas idosas vítimas de violência intrafamiliar (física, psicológica ou sexual), organizado por sexo;
- 2.28.164.** Gerar automaticamente relatório com número total de Pessoas idosas vítimas de negligência ou abandono, organizado por sexo;
- 2.28.165.** Gerar automaticamente relatório com número total de Pessoas com deficiência vítimas de violência intrafamiliar (física, psicológica ou sexual), organizado por sexo e faixa etária;
- 2.28.166.** Gerar automaticamente relatório com número total de Pessoas com deficiência vítimas de negligência ou abandono, organizado por sexo e faixa etária;
- 2.28.167.** Gerar automaticamente relatório com número total de Mulheres adultas (18 a 59 anos) vítimas de violência intrafamiliar (física, psicológica ou sexual);
- 2.28.168.** Gerar automaticamente relatório com número total de Pessoas vítimas de tráfico de seres humanos, organizado por sexo e faixa etária;
- 2.28.169.** Gerar automaticamente relatório com número total de Pessoas vítimas de discriminação por orientação sexual;
- 2.28.170.** Gerar automaticamente relatório com número total de Pessoas em situação de rua, organizado por sexo e faixa etária;
- 2.28.171.** Gerar automaticamente relatório com número total de atendimentos individualizados realizados no mês de referência;
- 2.28.172.** Gerar automaticamente relatório com número total de atendimentos em grupo realizados no mês de referência;
- 2.28.173.** Gerar automaticamente relatório com número total de Famílias encaminhadas para o CRAS durante no mês de referência;
- 2.28.174.** Gerar automaticamente relatório com número total de Visitas domiciliares realizadas no mês de referência;
- 2.28.175.** Gerar automaticamente relatório com número total de adolescentes em cumprimento de Medidas Socioeducativas (LA e/ou PSC);
- 2.28.176.** Gerar automaticamente relatório com número total de Quantidade de adolescentes em cumprimento de Liberdade Assistida - LA;
- 2.28.177.** Gerar automaticamente relatório com número total de Quantidade de adolescentes em cumprimento de Prestação de Serviços à Comunidade - PSC;
- 2.28.178.** Gerar automaticamente relatório com número total de Total de novos adolescentes em cumprimento de Medidas Socioeducativas (LA e/ou PSC), inseridos em acompanhamento no mês de referência, organizado por sexo;
- 2.28.179.** Gerar automaticamente relatório com número total de Novos adolescentes em cumprimento de LA, inseridos em acompanhamento no mês de referência, organizado por sexo;
- 2.28.180.** Gerar automaticamente relatório com número total de Novos adolescentes em cumprimento de PSC, inseridos em acompanhamento no mês de referência,

organizado por sexo;

- 2.28.181.** Gerar automaticamente relatório com número total de Pessoas abordadas pelo Serviço de Abordagem Social, durante o mês de referência, organizado por sexo e faixa etária;
- 2.28.182.** Gerar automaticamente relatório com número total de Crianças ou adolescentes em situação de trabalho infantil (até 15 anos);
- 2.28.183.** Gerar automaticamente relatório com número total de Crianças ou adolescentes em situação de exploração sexual;
- 2.28.184.** Gerar automaticamente relatório com número total de Crianças ou adolescentes usuárias de crack ou outras drogas;
- 2.28.185.** Gerar automaticamente relatório com número total de Pessoas adultas usuárias de crack ou outras drogas ilícitas;
- 2.28.186.** Gerar automaticamente relatório com número total de Migrantes;
- 2.28.187.** Gerar automaticamente relatório com número total de Quantidade total de abordagens realizadas (compreendida como o número de pessoas abordadas, multiplicado pelo número de vezes em que foram abordadas durante o mês);
- 2.28.188.** Emitir Relatório de Atendimento por unidade de atendimento;
- 2.28.189.** Emitir Relatório de Atendimento por período;
- 2.28.190.** Emitir Relatório de Atendimento por profissional/atendente;
- 2.28.191.** Emitir Relatório de Atendimento por motivo do atendimento;
- 2.28.192.** Emitir Relatório de Atendimento sintético;
- 2.28.193.** Emitir Relatório de Atendimento analítico;
- 2.28.194.** Emitir Relatório de Atendimento por faixa etária;
- 2.28.195.** Emitir Relatório de atividade coletiva;
- 2.28.196.** Emitir Relatório de atividade coletiva por profissional;
- 2.28.197.** Emitir Relatório de atividade coletiva por período;
- 2.28.198.** Emitir Relatório de atividade coletiva por unidade de referência;
- 2.28.199.** Emitir Relatório de atividade coletiva quantitativo;
- 2.28.200.** Emitir Relatório de atividade coletiva analítico;
- 2.28.201.** Emitir Relatório de atividade coletiva com número de vagas totais;
- 2.28.202.** Emitir Relatório de atividade coletiva com número de vagas abertas;
- 2.28.203.** Emitir Relatório de benefícios concedidos por cidadão;
- 2.28.204.** Emitir Relatório de benefícios concedidos por unidade de atendimento;

- 2.28.205.** Emitir Relatório de benefícios concedidos por período;
- 2.28.206.** Emitir Relatório de benefícios concedidos por benefício;
- 2.28.207.** Emitir Relatório de benefícios concedidos por atendente/profissional;
- 2.28.208.** Emitir Relatório familiar, com nome, parentesco, sexo e data de nascimento;
- 2.28.209.** Possibilitar visualização em tela do relatório familiar;
- 2.28.210.** Emitir relatório de programas sociais;
- 2.28.211.** Emitir relatório com nome de todos os cidadãos cadastrados no Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF);
- 2.28.212.** Emitir relatório com nome de todos os cidadãos cadastrados no Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e indivíduos (PAEFI);
- 2.28.213.** Emitir relatório com nome de todos os cidadãos cadastrados no Benefício de Prestação Continuada (BPC);
- 2.28.214.** Emitir relatório com nome de todos os cidadãos cadastrados no Programa Bolsa Família;
- 2.28.215.** Emitir relatório com nome de todos os cidadãos cadastrados no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV);
- 2.28.216.** Emitir relatório com nome de todos os cidadãos cadastrados nos outros Programas Sociais, de acordo com o Prontuário SUAS;
- 2.28.217.** Emitir relatório de perfil populacional por bairro;
- 2.28.218.** Emitir relatório de perfil populacional que apresente o nome do chefe da família;
- 2.28.219.** Emitir relatório de perfil populacional que apresente quantidade de crianças e adolescentes;
- 2.28.220.** Emitir relatório de perfil populacional que apresente quantidade de idosos;
- 2.28.221.** Emitir relatório de perfil populacional que apresente quantidade de portadores de necessidades especiais;
- 2.28.222.** Emitir relatório de perfil populacional que apresente unidade de referência de atendimento;
- 2.28.223.** Emitir relatório de perfil populacional que apresente tipo de residência do cidadão;
- 2.28.224.** Emitir relatório de perfil populacional que apresente tempo de moradia no município;
- 2.28.225.** Cadastrar os usuários do sistema;
- 2.28.226.** Cadastrar o profissional responsável pelos atendimentos;
- 2.28.227.** Vincular à unidade que o profissional atende;
- 2.28.228.** Vincular a função e o cargo do profissional;

- 2.28.229.** Vincular o número de registro do profissional no órgão de classe;
- 2.28.230.** Vincular o tipo de registro do profissional;
- 2.28.231.** Criar grupos de permissões de acesso;
- 2.28.232.** Cadastrar permissões individuais de acesso;
- 2.28.233.** Possuir Chat para comunicação com o suporte online;
- 2.28.234.** Possuir acesso para suporte remoto.

**2.29. Sistema de Gestão de Saúde Pública Municipal - Sistema de Registro Eletrônico em Saúde (SRES)**

- 2.29.1.** As licenças necessárias podem ser adquiridas em nome da proponente, visando melhorar o equilíbrio econômico-financeiro.
- 2.29.2.** Não serão admitidas licenças parciais ou que apresentem qualquer tipo de restrição de funcionalidade em relação a versão mais completa do produto licenciado.
- 2.29.3.** O SRES não deve possuir nenhum tipo de bloqueio quanto ao número de usuários que poderão acessá-lo simultaneamente.
- 2.29.4.** O SRES não deve possuir nenhum tipo de bloqueio ou limite em relação ao número de unidades de saúde a serem gerenciadas.
- 2.29.5.** O SRES oferecido deve obrigatoriamente ser multiusuários e multitarefas, permitindo o controle de tarefas concorrentes com acesso simultâneo ao banco de dados sem perda da integridade referencial.
- 2.29.6.** O SRES ofertado deverá permitir que cada operador abra várias janelas do browser, possibilitando desta forma maior agilidade na sua operação, sem que haja nenhuma perda de integridade das informações a serem armazenadas.
- 2.29.7.** O SRES não precisa apresentar a organização estrutural expressa no edital, dado que a organização aqui exposta não é reflexo da visão do construtor da ferramenta.
- 2.29.8.** Independente da organização e arquitetura do SRES, o mesmo deve conter entre todas as instâncias, estruturas e módulos, total e irrestrita integração, sem que para isso, seja necessária qualquer ação dos usuários.
- 2.29.9.** O SRES deve ser integralmente projetado e desenvolvido para utilização em ambiente WEB, não sendo aceitos quaisquer tipos de emulação, excetuando-se recurso de Interfaceamento laboratorial, PACs e Biometria, dadas as características dos hardwares utilizados.
- 2.29.10.** Deve ser possível implementação de arquitetura de sistemas distribuídos, utilizando-se diversos servidores unificados através de um middleware ou equivalente, para garantir alta disponibilidade e alta performance. Neste cenário, a distribuição de carga deve ser dinâmica e não fixada.
- 2.29.11.** Por tratar-se de solução web, necessariamente deve ser executado em servidor web (Apache, Nginx, Xampp, THTTPD, IIS ou outro).

- 2.29.12.** Na camada de negócios, espera-se que exista controle de todas as regras existentes na aplicação, de modo que os dados somente sejam persistidos caso estejam em acordo com as regras.
- 2.29.13.** Na camada de dados, espera-se todas características próprias de um sistema de gerenciamento de banco de dados objeto relacional (SGDBOR), além de outros que sejam necessários e, eventualmente, reforço nas regras de negócio.
- 2.29.14.** O SGDBOR deve possuir todas as características de um sistema gerenciador de bancos de dados relacional;
- 2.29.15.** O SGDBOR deve possuir controle de concorrência multi-versão;
- 2.29.16.** O SGDBOR deve permitir indexação;
- 2.29.17.** O SGDBOR deve não possuir limitação em relação ao tamanho do banco de dados;
- 2.29.18.** O SGDBOR deve não possuir limitação em relação ao número de acessos ou transações (limitado a capacidade dos servidores);
- 2.29.19.** O SGDBOR deve permitir minimamente 30 TB por tabela em sua estrutura;
- 2.29.20.** O SGDBOR deve permitir número ilimitado de linhas em uma tabela;
- 2.29.21.** O SGDBOR deve não limitar o número de índices (minimamente deve suportar minimamente índices b-tree, hash, gist, spgist, gin, e brin);
- 2.29.22.** O SGDBOR deve possuir forma de realização de cópia de segurança íntegra sem impactos em performance, com garantia de integridade;
- 2.29.23.** O SGDBOR deve permitir realização de cópia de segurança incremental, sem impactos em performance, com garantia de integridade de dados em um momento específico;
- 2.29.24.** O SGDBOR deve permitir o uso de replicação;
- 2.29.25.** O SGDBOR deve permitir o uso de pool para gerenciamento de conexões;
- 2.29.26.** O SGDBOR deve permitir o uso de cache para acesso rápido a dados com alto consumo;
- 2.29.27.** O SGDBOR deve permitir uso de objetos espaciais, como pontos, linhas, segmentos, polígonos, sem uso de artifícios não nativos ao banco de dados;
- 2.29.28.** O SGDBOR deve exigir o tráfego com uso de criptografia. Para criptografia, deve ser possível usar certificados emitidos pelo letsencrypt ou outra fonte gratuita e confiável;
- 2.29.29.** O SGDBOR deve possuir garantia de atomicidade das transações;
- 2.29.30.** O SGDBOR deve possuir garantia de consistência dos dados, através da execução de transações isoladas;
- 2.29.31.** O SGDBOR deve possuir garantia de isolamento das transações;
- 2.29.32.** O SGDBOR deve permitir o uso de particionamento dos bancos de dados;



- 2.29.33.** O SGDBOR deve possuir todos os recursos administrativos (usuários, grupos de acesso, partições de dados, e outros) sem limitações de qualquer tipo em relação as funcionalidades existentes;
- 2.29.34.** O SGDBOR a ser utilizado deverá obrigatoriamente possuir recursos de arquivamento de log;
- 2.29.35.** O SGDBOR deve possuir recurso para recuperação automática após queda (crash) do sistema;
- 2.29.36.** O SGDBOR deve possuir mecanismo de controle de concorrência de multi-versão (MVCC);
- 2.29.37.** O SGDBOR deve ser baseado em arquitetura TOAST (The Oversized-Attribute Storage Technique);
- 2.29.38.** O SGDBOR deve permitir a criação, pelo operador, de novos: Tipos de dados, Funções, Operadores, Funções de Agregação, métodos de índice;
- 2.29.39.** O SGDBOR deve permitir a utilização de mais de uma linguagem procedural;
- 2.29.40.** Deve ser possível cadastrar de forma irrestrita, perfis de acesso ao sistema, delimitando as operações que serão permitidas em cada recurso do mesmo.
- 2.29.41.** Deve ser possível cadastrar usuários do sistema, atribuindo aos mesmos, perfis de acesso, tantos quanto desejados.
- 2.29.42.** Todo permissionamento deve possuir controle de duração em relação a tempo (data inicial e final de validade).
- 2.29.43.** Todas as inserções, atualizações e deleções realizadas pelos operadores deve gerar trilhas de auditoria.
- 2.29.44.** De forma parametrizável, todos os acessos, mesmo que somente leitura, devem poder ser auditados.
- 2.29.45.** O SRES deve possuir ferramenta para consulta de auditorias, permitindo a usuários que possuam permissão de acesso, identificar quem fez determinada operação, e quando a mesma foi feita.

## **2.30. Sistema de Registro Eletrônico em Saúde (SRES) - Cadastros e auditoria;**

- 2.30.1.** Deve ser possível cadastrar de forma irrestrita, perfis de acesso ao sistema, delimitando as operações que serão permitidas em cada recurso do mesmo.
- 2.30.2.** Deve ser possível cadastrar usuários do sistema, atribuindo aos mesmos, perfis de acesso, tantos quanto desejados.
- 2.30.3.** Todo permissionamento deve possuir controle de duração em relação a tempo (data inicial e final de validade).
- 2.30.4.** Todas as inserções, atualizações e deleções realizadas pelos operadores deve gerar trilhas de auditoria.
- 2.30.5.** De forma parametrizável, todos os acessos, mesmo que somente leitura, devem poder ser auditados.

- 2.30.6.** O SRES deve possuir ferramenta para consulta de auditorias, permitindo a usuários que possuam permissão de acesso, identificar quem fez determinada operação, e quando a mesma foi feita.
- 2.30.7.** O SRES deve possuir parametrização para o local de armazenamento dos logs de utilização do sistema (auditoria), permitindo que o mesmo seja armazenado em outro banco de dados, visando melhorar performance e segurança.
- 2.30.8.** O SRES deve possuir integração com barramento SOA - SUS Cartão Nacional de Saúde, com as interfaces PIX/PDQ.
- 2.30.9.** O SRES deve possuir integração com SIGTAP, de forma versionada.
- 2.30.10.** O SRES deve permitir que sejam definidos períodos de acesso aos operadores, visando garantir que os mesmos somente possuam acesso ao SRES durante seu horário de expediente.
- 2.30.11.** O SRES deve permitir que existam operadores sem restrições de horário, de forma que possam acessar o SRES a qualquer momento.
- 2.30.12.** O SRES deve respeitar norma NGS1.04.06 do SBIS, que impede que os usuários alterem suas próprias permissões.
- 2.30.13.** O SRES deve permitir que os usuários sejam vinculados com as unidades de saúde onde trabalham, limitando seus acessos as unidades adequadas.
- 2.30.14.** O SRES deve possuir exigência de complexidade de senhas em conformidade com o SBIS.
- 2.30.15.** Todos os relatórios da solução devem ser gerados em formato texto simples(txt), arquivo separado por vírgulas (csv), e Formado de documento portátil (pdf), minimamente. (não estão cobertos por esta regra, impressões que exijam assinatura eletrônica, que devem ser emitidas unicamente em PDF assinado, ou PDF simples para assinatura externa).
- 2.30.16.** O SRES deve disponibilizar ao usuário recursos de informação sobre o que um botão, menu ou ícone faz ao posicionar o cursor sobre ele.
- 2.30.17.** O SRES deve exibir mensagens de advertência ou erro informando ao usuário um determinado risco ao executar funções solicitando sua confirmação.
- 2.30.18.** Deve haver cadastro de municípios compatível com lista emitida pelo IBGE.
- 2.30.19.** Deve haver cadastro de munícipes em conformidade com CNS, respeitando estrutura mínima do PIX/PDQ do CadSUS.
- 2.30.20.** Deve haver cadastro de ocupações, conforme padrão do Ministério da Economia.
- 2.30.21.** Deve haver cadastro de unidades de saúde compatível com SCNES.
- 2.30.22.** Deve haver cadastro de profissionais compatível com SCNES.
- 2.30.23.** Deve haver rotina de importação do SCNES, que permita importar unidades de saúde e profissionais com base em arquivo gerado no SCNES.
- 2.30.24.** Deve haver cadastro de bairros.

- 2.30.25.** Deve haver cadastro de logradouros.
- 2.30.26.** Deve haver funcionalidade para unificar bairros criados erroneamente em duplicidade.
- 2.30.27.** Deve haver funcionalidade para unificar logradouros criados erroneamente em duplicidade.
- 2.30.28.** Deve haver forma de vincular bairros e logradouros, de modo a impedir cadastros equivocados de endereços de pacientes.
- 2.30.29.** Deve ser possível cadastrar cidadãos sem endereço fixo, registrando-se neste caso o motivo de ausência do endereço.
- 2.30.30.** Deve ser possível alterar a situação do cadastro do cidadão, utilizando-se situações cadastráveis, que inativam ou não o cadastro.
- 2.30.31.** Deve registrar de forma simples, todos os telefones fornecidos pelo cidadão para contato.
- 2.30.32.** Deve possuir integração com plataforma online para obtenção de latitude e longitude (o custo deve ser explícito na proposta de preços).
- 2.30.33.** O SRES deve permitir o registro de documentos que o paciente eventualmente possua nas unidades de saúde, de forma a 'indexar' os mesmos.
- 2.30.34.** No cadastro do cidadão, deve ser possível registrar as deficiências do mesmo.
- 2.30.35.** Deve ser possível registrar a fotografia do cidadão em seu cadastro, visando aumentar a biossegurança.
- 2.30.36.** Deve haver recurso para unificar cadastros duplos de cidadão, através de ferramenta específica, com acesso controlado, internamente na própria ferramenta.
- 2.30.37.** Deve haver forma de identificar em lote, cadastros possivelmente duplos, com base em critérios pré-definidos.
- 2.30.38.** Deve haver forma de emitir cartão municipal de Saúde, utilizando-se de impressoras térmicas, conforme layout definido pelo município, utilizando as impressoras Zebra GC420d, recebidas do Ministério da Saúde para este fim.
- 2.30.39.** Deve permitir registro de Declarações de Nascido Vivo no SRES, em conformidade com padrão nacional.
- 2.30.40.** Deve permitir o registro de biometria dos pacientes, identificando o dedo e a biometria. Deve ser possível capturar a biometria de minimamente 4 dedos diferentes, escolhidos pelo usuário.
- 2.30.41.** Deve permitir a perfis autorizados, configurar a obrigatoriedade de campos do cadastro do paciente, conforme a unidade de atendimento. Ex.: Não exigir o número do CPF na UPA mas, exigir nas unidades de ESF.
- 2.30.42.** Deve permitir a perfis autorizados, cadastrar críticas e bloqueios relativos a duplicidade de cadastros. Ex.: Alertar sobre dois cadastros com mesmo nome e data de nascimento e, bloquear dois cadastros com mesmo CPF.

**2.30.43.** Deve respeitar a lista de termos inválidos do barramento CadSUS.

**2.31. Sistema de Registro Eletrônico em Saúde (SRES) - Gestão das agendas;**

**2.31.1.** O SRES deve permitir o cadastro de especialidades

**2.31.2.** As agendas devem usar o cadastro de unidades e profissionais previamente feito ou importado do SCNES.

**2.31.3.** O SRES deve permitir que sejam criadas agendas para os profissionais, respeitando intervalos pré-determinados (agendamento com horário marcado).

**2.31.4.** O SRES deve permitir que sejam criadas agendas para os profissionais, por ordem de chegada.

**2.31.5.** O SRES deve permitir aos profissionais que sejam criadas agendas em várias especialidades ao mesmo profissional, usando o mesmo CBO.

**2.31.6.** Deve existir funcionalidade para configuração de impressão de comprovante de agendamento ao final do agendamento. Este comprovante, deve conter as informações do compromisso e do paciente, sendo parametrizável conforme definição do gestor, mesmo que via solicitação ao desenvolvimento.

**2.31.7.** Deve existir funcionalidade para emissão de ficha de atendimento, a ser usada como forma de contingência, em caso de falta prevista do sistema.

**2.31.8.** Deve permitir o cadastro de cotas por unidade de saúde destino, período de vigência e especialidade, sendo possível vincular as unidades de origem com suas quantidades ou percentuais.

**2.31.9.** Deve ser possível, para cada cronograma, definir vagas normais, de encaixe e de retorno.

**2.31.10.** Deve possibilitar configurar para cada cronograma os dias para visualização retroativas e/ou a frente para as vagas existentes.

**2.31.11.** A tela de agenda deve disponibilizar minimamente os seguintes filtros:

31.11.a) Unidade;

31.11.b) Especialidade;

31.11.c) Profissional;

31.11.d) Data;

31.11.e) Turno;

**2.31.12.** Deve haver forma de listar todas as agendas do dia, visando facilitar a utilização do recurso;

**2.31.13.** Deve haver forma de listar todas as agendas de uma determinada especialidade, visando facilitar a localização de vagas conforme as possibilidades.

**2.31.14.** Ao agendar um cidadão, devem ser exibidos dados básicos do mesmo, minimamente:

31.14.a) Nome e/ou nome social;

31.14.b) Foto (se houver);

31.14.c) Endereço (de forma resumida, para simples conferência);

**2.31.15.** Deve ser possível parametrizar o tempo de validade de um cadastro para realização de agendamentos, em conformidade com as políticas municipais.

**2.31.16.** O SRES deve possuir listagem dos pacientes de uma determinada agenda, minimamente diferenciando:

31.16.a) Pacientes que agendaram consulta mas, ainda não compareceram à unidade para atendimento.

31.16.b) Pacientes que agendaram consulta para hoje e estão aguardando atendimento.

31.16.c) Pacientes que já foram atendidos.

31.16.d) Pacientes cancelados.

**2.31.17.** Na lista de pacientes, deve ser possível realizar minimamente as seguintes ações:

31.17.a) Triagem (acolhimento).

31.17.b) Atendimento (prontuário).

31.17.c) Cancelamento.

31.17.d) Confirmação de presença.

**2.31.18.** A ação de cancelamento das consultas agendadas, deve ter como opção o estorno das vagas.

**2.31.19.** Deve haver forma de reagendamento para os pacientes.

**2.31.20.** Deve haver relatório de pacientes agendados.

**2.31.21.** Deve haver relatório de pacientes cancelados.

**2.31.22.** Deve haver relatório de pacientes atendidos.

**2.31.23.** Deve haver forma de registrar bloqueios de agenda, para determinado dia (ex.: feriado).

**2.31.24.** Deve haver forma de alterar o horário de uma agenda previamente estabelecida, de forma excepcional.

**2.31.25.** Deve haver forma de alterar o número de vagas de uma agenda previamente estabelecida, de forma excepcional.

**2.32. Sistema de Registro Eletrônico em Saúde (SRES) - Gestão de boletim de produção ambulatorial;**

**2.32.1.** O SRES deve coletar, em todas as atividades cotidianas possíveis, de forma automática, os procedimentos em conformidade com o padrão BPA (para fins de prova de conceito, exibir 2 (duas) situações em que é informado um dado clínico, ou registrado um processo e a partir disso, sem intervenção do usuário, é realizado o faturamento de um procedimento).

**2.32.2.** O SRES deve realizar a geração de arquivos de BPA em conformidade com o layout disponibilizado pelo Ministério da Saúde.

- 2.32.3.** O SRES deve realizar controle dos procedimentos registrados já faturados, visando impedir cobranças em duplicidade de modo sistemicamente repetido.
- 2.32.4.** O SRES deve permitir, na rotina de geração do BPA, seleção de diversas competências, com indicação da competência de apresentação, visando permitir cobrança de competências retroativas quando necessário.
- 2.32.5.** O SRES deve permitir a geração de BPA de diversas unidades ou até mesmo, de todas elas, em um único processo, visando facilitar a geração e exportação do(s) arquivo(s)
- 2.32.6.** Para procedimentos que permitem registro individualizado e consolidado, o SRES deve dar ao usuário a opção de definir o formato de apresentação, no momento da geração do arquivo ou em parâmetro que possa ser controlado pelo usuário.
- 2.32.7.** O SRES deve conter, visando manter compatibilidade com SIGTAP, terminologia CID-10 incorporada ao mesmo.
- 2.32.8.** O SRES deve possuir rotina para importação do SIGTAP sob demanda do usuário.
- 2.32.9.** O SRES deve possuir funcionalidade que faça a obtenção e importação automatizada do SIGTAP, sem que para isso seja necessária intervenção do usuário. Este recurso pode usar o crontab, agendador de tarefas ou outro recurso equivalente para funcionar.
- 2.32.10.** O SRES deve possuir versionamento do SIGTAP.
- 2.32.11.** O SRES deve possuir funcionalidade para definição de competências para BPA, garantindo flexibilidade em relação à data inicial e final da mesma.
- 2.32.12.** O SRES deve permitir o encerramento de competências para registro de BPA, impedindo o registro de novos procedimentos ou alteração dos procedimentos já existentes nesta.
- 2.32.13.** O SRES deve realizar validação de toda digitação BPAMAG a fim de evitar glosas.
- 2.32.14.** Deve haver forma de registro consolidado de produção para casos de necessidade ou contingência.
- 2.32.15.** Toda produção captada no sistema deve ser feita preferencialmente de forma individualizada, mesmo que o procedimento em questão seja consolidado, afim de construir o prontuário do paciente. Procedimentos consolidados devem ser agrupados na geração do arquivo de transmissão.

## **2.33. Sistema de Registro Eletrônico em Saúde (SRES) - Registro das Ações Ambulatoriais de Saúde - RAAS**

- 2.33.1.** O SRES deve possuir cadastro de origem do paciente compatível com RAAS.
- 2.33.2.** O SRES deve possuir cadastro de destino do paciente compatível com RAAS.
- 2.33.3.** O SRES deve possuir recurso no prontuário que permita digitação do RAAS Psicossocial.
- 2.33.4.** O SRES deve possuir recurso no prontuário que permita digitação do RAAS Domiciliar.

- 2.33.5.** O SRES deve possuir recurso para digitação isolada do RAAS Psicossocial.
- 2.33.6.** O SRES deve possuir recurso para digitação isolada do RAAS Domiciliar.
- 2.33.7.** O SRES deve dispor de recurso para validação das informações RAS-AD e RAS-PSI, exibindo ao usuário a situação, sendo que quando inválido informar qual o motivo para que este possa ser corrigido ou complementado de acordo com as regras de validação do sistema RAAS.
- 2.33.8.** O SRES deve permitir a geração de faturas por equipamento de saúde e exportação de arquivos para o sistema RAAS de acordo com manual de integração fornecido pelo Datasus.
- 2.33.9.** O SRES precisa possuir minimamente relatórios estatísticos de produção que apresentem informações referentes a:
  - 33.9.a) Atendimentos;
  - 33.9.b) Atendimentos por profissional;
  - 33.9.c) Atendimentos por idade;
  - 33.9.d) Atendimentos por procedimento;
  - 33.9.e) Atendimentos por diagnóstico;
  - 33.9.f) Estatístico de atendimentos;
  - 33.9.g) Resumo de produção por profissional;
  - 33.9.h) Atendimentos por idade e sexo;
  - 33.9.i) Faturamento do corpo clínico;
  - 33.9.j) Faturamento mensal;
  - 33.9.k) Procedimentos mais realizados;
  - 33.9.l) Procedimentos não faturados;
  - 33.9.m) Produção por unidade;
  - 33.9.n) Produção por especialidade.

## **2.34. Sistema de Registro Eletrônico em Saúde (SRES) - Gestão da Estratégia de Saúde da Família**

- 2.34.1.** Possuir cadastro de segmento, área e micro área.
- 2.34.2.** Possuir importação do cadastro de equipes do SCNES;
- 2.34.3.** Possuir integração de todas as fichas do e-SUS (na data de publicação deste edital, sendo):
  - 34.3.a) Ficha de Cadastro Individual;
  - 34.3.b) Ficha de Cadastro Domiciliar e Territorial;
  - 34.3.c) Ficha de Atendimento Individual;
  - 34.3.d) Ficha de Atendimento Odontológico Individual;
  - 34.3.e) Ficha de Atividade Coletiva;
  - 34.3.f) Ficha de Procedimentos;
  - 34.3.g) Ficha de Visita Domiciliar e Territorial;
  - 34.3.h) Marcadores de Consumo Alimentar;
  - 34.3.i) Ficha de Avaliação de Elegibilidade;
  - 34.3.j) Ficha de Atendimento Domiciliar;

- 34.3.k) Ficha complementar - Síndrome neurológica por Zika / Microcefalia.
- 2.34.4.** Permitir que o cadastro individual seja o mesmo usado em outras partes do sistema, realizando complementação das informações necessárias para registro de informações sociodemográficas e de saúde referentes ao e-SUS.
- 2.34.5.** Permitir registro de morador de rua, conforme Ficha de Cadastro Individual do e-SUS.
- 2.34.6.** Permitir o cadastro de domicílios conforme Ficha de Cadastro Domiciliar e Territorial do e-SUS.
- 2.34.7.** Permitir o cadastro de famílias e integrantes, conforme Ficha de Cadastro Domiciliar e Territorial e Ficha de Cadastro Individual do e-SUS.
- 2.34.8.** Possuir gatilho que garanta que o cidadão somente pode pertencer a uma família de forma ativa.
- 2.34.9.** Garantir a manutenção do histórico das famílias do cidadão ao longo de sua vida.
- 2.34.10.** Possuir recurso administrativo que permita a redistribuição do território, através da migração em massa (lote) dos domicílios entre micro áreas ou equipes, conforme a necessidade.
- 2.34.11.** Possuir forma visual de controle do envio das fichas para o e-SUS.
- 2.34.12.** Garantir de forma visual o controle de compatibilidade de versão com o e-SUS.
- 2.34.13.** Garantir integração com o e-SUS na versão vigente do LEDI-e-SUS-AB, conforme disponibilizado pelo Ministério da Saúde.
- 2.34.14.** Garantir que todas as fichas disponíveis no layout de integração do e-SUS possam ser usadas no SRES.
- 2.34.15.** Permitir filtrar as fichas que deseja-se exportar, por unidade de saúde, período e tipo de ficha.
- 2.34.16.** Possuir relatório de fichas exportadas em determinado lote.
- 2.34.17.** Possuir log da exportação, minimamente, visualizando os erros.
- 2.34.18.** Possuir integração com prontuário eletrônico, permitindo ao profissional preencher as fichas durante o atendimento (quando pertinente).
- 2.34.19.** Deve possuir relatórios, minimamente:
- 34.19.a) Acompanhamento de visita dos ACSs;
  - 34.19.b) Atendimentos dos cidadãos (fichas);
  - 34.19.c) Cadastros de domicílios por Agente Comunitário de saúde;
  - 34.19.d) Cadastros individuais por Agente Comunitário de saúde;
  - 34.19.e) Condutas registradas nas fichas;
  - 34.19.f) Conferência de produção;
  - 34.19.g) Consolidado de cadastros;
  - 34.19.h) Consolidado por Profissional;



- 34.19.i) Domicílios registrados no sistema;
- 34.19.j) Informações para preenchimento do programa 'Mais médicos';
- 34.19.k) Marcadores de consumo alimentar;
- 34.19.l) Procedimentos faturados e-SUS/BPA;
- 34.19.m) Produtividade Odontológica Mensal;
- 34.19.n) Totais de famílias e integrantes;
- 34.19.o) Visitas domiciliares;
- 34.19.p) Visitas domiciliares por ACS;
- 34.19.q) Visitas domiciliares não realizadas.

## **2.35. Sistema de Registro Eletrônico em Saúde (SRES) - Gestão de urgência e emergência**

**2.35.1.** Deve ser possível usar o sistema em mais de um ponto de atendimento, com identificação da unidade e dos setores necessários.

**2.35.2.** Durante o atendimento, deve ser possível registrar, minimamente:

- 35.2.a) Anamnese;
- 35.2.b) Procedimentos;
- 35.2.c) Exames solicitados;
- 35.2.d) Prescrição de medicamentos, soluções e nebulizações;
- 35.2.e) Cuidados e recomendações para enfermagem;
- 35.2.f) Evolução;
- 35.2.g) Aferições vitais;
- 35.2.h) Diagnósticos com terminologia CID-10;
- 35.2.i) Solicitação de avaliação;

**2.35.3.** Para cada ponto de atendimento, deve permitir a configuração dos itens usados no atendimento, bem como sua ordenação.

**2.35.4.** Para cada ponto de atendimento, deve permitir criar as questões da anamnese, visando melhorar a aderência do SRES a realidade.

**2.35.5.** Deve permitir o cadastro de questionários personalizados para uso nos atendimentos. Para cada campo criado, deve-se poder definir o tipo de dado esperado, inclusive, com possibilidade de lista de opções para seleção de uma ou mais opções.

**2.35.6.** Deve permitir a criação de impressos personalizados por local de atendimento.

**2.35.7.** Deve haver forma de anexar arquivos ao atendimento (ex.: imagens, documentos digitalizados).

**2.35.8.** Além da prescrição para uso imediato, deve haver funcionalidade para emissão de receituário, de modo que o paciente tenha prescrição para uso domiciliar. Este documento deve ser registrado e impresso.

**2.35.9.** A impressão do receituário deve ser personalizável por ponto de atendimento.

**2.35.10.** Deve ser possível realizar a impressão das solicitações de exames.

**2.35.11.** Deve ser possível a emissão de atestado para paciente e acompanhante, quando

necessário.

- 2.35.12.** Deve ser possível o controle de localização do paciente dentro do local de atendimento.
- 2.35.13.** Deve ser possível a classificação de risco do paciente, conforme protocolo do Ministério da Saúde.
- 2.35.14.** Deve haver painel para chamada de pacientes para triagem e consultórios nos locais de atendimento.
- 2.35.15.** Ao realizar a triagem, devem ser coletados, minimamente, as seguintes informações:
  - 35.15.a) Alergias;
  - 35.15.b) Pressão arterial;
  - 35.15.c) Frequência cardíaca;
  - 35.15.d) Frequência respiratória;
  - 35.15.e) Temperatura;
  - 35.15.f) Peso;
  - 35.15.g) Altura;
  - 35.15.h) Classificação de risco;
- 2.35.16.** Os atendimentos devem ser ordenados, inicialmente pela ordem de chegada, para triagem.
- 2.35.17.** A partir da triagem, os atendimentos devem ser ordenados pela classificação de risco e, em seguida, pela ordem de chegada.
- 2.35.18.** Para cada classificação, deve haver indicativo do tempo limite para atendimento, demonstrando, de forma visual o tempo restante para atendimento ao paciente em conformidade com o protocolo adotado.
- 2.35.19.** Na recepção deve ser possível selecionar informações para auxílio da priorização da triagem.
- 2.35.20.** Durante a prescrição, o SRES deve alertar sobre alergias previamente registradas.
- 2.35.21.** O histórico do paciente deve ficar visível ao profissional durante o atendimento.
- 2.35.22.** Deve ser possível aos médicos criar modelos de prescrição, para uso dos mesmos.
- 2.35.23.** Deve ser possível aos médicos, durante o atendimento, usar os modelos de prescrição, podendo alterar os mesmos, inserindo ou removendo informações durante o atendimento.
- 2.35.24.** Deve ser possível aos médicos, durante o atendimento, criar e usar modelos de evolução, podendo cadastrar o modelo e, posteriormente selecioná-lo no atendimento. O uso deve permitir que sejam inseridas e/ou removidas informações na evolução criada a partir do modelo.
- 2.35.25.** Na triagem, deve haver alertas para valores considerado atípicos. Para cada aferição, deve-se poder cadastrar minimamente os valores normais, visando receber alerta quando o valor da aferição estiver fora destes.

- 2.35.26.** Deve possuir relatório estatístico para acompanhar os atendimentos de um período por classificação de risco, com minimamente opções de acompanhamento por dia, semana ou mês.
- 2.35.27.** Deve possuir relatório para acompanhamento do tempo de espera do paciente até o seu atendimento, computando o tempo até a triagem bem como até o atendimento médico, com minimamente filtros por período e classificação
- 2.35.28.** Deve possuir relatório que mostra um estatístico de atendimentos por fluxo e discriminação utilizado no protocolo, filtra minimamente o período, o profissional que atendeu o paciente, o fluxo e discriminador do protocolo e a classificação do atendimento.
- 2.35.29.** Deve possuir relatório dos atendimentos de um período, listando o total dos atendimentos de pacientes por município, e classificação dos atendimentos.
- 2.35.30.** Deve possuir relatórios para medição da produtividade dos profissionais, listando os atendimentos efetuados em um período com e sem observação.
- 2.35.31.** Deve possuir mecanismos para o usuário criar versões personalizadas de todos os relatórios.

**2.36. Sistema de Registro Eletrônico em Saúde (SRES) - Gestão da autorização de exames de média e alta complexidade**

- 2.36.1.** Possibilitar o cadastro de preparo de procedimentos para que seja impresso junto com o comprovante da autorização, com objetivo de informar ao paciente como se preparar para a realização do procedimento.
- 2.36.2.** O SRES deve possuir cadastro de convênios com objetivo de possibilitar a diferenciação de valores de exames por convênio, e assim ser possível controlar e diferenciar valores para um mesmo exame em diferentes convênios.
- 2.36.3.** O SRES deve possuir cadastro de grupos de procedimentos.
- 2.36.4.** O SRES deve possuir cadastro de exames possibilitando informar código, descrição, tempo de atendimento, indicação de status, bem como possibilitar a sua ligação com o cadastro de grupo e a vinculação do mesmo com a tabela de procedimentos oficial SIGTAP.
- 2.36.5.** O SRES deve possibilitar a vinculação de cada exame a grupo(s) orçamentário(s), utilizados para elaboração dos orçamentos de tetos físicos e ou orçamentário para controle das autorizações.
- 2.36.6.** O SRES deve possibilitar que sejam criados exames compostos por mais de um procedimento SUS através do vínculo do procedimento SIGTAP e quantidade do mesmo para formar a composição de valor do exame criado.
- 2.36.7.** O SRES deve possibilitar a definição de tetos orçamentários anuais por município de modo que o valor mensal possa ser acumulado para o próximo mês se houver saldo não utilizado, a definição deste orçamento deve ser possível de ser lançada por grupo e ou procedimento bem como a possibilidade que o teto seja definido por quantidade e ou valor.
- 2.36.8.** O SRES deve possuir mecanismo para definição de tetos orçamentários por

município, prestador, unidade de saúde e profissional, atribuindo-se a eles quantidade e ou valor orçado.

- 2.36.9.** Durante a autorização dos procedimentos, a aplicação deve permitir que sejam informados o nome do cidadão, a data da autorização, unidade de saúde que solicitou, unidade que autorizou, profissional solicitante, indicação de gravidez a cidadã do sexo feminino, tipo da autorização (normal, urgência ou retorno), número da requisição, exame(s), data da realização, prestador, turno, horário, quantidade e observação.
- 2.36.10.** Durante a autorização o SRES deve exibir as últimas autorizações disponibilizadas ao cidadão.
- 2.36.11.** Deverá possuir mecanismo para consultar o saldo disponível a ser utilizado pelo prestador selecionado a atender a mesma.
- 2.36.12.** O SRES deve possuir mecanismo para criação de cronogramas de atendimento para cada exame, determinando os dias e horários em que o mesmo poderá ser marcado para atendimento pelo prestador.
- 2.36.13.** Deve ser possível a criação de exceções onde as mesmas deverão bloquear autorizações com base na exceção criada.
- 2.36.14.** Durante o processo de autorização a aplicação deverá obedecer rigorosamente aos tetos orçamentários definidos, não permitindo os mesmos sejam ultrapassados.
- 2.36.15.** O SRES deve possuir mecanismo de controle que obrigue os prestadores registrarem os exames realizados com opção para anexar o laudo eletrônico do exame realizado, permitindo o controle do pagamento de cada prestador com base nos exames realizados.
- 2.36.16.** O SRES deve permitir, de modo que ser configurado se desejável, que sejam autorizados exames sem que seja indicado o prestador que irá realiza-los, de modo a garantir a livre escolha do cidadão do prestador.
- 2.36.17.** O SRES deverá possibilitar a busca de solicitações realizadas pelo profissional em seu atendimento no prontuário eletrônico, restando ao operador a tarefa de confirmar os procedimentos a serem autorizados, a escolha do prestador em que será realizado data e hora.
- 2.36.18.** Deverá possibilitar por meio de configuração prévia do sistema que a autorização possa ser atendida apenas por completo e sempre utilizando o mesmo prestador para atendimento total da requisição.
- 2.36.19.** Deverá ser possível o cancelamento por completo de uma requisição que ainda não tenha sido atendida pelo prestador, bem como a sua replicação por completo para outra data.
- 2.36.20.** O SRES deverá possibilitar a configuração de bloqueios de procedimentos e ou grupos de procedimentos por quantidade máxima a ser autorizada, número de dias de intervalo de realização entre autorizações e ou bloqueio por não retirada do resultado por determinado tempo.
- 2.36.21.** Deverá possuir tela para gerenciar os cidadãos que estejam com procedimentos bloqueados de maneira que operador autorizado possa realizar a liberação.

- 2.36.22.** O SRES deverá possibilitar a contratante que personalize o layout do impresso de autorização podendo o layout ser diferenciado por prestador.
- 2.36.23.** O SRES deverá disponibilizar mecanismo para confirmação de realização dos procedimentos autorizados e executados pelo prestador, bem como a possibilidade do mesmo anexar resultados, mediante chave de confirmação impressa na autorização entregue ao cidadão.
- 2.36.24.** O SRES em sua funcionalidade de confirmação de realização pelo prestador, deverá listar as autorizações que contenham o prestador previamente definido na autorização ao seu executante, bem como possibilitar a busca de autorizações utilizando filtros como número de autorização ou cidadão, tanto para as autorizações com prestador pré definido ou não.
- 2.36.25.** Deverá possibilitar a configuração de tempo (em dias) limite para que o prestador possa confirmar a realização dos procedimentos bem como este tempo(dias) poder ser contado tanto pela data da sua autorização quanto pela data do lançamento da mesma.
- 2.36.26.** Deverá possibilitar a configuração da aplicação de modo que a mesma realize automaticamente o cancelamento das autorizações que não tenham sido confirmadas pelo prestador até o prazo limite para a confirmação, bem como permitir que seja configurado que ao realizar os cancelamentos o SRES retorne o saldo das mesmas aos seus respectivos orçamentos e fiquem disponíveis para serem utilizados por novas autorizações.
- 2.36.27.** Possuir minimamente os seguintes relatórios:
- 36.27.a) Procedimentos autorizados por paciente;
  - 36.27.b) Procedimentos autorizados por prestador;
  - 36.27.c) Procedimentos autorizados por unidade solicitante;
  - 36.27.d) Procedimentos autorizados por unidade autorizadora;
  - 36.27.e) Saldos dos orçamentos (por unidade solicitante ou autorizadora e prestador ao menos)

**2.37. Sistema de Registro Eletrônico em Saúde (SRES) - Gestão farmacêutica e de estoques, incluindo controle logístico para dispensação domiciliar de materiais e medicamentos**

- 2.37.1.** O sistema deverá possuir controle de medicamentos constantes das listas da Portaria SVS/MS/Nº344, de 12 de maio de 1998 /98 (ANVISA) e suas alterações.
- 2.37.2.** Possuir cadastro de fornecedores contendo minimamente o CNPJ, data do cadastro, razão social, dados de endereço (logradouro, bairro, complemento, cidade, CEP, uf), telefone, e-mail, nome do responsável. Deve ainda haver a possibilidade de indicar se o mesmo fornece medicamentos controlados, seu número de alvará, número da licença, número da licença especial e o tipo do fornecedor (Distribuidora, indústria, farmácia ...).
- 2.37.3.** Deve possuir cadastro de Motivos de Acertos de Estoque, contendo minimamente a descrição.
- 2.37.4.** Deve possibilitar o cadastro de fabricantes, contendo minimamente os campos de descrição, CNPJ, razão social, dados para endereço (logradouro, bairro,

complemento, cidade, Cep, uf), telefone, e-mail, nome do responsável.

- 2.37.5.** Possuir cadastro de centro de custo, contendo minimamente a descrição, CNPJ e o CNES.
- 2.37.6.** Possuir cadastro de listas de entorpecentes, assim como de suas versões.
- 2.37.7.** Deve possuir cadastro de DCB's (Denominação Comum Brasileira), contendo minimamente, a descrição, o código e a lista de entorpecentes.
- 2.37.8.** Permitir cadastrar grupos e subgrupos para os materiais.
- 2.37.9.** O sistema deve permitir identificar quando o material é do tipo medicamento.
- 2.37.10.** O sistema deve permitir definir os materiais e medicamentos que necessitam de controle por lote e validade.
- 2.37.11.** Deve permitir gestão de estoque dos materiais/medicamentos com controle por lote e validade, permitindo identificar o fabricante, o lote a data de validade e a quantidade em estoque para cada Equipamento.
- 2.37.12.** Deve possibilitar que seja definido quais medicamentos que necessitam de preenchimento do laudo LME, e caso seja dado baixa nesses medicamentos, permitir o operador a imprimir o laudo LME (imprimir recibo de dispensação do medicamento).
- 2.37.13.** Deve permitir que sejam cadastradas as diversas formas nas quais o medicamento pode estar disponível para consumo.
- 2.37.14.** Deve permitir identificar um material/apresentação do sistema, com um material da catalogação dos materiais (CATMAT)
- 2.37.15.** O sistema deve permitir identificar um material/apresentação, com um procedimento da tabela SIGTAP.
- 2.37.16.** Deve possuir mecanismo para informar os estoques mínimos para material, apresentação em cada ponto de distribuição de materiais/medicamentos em funcionamento na contratante, e permitir alertar o operador que realiza as baixas dos materiais, quando o mesmo atingiu o limite de estoque.
- 2.37.17.** Deve possuir cadastro de competências específicas para o gerenciamento de estoque.
- 2.37.18.** Permitir definição da administração, para quantidade máxima de dias de atraso que pode registrar uma compra (com base na data da compra).
- 2.37.19.** Permitir definição da administração, para quantidade máxima de dias de atraso que pode registrar uma saída (com base na data da saída).
- 2.37.20.** Permitir definição da administração, para quantidade máxima de dias de atraso que pode registrar uma transferência (com base na data da transferência).
- 2.37.21.** Deve possuir mecanismo para controle de patrimônio, contendo os minimamente as seguintes informações: número do patrimônio, data da garantia, número da nota fiscal, material, fornecedor, unidade de saúde, centro de custo, localização, indicação se o mesmo foi baixado, data da baixa e campo para observações.

- 2.37.22.** Deve permitir o gerenciamento e controle de medicamentos de rotina, contendo minimamente a data e hora, cidadão, o medicamento, observação e quantidade a ser dispensada.
- 2.37.23.** Possuir rotina para pesquisa da posição de estoque utilizando filtros como competência inicial e final, material/forma de apresentação e ponto de distribuição.
- 2.37.24.** Deve possuir mecanismo para gerenciamento entrega parcial de medicamentos por licitação contendo minimamente as informações de Data da Licitação, número, item da licitação (Material/Medicamento), quantidade, valor unitário, fornecedor e campo para observações.
- 2.37.25.** O sistema deve permitir o ponto de distribuição de trabalhar com utilização de etiquetas de códigos de barra, e permitir o desenvolvimento padronizados desses modelos de etiqueta a ser utilizado.
- 2.37.26.** O sistema deve dispor de mecanismo de impressão de etiquetas informando minimamente o material/apresentação, fabricante, lote/validade e quantidade.
- 2.37.27.** Deve possuir controle de entrada e compras de Materiais e Medicamentos com base na nota de compra, contendo minimamente as seguintes informações: data da entrada, ponto de distribuição a onde está sendo realizada a entrada, fornecedor, licitação, data da compra, número da nota fiscal, série, valor de frete, valor de acréscimo, descontos, lista como os materiais/medicamentos, centro de custo, fabricante, a quantidade e o valor total do material/medicamento.
- 2.37.28.** Deve possuir mecanismo para aceitar entrada de materiais e medicamentos recebidos através de doações.
- 2.37.29.** O sistema deve possuir mecanismo que não permita o lançamento de valores e quantidades incorretas com base nas informações da nota fiscal de entrada.
- 2.37.30.** Para toda compra de materiais/medicamentos, o sistema deve dispor da emissão do extrato da compra.
- 2.37.31.** Deve possuir mecanismo para fechamento/encerramento de lançamento dos itens da compra, e cálculo do custo médio de cada um dos itens que fazem parte da nota de compra.
- 2.37.32.** Deve possuir na compra recurso para atender a uma requisição de compra de materiais/medicamentos.
- 2.37.33.** Deve possuir mecanismo de requisição de materiais para que os pontos de distribuição possam solicitar os materiais e medicamentos que julgarem necessários, contendo minimamente as informações de data da requisição, qual unidade de saúde que está solicitando a compra, e a quantidade e itens de materiais/medicamentos.
- 2.37.34.** O sistema deve possibilitar o cadastro das licitações realizadas, permitindo cadastrar o número da licitação, data, observações, e os materiais/medicamentos pertencentes a essa licitação, contendo minimamente as informações de nome do material/medicamento, quantidade, valor unitário, valor total, número de parcelas e o fornecedor.
- 2.37.35.** O sistema deve permitir a entrada no estoque a partir de uma licitação, contendo

um mecanismo ou funcionalidade que neste tipo de entrada de itens no estoque, não permita o operador lançar quantidade do material/medicamento ou valor diferente do registrado na licitação.

- 2.37.36.** Deve possuir mecanismo para gerenciamento de entrega parcial de medicamentos por licitação contendo minimamente as informações de Data da Licitação, número, fornecedor, item da licitação (Material/Medicamento), quantidade total, valor unitário, quantidade entregue, quantidade restante e número de parcelas totais e número de parcelas entregues.
- 2.37.37.** A aplicação deve possuir funcionalidade para geração da transferência dos materiais e medicamentos solicitados pelos pontos de distribuição, com base na requisição de abastecimento.
- 2.37.38.** Deve possuir relatório de abastecimento dos pontos de distribuição, mostrando minimamente as informações de consumo, quantidade em estoque e estimativa do número de dias que o estoque atual conseguirá suprir com base no consumo.
- 2.37.39.** O sistema deve possuir mecanismo de conferência das transferências realizadas entre pontos de distribuição de materiais/medicamentos do município.
- 2.37.40.** O sistema deve dispor de impressão dos itens de uma nota de transferência, contendo minimamente as informações de: material/medicamento, unidade, quantidade.
- 2.37.41.** O sistema deve permitir registrar a devolução de materiais/medicamentos para o fornecedor, identificando qual o fornecedor, a data da devolução, os materiais/medicamentos, quantidade, validade caso houver e o motivo da devolução. O sistema deve possuir mecanismo que só permita devolver itens de compras/entradas realizadas pelo fornecedor informado.
- 2.37.42.** Deve permitir fazer a devolução de uma saída de materiais/medicamentos, contemplando minimamente as informações de Data, cidadão ou centro de custo, e os materiais/medicamentos quantidade e validade caso houver. O sistema deve possuir mecanismo que só permita devolver itens de saídas/dispensação realizadas para o cidadão ou centro de custo informado.
- 2.37.43.** O sistema deve conter mecanismo para que possam ser realizados acertos de estoque em cada ponto de distribuição contendo minimamente as informações de data do acerto, motivo, material/medicamento, unidade, data da validade, quando necessário, a quantidade real em estoque e um campo de texto livre para observações.
- 2.37.44.** O sistema deve permitir o operador cadastrar e gerenciar as receitas do cidadão, contendo minimamente as informações de: cidadão, profissional da receita, data da receita, data de validade da receita, e lista de materiais/medicamentos prescritos, contendo o nome/apresentação do material/medicamento, quantidade prescrita, a quantidade máxima que o cidadão pode retirar por vez, a posologia, a quantidade já entregue do medicamento e disponibilizar o salto por item.
- 2.37.45.** Deve possuir mecanismo para registro das dispensações de materiais e medicamentos para os cidadãos deve possuir minimamente as informações de ponto de distribuição onde a baixa foi realizada, data, número da receita, cidadão, profissional e programa. Nos itens de dispensação deve ser possível registrar as



seguintes informações: material e sua forma de Apresentação, lote de validade, quantidade, quantidade prescrita, duração.

- 2.37.46.** Na tela de dispensação de materiais/medicamentos, a aplicação deve permitir encontrar o cidadão (cadastrado no sistema) com base em qualquer uma das informações: nome, sobrenome, cartão sus, nome da mãe e data de nascimento.
- 2.37.47.** Permitir realizar baixas de materiais e medicamentos para centro de custo.
- 2.37.48.** Permitir realizar baixas de materiais pelo código de barras (deve permitir definir o código de barras na apresentação do material/medicamento).
- 2.37.49.** O sistema deve possuir identificador de medicamentos controlados de acordo com a lista de entorpecentes a qual o medicamento controlado pertence, obrigando em uma dispensação deste tipo de medicamento que o operador indique a data e número da receita e o número da notificação.
- 2.37.50.** Na dispensação de medicamentos para o cidadão, o sistema deve avisar/alertar o operador de quando o cidadão estiver retirando um medicamento antes da data prevista para sua retirada.
- 2.37.51.** O sistema deve disponibilizar um comprovante de baixa/saída dos materiais/medicamentos.
- 2.37.52.** Na tela de dispensação de medicamentos para o cidadão, o sistema deve possuir mecanismo para que sejam consultadas as últimas dispensações de medicamentos realizadas para o cidadão que está sendo atendido.
- 2.37.53.** Deve permitir o operador que realizará a dispensação/baixa de medicamento para o cidadão, visualizar os últimos medicamentos entregues ao cidadão.
- 2.37.54.** Deve possuir mecanismo para registro dos materiais/medicamentos solicitados e não disponíveis nos pontos de distribuição, contendo minimamente as informações de: qual o ponto de distribuição, data da demanda, cidadão, centro de custo, material/medicamento, quantidade em estoque, quantidade a ser dispensada e quantidade reprimida.
- 2.37.55.** Deve permitir identificar quais os pontos de estoque que podem realizar entradas, limitando a funcionalidade para apenas esses pontos de estoque.
- 2.37.56.** Deve possuir parâmetro para indicar se é possível que o ponto de distribuição possa inserir uma saída de material/medicamento, sem informar o cidadão, apenas informando o centro de custo.
- 2.37.57.** Deve possuir parâmetro para indicar se é possível que o ponto de distribuição possa inserir uma saída de material/medicamento, sem informar o cidadão nem ou centro de custo.
- 2.37.58.** Permitir o gestor do sistema obrigar a informação do profissional que receitou o medicamento, durante a dispensação do mesmo.
- 2.37.59.** O sistema deverá possuir rotina para acompanhamento de medicamentos vencidos, contendo minimamente as informações de Equipamento de saúde, material/medicamento, fabricante, validade e quantidade.

- 2.37.60.** Deve possuir parâmetro para indicar se o tempo de utilização do material/medicamento vai ser obrigatório informar no cadastro de uma saída ou dispensação.
- 2.37.61.** O sistema deve disponibilizar um mecanismo que identifique no momento do lançamento de uma dispensação, que o material/medicamento, não está disponível em estoque, podendo o operador, lançar a demanda reprimida sem ter que trocar de tela.
- 2.37.62.** Permitir o administrador de estoque configurar se o sistema permitirá ou não aceitar acertos de estoque com datas retroativas.
- 2.37.63.** Permitir o administrador de estoque configurar se o sistema permitirá ou não a transferência de medicamentos vencidos.
- 2.37.64.** Permitir o administrador de estoque configurar se o sistema deve emitir um aviso ao operador, assim que o material/medicamento atingir sua quantidade mínima em estoque.
- 2.37.65.** O sistema deve possuir rotina para acompanhamento dos medicamentos com estoque abaixo da quantidade mínima.
- 2.37.66.** Possibilitar o controle dos antimicrobianos em conformidade com os padrões da ANVISA.
- 2.37.67.** Possuir mecanismo ou funcionalidade que permita importar o arquivo de produtos disponibilizados pelo Web Service Base Nacional da Assistência Farmacêutica.
- 2.37.68.** O sistema deve disponibilizar a funcionalidade de integração com o sistema da Base Nacional da Assistência Farmacêutica.
- 2.37.69.** O sistema deve possuir relatório de balancete demonstrativo físico dos materiais/medicamentos.
- 2.37.70.** O sistema deve possuir relatório de balancete demonstrativo financeiro dos materiais/medicamentos.
- 2.37.71.** O sistema deve dispor de relatório de análise de consumo de materiais/medicamentos dos cidadãos em um determinado período.
- 2.37.72.** O sistema deve dispor de relatório de análise estatístico curva ABC.
- 2.37.73.** Deverá permitir o gestor verificar em forma de relatório a movimentação de estoque de um Equipamento de saúde em um determinado período.
- 2.37.74.** Deverá permitir o gestor verificar em forma de relatório o total de materiais/medicamentos em estoque para cada Equipamento de saúde.
- 2.37.75.** Deve dispor de relatórios básicos de compras, saídas, transferências, acertos do estoque, e validade dos materiais em estoque.
- 2.37.76.** Deve possuir mecanismo para cadastramento dos cidadãos em programas de distribuição domiciliar de medicamentos e materiais.
- 2.37.77.** Deve possuir funcionalidade para cadastramento das receitas do cidadão, permitindo incluir materiais e medicamentos com suas respectivas datas de validade.

- 2.37.78.** Deve possuir campos para identificar a data de cadastro dos pacientes em cada programa, a data de atualização dos seus dados em cada programa bem como a data da baixa de cada paciente em cada programa.
- 2.37.79.** O sistema deve possuir locais para informação do número da renovação da receita em cada programa, competência da receita e competência da validade.
- 2.37.80.** A funcionalidade deve permitir o gerenciamento de receitas do cidadão, permitindo sua renovação por um período determinado.
- 2.37.81.** Deve possuir mecanismo para geração de roteiros de entrega de medicamentos para os pacientes inseridos em ações programáticas por programa de saúde, bairro, rua, paciente e período de validade.
- 2.37.82.** Deve possuir funcionalidade para geração dos pacotes a serem entregues para cada paciente contendo seus materiais e medicamentos.
- 2.37.83.** A montagem dos pacotes deve ser feita através de um processo de linha de montagem, visando otimizar o fluxo de trabalho, de forma a atender ao menos as seguintes etapas:
- 37.83.a) Geração dos pacotes;
  - 37.83.b) Confecção dos pacotes;
  - 37.83.c) Conferência dos materiais;
  - 37.83.d) Registro da dispensação do pacote para o entregador;
  - 37.83.e) Registro da entrega do pacote ao destinatário.
- 2.37.84.** Deve permitir que todas as etapas da montagem do pacote sejam registradas com validação minimamente de um dos itens:
- 37.84.a) Utilização de login e senha;
  - 37.84.b) Utilização de biometria.
- 2.37.85.** Deve permitir que mais de um roteiro seja criado com os mesmos filtros, inserindo nele apenas as receitas ainda não atendidas por roteiros anteriores.
- 2.37.86.** Deve possuir funcionalidade para emissão dos recibos de entrega para cada paciente contendo no mesmo informações sobre os medicamentos e materiais contidos no pacote.
- 2.37.87.** Deve possuir funcionalidade para baixa automática do estoque dos materiais e medicamentos contidos nos pacotes entregues.
- 2.37.88.** Deve possuir mecanismo para acompanhar através de mapas os locais onde são entregues os medicamentos.
- 2.37.89.** Deve possuir recurso para baixas em lotes sem a geração de pacotes para itens que não se enquadram na geração de pacotes, efetuando a geração automática da baixa contendo as seguintes funcionalidades:
- 37.89.a) Listagem de cidadãos do processamento;
  - 37.89.b) Rotina de processamento (baixa) dos itens do estoque;
  - 37.89.c) Relatório de itens dispensados por cidadão;
  - 37.89.d) Relatório de itens que não foi possível efetuar a baixa.

- 2.37.90.** Deve permitir a inativação dos cadastros de cidadãos nos programas, evitando a geração de pacotes a cidadãos que não estão mais no programa.
- 2.37.91.** Deve prover relatórios para extração minimamente das seguintes informações:
- 37.91.a) Previsão de consumo de itens para montagem de pacotes;
  - 37.91.b) Pacotes não entregues por falta de estoque;
  - 37.91.c) Previsão de entrega de itens para cidadãos;
  - 37.91.d) Roteiro e entrega;
  - 37.91.e) Saldo de estoque de itens para montagem;
  - 37.91.f) Validades das receitas.
- 2.37.92.** O sistema deve possuir funcionalidade ou mecanismo para controle de processos judiciais, contendo minimamente as informações de número do processo, data de abertura, cidadão, equipamento de saúde de cobertura e campo para observações.
- 2.37.93.** Deve permitir que os processos sejam classificados segundo sua situação.
- 2.37.94.** No cadastro do processo judicial, deve dispor de campo para definição da patologia, data do pedido, data de recebimento, número da regional e indicativo do despacho (União, Estado ou Município).
- 2.37.95.** Deve permitir que seja informado para cada processo se o mesmo gera algum tipo de bloqueio, se gera algum tipo de multa, sendo neste caso possível informar também o valor da multa.
- 2.37.96.** Para o controle dos processos judiciais, o sistema deve possuir campos para informação dos dados do advogado, sendo possível informar nome do advogado responsável, número na OAB e telefone.
- 2.37.97.** Deve possuir campo para indicar se o processo encontra-se ativo ou inativo, e caso o processo esteja inativo, o operador deverá informar o motivo de inativação do processo e a data de fechamento.
- 2.37.98.** O sistema deve dispor de cadastramento dos materiais/medicamentos que serão identificados nos processos judiciais.
- 2.37.99.** Para um processo judicial, deve permitir cadastrar todos os materiais/medicamentos referentes ao processo.
- 2.37.100.** O sistema deve possibilitar o operador a cadastrar para cada material/medicamento definido no processo, as informações de quantidade, valor unitário, desconto, identificar se é de uso contínuo, identificar se é genérico, por quem será fornecido e um campo para observações.
- 2.37.101.** Deve permitir definir a situação do material no processo judicial.
- 2.37.102.** Deve possuir mecanismo para gerenciamento das entregas de medicamentos judiciais contendo minimamente as informações de material/medicamento, data da última entrega, data da próxima entrega, quantidade do processo, saldo e quantidade atual em estoque, para cada item de material/medicamento contido no processo.
- 2.37.103.** O sistema deve permitir que os operadores de dispensação de medicamentos, ao identificar um cidadão para dispensação que possui processo judicial, consigam

visualizar os materiais/medicamentos do cidadão em processos judiciais, dispondo minimamente as informações de: material/medicamento, e a quantidade.

- 2.37.104.** Deve possuir mecanismo para impressão de comprovantes de entrega dos itens contendo os materiais e medicamentos dispensados.
- 2.37.105.** O sistema deve possibilitar em forma de relatório gerencial, a verificação das informações dos processos judiciais, disponibilizando a informação do cidadão, o número do processo, a data de abertura, os materiais/medicamentos e sua quantidade.

**2.38. Sistema de Registro Eletrônico em Saúde (SRES) - Prontuário eletrônico Multiprofissional e certificação digital**

- 2.38.1.** Deverá permitir a realização de acolhimento sob demanda, sem a necessidade de haver uma consulta ou agendamento prévio sendo necessário apenas identificar o cidadão através do seu cadastro na aplicação.
- 2.38.2.** A solução deve permitir que os pacientes a sem acolhidos sejam pesquisados ao menos por: nome, sexo, data de nascimento, nome da mãe, CPF, CNS com ao menos três destas informações simultaneamente.
- 2.38.3.** Deve possuir registro do peso, estatura, quadril, cintura, temperatura, pressão arterial, frequência respiratória, frequência cardíaca, pulsação, saturação de O<sub>2</sub>, saturação CO<sub>2</sub>, circunferência braquial e percentual de gordura cutânea, além de registrar o valor de glicemia, informando se o exame foi feito em jejum ou se é pós-prandial, data e hora das coletas.
- 2.38.4.** Deve gerar o IMC com base nas leituras realizadas considerando sexo e faixa etária do paciente conforme manual do SISVAN.
- 2.38.5.** Quando paciente em questão for uma criança a solução deve permitir o registro de perímetro cefálico e torácico, situação vacinal e tipo de aleitamento.
- 2.38.6.** Caso o paciente em atendimento seja mulher em idade fértil, a aplicação deve registrar se a mulher está gestando, caso sim, registrar a data da última menstruação, peso pré-gestacional, altura uterina, toque vaginal, batimentos cardíacos do feto, posição do colo, data provável do parto, se a gestação é planejada, se é gestação de risco bem como criar acompanhamento através de controle gestacional alertando outros profissionais de que esta paciente está em acompanhamento gestacional.
- 2.38.7.** Possuir funcionalidade para registro das anotações de enfermagem e das queixas do paciente.
- 2.38.8.** Todas as informações que caracterizem realização de procedimento realizados durante o acolhimento deverão automaticamente gerar produção ambulatorial (BPA).
- 2.38.9.** A aplicação deve possuir mecanismo para digitação de produção, de maneira que o profissional possa pesquisar todos os procedimentos compatíveis segundo regras do SIGTAP, podendo registrar a execução de quaisquer procedimentos permitidos.

- 2.38.10.** A solução ofertada deve possuir mecanismo para que sejam listados ao profissional, durante o atendimento, procedimentos previamente relacionados aos seu CBO, agilizando assim a indicação dos procedimentos realizados pelo profissional no atendimento.
- 2.38.11.** A aplicação deve possuir gráfico para acompanhamento do perímetro cefálico e peso corporal de crianças, para adultos gráfico de acompanhamento de peso/altura, glicemia e pressão arterial, evolução do IMC, evolução da frequência respiratória/pulsação e para evolução cintura/quadril.
- 2.38.12.** Deve permitir que o profissional realize a classificação de risco do paciente.
- 2.38.13.** A solução deve possuir mecanismo ou funcionalidade para coletar todos os dados necessários para alimentação dos dados do e-SUS durante o atendimento dos pacientes, sem que haja necessidade de nova alimentação de informações.
- 2.38.14.** O atendimento do acolhimento deve permitir que seja registrado em destaque no prontuário dados relevantes a todos os atendimentos subsequentes, de modo que estas informações sejam exibidas em destaque a partir do momento do seu registro.
- 2.38.15.** A solução deve permitir a emissão de declaração de comparecimento, contendo, no mínimo, informações de data, horário inicial, horário final e observações, além de registrar se o paciente estava acompanhado.
- 2.38.16.** Deve haver interoperabilidade com o painel de avisos e quando o profissional acessar o prontuário através da fila de atendimento o paciente deverá ser chamado pelo painel indicando o consultório onde o profissional se encontra.
- 2.38.17.** Deverá possibilitar a parametrização de funcionalidade que permita que o profissional possa alterar a data e hora do atendimento, de forma a ser mantida a data e hora de registro dos mesmos.
- 2.38.18.** Deverá possibilitar lançamento em forma de lista de problema no prontuário eletrônico de maneira que um problema possa evoluir ou ser mesclado em um novo ou então em outro já existente.
- 2.38.19.** Na lista de problemas deve ser possível registrar:
- 38.19.a) Descrição do problema;
  - 38.19.b) Terminologia relacionada;
  - 38.19.c) Indicação de ser agudo ou crônico, minimamente
  - 38.19.d) Observações;
  - 38.19.e) Tempo de ocorrência.
- 2.38.20.** Deve ser possível informar se um problema está sendo tratado no atendimento atual;
- 2.38.21.** Deve gerar um novo problema com base no selecionado.
- 2.38.22.** Deve ser possível mesclar problemas existentes.
- 2.38.23.** Deve possibilitar a informação de alergias do paciente através de cadastro de

alergias, bem como apresentar a informação referente a alergia em todos os atendimentos realizados ao paciente bem como indicação de alergia em caso de medicamentos indicados e que possam reagir a alergia e que estejam previamente cadastrados e vinculados a alergia em questão.

- 2.38.24.** Deve permitir que as informações coletadas durante o atendimento sejam armazenadas no formato SOAP (Subjetivo, Objetivo, Avaliação e Plano), deve ainda sugerir CIDs na seção Avaliação, bem como sugerir CIAP2 em todas as seções do SOAP.
- 2.38.25.** Deve possuir o registro de anamnese conforme resolução 2056 de 2013 do Conselho Federal de Medicina (CFM).
- 2.38.26.** Permitir a elaboração de questionários personalizáveis para serem sugeridos aos profissionais conforme seu CBO no atendimento.
- 2.38.27.** A solução deve estar adequada às regras do e-SUS, coletando todas as informações necessárias para alimentação das fichas do e-SUS durante os atendimentos dos pacientes, bem como possibilitar a obrigatoriedade de preenchimento das mesmas conforme configurações prévias.
- 2.38.28.** Permitir o preenchimento das fichas de atendimento do e-SUS, sendo estas a Individual, Odontológica, de Procedimentos, Síndrome neurológica por Zika/Microcefalia e Consumo Alimentar, sem a necessidade de sair do atendimento atual pelo prontuário eletrônico e atendendo às regras estabelecidas pelo e-SUS para a compatibilização.
- 2.38.29.** Consultar e registrar as informações e ações do paciente quanto a Atenção Domiciliar referente ao Registro de Ações Ambulatoriais de Saúde (RAAS);
- 2.38.30.** Consultar e registrar as informações e ações do paciente quanto a Atenção Psicossocial referente ao Registro de Ações Ambulatoriais de Saúde (RAAS);
- 2.38.31.** Deve possuir campo específico para registro de informações que o profissional julgar importantes, estas informações deverão ser mostradas em destaque durante os atendimentos.
- 2.38.32.** Deverá possuir campo para informar as queixas do paciente.
- 2.38.33.** Deve possuir local para registro das anotações de enfermagem.
- 2.38.34.** Possibilitar o registro de informações referentes a Exames Físicos de modo que possa ser informado dados gerais do exame contendo:
  - 38.34.a) Campo texto para descrição do Aspecto;
  - 38.34.b) Campo texto para descrição da Postura corporal;
  - 38.34.c) Campo texto para descrição da Cor da pele;
  - 38.34.d) Todos os campos devem possuir a possibilidade de informar codificação CID-10 ou CIAP-2;
- 2.38.35.** Deve possuir local para registro da Avaliação antropométrica e Aferições vitais contendo a mesma estrutura utilizada para o preenchimento do acolhimento descrito anteriormente.
- 2.38.36.** Deve possuir funcionalidade para registro da propedêutica com a possibilidade de

registro de data e hora fracionada (mantendo a data e hora do registro), com campos de texto livre para informar no mínimo os seguintes dados e suas respectivas avaliações:

- 38.36.a) Cabeça e pescoço;
- 38.36.b) Boca, nariz, faringe e laringe;
- 38.36.c) Olhos;
- 38.36.d) Sistema auditivo;
- 38.36.e) Sistema nervoso;
- 38.36.f) Sistema respiratório;
- 38.36.g) Sistema circulatório/vascular;
- 38.36.h) Sistema digestório;
- 38.36.i) Sistema gênito-urinário;
- 38.36.j) Pele, mucosas e anexos;
- 38.36.k) Sistema musculoesquelético;
- 38.36.l) Sistema endócrino;
- 38.36.m) Saúde mental.

- 2.38.37.** Deve apresentar lista dos acolhimentos lançados ao paciente.
- 2.38.38.** Deve possuir campo para anotação específica do profissional, estas anotações não devem aparecer em impressões e são de utilização exclusiva do profissional sobre o paciente em atendimento.
- 2.38.39.** Deve haver possibilidade de compartilhar a anotação registrada com outros profissionais, CBOs e ou formas de atendimento.
- 2.38.40.** Deve possuir campo de texto livre para informar planos terapêutico, preventivo, Hipótese Diagnóstica e prognóstico.
- 2.38.41.** Deve possuir recurso para informar terminologias CID-10 e CIAP-2.
- 2.38.42.** Quando CID notificável a solução deve exibir alerta ao profissional e registrar dados para preenchimento da ficha de notificação com opção de escolha para preenchimento imediato ou posterior.
- 2.38.43.** A terminologia deve ser populada automaticamente com dados coletados anteriormente como por exemplo a informação de CID e ou CIAP nas seções anteriores.
- 2.38.44.** Quando do preenchimento de ficha de notificação, nesta já deve estar informados os dados básicos do paciente e da notificação, cabendo ao profissional informar os dados necessários.
- 2.38.45.** Deve possuir campo de texto livre para informar o serviço.
- 2.38.46.** Deve possuir a funcionalidade de escolher e solicitar Testes Rápidos previamente definidos, emitindo a solicitação dos mesmos, bem como possibilitar o lançamento de resultado dos exames que tenham sido realizados.
- 2.38.47.** A solução deve possuir funcionalidade para emissão de solicitações de exames com registro do profissional solicitante, data, observações, dados clínicos, materiais a examinar e exames a serem realizados e resultados.
- 2.38.48.** O mecanismo de solicitação de exames deve permitir que sejam criadas solicitações



padrões de exames agilizando o processo de emissão da solicitação.

- 2.38.49.** Deve possuir funcionalidade para registro de resultados de qualquer exame realizado pelo paciente.
- 2.38.50.** Deve permitir vincular o resultado digitado do exame com o exame solicitado, permitir lançamento de resultados de exames realizados com ou sem solicitações existentes, controle do estado da solicitação de exame (solicitado, realizado ou avaliado), bem como possibilitar o envio de anexos referentes a imagens e laudos de resultados de exames, bem como a possibilidade de recuperação dos mesmos para avaliação.
- 2.38.51.** Deve disponibilizar automaticamente no prontuário os resultados de exames que tenham sido realizados pela própria aplicação.
- 2.38.52.** As solicitações ao serem impressas devem respeitar os vínculos de grupos de exames para que as mesmas saem separadas de forma que cada solicitação impressa possua apenas exames do mesmo grupo.
- 2.38.53.** Deve possuir funcionalidade para requisição de exames de mamografia, requisição de exame histopatológico de colo de útero e exame citopatológico de colo de útero com emissão dos formulários padrões da contratante.
- 2.38.54.** Deve possuir recurso fora do prontuário para registro de resultados de exames, permitindo assim que profissionais técnicos não autorizados a visualizar o prontuário do paciente também possam registrar estas informações.
- 2.38.55.** Deve possuir mecanismo para emissão de receitas de medicamentos com funcionalidade para pesquisa em receitas padrões pré-cadastradas, identificando o medicamento, quantidade, via e posologia.
- 2.38.56.** Deve possuir funcionalidade para cadastramento de receitas padrões agilizando o processo de criação do receituário.
- 2.38.57.** O mecanismo de controle do receituário deve permitir que várias receitas sejam emitidas durante o atendimento do paciente.
- 2.38.58.** Deve emitir receita normal, controlada e de controle especial de acordo com os medicamentos inseridos pelo profissional;
- 2.38.59.** Deve conter mecanismo a fim de possibilitar profissional solicite informações a outro profissional de maneira que o profissional solicitado seja informado sobre o questionamento e possa responder ao profissional solicitante, que receberá aviso de recebimento do retorno do seu questionamento, podendo este questionamento ser finalizado
- 2.38.60.** Sistema deverá prover alerta de itens do componente especializado, LME, para emissão de laudo padronizado para a solicitação e autorização dos mesmos, bem mecanismo para preenchimento dos mesmos.
- 2.38.61.** No receituário o profissional deve poder verificar quais medicamentos possui na rede de saúde, bem como se o mesmo pertence a lista de medicamentos básicos, porém deve haver a possibilidade do lançamento de medicamentos que não sejam encontrados na rede municipal de saúde.

- 2.38.62.** Deve ser possível identificar o medicamento como sendo de uso contínuo na receita a ser emitida ao paciente, bem como demais informações como, via de administração, quantidade e posologia.
- 2.38.63.** Deve possuir recurso para exibir e adicionar medicamentos ativos que o paciente está utilizando.
- 2.38.64.** Deve exibir lista de medicamentos dispensados para o paciente nas unidades de saúde de toda a rede municipal integrada ao sistema.
- 2.38.65.** Deve possuir funcionalidade para emissão de atestado contendo número de dias, número de horas, data do atestado, acompanhante (caso atestado de acompanhante), observações e opção para indicação se o CID deverá ou não ser impresso.
- 2.38.66.** Possibilitar a criação de layout personalizado para a emissão do atestado.
- 2.38.67.** Deve possuir funcionalidade para emissão de encaminhamentos com registro da especialidade, indicação de urgência, indicação para impressão ou não do CID e campo para descrição do motivo.
- 2.38.68.** Deverá permitir através de parametrização a possibilidade de encaminhamento para profissional registrado na rede municipal.
- 2.38.69.** No prontuário médico multiprofissional deve haver a possibilidade de criação de prescrição médica para paciente em observação, permitindo que sejam listados o medicamento, sua administração, posologia e horário da administração com campo para checagem de realização do mesmo.
- 2.38.70.** Deve possuir mecanismo de consulta as imunizações recebidas pelo paciente bem como mecanismo que possibilite o lançamento de imunização ao paciente a partir do atendimento do mesmo.
- 2.38.71.** Deve possuir impressão de "Termo de Consentimento Informado" para assinatura do paciente com opção para indicar se paciente assinou durante o atendimento.
- 2.38.72.** Deve possuir mecanismo para geração da produção ambulatorial com verificações para que não sejam gerados procedimentos não compatíveis com as regras do SIA e possibilidade de inclusão de procedimentos extras que venham a ser realizados, registrando o profissional, grupo, procedimento, quantidade, CBO e CID10 do atendimento realizado.
- 2.38.73.** Deve possuir recurso de lista de procedimentos que serão exibidos de acordo com parametrização por CBO com opção de informar os realizados e ação para confirmação da produção destes procedimentos.
- 2.38.74.** Deve permitir o acesso as informações registradas durante o processo de triagem dos pacientes.
- 2.38.75.** Possuir funcionalidade para impressão da ficha clínica do paciente e de seu prontuário do atendimento atual ou completo.
- 2.38.76.** Na impressão do prontuário deve ser registrar o objetivo, para quem foi entregue, qual foi o profissional que gerou, data e hora, número do documento da pessoa que retirou, campo para informar se o retirante apresentou documento e observações e

emissão de recibo para assinatura.

- 2.38.77.** Deve possuir mecanismo para informar o desfecho onde a data deve permitir informar fracionada, poder escolher uma classificação de especialidade referente ao atendimento caso não tenha sido informado no início, deve permitir informar o tipo de desfecho cadastrável, campo para informar se foi verificado por médico responsável e campo para registrar observações do desfecho do atendimento.
- 2.38.78.** Deve permitir assinar digitalmente em meio eletrônico os documentos do atendimento com a utilização de certificado eletrônico válido ICP-Brasil.
- 2.38.79.** Esta assinatura assinará os dados salvos no banco de dados impossibilitando sua alteração, garantindo desta forma a invalidação das informações caso estes dados sejam alterados indevidamente.
- 2.38.80.** Deve possuir ação para validar se o atendimento assinado digitalmente é válido e não sofreu ou adulterações.
- 2.38.81.** O documento somente poderá ser assinado por profissional detentor de certificado digital válido ICP-Brasil.
- 2.38.82.** O certificado a ser utilizado deve estar vinculado em seu cadastro, que no momento do registro será validado através do seu CPF.
- 2.38.83.** O certificado a ser utilizado não pode estar expirado.
- 2.38.84.** O certificado a ser utilizado não pode estar com problemas de integridade.
- 2.38.85.** O certificado a ser utilizado não pode estar revogado.
- 2.38.86.** Deve no momento da assinatura exibir o documento que será assinado para conferência e validação do profissional assinador.
- 2.38.87.** Deve possuir recurso para o profissional efetuar o gerenciamento de atendimentos não assinados e possa assiná-los caso não os tenha conseguido no momento do atendimento.
- 2.38.88.** Deve possuir registro administrativo para gerenciamento de assinaturas não efetuadas.
- 2.38.89.** Deve possuir delegação de poder para registro de dados no prontuário de modo que o atendimento seja assinado posteriormente pelo responsável que delegou poderes ao usuário.
- 2.38.90.** A solução ofertada deve possuir mecanismo de assinatura digital de registro eletrônico em saúde certificado de acordo com o Manual de Certificação para S-RES v4.2 (Edição 2019 ou mais recente) SBIS/CFM (Sociedade Brasileira de Informática em Saúde / Conselho Federal de Medicina) certificado nos Requisitos do Nível de Garantia de Segurança 2 (NGS2).
- 2.38.91.** Os componentes do módulo devem estar aderentes ao DOC-ICP-155, da ICP-Brasil, que trata sobre a normalização de assinatura digital, para o padrão de "assinatura digital com referências básicas (AD-RB)", sendo recomendado a utilização do padrão de "assinatura digital com referências para validação (AD-RV), com os objetos referenciados estando no domínio da instituição, ou padrão de "assinatura digital

com referências completas (AD-RC)"

- 2.38.92.** Todas as funcionalidades do módulo devem ser disponibilizadas em componentes modulares distintos, que permitam assinar, validar as assinaturas digitais, verificar e validar certificados no momento da assinatura.
- 2.38.93.** Todos os componentes do módulo devem ser capazes de permitir a geração, visualização e armazenamento de registro eletrônico (LOG) dos procedimentos executados bem como das informações pertinentes ao usuário e rede, para fins de auditoria.
- 2.38.94.** Deverá dispor minimamente as seguintes funcionalidades:
  - 38.94.a) Assinador para geração de assinatura digital em documentos eletrônicos;
  - 38.94.b) Verificador para verificar validade de assinatura digital em documentos eletrônicos;
  - 38.94.c) Validador para verificar validade de certificado digital e sua correspondente cadeia de certificação;
- 2.38.95.** Deve gerar assinaturas simples, coassinaturas e contra-assinaturas no padrão CMS Advanced Electronic Signature - CAdES de acordo com o DOC-ICP 15.03.
- 2.38.96.** Deve gerar assinatura digital seguindo todas as políticas de assinatura definidas pela ICP-Brasil no DOC-ICP 15.03:
- 2.38.97.** Deve verificar a validade do certificado digital do signatário e sua correspondente cadeia de certificação no momento da geração da assinatura digital.
- 2.38.98.** A Solução deverá ter a funcionalidade de gerar assinatura digital em lote de documentos de acordo com as definições da resolução nº. 76 de 31 de março de 2010 do ITI e com a segurança necessária de acordo com as definições do documento DOC-ICP-15.01 da ICP-Brasil.
- 2.38.99.** Deve validar o certificado digital do signatário (válido, inválido revogado, expirado) no ato da conferência da assinatura e permitir que, para cada assinatura digital, seja visualizada a situação da verificação ou a descrição do erro caso a assinatura digital seja inválida.
- 2.38.100.** Deve armazenar e alertar ao usuário sobre pendências, possibilitando a este assinar em momento futuro os documentos não assinados no momento do atendimento.
- 2.38.101.** Deve possuir tela de gerenciamento para gestores, para verificação de documentos pendentes de assinaturas e seus respectivos responsáveis.
- 2.38.102.** Deve permitir ao profissional a possibilidade de visualizar o documento antes de sua assinatura.
- 2.38.103.** Deve permitir ao profissional selecionar em sua lista de pendências e assinar vários documentos de uma mesma vez.
- 2.38.104.** Permitir planejamento do atendimento odontológico realizado através da apresentação da arcada dentária em modo gráfico com distinção entre dentes permanentes, dentes decíduos, faces entre outros.

- 2.38.105.** Na arcada dentária deve usar distinção por cores entre procedimentos realizados e procedimentos a serem realizados em cada face de cada um dos dentes.
- 2.38.106.** Deve permitir que o profissional clique sobre a face de cada dente e registre seu estado inicial bem como os procedimentos a serem realizados.
- 2.38.107.** Deve possuir mecanismo para lançamento de procedimentos para todos os dentes.
- 2.38.108.** Deve disponibilizar ao odontólogo todas as funcionalidades do prontuário do paciente.
- 2.38.109.** A aplicação deve permitir que sejam selecionados um ou mais dentes para o lançamento de um ou mais procedimentos.
- 2.38.110.** A solução ofertada deve possuir mecanismo ou funcionalidade que permita a seleção de uma ou mais faces, pertencentes a um ou mais dentes, para informação de um ou mais procedimentos.
- 2.38.111.** O sistema oferecido deve possuir campo para indicar para cada atendimento se o mesmo foi para: 1ª Consulta Odontológica Programática; Escovação Dental Supervisionada; Tratamento Concluído; Urgência; Atendimento a Gestantes;
- 2.38.112.** A solução deve possuir funcionalidade para consulta do histórico de todos os atendimentos em um único odontograma ou ainda, cada tratamento realizado em um odontograma.
- 2.38.113.** A solução deve possuir mecanismo ou funcionalidade que permita a seleção dos dentes no odontograma pelo sextante, permitindo que sejam lançados um ou mais procedimentos para um ou mais sextantes.
- 2.38.114.** A solução deve permitir a seleção de dentes no odontograma por arcada superior ou inferior, permitindo que sejam lançados um ou mais procedimentos para a arcada selecionada
- 2.38.115.** A solução deve permitir em casos de múltipla seleção no momento de lançamento da condição inicial ou do procedimento escolher se quantidade será aplicada para todos os dentes, para cada arcada, para cada sextante, para cada dente ou para cada face conforme o enquadramento da seleção.
- 2.38.116.** A solução deverá dispor de relatórios com base no prontuário contendo minimamente:

- 38.116.a) Atendimentos por programa
- 38.116.b) Atendimentos por CID10/CIAP2

## **2.39. Sistema de Registro Eletrônico em Saúde (SRES) - Gestão da rede de frio**

- 2.39.1.** Deverá permitir o cadastramento das doses de vacinas a serem fornecidas.
- 2.39.2.** Deverá possuir o cadastro de vacinas contendo minimamente a descrição e a ordem na carteira de vacinação do paciente.
- 2.39.3.** Deverá permitir o cadastramento de grupos para imunização.
- 2.39.4.** O sistema deverá permitir o cadastramento das faixas etárias utilizadas na imunização, de forma personalizável, contendo minimamente a descrição, idade

inicial e idade final e sexo.

- 2.39.5.** Deverá possuir funcionalidade para cadastramento de imunizações, contendo minimamente a vacina, a dose, as faixas etárias e o sexo.
- 2.39.6.** Deverá permitir o cadastramento dos calendários de vacinação.
- 2.39.7.** Deverá possuir o cadastro detalhado de tempos para utilização nos calendários de vacinação contendo minimamente a descrição, o calendário de vacinação onde será utilizado, idade inicial em anos, mês e dia e a idade final em anos, mês e dia.
- 2.39.8.** Deverá ser capaz de registrar todas as imunizações administradas ao cidadão, contendo minimamente as informações de data da aplicação, lote, validade, dose, tipo de imunobiológico e todas as demais requeridas pelo SI-PNI, ficando estas informações registradas no prontuário do cidadão.
- 2.39.9.** O sistema deverá permitir o cadastramento e gerenciamento das salas/módulos de vacinação disponíveis da rede municipal de saúde contendo minimamente descrição e a unidade de saúde onde está localizada.
- 2.39.10.** O sistema deverá possuir controle de estoque de imunizações minimamente por lote e validade, deverá possibilitar o gerenciamento e controle de estoque por cada sala/módulo.
- 2.39.11.** Deverá possuir funcionalidade para cadastramento dos tipos de baixa a serem utilizados pela imunização.
- 2.39.12.** Deverá ser capaz de gerar alerta internamente no sistema, todo cidadão que possui carteira de vacinação e o mesmo estiver com qualquer vacina em atraso deve gerar um aviso/alerta para o operador, em qualquer operação e módulo do sistema.
- 2.39.13.** Deverá ser capaz de cadastrar as alergias do cidadão no cadastro da aplicação da vacina.
- 2.39.14.** O sistema deverá gerar aviso/alerta de todas as alergias cadastradas para o cidadão, para fins de visualização do operador, minimamente na carteira do cidadão e na aplicação de uma vacina.
- 2.39.15.** Deverá controlar o calendário de vacinação incluindo intervalo mínimo e recomendado entre as doses do mesmo imunobiológico, bem como idade mínima e máxima do cidadão que pode receber a dose, sendo que a plataforma utilizará estes valores para realizar o aprazamento automaticamente das próximas doses no prontuário do cidadão.
- 2.39.16.** Deverá permitir a atualização do registro de vacinação do cidadão por meio de inserção manual de registros realizados fora da rede municipal, com destaque de que se trata de atualização manual e não aplicação de imunobiológico.
- 2.39.17.** O sistema deverá possuir mecanismo para gerenciamento e emissão das carteiras de vacinação utilizando cores para diferenciação entre vacinas em dia, atrasadas e futuras, contendo o número de dias restantes para aplicação e data das imunizações já realizadas.
- 2.39.18.** O sistema deverá permitir o lançamento de vacinas que não fazem parte do calendário de vacinação normal do cidadão.

- 2.39.19.** A aplicação deve possuir mecanismo que permita o lançamento de imunizações através de planilhas de digitação contendo minimamente o nome do cidadão, a carteira de vacinação o profissional que realizou a imunização, a vacina, dose, lote/validade e quantidade, e deve permitir firmar a situação de gestante para cidadã.
- 2.39.20.** O sistema deverá possuir mecanismo para registrar as entradas de imunizações, alimentando automaticamente o controle de estoque.
- 2.39.21.** O sistema deverá permitir o gerenciamento de estoque pelo gestor, permitindo realizar acerto dos valores do estoque da imunização para o lote/validade já existentes, podendo diminuir a quantidade em estoque ou aumentar a quantidade em estoque.
- 2.39.22.** Deverá possuir mecanismo ou funcionalidade para controle de transferências de imunizações entre as salas/módulos de vacinação.
- 2.39.23.** Deverá possuir mecanismo para gerenciamento das saídas de imunizações contendo minimamente as salas/módulos de vacinação, a data da saída, o motivo/tipo da baixa, as vacinas, lote/validade e quantidade.
- 2.39.24.** O sistema deverá possuir mecanismo ou funcionalidade que permita o acompanhamento da movimentação do estoque de imunizações por salas/módulos de imunização, permitindo o gestor verificar a disponibilidade dos produtos por tipo de imunobiológico, permitindo monitorar o total de imunizações utilizadas e aplicadas, as perdas físicas e perdas técnicas.
- 2.39.25.** O sistema deverá ter a possibilidade de fazer o envio das aplicações ao sistema oficial do governo SI-PNI.
- 2.39.26.** O sistema deverá permitir a impressão da caderneta de vacinação.
- 2.39.27.** Deverá possuir relatório de balanço físico de imunizações por sala/módulo de imunização.
- 2.39.28.** Deverá possuir relatório para emissão do Boletim de Imunizações.
- 2.39.29.** Deverá possuir relatório de acompanhamento de imunizações por bairro.
- 2.39.30.** Deverá possuir relatórios de gerenciamento com a visualização dos movimentos de estoque de mensal das imunizações.
- 2.39.31.** Deverá possuir relatórios para acompanhamentos das imunizações por lote e validade.
- 2.39.32.** Deverá permitir o gestor verificar em forma de relatório a existência de imunizações atrasadas.
- 2.39.33.** Deverá permitir o gestor verificar as vacinações realizadas, e lista de vacinados por tipo de vacina.
- 2.39.34.** O sistema deve disponibilizar de mecanismo para importação de dados legados do sistema SIPNI, possibilitando a importação dos cidadãos e das vacinas aplicadas por cidadão.

**2.39.35.** Deve possuir integração com RNDS para envio de vacinas COVID.

**2.40. Sistema de Registro Eletrônico em Saúde (SRES) - Gestão de frotas e controle de tratamento fora do domicílio**

- 2.40.1.** O sistema deve possuir o cadastro de tipos de veículos.
- 2.40.2.** O sistema deverá possuir campos para cadastro básico de veículo, contendo, minimamente descrição, tipo, placa, marca, número do chassi, RENAVAM, ano do veículo sua capacidade/lotação, tipo do combustível e data da validade do extintor de incêndio.
- 2.40.3.** Deve permitir a criação de rotas contendo minimamente sua descrição, município de saída e município de destino.
- 2.40.4.** Deve possuir cadastro para lançamento de dotações orçamentárias contendo minimamente a descrição e o número.
- 2.40.5.** Deve possuir cadastro de recursos contendo minimamente a descrição e número.
- 2.40.6.** O sistema deve permitir o cadastro de motoristas contendo minimamente o nome, CPF, telefone, endereço, município, complemento, CEP, tipo de veículo de condução, número da sua carteira de habilitação, categoria da carteira, data do vencimento da carteira.
- 2.40.7.** A aplicação deve possuir cadastro de itens de consumo com minimamente sua descrição, unidade de apresentação e fornecedor padrão.
- 2.40.8.** Deve possuir cadastro de eventos do veículo.
- 2.40.9.** A plataforma deve possuir funcionalidade ou mecanismo para lançamento de eventos para cada veículo contendo minimamente sua data de criação/atualização, evento, data do vencimento, número de dias que o evento pode ser postergado, indicação se o evento foi realizado, data da realização, observações da realização e observações gerais do evento.
- 2.40.10.** O sistema deve gerar aviso/alerta para o operador quando o veículo for relacionado para algum tipo de viagem durante o período de vigência de um determinado evento a ele atrelado.
- 2.40.11.** Deve possuir cadastro de tipos de viagem com indicação se o tipo da viagem deve ser utilizado nos processos de TFD.
- 2.40.12.** Deve possuir cadastro de tipos de despesa e adiantamentos contendo minimamente sua descrição e seu valor unitário.
- 2.40.13.** Deve possuir cadastro de destinos contendo minimamente nome, município onde se localiza e telefone.
- 2.40.14.** O sistema deverá possuir registro de viagem, informando minimamente data e hora da saída, data e hora prevista para retorno, tipo da viagem, auxiliar, motorista, veículo, local de destino, cidade de destino, rota, dotação orçamentária e recurso.
- 2.40.15.** Nesta mesma ferramenta supracitada, deve permitir que sejam atrelados a cada viagem os cidadãos e acompanhantes com seus devidos locais de saída hora da saída, locais de destino, telefone, documentos, tipo da viagem (ida, ida e volta),



acompanhantes, data do aviso ao cidadão, horário do aviso e observação.

- 2.40.16.** O sistema deve permitir o gerenciamento das viagens permitindo o gestor visualizar a quantidade de vagas disponíveis por ida e quantidade de vagas disponíveis por volta.
- 2.40.17.** Deve permitir no cadastro da viagem que sejam relacionados Km inicial, km final, nome da empresa (no caso de terceira) valores adiantados e km rodados.
- 2.40.18.** Deve permitir que sejam lançados um ou mais adiantamentos para cada viagem, contendo minimamente o tipo do adiantamento, valor, quantidade e valor total.
- 2.40.19.** A plataforma deve possuir funcionalidade ou mecanismo para lançamentos das despesas da viagem contendo minimamente a informações como data e hora de saída, data e hora da chegada, km inicial, km final, km rodado, número do documento da despesa, data da despesa, tipo da despesa, valor unitário, quantidade, total, local/fornecedor, um campo texto livre e campo indicativo permitindo informar se a viagem já foi finalizada.
- 2.40.20.** Deve possuir funcionalidade para lançamento de manutenções com o veículo contendo minimamente a data da solicitação, data programada da manutenção, data previsão de conclusão, veículo, quilometragem, nome do solicitante, dados do local da manutenção (local, telefone, nome do contato na manutenção), descritivo do motivo pelo qual a manutenção está sendo requerida.
- 2.40.21.** Nesta mesma ferramenta supracitada, o sistema deve permitir que sejam lançados todos os itens da manutenção contendo minimamente o nome do item, indicação se o era problema em peça original, data da próxima troca, km da próxima troca, número do documento, quantidade, valor unitário, valor total e campo livre para observações.
- 2.40.22.** A aplicação deve possuir mecanismo para lançamento de acertos de manutenção com o fornecedor contendo minimamente a data da entrega, indicação se o acerto foi finalizado, item, data da próxima troca, km da próxima troca, documento, quantidade, valor unitário, valor total e observações.
- 2.40.23.** Deve possuir mecanismo para lançamento de gastos gerais com veículo por tipo de gasto, incluindo a data da autorização, fornecedor, veículo, quilometragem, motorista, documento de referência, item, quantidade, valor e indicação se o mesmo foi autorizado ou cancelado.
- 2.40.24.** A aplicação deve possuir mecanismo para gerenciamento dos saldos com cada fornecedor, levando em consideração os valores creditados a ele e os gastos realizados com cada um em quantidade e valor.
- 2.40.25.** O sistema deve permitir adicionar créditos ao fornecedor contendo minimamente a data, o fornecedor, qual o item ao qual o crédito é realizado, valor e quantidade.
- 2.40.26.** O sistema deve possuir mecanismo para gerenciamento de solicitações de ambulância contendo minimamente a data da solicitação, data e hora da saída, cidade de destino, local de destino, veículo, motorista, pacientes na ida e pacientes no retorno e campo livre para anotações.
- 2.40.27.** A solução deve possuir mecanismo que permita um controle em filas de espera para

processos de TFD.

- 2.40.28.** A solução deve possuir mecanismo que permita a publicação das filas de espera para transporte na internet para consultas públicas (sem necessidade de login) ao sistema.
  - 2.40.29.** O sistema deve permitir que sejam criados os processos de TFD contendo minimamente número do processamento, data da abertura, cidadão, profissional responsável, CID, tratamento solicitado, tipo do atendimento e um campo texto livre para justificativa.
  - 2.40.30.** Deve permitir para cada processo de TFD haver a indicação da situação do processo, se o mesmo foi autorizado, cancelado enviado para o estado, negado ou se está inconcluso e um campo livre texto para justificativa da situação e um campo livre texto observações gerais.
  - 2.40.31.** Deve possuir mecanismo para criação de viagens para processos de TFD com base nos processos de TFD a serem atendidos.
  - 2.40.32.** A solução deve permitir realizar o lançamento de todas as viagens necessárias para o processo TFD, contendo minimamente a data da solicitação, cidade e local de destino, transporte recomendado, veículo, motorista, data e hora da viagem, campo para observação da viagem, previsão de retorno e campo de observação para a previsão de retorno.
  - 2.40.33.** A solução deve possuir funcionalidade para renovação de processos de TFD já concluídos.
  - 2.40.34.** O sistema deve disponibilizar informações referentes ao andamento dos processos de TFD nas recepções das unidades de saúde, contendo minimamente o cidadão, a situação e o número do processo.
  - 2.40.35.** Deve possuir mecanismo para geração automática dos procedimentos de transporte do cidadão e seu acompanhante, com base na quilometragem percorrida.
  - 2.40.36.** Deve possuir controle de manutenção e do abastecimento dos veículos.
- 2.41. Sistema de Registro Eletrônico em Saúde (SRES) - Gerenciamento de diagnósticos por imagem**
- 2.41.1.** Equipe responsável pelos exames de imagem devem conseguir importar no sistema as solicitações das UBS e UPA.
  - 2.41.2.** Deve ser possível consultar o histórico das solicitações de exames solicitadas.
  - 2.41.3.** Na rotina de exames deve ser possível imprimir etiquetas térmicas.
  - 2.41.4.** Deve ser possível durante o atendimento informar se o exame de imagem necessita de contraste, ao importar a solicitação esta informação deve ser exibida na requisição gerada.
  - 2.41.5.** Deve ser possível realizar a movimentação de exames para laudar. Para isso, faz-se necessário selecionar todos os exames presentes em determinado local de um determinado período e informar para qual local de destino deseja que este exame seja movimentado.

**2.41.6.** Deve conter um cadastro de locais para movimentação de exames, neste cadastro deve ser colocado o nome do local e ter a opção de desativá-los.

**2.41.7.** Na rotina de movimentação de exames deve ter uma forma de consultar todas as movimentações realizadas no exame, nesta rotina deve ter listado as informações do movimento:

- 41.7.a) Data da movimentação
- 41.7.b) Responsável pela movimentação
- 41.7.c) Local onde estava o exame
- 41.7.d) Local de destino do exame

**2.41.8.** Faz-se necessário que o sistema crie de forma automática um número sequencial para cada exame, este número sequencial deve ser reiniciado anualmente.

**2.41.9.** Na impressão da etiqueta térmica do exame deve aparecer o número sequencial.

**2.41.10.** Preenchimento do Laudo no sistema deve permitir formatar o conteúdo, podendo alterar:

- 41.10.a) Tamanho e estilo do texto com negrito, itálico e sublinhado;
- 41.10.b) Utilizar marcações no texto seja com um número ou símbolo na frente do texto;
- 41.10.c) Alinhamento do texto podendo colocar como alinhado no centro, direita, esquerda ou justificado;
- 41.10.d) Inserir tabela;
- 41.10.e) Inserir linha horizontal;

**2.41.11.** Impressão do Laudo deve trazer o laudo digitado de forma fiel ao preenchimento. Ou seja, se o texto conter espaços, linhas, tabelas ou estilos em negrito, itálico e sublinhado, na impressão deverá aparecer da mesma forma que foi preenchido.

**2.41.12.** Deverá ter um relatório de exames de imagem que foram realizados. Este relatório deverá trazer o paciente, data da requisição e o exame realizado. No final do relatório deve conter o total de solicitações que foram atendidas e o total de exames realizados.

**2.41.13.** Relatório deve ter nas opções de seleção:

- 41.13.a) Data da requisição;
- 41.13.b) Data que foi realizado o exame;
- 41.13.c) Data que foi executado o Laudo;
- 41.13.d) Data que foi criado a solicitação durante o atendimento;
- 41.13.e) Escolher opções pela qual devem ser agrupados os exames;
- 41.13.f) Escolher a ordem das informações, por data de realização ou por ordem alfabética.

## **2.42. Sistema de Registro Eletrônico em Saúde (SRES) - Regulação de encaminhamentos a especialistas e cirurgias eletivas**

**2.42.1.** A aplicação deve permitir a regulação dos encaminhamentos solicitados por

profissionais nos equipamentos de saúde.

**2.42.2.** A aplicação deve permitir minimamente as seguintes ações de regulação:

42.2.a) Agendamento ou Fila de Espera, configurável por especialidade;

42.2.b) Recusa;

42.2.c) Solicitação de esclarecimento;

42.2.d) Cancelamento.

**2.42.3.** A aplicação deve gerar alertas ao profissional do encaminhamento, bem como o responsável pelo equipamento referente a solicitações de esclarecimento avisando sobre o prazo limite (configurável) para resposta.

**2.42.4.** Ao acessar o sistema, o regulador deve receber em forma de aviso/alerta, que existem encaminhamentos que estão aguardando análise.

**2.42.5.** Deve possuir cadastro para o motivos de cancelamento pelo regulador, contendo minimamente a descrição.

**2.42.6.** Deve possuir cadastro para o motivos de esclarecimento pelo regulador, contendo minimamente a descrição.

**2.42.7.** Deve possuir cadastro para o motivos de recusa pelo regulador, contendo minimamente a descrição.

**2.42.8.** O sistema deve permitir que o regulador possa recusar o encaminhamento, devendo o mesmo indicar um motivo já pré definido e um campo texto livre para justificativa.

**2.42.9.** A aplicação deve permitir replicar os encaminhamentos recusados e encaminhá-los novamente.

**2.42.10.** A aplicação deve permitir anexar documentos necessários a análise do profissional regulador.

**2.42.11.** A aplicação deve permitir ao regulador consultar o prontuário do paciente objeto da regulação sem a necessidade de sair e/ou trocar de tela.

**2.42.12.** A aplicação deve gerar alertas ao profissional que solicitou o exame, referente a solicitações de esclarecimento do regulador, avisando sobre o prazo limite (configurável) para resposta.

**2.43. Sistema de Registro Eletrônico em Saúde (SRES) - Gestão das armadilhas da dengue (com aplicativo móvel integrado)**

**2.43.1.** O sistema deve permitir o cadastramento dos tipos de recipientes e dos recipientes disponíveis.

**2.43.2.** O sistema deve gerar QRCode único por recipiente, com as informações do mesmo, em etiqueta adesiva.

**2.43.3.** O sistema deve gerar ainda, na etiqueta, numeração específica para uso em caso de danificação do QRCode.

**2.43.4.** O SRES deve possuir aplicativo móvel para instalação e acompanhamento das armadilhas.

- 2.43.5.** O aplicativo móvel deve, quando online, obter a lista de armadilhas disponíveis, de modo a conseguir registrar os acompanhamentos.
- 2.43.6.** Deve ser possível, mesmo estando off-line, cadastrar novas armadilhas (e recipientes, inclusive).
- 2.43.7.** Deve haver o registro da posição, data e horário em cada informação inserida no aplicativo.
- 2.43.8.** Deve ser possível identificar instalação, identificação de foto, coleta de material para análise, coleta de materiais inservíveis, coleta de recipientes, desarmamento de armadilhas.
- 2.43.9.** Deve ser possível registrar ocorrências textuais das armadilhas.
- 2.43.10.** Deve ser possível registrar imagens das armadilhas nos acompanhamentos pelo aplicativo móvel.
- 2.43.11.** O sistema deve possibilitar as informações de investigação de dengue em forma de relatório, possibilitando minimamente a informação de quantitativos recipientes de investigação para cada tipo de imóvel, e quantitativo de locais que precisam de tratamento.
- 2.43.12.** O sistema deve disponibilizar a impressão dos registros das atividades de prevenção e recolhimento de pequenos recipientes inservíveis.
- 2.43.13.** O sistema deve disponibilizar a impressão de consolidação das atividades de prevenção e recolhimento de pequenos recipientes inservíveis.

#### **2.44. Sistema de Registro Eletrônico em Saúde (SRES) - Registro de óbitos**

- 2.44.1.** A plataforma deve permitir registrar o óbito de um cidadão já cadastrado no sistema, utilizando a busca do cidadão no sistema minimamente pelo nome ou cartão SUS.
- 2.44.2.** Deve possibilitar o operador informar o óbito e os dados de mortalidade do cidadão, contendo minimamente, a data e hora do óbito, o cidadão, profissional responsável, o local da ocorrência, as causas do óbito.
- 2.44.3.** Deve possibilitar o operador informar no cadastro do óbito, o cartório e registro, bem como as causas externas ligadas ao óbito.
- 2.44.4.** O sistema deve possibilitar a verificação em forma de relatório gerencial, os óbitos ocorridos no município por doença, sexo e faixa etária.
- 2.44.5.** Ao registrar o óbito do cidadão, o mesmo deverá ser inativado para o sistema.
- 2.44.6.** Permitir inativar um integrante de uma família pelo motivo de óbito do cidadão.

#### **2.45. Sistema de Registro Eletrônico em Saúde (SRES) - Gerenciamento de painéis de chamada**

- 2.45.1.** A aplicação deve possuir mecanismo de Painel para utilização nas salas de espera dos pontos de atendimento.
- 2.45.2.** O mecanismo do painel eletrônico possibilitar o chamamento do cidadão através do seu nome indicando para qual consultório ou sala que o mesmo deverá se deslocar para ser atendido.

- 2.45.3.** O painel deve possibilitar que sejam inseridas informações ou vídeos a serem exibidos nas salas de espera entre um atendimento e outro, permitindo definir o tempo de exibição para cada vídeo.
- 2.45.4.** A alimentação das informações da fila de atendimento deverá ser realizada automaticamente pelo sistema, com base no processo da recepção do cidadão na unidade, e da definição de grau de risco realizado na triagem, sem que seja necessária a intervenção de qualquer operador.
- 2.45.5.** Deve possuir no momento da implantação informações visuais relacionados com o formato de atendimento e triagem (baseado no protocolo de Manchester) com objetivo de orientar aos cidadãos na maneira como as filas de atendimento serão estabelecidas, para serem exibidos nas salas de espera onde o painel será utilizado.
- 2.45.6.** Deve permitir envio de mensagens ou avisos ao painel, com opção de aviso sonoro.
- 2.45.7.** Permitir parada das chamadas no painel, devido a situações adversas.

**2.46. Sistema de Registro Eletrônico em Saúde (SRES) - Gerenciamento de painéis de chamada**

- 2.46.1.** O SRES deve possuir cadastro para os níveis de urgência a serem utilizados nas filas de espera contendo minimamente a descrição e a ordem.
- 2.46.2.** Deve possuir cadastro de Tipos de Filas de Espera (exames, consultas, transporte).
- 2.46.3.** Deve possuir mecanismo ou funcionalidade que permitam que as filas sejam alimentadas nos locais de atendimento à população.
- 2.46.4.** O sistema deve permitir que sejam criadas e gerenciadas filas de espera para cada tipo de especialidade disponível na rede de saúde.
- 2.46.5.** A plataforma deve possuir mecanismo ou funcionalidade que permita a marcação das consultas da fila de espera em lote, permitindo que o operador selecione um ou mais cidadãos da fila e determine em que agenda de atendimento os mesmos devem ser inseridos.
- 2.46.6.** O sistema deve permitir avisar/alertar o operador de possíveis problema na marcação de consultas em lote como em casos de falta de horários disponíveis.
- 2.46.7.** A solução deve possuir mecanismo que permita a publicação das filas de espera para consultas públicas (sem necessidade de login) ao sistema.
- 2.46.8.** Deve possuir mecanismo que permita ao gestor identificar quais filas estarão abertas/disponíveis para consultas públicas.
- 2.46.9.** Deve possuir mecanismo que permita ao gestor configurar quais informações da fila devem estar visíveis nas consultas públicas contendo minimamente as informações: número do protocolo de atendimento; código do paciente; nome do paciente; nome social do paciente; nome da mãe; iniciais do nome do paciente; iniciais do nome social do paciente; iniciais do nome da mãe; data de nascimento; número do cartão nacional de saúde; número do cpf.
- 2.46.10.** Deve possuir mecanismo que permita ao gestor configurar algumas filas de espera para passar por processo de regulação/autorização, enquanto outros tipos permitam apenas o fluxo simples.

- 2.46.11.** Deve possuir mecanismo que permita ao gestor configurar para a fila de espera que possui processo de regulação, a obrigatoriedade da análise de um regulador, fazendo com que esse registro na fila fique em aguarde até finalização do processo do regulador para a mesma.
- 2.46.12.** Nesta mesma funcionalidade supracitada, o sistema deve permitir ao regulador reclassificar a prioridade do atendimento na fila de espera, além de autorizar ou negar o atendimento, mediante justificativa.
- 2.46.13.** O sistema deverá permitir anexar e visualizar os documentos/arquivos do cidadão ao inserir o mesmo em uma fila de espera ou pelo regulador durante a regulação, permanecendo possível a visualização destes documentos durante todo o fluxo do registro, até a consulta.
- 2.46.14.** Deverá permitir o gestor verificar em forma de relatório o tempo médio de espera nas filas, com base em um período estipulado.
- 2.46.15.** Deverá permitir o gestor verificar a ordem dos cidadãos em uma fila.
- 2.46.16.** A plataforma deverá conter uma forma de agendamento automático pelo sistema, dos cidadão que estão na fila de espera, conforme disponibilidade de vagas e ordem de posição do paciente na fila.
- 2.46.17.** O sistema deve permitir o operador visualizar todas as filas que um cidadão se encontra, disponibilizando minimamente as informações do tipo da fila, especialidade, ordem, data de entrada na fila.

**2.47. Sistema de Registro Eletrônico em Saúde (SRES) - Gerenciamento e regulação de exames laboratoriais (serviço próprio)**

- 2.47.1.** A plataforma deve permitir o administrador a quantificar o tempo médio de dias para o avaliador da regulação, permitindo assim o gerenciamento e controle para evitar atrasos.
- 2.47.2.** Ao acessar o sistema, o regulador deve receber em forma de aviso/alerta, que existem exames que estão aguardando análise.
- 2.47.3.** Deve possuir cadastro para o motivos de cancelamento pelo regulador, contendo minimamente a descrição.
- 2.47.4.** Deve possuir cadastro para o motivos de esclarecimento pelo regulador, contendo minimamente a descrição.
- 2.47.5.** Deve possuir cadastro para o motivos de negação pelo regulador, contendo minimamente a descrição.
- 2.47.6.** A plataforma deve permitir a configuração dos exames que deverão ser passados pela avaliação do médico regulador.
- 2.47.7.** O sistema deve permitir o administrador a quantificar o tempo máximo de regulação por exame.

- 2.47.8.** O sistema deve detectar automaticamente os exames e situação dos exames que devem ser regulados e avisar/alertar o operador para que permita que o mesmo consiga fazer o agendamento do exame para uma data possível de agendamento do mesmo, considerando no algoritmo do cálculo, o tempo máximo de regulação do exame.
- 2.47.9.** O sistema deverá possuir funcionalidade ou mecanismo que envie um exame para a regulação quando houver a repetição do exame pelo cidadão, definindo um período mínimo a ser considerado como repetição do exame.
- 2.47.10.** O operador de agendamento dos exames deve poder acompanhar a situação do exame que foi enviado para a regulação.
- 2.47.11.** Deve permitir ao regulador verificar a lista de exames pendentes de regulação e autorizar ou negar o exame do cidadão.
- 2.47.12.** O sistema deve permitir que o regulador do exame possa negar um registro, devendo o mesmo indicar um motivo já pré definido e um campo texto livre para justificativa.
- 2.47.13.** Deve permitir que o regulador possa agendar o exame autorizado.
- 2.47.14.** Deve permitir que o regulador possa anexar documentos.
- 2.47.15.** O sistema deve disponibilizar um comprovante quando houver a negação do exame pela regulação.
- 2.47.16.** O Regulador deve poder visualizar os dados do pedido do exame realizado pelo médico e poder consultar o prontuário do cidadão objeto da regulação sem a necessidade de sair e/ou trocar de tela.
- 2.47.17.** Deve permitir o gestor visualizar a situação dos exames na regulação (negadas, autorizadas, ou aguardando análise).
- 2.47.18.** O sistema deverá possuir funcionalidade ou mecanismo que permite o regulador solicitar mais informações ao operador que pediu o exame do cidadão, e o mesmo enviar a resposta contendo minimamente um campo texto livre para a resposta do operador.

**2.48. Sistema de Registro Eletrônico em Saúde (SRES) - Gestão de benefícios concedidos (ações extrateto e não pactuadas)**

- 2.48.1.** A aplicação deve possuir cadastro de benefícios contendo minimamente a descrição, o valor e procedimento.
- 2.48.2.** Deve possuir cadastro de locais para encaminhamento do benefício.
- 2.48.3.** O sistema deve possibilitar a configuração de obrigatoriedade de controle de saldo para cada benefício.
- 2.48.4.** Deve possuir controle de tetos orçamentários por benefício em quantidade ou valor.
- 2.48.5.** Deve possuir funcionalidade para identificação dos processos de concessão de benefícios segundo seu estado: Em Andamento, Autorizado e Negado.



- 2.48.6.** Deve possuir funcionalidade ou mecanismo para emissão do Laudo Social contendo minimamente as informações de: gestor, número do laudo social, número da lei, identidade e CPF.
- 2.48.7.** Deve possuir um campo de texto livre para informações do histórico da solicitação do benefício.
- 2.48.8.** Deve possuir um campo de texto livre para observações no recibo de entrega de cada benefício.
- 2.48.9.** A aplicação deve permitir que vários benefícios sejam atrelados a um mesmo processo de concessão de benefícios contendo minimamente as informações de benefício, a quantidade, o valor, o profissional, o local de retirada e observações.
- 2.48.10.** Deve possuir mecanismo para gerenciamento e emissão de encaminhamentos para cada cidadão, contendo minimamente as informações de: cidadão, profissional, descrição do encaminhamento, trabalho do cidadão, renda do cidadão, data, hora, dia da semana, valor do encaminhamento e campo de texto livre para observações.
- 2.48.11.** Deve permitir a emissão de recibo de entrega dos benefícios.
- 2.48.12.** Deve permitir o gestor verificar em forma de relatório quais os cidadãos que receberam um determinado benefício, a data e o valor recebido.
- 2.48.13.** Deve possuir relatório de extrato dos benefícios, permitindo selecionar um período e o benefício desejado.
- 2.48.14.** Deve possuir relatório de gerenciamento dos saldos mensais dos benefícios, permitindo selecionar o mês desejado.
- 2.48.15.** Deve possuir impressão para requerimento de auxílio financeiro, para envio ao fundo municipal de saúde.

**2.49. Sistema de Registro Eletrônico em Saúde (SRES) - Gestão de internações em clínicas e comunidades terapêuticas**

- 2.49.1.** O sistema deve possibilitar o registro da internação do cidadão em uma clínica, hospital ou instituição terceirizada, controlando os dados da internação e da alta.
- 2.49.2.** Deve permitir o cadastro de motivo da internação, a ser informado no registro da internação, contendo minimamente a descrição do motivo.
- 2.49.3.** Permitir informar minimamente três CID's em uma única internação.
- 2.49.4.** O sistema deve permitir identificar se a internação do cidadão foi voluntária ou involuntária (compulsória).
- 2.49.5.** Para internação involuntária, o sistema deve possibilitar o operador informar o motivo da internação involuntária, se foi a família ou ordem judicial.
- 2.49.6.** Para internação involuntária judicial, o sistema deve permitir informar o número do processo.

- 2.49.7.** Para registrar a alta do cidadão na internação, o sistema deve permitir registrar se o tratamento foi ou não completado, e em caso de interrupção do tratamento, indicar se o motivo foi voluntário do cidadão.
  - 2.49.8.** Deverá permitir o gestor verificar em forma de relatório quais os cidadãos internados.
  - 2.49.9.** No registro da internação, o sistema deve possuir indicador para registrar se o cidadão passou por uma desintoxicação antes da internação.
  - 2.49.10.** Deve possibilitar identificação de reincidência do cidadão automaticamente, no momento de lançamento de uma internação. O sistema deve considerar como uma reincidência caso seja registrado o mesmo motivo e cidadão de uma internação anterior.
  - 2.49.11.** O sistema deve possibilitar a verificação em forma de relatório gerencial, o controle de cidadão que internaram e que estão internados, em um determinado período, permitindo o gerenciamento minimamente por instituição, motivo de internação, cidadão e faixa etária.
  - 2.49.12.** O sistema deve gerar um alerta/aviso para o operador ao tentar registrar uma nova internação para um cidadão que já encontra-se com uma internação não finalizada no sistema (sem registro de alta).
  - 2.49.13.** O sistema deve permitir o operador registrar uma nova internação para um cidadão que já encontra-se com uma internação não finalizada no sistema (sem registro de alta).
  - 2.49.14.** O sistema deve dispor de algoritmo de cálculo dos custos da internação, baseado no custo unitário diário, data de entrada na internação e data de alta, disponibilizando o valor total para o operador durante o registro da alta.
  - 2.49.15.** Deve permitir o gestor verificar em forma de relatório o total de internações em um determinado período e os custos totais de internações em um determinado período.
  - 2.49.16.** Deve permitir o gestor verificar em forma de relatório o custo por internação em um determinado período, identificando o cidadão da internação.
  - 2.49.17.** Deve disponibilizar relatório que permita obter informações de previsão e de altas efetivadas em um determinado período.
  - 2.49.18.** Integrar os dados da internação ao prontuário eletrônico do cidadão, constando minimamente as informações para histórico de quando, onde, por qual motivo internou, quando foi a alta.
  - 2.49.19.** Possibilitar o registro de impressão de laudo médico para a internação.
- 2.50. Sistema de Registro Eletrônico em Saúde (SRES) - Comunicação unilateral com a comunidade (envio de mensagens de texto e e-mails)**

- 2.50.1.** Possuir mecanismo para parametrização do envio de mensagens contendo o tipo do envio (sms/e-mail), identificação do remetente, usuário e senha a serem utilizados, DDD padrão para o envio de mensagens, configuração para envio de SMS longo e ainda possibilidade de configuração por unidade de saúde para envio automático de sms/e-mail.
- 2.50.2.** Possuir cadastro de eventos para envio de mensagens, de modo que o sistema possa identificar através dos eventos, em que momento será realizado o envio de sms (dispensação de medicamentos, agendamento de consultas, agendamento de transportes, e outros), possibilitar configurar o evento para que o mesmo possa ser do tipo Instantâneo, onde seu envio ocorrerá no momento do evento, Programado, onde o mesmo terá uma programação pré-definida para ou envios u ainda do tipo manual, onde o operador é quem realizará o envio conforme evento definido.
- 2.50.3.** Possuir mecanismo de resposta de SMS e que o mesmo possa ser configurado por evento.
- 2.50.4.** Possuir mecanismo de envio de sms/e-mail em lotes através da utilização de filtros como tipo (sms/e-mail), evento para o qual se deseja enviar a mensagem, sexo, paciente, idade inicial e final, bairro, logradouro ou município, unidade de origem, unidade de destino, profissional, serviço procurado, tipo de consulta, status do agendamento, período da consulta e texto a ser enviado.

**2.51. Sistema de Registro Eletrônico em Saúde (SRES) - Comunicação unilateral com a comunidade (envio de mensagens de texto e e-mails)**

- 2.51.1.** A plataforma deverá possibilitar a customização de fichas de investigação da vigilância epidemiológica, contendo minimamente, descrição, CID's 10 compatíveis.
- 2.51.2.** O programa deve possuir mecanismo ou funcionalidade que permita a criação das perguntas que compõe cada ficha de investigação contendo minimamente, Ordem de visualização das perguntas, campo para observação da resposta firmada e campo para inserção de ajuda para cada pergunta.
- 2.51.3.** O tipo da resposta a ser aceito para cada pergunta deve poder variar entre campos descritivos, numéricos, campos para datas e múltipla escolha, neste caso permitindo que sejam informadas as opções para cada pergunta, sendo possível definir na pergunta se permite a seleção de um ou mais itens de resposta.
- 2.51.4.** A plataforma deverá possuir ferramenta para gerenciamento e monitoramento dos agravos de notificação, contendo minimamente o agravo, tipo da notificação (negativa, individual, surto ou Inquérito Tracoma) a data dos primeiros sintomas, a data da notificação, situação da notificação (registrado, avaliando, investigando, providenciado, cancelado e rejeitado), município, unidade de saúde notificadora, responsável pela notificação, e os dados do cidadão.
- 2.51.5.** Nesta mesma ferramenta supracitada deverá haver minimamente os dados do cidadão: Nome, data de nascimento, número do cartão SUS, idade (em Anos, Meses,

Dias e Horas), sexo, raça/cor, nome da mãe e escolaridade.

- 2.51.6.** Permitir o detalhamento da residência do notificado contendo minimamente: bairro, cep, latitude, longitude, logradouro, número, complemento, pontos de referência, ddd, telefone e zona (rural ou urbana).
- 2.51.7.** A plataforma deve permitir o cadastro inicial do surto, com data do primeiro caso suspeito, número de casos suspeitos, local inicial da ocorrência (residência, hospital/unidade de saúde, creche/escola, outras instituições, restaurante/padaria, casos dispersos no bairro ou município, casos dispersos em mais de um município e outros), permitindo ainda a identificação de outros locais iniciais de ocorrência.
- 2.51.8.** A plataforma deve possuir funcionalidade ou mecanismo para gerenciamento que permita que sejam listados na vigilância epidemiológica todos os CID's relacionados nos atendimentos médicos em locais informatizados, que forem notificáveis.
- 2.51.9.** Deverá possuir mecanismo ou funcionalidade que permita o envio de e-mails e sms para os responsáveis pelo setor de epidemiologia em intervalos pré-definidos, listando todos os CID's notificáveis relacionados em atendimentos médicos nos locais informatizados.
- 2.51.10.** A plataforma deverá apresentar um sistema de alerta ao usuário para a notificação compulsória sempre que houver a digitação do CID ou CIAP, nos campos específicos, correspondente a agravos de notificação.

## **2.52. Gerenciamento de dispositivos móveis para agentes comunitários de saúde (ACS)**

- 2.52.1.** O aplicativo deve funcionar nos dispositivos móveis minimamente sob a plataforma ANDROID.
- 2.52.2.** O aplicativo deve trabalhar off-line, não necessitando de internet ou outro tipo de rede para funcionamento, exceto para enviar e receber informações com o servidor.
- 2.52.3.** O aplicativo deve solicitar usuário e senha para conectar-se ao servidor e para o acesso ao aplicativo.
- 2.52.4.** O aplicativo deve gerenciar a micro área de cada agente de saúde.
- 2.52.5.** O aplicativo deve receber do servidor todas os dados cadastrais dos domicílios, famílias e seus integrantes, do servidor referentes à micro área do agente de saúde que opera o dispositivo móvel.
- 2.52.6.** O aplicativo deve alertar quando existem dados para serem sincronizados.
- 2.52.7.** O aplicativo deve possibilitar o envio dos registros novos ou atualizados para o servidor, receber e fazer atualização de dados mais atuais daqueles que o aplicativo está gerenciando.
- 2.52.8.** O aplicativo deve ser compatível com as fichas e regras CDS do e-SUS, contendo minimamente as fichas:

- 52.8.a) Ficha de Cadastro Individual,
- 52.8.b) Ficha de Cadastro Domiciliar,
- 52.8.c) Ficha de Visita Domiciliar,
- 52.8.d) Marcadores de Consumo Alimentar

- 2.52.9.** O aplicativo deve estar disponível na loja virtual Google Play com download gratuito para instalação e atualização.
- 2.52.10.** O aplicativo deve relacionar todas os domicílios que a micro área possui cadastrados.
- 2.52.11.** O aplicativo deve possuir diversas formas de pesquisa de domicílios, tais como por logradouro, bairro ou mesmo pelo nome de qualquer dos integrantes, bem como CNS-Cartão SUS, entre outros.
- 2.52.12.** O aplicativo deve possibilitar inclusão ou atualização de dados cadastrais de cada Domicílio no formato exigido pelo e-SUS.
- 2.52.13.** O aplicativo deve possibilitar inclusão ou atualização de dados cadastrais das famílias para cada domicílio.
- 2.52.14.** O aplicativo deve possibilitar inclusão ou atualização de dados cadastrais de cada Integrante do domicílio e informar a qual família ele pertence.
- 2.52.15.** O aplicativo deve possibilitar identificar o chefe da família.
- 2.52.16.** O aplicativo deve possibilitar ao agente de saúde, gerenciar suas visitas domiciliares, no formato e-SUS.
- 2.52.17.** O aplicativo deve solicitar os dados da visita domiciliar seguindo o modelo especificado pelo e-SUS.
- 2.52.18.** O aplicativo deve possibilitar ao agente de saúde, identificar os domicílios que ainda não foram visitados nos últimos dias e também exibir a data da última visita efetuada em cada um.
- 2.52.19.** O aplicativo deve realizar as validações necessárias com base nas regras de validação por ficha do e-SUS.
- 2.52.20.** O aplicativo deve possuir tabela cadastral de todos os países e municípios do Brasil, e para essas tabelas uma forma de pesquisa que faça o trabalho de auto completar, facilitando a seleção do registro desejado.
- 2.52.21.** O aplicativo deve capturar o posicionamento das coordenadas GPS durante todo o trabalho da ACS bem como em qualquer ação que venha a realizar utilizando o sistema.
- 2.52.22.** O aplicativo deve gerar LOG em todas as atividades que a ACS venha a realizar utilizando o aplicativo.
- 2.52.23.** O aplicativo deve fornecer um cadastro e gerenciamento de ocorrências adversas

enfrentadas pela ACS, tanto na Visita Domiciliar como em qualquer momento que isso venha a ocorrer, acrescentando ainda a inclusão de imagens(fotos) acompanhadas de um descritivo informando o que é observado na imagem coletada.

- 2.52.24.** O aplicativo deve permitir a transferência cadastral de Integrantes entre micro áreas, através de solicitação no próprio aplicativo, evitando recadastro de Integrantes.
- 2.52.25.** O aplicativo deve permitir a ação de coleta de imagem(foto) do Integrante no momento da realização da Visita Domiciliar, bem como coletar sua assinatura e possibilitar também à ACS registrar sua assinatura. Nas assinaturas, o sistema deve gravar o posicionamento GPS visível na imagem.
- 2.52.26.** O aplicativo deve possibilitar a coleta de imagem(foto) de cada Integrante no Cadastro Individual.
- 2.52.27.** O aplicativo deve permitir que a ACS capture sua própria imagem através de foto capturada pelo próprio dispositivo, armazenando essa imagem no servidor.
- 2.52.28.** O aplicativo deve permitir o preenchimento de formulário para Marcadores de Consumo Alimentar, realizando as validações do e-SUS, impedindo erros de digitação.
- 2.52.29.** O aplicativo deve permitir a realização de Visitas Domiciliares e coleta de Marcadores de Consumo Alimentar, também em Integrantes que não estejam cadastrados na micro área da ACS.
- 2.52.30.** O aplicativo deve possibilitar a edição de um local para informações extras nos Domicílios no caso de Visitas Domiciliares, essas anotações são de caráter individual de cada ACS.
- 2.52.31.** O aplicativo deve disponibilizar nele mesmo, acesso a vídeo aulas online sobre a operacionalização do aplicativo.

## **2.53. Gerenciamento de aplicativo móvel para população (Acesso Saúde)**

- 2.53.1.** O aplicativo deve funcionar nos dispositivos móveis minimamente sob a plataforma ANDROID.
- 2.53.2.** O aplicativo deve trabalhar off-line, não necessitando de internet ou outro tipo de rede para funcionamento, exceto para o registro do Cidadão, além da sincronização de dados com o servidor.
- 2.53.3.** O aplicativo deve solicitar usuário e senha para o acesso.
- 2.53.4.** O aplicativo deve, quando off-line, alertar quando existir dados locais para serem sincronizados, quando on-line o aplicativo deve sincronizar automaticamente os dados pendentes de sincronização.

- 2.53.5.** O aplicativo deve estar disponível na loja virtual Google Play com download gratuito para instalação e atualização por qualquer Cidadão com dispositivo móvel compatível ao aplicativo.
- 2.53.6.** O aplicativo deve, quando no primeiro acesso do Cidadão, solicitar o número do CNS-Cartão Nacional de Saúde ou o seu número de CPF, além do Nome, Data de Nascimento, Município, e-mail válido e senha para autenticação no servidor central.
- 2.53.7.** O aplicativo deve validar o cadastro do Cidadão no Município e confirmar via e-mail informado, somente após essa etapa, o Aplicativo dará acesso às funcionalidades.
- 2.53.8.** O aplicativo deve possuir um sistema de recebimento de mensagens enviadas pelo município, podendo ser geral ou individual para determinados Cidadãos.
- 2.53.9.** O aplicativo deve possuir um sistema de recebimento de questionários para serem respondidos pelo Cidadão, enviado em qualquer momento e com gerenciamento das respostas.
- 2.53.10.** O aplicativo deve possuir meio de consultar o histórico de cada Cidadão em nível de atendimentos e demais informações de suas atividades na Secretaria da Saúde.
- 2.53.11.** O aplicativo deve armazenar no dispositivo esses históricos do cidadão com a data e hora de cada consulta efetuada, para visualizá-las posteriormente, inclusive quando off-line.
- 2.53.12.** O aplicativo deve disponibilizar nele mesmo, o acesso à vídeo aulas online sobre a operacionalização do aplicativo.

## **2.54. Gestão da vigilância sanitária e zoonoses**

- 2.54.1.** A solução deve permitir solicitação de vistoria (alvará), renovação de alvará solicitação de licença de transporte; baixa de licença e renovação de licença de transporte, solicitação de alteração de responsável técnico, baixa de responsável técnico.
- 2.54.2.** Sistema deverá conter Cnaes liberados pela ANVISA para constarem como autodeclarantes. Estes no momento do cadastro deve automaticamente ser identificados como atividades liberadas de fiscalização prévia, ficando sujeitas à fiscalização posterior.
- 2.54.3.** Deve permitir a emissão de boletos bancários com taxas necessárias.
- 2.54.4.** Acompanhamento dos processos do respectivo estabelecimento do usuário logado.
- 2.54.5.** Sistema deve conter tutorial com descritivo das atividades e funcionalidades do sistema.
- 2.54.6.** Sistema deve possuir como Anexo ou pasta a Cartilha sobre Boas Práticas para Serviços de Alimentação.

- 2.54.7.** O sistema deve possibilitar o cadastramento dos Estabelecimentos com atividades CNAE autodeclarantes pré-carregadas. Atividades liberadas por RDC ANVISA.
- 2.54.8.** Envio de Denúncias por meio do canal web sem necessidade de login. Onde toda denúncia seja sigilosa, porém todo denunciante tenha que se identificar a vigilância sanitária.
- 2.54.9.** Cadastro de denúncia deve conter os seguintes campos obrigatórios para o denunciante:
- 54.9.a) Tipo de denunciante (pessoa física ou Jurídica)
  - 54.9.b) CNPJ ou CPF do denunciante
  - 54.9.c) Nome ou Razão Social
  - 54.9.d) Telefone
  - 54.9.e) E-mail
  - 54.9.f) Dados da Denúncia
  - 54.9.g) Data do ocorrido
  - 54.9.h) Hora do ocorrido
  - 54.9.i) Campo para descrição do ocorrido.
- 2.54.10.** Sistema deve solicitar os seguintes dados do denunciado:
- 54.10.a) Nome ou Razão Social
  - 54.10.b) Endereço contendo CEP, Logradouro, Número, Bairro.
  - 54.10.c) Localização através de mapa com georreferenciamento.
- 2.54.11.** Possuir funcionalidades de Denúncia Anônima, possibilitando a partir da escolha de um assunto Pré-cadastrado pela vigilância, o denunciante descrever o teor da denúncia, com respectiva identificação do estabelecimento, data e hora.
- 2.54.12.** Funcionalidade para que o Denunciante possa ter através da consulta do protocolo o andamento e resultado final da denúncia.
- 2.54.13.** O sistema deve prover a criação de usuários e configuração de perfis de acesso.
- 2.54.14.** Alimentação dos Questionários de Vistoria e Fiscalização para todas as Atividades CNAE e seleção de documentos obrigatórios na vistoria.
- 2.54.15.** Análise do pedido de Vistoria efetuado pelo Estabelecimento e registro de observações e pendências com emissão de notificações (quando for o caso).
- 2.54.16.** Geração e emissão de boletos bancários relativo às Taxas de Vistoria e de Solicitação de Alvará Sanitário.
- 2.54.17.** Geração e Alvará Sanitário e ou licença Sanitária.
- 2.54.18.** Painel de avisos (liberado para visualizar sem necessidade de login).



- 2.54.19.** Painel de informativos Vigilância Sanitária, onde a vigilância possa estabelecer o texto com a informações de interesse a comunidade.
- 2.54.20.** Módulo de caixa de e-mail onde a vigilância e o contribuinte possam enviar e receber e-mails, deve existir a possibilidade de criar grupos para envio de e-mails, de forma a ser selecionado vários endereços para envio simultâneo.
- 2.54.21.** Análise de documentação e liberação de Alteração de Responsável técnico.
- 2.54.22.** Análise de solicitações de exumação e traslado, Geração de Boletos com as respectivas taxas.
- 2.54.23.** Análise da Solicitação de Licença de Transporte, liberação e Geração da Licença de Transporte e respectivas Taxas (boletos bancários).
- 2.54.24.** Gerador de Relatórios e de Gráficos dinâmicos com filtros e ordenadores.
- 2.54.25.** Painel de Controle configurável para visualização de Consultas e Gráficos Dinâmicos. Atualização automática do painel de indicadores.
- 2.54.26.** Agenda do Fiscal deve possibilitar visualizar a sua agenda com tarefas criadas com dia, mês e ano.
- 2.54.27.** Relatório de inspeção Dengue e inspeções Diversas.
- 2.54.28.** Deve possuir aplicativo móvel para os fiscais usarem na rotina de visitas e inspeções.
- 2.54.29.** Módulo Web deve possuir integração com o software de aplicação interno.
- 2.54.30.** Deve disponibilizar parametrização de informações relativa a usuários e dispositivos móveis a serem utilizados pelos Fiscais da Vigilância Sanitárias para fazer as inspeções e fiscalizações em campo.
- 2.54.31.** Poder Definir os dados a serem carregados e/ou enviados pela Aplicação Móvel (rodando nos Tabletes) De e/ou Para o Banco de Dados utilizado pelo Sistema de Vigilância fornecido pelo Contratado.
- 2.54.32.** Aplicativo Móvel para rodar na plataforma Android (Versão 3.x ou Superior), que permita a comunicação com o Servidor remoto da Aplicação de Vigilância através de conexão de rede Wifi e/ou 3G (dados) para baixar dos dados necessários que permitam ao Fiscal fazer Vistorias e Fiscalizações de Vigilância em campo, devendo possibilitar:
  - 54.32.a) Registro das vistorias e fiscalizações através das validações dos itens dos questionários disponibilizados para as atividades do CNAE do estabelecimento.
  - 54.32.b) Registro de fotos para as vistorias e fiscalizações.
  - 54.32.c) Possibilitar gerar auto de infração ao final de inspeção.

- 54.32.d) O Sistema deverá permitir ao administrador criar os Perfis de usuários, os usuários e vincular os usuários a um ou mais perfis.
- 2.54.33.** O sistema deverá permitir ao Estabelecimento efetuar seu cadastro (sem efetuar login);
- 2.54.34.** O sistema deverá permitir aos Contribuintes efetuar o registro de denúncias sobre estabelecimentos (sem efetuar login);
- 2.54.35.** Deve existir formulário para cadastro e manutenção de dados da Vigilância Sanitária (Entidade subordinada, Nome do Órgão de Vigilância Sanitária, CNPJ, endereço, nome e cpf do responsável e demais informações para uso em relatórios e demais documentos a serem gerados); Dados de Boleto Bancário: dados da conta corrente e convênio de arrecadação para as Taxas de Alvará Sanitário e Taxa de Licença de Transporte.
- 2.54.36.** Atividades Econômicas (CNAE):
- 54.36.a) Disponibilizar ferramenta que permita manter a tabela de Atividades CNAE com os respectivos campos de dados (Código CNAE, Descrição da Atividade);
  - 54.36.b) Permitir informar o valor em UFM (Unidade Fiscal Municipal) para a atividade de ALVARÁ SANITÁRIO, a qual será convertida em Real (R\$) na emissão dos boletos de Taxas de Alvará e outros;
  - 54.36.c) Disponibilizar interface para configuração de parâmetros, podendo informar o valor em Reais (R\$) da UFM (Unidade Fiscal Municipal).
- 2.54.37.** Cadastros de Agente Fiscal: Disponibilizar formulário para cadastro de Fiscal contemplando no mínimo os campos: nome, e-mail, CPF;
- 2.54.38.** Cadastros de Leis e Normas: Disponibilizar formulário para permitir a manutenção de dados de legislação relativo à Vigilância Sanitária. O sistema deverá permitir um ou mais itens para cada lei, observando para cada item os campos:
- 54.38.a) Âmbito (Federal/Estadual/Municipal);
  - 54.38.b) Tipo (Lei, Decreto, Norma);
  - 54.38.c) Número e Ano;
  - 54.38.d) Item Referência;
  - 54.38.e) Descrição;
- 2.54.39.** Cadastros de Tipos de Documentos: disponibilizar formulário para cadastro/manutenção de tipos de documentos e vinculá-los a respectiva Atividade do CNAE.
- 2.54.40.** Cadastros de Questionários: O Sistema deverá permitir o armazenamento de um ou mais questionários para uma atividade do CNAE, proporcionando a criação de grupos de subatividades que se enquadram dentro da mesma atividade do CNAE, observando:

- 2.54.41.** O Sistema deverá dispor de interface que permita criar e manter um ou mais questionários para uma atividade do CNAE, proporcionando a criação de grupos de subatividades que se enquadram dentro da mesma atividade do CNAE;
- 2.54.42.** Disponibilizar ferramenta que permita a importação de Questionários a partir de arquivo no formato XLS;
- 2.54.43.** O sistema deverá ser fornecido com os questionários pré-carregados para os Atividades do CNAE, onde os questionários deverão atender no mínimo as Atividades constantes da relação apresentada neste Termo com "TABELA DE QUESTIONÁRIOS DA FISCALIZAÇÃO";
- 2.54.44.** Os questionários pré-carregados deverão ser compostos com perguntas correspondente ao CNAE da Atividade e respectiva descrição de subatividades, conforme descritos na "TABELA DE QUESTIONÁRIOS DA FISCALIZAÇÃO"; e deverão ser baseadas nas referências legais (leis, Decretos e Normativas, Federais, Estaduais e Municipais para cada Atividade do CNAE e seu específico grupo de subatividades;
- 2.54.45.** Cada pergunta do questionário deverá estar relacionada a sua referência legais as quais deverão estar disponíveis para consulta devendo constar no mínimo as seguintes informações: óbito, tipo, número e ano, item de referência e descrição das referências legais.
- 2.54.46.** A interface do Sistema deverá permitir incluir e/ou editar referências legais nas questões/perguntas dos questionários, dispondo de filtros para selecionar referências legais constantes no sistema, sendo os filtros por: óbito, tipo, número, ano e texto;
- 2.54.47.** Os Questionários de Fiscalização devem ter as perguntas/questões organizadas em grupos de forma a facilitar o trabalho dos fiscais. Obrigatoriamente deverão ter os seguintes grupos de questões, quando a Atividade assim o exigir:
- 54.47.a) Documentação;
  - 54.47.b) Recursos Humanos;
  - 54.47.c) Recursos Físicos;
  - 54.47.d) Recursos Materiais;
  - 54.47.e) Processos;
  - 54.47.f) Abastecimento de Água;
  - 54.47.g) Esgotamento Sanitário;
  - 54.47.h) Acondicionamento e Destino de Lixo;
- 2.54.48.** Deve possuir a tabela de atividades do CNAE atualizada e seus respectivos grupos de subatividades.
- 2.54.49.** ACORDOS/PACTOS: Disponibilizar formulário que permita o registro de pactos e/ou acordos de fiscalização por Atividade do CNAE, observando as ações de Vigilância Sanitárias pactuadas entre Município e Estado, definidas no Plano de Ação

Municipal/Visa.

- 2.54.50.** Estabelecimentos: Disponibilizar interface para cadastrar e manter dados de Estabelecimentos, tendo no mínimo as informações relativas a: Dados gerais do estabelecimento, endereço, identificador (Estabelecimento, Contabilidade), dados dos responsáveis legais, dados do contato e demais informações necessárias a fiscalização e emissão de Alvará Sanitário.
- 2.54.51.** Disponibilizar ferramentas para criar e configurar informações de Relatórios e Gráficos, contemplando a escolha das tabelas de dados e respectivos campos para serem visualizados no relatório (dados em forma de tabela) e em gráfico (pizza, barra horizontal, barra vertical, barra vertical empilhada, linha)
- 2.54.52.** Disponibilizar interfaces para permitir criar e definir relatório, contendo no mínimo as seguintes funcionalidades:
  - 54.52.a) Definir o Título do Relatório;
  - 54.52.b) Listar tabelas de dados disponíveis para geração de relatório;
  - 54.52.c) Permitir a escolha de uma ou mais tabelas, sendo que a partir da primeira tabela escolhida deverá ser filtrado as tabelas que possuem relacionamento com a tabela escolhida. A cada nova tabela escolhida para o relatório, o sistema deverá ir mostrando e disponibilizando as demais tabelas que possuem relação com as tabelas escolhidas;
  - 54.52.d) Permitir escolher os campos de dados que comporão o relatório, onde será mostrado para escolha todos os campos das tabelas que possuem relação entre si e foram selecionadas como fonte de dados para este relatório;
  - 54.52.e) Permitir a escolha de um ou mais campos de ordenação e o método de ordenação (crescente/decrescente);
  - 54.52.f) Permitir a definição de filtros através da escolha de um ou mais campos de filtros, relativos aos campos escolhidos para o relatório;
  - 54.52.g) Gravar as definições do relatório e disponibilizar em interface para ser posteriormente usado;
- 2.54.53.** Disponibilizar interface de visualização de relatórios criados pelo gerador de relatórios, devendo listar todos os relatórios criados. Ao selecionar um relatório, o sistema deverá possibilitar para a respectiva seleção:
- 2.54.54.** Visualizar o conteúdo do relatório em tela, disponibilizando funcionalidades para gravar o relatório em formato PDF e/ou XLS;
- 2.54.55.** Permitir a geração de gráficos a partir das definições do relatório, onde dinamicamente o relatório selecionado deverá disponibilizar template para escolha:
  - 54.55.a) Tipo de gráfico (barra vertical, Barra vertical empilhada, barra horizontal, barra horizontal empilhada, linha, pizza)
  - 54.55.b) Seleção de campos para o respectivo tipo de gráfico;
  - 54.55.c) Permitir a edição/manutenção das definições do relatório (disponível de

acordo com o perfil do usuário);

- 2.54.56.** Deve possuir a funcionalidade para uso interno da vigilância: Agenda de eventos e ou comunicados, possibilitando o registro e manutenção de Eventos e outros Assuntos/Comunicados, disponibilizando funcionalidade para seleção dos pessoas a serem notificadas (somente as cadastradas no sistema);
- 2.54.57.** Deve possuir a funcionalidade para uso interno da vigilância: Painel de Publicações e comunicados da Vigilância que permita o comunicado ser visualizado em página de acesso por todos usuários sem necessidade de login.
- 2.54.58.** Deve possuir a funcionalidade para uso interno da vigilância de publicações recentes: Disponibilizar interface que permita enviar comunicados a todos os Usuários do sistema, onde ao acessar a página de relacionamento apareça em destaque a informação da Vigilância.
- 2.54.59.** Deve possuir a funcionalidade para uso interno da vigilância de correio eletrônico: "Mala Direta" disponibilizar interface que permita o registro, envio e recebimento de mensagens de correio eletrônico (Eventos, Comunicados, Notificações, etc.) para usuários cadastrados no sistema, devendo aceitar anexos (documentos, imagens);
- 2.54.60.** Deve possuir a funcionalidade para uso interno da vigilância: Relatório de Inspeção da Dengue / inspeção diversas. Sistema deve possibilitar o registro de ações de inspeção diversas e Inspeção da Dengue, onde o fiscal possa relatar as atividades. Este documento deve conter no mínimo os seguintes campos: Tipo de Inspeção, Número de protocolo, data de abertura, data de vistoria, logradouro, cep, número, bairro, cidade e estado. E campo editável para descrição da atividade.
- 2.54.61.** Deve possuir a funcionalidade para uso interno da vigilância: Atas de reuniões: disponibilizar interface que contemple o registro e manutenção de Atas de reuniões, com pesquisa e recuperação filtradas por intervalo de datas e assunto.
- 2.54.62.** Permitir ao fiscal que por ocasião da emissão de um Auto de Notificação para o estabelecimento, possa selecionar a lei que está amparando legalmente a emissão do Auto em um ou mais itens em não conformidade.
- 2.54.63.** Disponibilizar funcionalidades para permitir imprimir todos os protocolos de todos os tipos de solicitações, possibilitando a impressão em qualquer passo da solicitação (Alvará, licença, etc). O documento impresso deverá conter no mínimos seguintes campos: Nome da Pessoa, CPF/CNPJ, Nr. Do Protocolo e Passo (do fluxo). Modelo de impressão deverá ser similar ao do Termo de Solicitação, podendo o cliente poder parametrizar para aparecer em um único passo.
- 2.54.64.** Dispor de funcionalidade para emitir AUTO DE NOTIFICAÇÃO PRELIMINAR, quando da fiscalização/vistoria, possibilitando ao estabelecimento prazo para sanar a irregularidade antes da NOTIFICAÇÃO DEFINITIVA. O AUTO DE NOTIFICAÇÃO PRELIMINAR é utilizado para permitir o estabelecimento sanar itens de fácil solução

com prazo estabelecido a critério do fiscal.

- 2.54.65.** Dispor de funcionalidade para emitir AUTORIZAÇÃO SANITÁRIA destinado especificamente a vendedores ambulantes, possibilitando descrever na hora da emissão os itens permitidos para venda, validade e uma observação que constará no documento impresso, porém deixando registrado todos os dados.
- 2.54.66.** Disponibilizar Impressão dos roteiros para possibilitar aos fiscais, além de terem a disposição os roteiros em formato web e mobile, também em papel e poder efetuar vistoriar, preencher os itens e digitar posteriormente. Esta funcionalidade é para municípios que não possuam a disposição a cobertura de mobilidade através de internet em todos os locais passíveis de vistorias.
- 2.54.67.** Disponibilizar interface para permitir a abertura e registro da execução das Inspeções de Estabelecimentos (perfil Fiscal), observando os seguintes tópicos:
- 2.54.68.** Disponibilizar formulários para registro de abertura da Solicitação de Inspeção relativa ao Estabelecimento, contemplando o registro do motivo da inspeção e respectiva data de abertura;
- 2.54.69.** Disponibilizar formulário para Registro dos dados da execução da Inspeção, sendo que esta deverá ser baseada no questionário associado a(s) atividade(s) CNAE do Estabelecimento;
- 2.54.70.** Disponibilizar interface para criar e emitir Auto de Intimação de Vigilância Sanitária, permitindo a especificação dos itens não atendido na inspeção, permitindo anexar arquivos digitais (documentos e imagens).
- 2.54.71.** Deve permitir a Vigilância ter disponibilizado cadastros de Importação de Questionários, arquivos de importação de Estabelecimentos individuais ou por lotes de CNPJ.
- 2.54.72.** Disponibilizar a importação de questionários de auto inspeção utilizados pela vigilância.
- 2.54.73.** Disponibilizar a importação através de link com Receita Federal onde dados do CNPJ são validados individualmente ou por lote.
- 2.54.74.** Para os usuários pertencentes aos Perfis ESTABELECIMENTO e/ou CONTABILIDADE, deverá ser disponibilizado interface que permita efetuar registro de Solicitação de Alvará de Vigilância Sanitária, observando:
  - 54.74.a) Permitir a partir da Tela de Login efetuar o Cadastramento do Estabelecimento (auto cadastro), proporcionando desta forma informar todos os dados do estabelecimento, dados de login e demais informações cadastrais.
  - 54.74.b) Após efetuar o cadastro do estabelecimento pelo auto cadastro, o sistema automaticamente deverá habilitar um usuário para acesso com autenticação

de senha, conforme dados informados no Cadastro do Estabelecimento (usuário e senha);

- 54.74.c) Após o usuário do perfil Estabelecimento/Contabilidade efetuar o Login/autenticação, o sistema deverá disponibilizar interface para Registro de Solicitação de Alvará, mostrando o questionário associado a atividade principal (CNAE) do respectivo Estabelecimento; Disponibilizar funcionalidades para AUTO-DECLARANTES em atendimento ao definido pela VISA, sendo:

**54.74.c.a.I)** Cadastro de Atividades CNAE assinaladas com AUTO-DECLARANTES (CNAES de baixo risco sanitário de fiscalização prévia). As atividades serão definidas no momento da implantação pela VISA CONTRATANTE.

**54.74.c.a.II)** Disponibilizar filtro no Cadastro CNAE que possibilite identificar os CNAES definidos pela vigilância como Auto declarantes e criado um fluxo reduzido para este processo, ajustando os documento que formalize a solicitação de AUTO-DECLARANTE e enquadre legalmente o estabelecimento neste processo.

**2.54.75.** Disponibilizar interfaces para Consulta de Estabelecimentos observando:

- 54.75.a) Filtro de pesquisa: (Razão Social, Tipo de Pessoa (Física/Jurídica), CNAE)
- 54.75.b) Mostrar informações do Estabelecimento pertinente a: dados gerais do estabelecimento; endereço, usuário de acesso e senha, dados complementares; Pessoa de Contato; Representantes Legais; Responsável Técnico; Horário de funcionamento (dia da semana x hora de início e fim de expediente no período da manhã e tarde);
- 54.75.c) Permitir a edição dos dados relativo ao Cadastro do Estabelecimento a partir da seleção de um registro visualizado.
- 54.75.d) Disponibilizar interface que mostre Mapa centralizando o município através das coordenadas geográficas da Prefeitura Municipal, contendo ainda as seguintes funcionalidades:
- 54.75.e) Permitir consultas por atividade do CNAE e mostrar no mapa marcadores com a geolocalização dos estabelecimentos.
- 54.75.f) Permitir interação nos marcadores a partir de click do mouse, mostrando informações do estabelecimento (Razão Social, CPF/CNPJ, Endereço, Atividades CNAE).
- 54.75.g) Disponibilizar interface para visualizar procedimentos (ações) executadas no sistema, contemplando áreas para: Filtro de Pesquisa, Painel de visualização gráfica e Listagem de procedimentos em forma de tabela, observando:
- 54.75.h) Filtros de Pesquisa: Disponibilizar no mínimo os seguintes filtros de pesquisa de procedimentos (não obrigatório o preenchimento dos filtros):

**54.75.h.a.I)** Por tipo de Pessoa (Jurídica/Física)

**54.75.h.a.II)** Informar o CPF/CNPJ da pessoa Jurídica ou Física, conforme preenchimento do campo anterior;

54.75.i) Intervalo de Datas para Abertura do Procedimento;

- 54.75.j) Atividade Principal CNAE;
- 54.75.k) Número do Protocolo do processo;
- 54.75.l) Disponibilizar Área de Gráficos relativa aos filtros acima, com a opção de filtrar os procedimentos relativos as responsabilidades: Todos, Da Vigilância ou do Estabelecimento). Os gráficos a serem gerados deverá atender os seguintes critérios:

**54.75.l.a.i)** Mostrar gráficos em barras verticais empilhando processos de Vigilância e processos de estabelecimento, explicitando as respectivas quantidades e total dos processos em cada barra vertical.

**54.75.l.a.ii)** Mostrar no eixo Y a escala com número de Processos e no eixo X os tipos de processos em compostos por assuntos: Solicitação de Alvará, Baixa de Alvará, Solicitação de Licença de Transporte, Baixa de licença de Transporte, Alteração de Responsável Técnico;

**54.75.l.a.iii)** Possibilitar selecionar processos específicos da Vigilância ou específicos do Estabelecimento ou Todos.

**2.54.76.** Disponibilizar listagem de processos em forma de tabela, contemplando:

54.76.a) Tabela com controle de paginação, listando os processos de acordo com o filtro selecionado;

**2.54.77.** Disponibilizar interface que mostre os processos e seus respectivos estado de evolução/Conclusão.

**2.54.78.** A interface deverá dispor de funcionalidade que mostre graficamente (barra vertical) o quantitativo de processos por assunto, permitindo interatividade no gráfico, devendo os assuntos serem separados pelo filtro de responsabilidades (Da Vigilância, Do Estabelecimento).

**2.54.79.** Os assuntos a serem tratados são:

- 54.79.a) Solicitação de Alvará Sanitário
- 54.79.b) Baixa de Alvará Sanitário
- 54.79.c) Solicitação de Licença de Transporte
- 54.79.d) Baixa de Licença de Transporte
- 54.79.e) Alteração de Responsável Técnico
- 54.79.f) Solicitação de Inspeção
- 54.79.g) Solicitação de Exumação
- 54.79.h) Solicitação de Traslado

**2.54.80.** Solicitação de Alvará Sanitário - Ações da Vigilância ao clicar no gráfico dinâmico: mostrar interface com Filtros, Gráficos e Tabela de dados para os processos correspondentes observando:



- 54.80.a) Dispor de interface com funcionalidades para validar documentos apresentados e que permita a inclusão de parecer da Vigilância;
  - 54.80.b) Dispor de interface para tratamento de financeiro, compreendendo: geração de boletos, solicitação de boleto com nova data; Os boletos deverão ser disponibilizados em formato PDF;
- 2.54.81.** Permitir o cancelamento da Solicitação;
- 2.54.82.** Disponibilizar interface que permita efetuar a inspeção do Estabelecimento, utilizando os questionários associados as Atividades CNAE do estabelecimento inspecionado;
- 2.54.83.** Disponibilizar interface para geração de documentos em formato PDF com autenticação de QR code relativos a:
- 54.83.a) Alvará Sanitário;
  - 54.83.b) Auto de Intimação;
  - 54.83.c) Licença de Transporte;
  - 54.83.d) Solicitação de exumação
  - 54.83.e) Solicitação de traslado
- 2.54.84.** Solicitação de Alvará Sanitário - Ações do Estabelecimento: ao clicar no gráfico dinâmico): mostrar interface com Filtros, Gráficos e Tabela de dados para os processos correspondentes, com totalizadores para processos com situações: EM ANDAMENTO, FINALIZADOS E CANCELADOS;
- 2.54.85.** Solicitação de Alvará Sanitário - Ações do Estabelecimento: Disponibilizar interface permitindo acompanhar o fluxo do processo de Solicitação de Alvará e solução de pendências, contemplando:
- 54.85.a) Entrada de dados complementares do cadastro de Estabelecimento;
  - 54.85.b) Seleção de Atividade para geração do Alvará (uma ou mais constante no cadastro do Estabelecimento);
  - 54.85.c) Anexar documentos obrigatórios;
  - 54.85.d) Gerar Termo de Solicitação de Serviço já preenchido com os dados do Estabelecimento (em formato PDF) para que o responsável do Estabelecimento assine e anexe o documento escaneado no processo;
  - 54.85.e) Anexar Termo de Solicitação de Serviços com a devida assinatura ao processo;
  - 54.85.f) Gerar boletos bancário para cobrança de Taxas de emissão do Alvará Sanitário;
- 2.54.86.** Baixa de Alvará Sanitário - Ações do Estabelecimento: Disponibilizar de interface que permita o estabelecimento efetuar a solicitação de Baixa de Alvará Sanitário, através de formulário web com dados da solicitação, anexo de documentos e impressão do Termo de Solicitação de Baixa;
- 2.54.87.** Baixa de Alvará Sanitário - Ações da Vigilância: Disponibilizar de interface para visualizar e acompanhar as solicitações de baixa de alvará sanitário, bem como

efetuar os procedimentos legais e técnicos para efetuar a baixa do Alvará;

- 2.54.88.** Solicitação de Licença de Transporte - Ações do Estabelecimento: Disponibilizar de interface para visualizar e acompanhar as Solicitações de Licença de Transporte, possibilitando nesta interface:
- 2.54.89.** Efetuar solicitação de Licença de Transporte relativo as atividades do CNAE do Estabelecimento;
- 2.54.90.** Anexar documentos (quando for o caso);
- 2.54.91.** Gerar boleto bancário para pagamento;
- 2.54.92.** Solicitação de Licença de Transporte - Ações da Vigilância: Dispor de interface para visualizar e acompanhar as Solicitações de Licença de Transporte, possibilitando:
- 2.54.93.** Visualizar graficamente os processos quando as quantidades x situação (Andamento, Finalizados, Cancelados);
- 2.54.94.** Permitir a seleção de processos por filtros (CPF/CNPJ; Data de Abertura (intervalo de datas); Atividade CNAE; Nr. Protocolo)
- 2.54.95.** Permitir interatividade nos gráficos, com o detalhamento das Situações;
- 2.54.96.** Para os processos em andamento, o gráfico deverá mostrar as fases que se encontram os processos e respectiva quantidades de processos por fase. O sistema deverá disponibilizar graficamente no mínimo as seguintes fases dos processos:
  - 54.96.a) Aguardando Validar documentos;
  - 54.96.b) Taxas Geradas e Pendentes de pagamento;
  - 54.96.c) Aguardando Inspeção;
  - 54.96.d) Aguardando Emitir Documento de Licença de Transporte.
- 2.54.97.** Disponibilizar de interface que permita validar os documentos anexados;
- 2.54.98.** Disponibilizar de interface para Geração de Taxas (boletos Bancários) referente a Licença de Transporte;
- 2.54.99.** Disponibilizar de interface para Registrar as inspeções efetuadas, mostrando o Questionário de inspeção específico da Licença de Transporte e associado a Atividade do CNAE;
- 2.54.100.** Disponibilizar de interface para Gerar o documento Licença de Transporte em formato PDF com autenticação de QRCode.
- 2.54.101.** Baixa de Licença de Transporte - Ações do Estabelecimento: Disponibilizar de interface que permita o estabelecimento efetuar a solicitação de Baixa de Licença de Transporte, através de formulário web com dados da solicitação, anexo de

documentos e impressão do Termo de Solicitação de Baixa;

**2.54.102.** Baixa de Licença de Transporte - Ações da Vigilância: Disponibilizar de interface para visualizar e acompanhar as solicitações de baixa de Licença de Transporte, bem como efetuar os procedimentos legais e técnicos para efetuar a referida Baixa;

**2.54.103.** Alteração de Responsável Técnico - Ações do Estabelecimento: Disponibilizar interface web que permita ao Estabelecimento gerar a Solicitação efetuando os seguintes procedimentos:

- 54.103.a) Informar os dados do Estabelecimento e do novo responsável técnico;
- 54.103.b) Anexar documentos;
- 54.103.c) Gerar o Termos de Solicitação em formato PDF;
- 54.103.d) Visualizar as suas solicitações e respectivas situações (andamento);
- 54.103.e) Efetuar o cancelamento da Solicitação.
- 54.103.f) Alteração de Responsável Técnico - Ações da Vigilância: Disponibilizar interface web que permita visualizar e acompanhar as Solicitações de Alteração de Responsável Técnico, possibilitando:
- 54.103.g) Listar os processos pelos filtros (CPF/CNPJ; Data de Abertura (intervalo de datas); Atividade CNAE; Nr. Protocolo);
- 54.103.h) Possibilitar executar todas as ações definidas para o Estabelecimento;
- 54.103.i) Disponibilizar interface para visualizar todas as informações de Abertura do processo e validar a análise dos documentos anexados, bem como finalizar o processo;
- 54.103.j) Solicitação de Inspeção - Ações do Estabelecimento: Disponibilizar interface web que permita ao Estabelecimento gerar a Solicitação efetuando os seguintes procedimentos:
- 54.103.k) Informar dados do Estabelecimento e dados da inspeção a ser executada (atividade CNAE);
- 54.103.l) Anexar documentos (quando for o caso);
- 54.103.m) Gerar Termo de Solicitação de Inspeção em formato PDF;
- 54.103.n) Acompanhar os processos e respectivos estado (andamento);
- 54.103.o) Efetuar o cancelamento do processo;
- 54.103.p) Solicitação de Inspeção - Ações da Vigilância: Disponibilizar interface web que permita visualizar e acompanhar as Solicitações de Alteração de Responsável Técnico, possibilitando:
- 54.103.q) Listar os processos pelos filtros (CPF/CNPJ; Data de Abertura (intervalo de datas); Atividade CNAE; Nr. Protocolo);
- 54.103.r) Possibilitar executar todas as ações definidas para o Estabelecimento;
- 54.103.s) Disponibilizar interface para visualizar todas as informações de Abertura do processo e validar a análise dos documentos anexados;
- 54.103.t) Registrar a inspeção efetuando o preenchimento do(s) questionário(s) vinculado(s) as atividades CNAE do Estabelecimento.

**2.54.104.** Solicitação de Exumação - Ações do estabelecimento: Disponibilizar interface web que permita ao Estabelecimento gerar a Solicitação efetuando os seguintes

procedimentos e filtros:

- 54.104.a) Interface que permita através de dados de Pessoa Física (CPF) criar login e senha para solicitação de Exumação.
  - 54.104.b) Deve possuir campo de Data da Exumação, sala e endereço da Exumação.
  - 54.104.c) Endereço composto por: CEP, Logradouro, Número, Estado e Cidade.
  - 54.104.d) Campos para os Dados do Falecido: Nome, Documentos (RG, Título de Eleitor, CPF), Nacionalidade, Filiação (Pai e Mãe), Data do Óbito, certidão do óbito, Cartório.
  - 54.104.e) Campos para endereço do óbito: Cep Estado e Cidade.
  - 54.104.f) Campos para Nome do Médico que atestou o óbito.
  - 54.104.g) Campo causa Mortis.
  - 54.104.h) Campo de Endereço destino dos restos Mortais contendo: Cep, Estado e Cidade.
- 2.54.105.** Interface que permita envio de documentos anexos solicitados pela vigilância para conferência.
- 2.54.106.** Geração automática de taxa de exumação e liberação de boleto para pagamento com retorno bancário ou interface que permita anexar documento pago para conferência da Vigilância.
- 2.54.107.** Interface que permita Emissão de documento modelo padrão utilizado pela vigilância com Autorização de Exumação autenticada por QRCode.
- 2.54.108.** Solicitação de Exumação - Ações da Vigilância: Disponibilizar interface web que permita visualizar e acompanhar as Solicitações de Exumação possibilitando:
- 2.54.109.** Visualização através do Painel de controle as solicitações de Exumação pela vigilância sanitária.
- 2.54.110.** Interface que permita visualizar os documentos enviados na solicitação de exumação e espaço onde o responsável possa validar ou rejeitar tais documentos após verificação com respectiva justificativa em caso de rejeição.
- 2.54.111.** Interface que permita visualizar, alterar ou cancelar taxas de Exumação.
- 2.54.112.** Interface que possibilite a Emissão e liberação do referido documento legal de Exumação padrão do município com a autenticação do QRCode.
- 2.54.113.** Solicitação de Translado - Ações do estabelecimento: Disponibilizar interface web que permita ao Estabelecimento gerar a Solicitação efetuando os seguintes procedimentos e filtros:
- 2.54.114.** Interface que permita através de dados de Pessoa Física (CPF) criar login e senha para solicitação do Translado.
- 2.54.115.** Deve possuir campo de Data do traslado, identificação do local de embarque

(aeroporto, Porto ou outro.

- 2.54.116.** Dados de Endereço do embarque composto por: CEP, Estado e Cidade.
- 2.54.117.** Dados do Responsável pelo traslado: Nome da Empresa, CNPJ, funcionário responsável pelo traslado, CPF do Funcionário, Número de conhecimento de carga.
- 2.54.118.** Campos para os Dados do Falecido: Nome, Documentos (RG, Título de Eleitor, CPF), Nacionalidade, Filiação (Pai e Mãe), Data do Óbito, certidão do óbito, Cartório.
- 2.54.119.** Campos para endereço do óbito: Cep Estado e Cidade.
- 2.54.120.** Campos para os dados dos veículos: Veículo, placa, Motorista, número de habilitação.
- 2.54.121.** Campo de Endereço do Sepultamento contendo: Cep, Estado e Cidade.
- 2.54.122.** Interface que permita envio de documentos anexos solicitados pela vigilância para conferência.
- 2.54.123.** Geração automática de taxa de exumação e liberação de boleto para pagamento com retorno bancário ou interface que permita anexar documento pago para conferência da Vigilância.
- 2.54.124.** Interface que permita Emissão de documento modelo padrão utilizado pela vigilância com Autorização de traslado autenticada por QRCode.
- 2.54.125.** Solicitação de Traslado - Ações da Vigilância: Disponibilizar interface web que permita visualizar e acompanhar as Solicitações de Exumação possibilitando visualização através do Painel de controle as solicitações de Traslado pela vigilância sanitária.
- 2.54.126.** Interface que permita visualizar os documentos enviados na solicitação de Traslado e espaço onde o responsável possa validar ou rejeitar tais documentos após verificação com respectiva justificativa em caso de rejeição.
- 2.54.127.** Interface que permita visualizar, alterar ou cancelar taxas de Traslado.
- 2.54.128.** Interface que possibilite a Emissão e liberação do referido documento legal de Traslado padrão do município com a autenticação do QRCode.
- 2.54.129.** Solicitação de relatório de Boas Práticas de Fabricação (BPF)
- 2.54.130.** Solicitação de relatório de Inspeção para AFE na Anvisa - Sistema deve conter formulário com os seguintes requisitos:
  - 54.130.a) Número de processo ou protocolo gerado com a solicitação
  - 54.130.b) Dados do requerente, CPF/CNPJ, endereço, cidade, Estado, bairro, CEP, e-mail, tel.

- 54.130.c) Dados do processo contendo Assunto, data de abertura do processo e hora.
- 54.130.d) Campos para vínculo de documentos obrigatórios informados pela vigilância.
- 54.130.e) Autenticação através de QRcode do documento gerado pela solicitação.
- 54.130.f) Gerar guia de pagamento de taxa de serviço.

- 2.54.131.** O sistema deve conter interface que disponibilize a Vigilância tabela de vínculo das atividades próprias regulamentadas pelo município as atividades do CNAE.
- 2.54.132.** Sistema deve possibilitar realizar o vínculo das atividades próprias aos CNAES correspondentes a atividade específica do Município.
- 2.54.133.** Disponibilizar base de transferência ou inclusão de arquivos de Tabelas próprias de atividades do Município.
- 2.54.134.** Vínculo CNAE/Tabela Própria de Atividades do Município deve estar disponível com filtros de atividades para facilitar busca e vínculo com códigos da Tabela CNAE na área de seleção de Atividades.
- 2.54.135.** Zoonoses- O sistema deve disponibilizar Interface que tenha funcionalidades e filtros para classificação e cadastro de animais criando vínculo entre animais e proprietários através de CPF.
- 2.54.136.** Zoonoses- Cadastro de pacientes
- 2.54.137.** Deve conter os dados de identificação em todos os procedimentos, sendo no mínimo os campos: nome, sexo, data de nascimento, espécie, raça, número individual e sequencial.
- 2.54.138.** Zoonoses- O sistema permite os seguintes cadastros:
  - 54.138.a) Espécie;
  - 54.138.b) Raça;
  - 54.138.c) Sexo;
  - 54.138.d) Data de nascimento;
  - 54.138.e) Pelagem ou Cor; Porte,
  - 54.138.f) Nome do paciente
  - 54.138.g) Temperamento
  - 54.138.h) Número de microChip
- 2.54.139.** Zoonoses- Cadastro de proprietário: deve conter os campos nome completo, nº do CPF ou CNPJ, nº da Identidade ou Inscrição Estadual, Endereço completo, CEP, e-mail, data de nascimento e data do cadastro.
- 2.54.140.** Zoonoses- Cadastro de Localidades e Código Postal: possui funcionalidade que permite associar o CEP a um endereço digitado no cadastro dos clientes.
- 2.54.141.** Zoonoses- Registro do atendimento (anamnese): anamnese do paciente contendo o histórico referente à queixa principal do paciente, que deverão ser informadas pelos

clínicos veterinários, porte, peso do animal, temperamento, pelagem ou cor, regime dietético, composição da dieta, informações em relação ao tratamento, vacinação, medicação contínua, contactantes, tipo de habitat, acesso à rua, contato com roedores, enfermidades anteriores. Esses campos deverão ser pré-definidos, cadastrados e possibilitar a pré-definição dos mesmos.

- 2.54.142.** Zoonoses- Sistema deve conter registro de exames dos aspectos físicos do paciente, e demais informações parametrizáveis de acordo com a necessidade do centro de controle animal.
- 2.54.143.** Zoonoses- Sistema deve conter cadastro de procedimentos, serviços, diagnósticos realizados.
- 2.54.144.** Zoonoses- Registro de Vacinas e Histórico de Vacinas.
- 2.54.145.** Zoonoses- Sistema deve permitir mudança de proprietário de um determinado animal.
- 2.54.146.** Zoonoses- Sistema de buscas: permitir que se façam buscas para os seguintes, pacientes, proprietários ou serviços.
- 2.54.147.** Zoonoses- Ambiente Multiusuário: O sistema deverá possibilitar sua utilização por vários usuários simultâneos, acessando e processando a mesma aplicação e base de dados, sem perder a segurança e integridade das informações. O número de usuários deve ser ilimitado.
- 2.54.148.** Zoonoses- Registro de Agressões do animal a seres humanos. Sistema deve disponibilizar campo para registro de ocorrências com seres humanos com os requisitos mínimos:
  - 54.148.a) Data de agressão,
  - 54.148.b) Descrição do comportamento do animal,
  - 54.148.c) Condições do Animal,
  - 54.148.d) Observações, e procedimentos adotados.
- 2.54.149.** Zoonoses- Sistema deve conter campo para destinação e encaminhamento em caso de resgate.
- 2.54.150.** Zoonoses- Sistema deve fazer vínculo entre Proprietário e animal através de CPF e número de Registro de microchip.
- 2.54.151.** Zoonoses- Sistema deve conter mapa animal para registro de características específicas, (marcas na pelagem, cicatrizes ou marcas nos membros, amputações etc).
- 2.54.152.** Zoonoses- Sistema deve possibilitar Alocação de animais por baias e possuir mecanismos para:

- 54.152.a) Cadastrar Baías informando a quantidade máxima de animais permitidos.
- 54.152.b) Desativar baías em manutenção, limpeza ou desinfecção.
- 54.152.c) Anexar fotos das condições de higiene e estado dos animais;
- 54.152.d) Visualizar capacidade total X vagas ocupadas;
- 54.152.e) Listar animais alocados;
- 54.152.f) Desalocar animais.

**2.54.153.** Sistema deve impossibilitar alocar animais em baías com capacidade máxima já atingida.

**2.54.154.** Zoonoses- Sistema de conter controle de alimentação dos animais que possibilite:

- 54.154.a) Cadastrar os tipos de animais
- 54.154.b) Deve possibilitar registro de várias alimentações do dia informando o tipo de Alimento, data/hora, quantidade, responsável pela liberação e caixa para editar texto com Observações,
- 54.154.c) Visualizar histórico Animal
- 54.154.d) Filtros de animais pelo tipo de Alimentação, data/hora ou responsável.

**2.54.155.** Zoonoses- Sistema deve conter controle de estoque com os seguintes recursos:

**2.54.156.** Cadastro de grupos de produtos: Possibilidade de cadastrar vários tipos de Produtos.

**2.54.157.** Cadastro de tipo de Entradas dos produtos em estoque: possibilidade de registrar os tipos de entrada de produtos em estoque, permitindo que possa ser identificado a forma com que o produto entrou, compra, transferência, ajuste.

**2.54.158.** Cadastro de tipo de Saídas de produtos do estoque: possibilidade de registrar os tipos de saídas dos produtos em estoque, onde ao dar baixa de um produto o usuário pode registrar o motivo da baixa.

**2.54.159.** Cadastro de almoxarifado ou estoque físico. Cadastro que permite que os locais onde haverá estoques de produtos físicos possam ser identificados.

**2.54.160.** O sistema deve disponibilizar funcionalidades DASHBOARD com gráficos dinâmicos, atendendo os seguintes requisitos:

- 54.160.a) Permitir criar e configurar até quatro páginas de Dashboards, onde cada página poderá ter pelo menos 4 gráficos;
- 54.160.b) Permitir navegar pelas páginas de Dashboards configuradas;
- 54.160.c) Permitir configurar os gráficos a serem mostrados em cada página;
- 54.160.d) A configuração dos Gráficos deverá ser feita a partir da escolha de Relatórios criados no Gerador de Relatórios, os quais possuem especificação para a geração de gráficos a partir dos filtros de dados e conteúdo do relatório escolhido.

**2.54.161.** O sistema deve disponibilizar funcionalidade em Painel (dashboard) mostrando indicadores de serviços e outros dados atualizados, a partir de definições mapeados



durante a implantação.

**2.54.162.** Funcionalidades do Aplicativo móvel: aplicativo (app) desenvolvido para instalar e rodar em sistema operacional Android e ter funcionalidades que permita aos fiscais da Vigilância executarem inspeções (vistorias e fiscalização) em campo, contemplando:

- 54.162.a) Login Fiscal: Sistema deve possibilitar criação de Login e senhas de acesso aos fiscais.
- 54.162.b) Interface de configuração que permita informar os dados de conexão com o Servidor remoto da Vigilância.
- 54.162.c) Interface que permita baixar os dados da vigilância e armazenar no Banco de dados Local no Tablet, permitindo que as inspeções sejam feitas off-line (desconectado do servidor). Os dados a serem baixados consistem de:
- 54.162.d) Cadastro de Estabelecimento e informações complementares do cadastro;
- 54.162.e) Cadastro de Fiscais;
- 54.162.f) Cadastro de Atividades do CNAE;
- 54.162.g) Cadastro de Questionários e respectivo vínculo com as atividades do CNAE, conforme TABELA DE QUESTIONÁRIOS DA FISCALIZAÇÃO;
- 54.162.h) Cadastro de Inspeções e respectivas informações complementares;
- 54.162.i) Interface que permita fazer a atualização da base de dados das vistorias que estão armazenadas no Tablete, para o Servidor Remoto da Vigilância, através de conexão WiFi ou 3G (dados).

**2.54.163.** Interface que permita executar as Inspeções e outras operações, como:

- 54.163.a) Consulta de inspeções disponíveis no sistema (online ou off-line);
- 54.163.b) Deve ser possível selecionar imagens, tanto da galeria (caso as fotos já tenham sido tiradas) quanto diretamente da câmera (para fotografar na hora da fiscalização). O usuário deve poder excluí-las. Ao salvar as imagens, o usuário deve retornar à interface das perguntas.
- 54.163.c) Preenchimento dos questionários da inspeção, os quais deverão ser automaticamente selecionadas de acordo com as Atividades CNAE do Estabelecimento;
- 54.163.d) Geração de Autos de intimação automático in loco;
- 54.163.e) Atualização da base de dados online, atualizando o sistema com as informações das inspeções realizadas a partir do dispositivo móvel, através de conexão WIFI ou 3G;
- 54.163.f) Edição de processos já finalizados (botão voltar passos liberado apenas para senha Master).

**2.54.164.** Impressão de Roteiros na página de relacionamento (liberado apenas para perfil fiscal)

**2.54.165.** Importação de cadastro de estabelecimentos.

**2.54.166.** Perfil Contabilidade: Botão de vínculo de estabelecimentos importados e validados

da Receita Federal. (Liberado apenas para o perfil contabilidade).

**2.54.167.** O Sistema deve informar sobre Resolução Normativa que Regulamenta Autodeclarantes.

**2.54.168.** Sistema deve possuir legenda de Status de fácil visualização nas solicitações de Documentações (Validado/Deferido, inválido/indeferido ou Em análise).

## **2.55. Solução de atendimento ao público através de redes sociais e chats síncronos**

**2.55.1.** A solução deve, minimamente, possuir integração com Telegram, Webchat, Messenger, Whastapp Business API e Voip.

**2.55.2.** A solução ofertada deve possuir cadastro de departamentos contendo, minimamente, as seguintes informações:

- 55.2.a) Nome do Departamento
- 55.2.b) Status do Departamento (ativo ou inativo)
- 55.2.c) Token (para integração com os serviços)
- 55.2.d) Número de atendentes para encaminhamento de ligações
- 55.2.e) Indicador para identificar quando uma notificação será emitida ao receber atendimento
- 55.2.f) Indicador de obrigatoriedade ou não para preenchimento do tipo de atendimento
- 55.2.g) Indicador que permita identificar qual robô (atendente virtual) será utilizado para a pesquisa de satisfação.

**2.55.3.** A ferramenta deve possuir cadastro de etiquetas (tags) separadas entre etiquetas do usuário (atendente humano) e da empresa contendo, minimamente, o nome da etiqueta e a cor a ser utilizada.

**2.55.4.** Deve possuir mecanismo ou funcionalidade que permita o cadastro e o gerenciamento de motivos de atendimento, contendo, minimamente, campo para informação da descrição do motivo.

**2.55.5.** A solução deve possuir mecanismo ou funcionalidade que permita a criação de modelos de mensagens contendo, minimamente, as seguintes informações: Atalho, Tipo da Mensagem (Anexo, Texto)

**2.55.6.** A funcionalidade de criação de modelos deve permitir que sejam inseridas variáveis para substituição no momento do envio da mensagem. A lista de variáveis deve conter, minimamente, as seguintes opções: Número do Protocolo do Atendimento, Nome do cidadão (pessoa que solicitou o atendimento), Nome da Empresa, Nome do Atendente,

**2.55.7.** A ferramenta deve possuir mecanismo de configuração de áudio e vídeo contendo,

minimamente, as seguintes informações: webcam (qual das câmeras será utilizada na existência de mais de uma), entrada de áudio (permitir selecionar no caso de houver mais de uma), saída de áudio (permitir selecionar no caso de houver mais de uma), saída de notificações (permitir selecionar no caso de houver mais de uma)

- 2.55.8.** Deve possuir funcionalidade que permita a definição de períodos de atendimento (deve permitir que possam ser cadastrados vários períodos de atendimento).
- 2.55.9.** Para cada período de atendimento criado, deve ser possível identificar os dias com os horários de atendimento para cada dia.
- 2.55.10.** A ferramenta deve possuir configuração de mensagens personalizadas para os seguintes tipos de mensagem:
  - 55.10.a) Mensagem para pedir CPF do usuário
  - 55.10.b) Mensagem para informar que o CPF não foi encontrado
  - 55.10.c) Mensagem para informar o encerramento do atendimento.
- 2.55.11.** Ainda na funcionalidade de mensagem personalizadas, deve ser possível a inserção de variáveis para substituição no momento do envio das mesmas, contendo, minimamente, as seguintes variáveis:
  - 55.11.a) Protocolo
  - 55.11.b) Nome do Usuário
  - 55.11.c) Nome do Atendente
  - 55.11.d) Nome da Empresa
- 2.55.12.** A ferramenta ofertada deve possuir mecanismo ou funcionalidade que permita a exportação em formato csv (valores separados por vírgula) para as seguintes funcionalidades:
  - 55.12.a) Atendimentos
  - 55.12.b) Atendentes
  - 55.12.c) Canais de Comunicação
  - 55.12.d) Mensagens dos Atendimentos
- 2.55.13.** A solução deve possuir funcionalidade para criação e configuração de robôs contendo, minimamente, as seguintes informações:
  - 55.13.a) Nome do atendente virtual (robô);
  - 55.13.b) Imagem de Identificação do robô;
  - 55.13.c) Fluxo a ser utilizado pelo robô durante o atendimento;
  - 55.13.d) Tempo para encerramento por inatividade na conversa;
  - 55.13.e) Mensagem a ser exibida quando da ocorrência de encerramento por inatividade;
- 2.55.14.** Deve possuir cadastro de operadores (atendentes humanos) contendo minimamente as seguintes informações:

- 55.14.a) Nome;
- 55.14.b) Status (Ativo ou Inativo);
- 55.14.c) Imagem de identificação do operador (atendente humano);

**2.55.15.** A solução ofertada deve permitir que um mesmo operador (atendente humano) possa estar atrelado a mais de um departamento dentro da organização, permitindo que o administrador opte pelo envio ou não de notificações push para esta associação departamento/usuário.

**2.55.16.** A solução ofertada deve permitir que um mesmo operador (atendente humano) possa estar atrelado a mais de um grupo dentro da organização, permitindo que o administrador opte pelo envio ou não de notificações push para esta associação grupo/usuário.

**2.55.17.** A solução ofertada deve permitir que para cada usuário (atendente humano) possam ser configuradas suas informações de telefonia, contendo, minimamente, as seguinte informações:

- 55.17.a) Ramal;
- 55.17.b) Siga-me (ativo ou inativo);
- 55.17.c) Telefone para contato do siga-me;
- 55.17.d) Período do funcionamento do siga-me;
- 55.17.e) Rota de saída do siga-me;

**2.55.18.** Deve permitir que atendentes humanos possam assumir os atendimentos realizados por robôs.

**2.55.19.** Plataforma de interação da ferramenta com os operadores humanos deve ser totalmente web, sem necessidade de utilização ou de instalação de outros aplicativos para acesso senão o próprio navegador de internet.

**2.55.20.** A ferramenta ofertada deve possuir mecanismo de painel de controle do operador humano (atendente), mostrando em modo gráfico, minimamente, as seguintes informações:

- 55.20.a) Percentual de operadores humanos online e off-line;
- 55.20.b) Quantidade de atendimentos finalizados por mês pelo operador;
- 55.20.c) Atendimentos finalizados por mês pela organização;
- 55.20.d) Avaliação média dos atendimentos por mês;
- 55.20.e) Avaliação média dos atendimentos do operador no Último período.

**2.55.21.** Deve ofertar mecanismo de painel de controle da organização, em formato gráfico, mostrando, minimamente, as seguintes informações:

- 55.21.a) Atendimentos abertos e finalizados por mês
- 55.21.b) Atendimentos abertos e finalizados por dia
- 55.21.c) Informações sobre os atendimentos ainda em andamento

- 55.21.d) Atendimento por status
- 55.21.e) Ranking de atendimento mensal dos atendentes

**2.55.22.** Deve ofertar mecanismo de painel de controle para gerenciamento dos atendentes humanos em formato gráfico, contendo, minimamente, as seguintes informações:

- 55.22.a) Atendimentos Assumidos
- 55.22.b) Atendimentos Finalizados
- 55.22.c) Tempo de Atendimentos Finalizados

**2.55.23.** Deve possuir painel de gerenciamento gráfico para acompanhamentos por departamento, contendo, minimamente, as seguintes informações:

- 55.23.a) Novos Atendimentos
- 55.23.b) Atendimentos Assumidos
- 55.23.c) Atendimentos Finalizados
- 55.23.d) Tipos de Atendimento Finalizados
- 55.23.e) Atendentes por departamento.

**2.55.24.** Deve ofertar mecanismo de painel de gerenciamento para atendimentos em andamento, em formato gráfico, contendo, minimamente, as seguintes informações:

- 55.24.a) Atendimentos por departamento
- 55.24.b) Atendimentos por atendente

**2.55.25.** A solução ofertada deve possuir painel de gerenciamento em formato de gráficos, com dados sobre telefonia, contendo, minimamente, as seguintes informações:

- 55.25.a) Indicador mostrando número de atendentes online, offline, livres e em chamada;
- 55.25.b) Informações sobre chamadas perdidas.

**2.55.26.** A solução deve possuir ferramenta para elaboração de fluxo a ser utilizado no atendimento possuindo, minimamente as seguintes opções de configuração para cada passo do fluxo a ser criado:

- 55.26.a) Adicionar Etiqueta (tag);
- 55.26.b) Auto Vínculo;
- 55.26.c) Condicional;
- 55.26.d) Criar Delay;
- 55.26.e) Enviar Mensagens;
- 55.26.f) Enviar Perguntas;
- 55.26.g) Executar Flow;
- 55.26.h) Transferir para Departamento;
- 55.26.i) Transferir para Usuário;
- 55.26.j) Enviar Arquivo;
- 55.26.k) Enviar Pesquisa de Satisfação;

- 2.55.27.** A ferramenta deve permitir que os fluxos sejam utilizados por um ou mais robôs de atendimento, permitindo que existam robôs para assuntos específicos.
- 2.55.28.** A solução deve possuir funcionalidade que permita a duplicação e a edição de um fluxo existente.
- 2.55.29.** A solução deve possuir funcionalidade que mostre ao atendente humano todos os atendimentos em andamento sendo realizados por robôs, permitindo que o atendente possa acompanhar este atendimento, verificar a timeline de atendimento a este cidadão ou ainda assumir este atendimento.
- 2.55.30.** Ao assumir o atendimento, a ferramenta deve permitir que o atendente humano possa enviar anexos e emojis, além de poder utilizar as templates criadas para responder de forma ágil ao cidadão que está sendo atendido.
- 2.55.31.** Durante o atendimento, o operador humano deve ter a possibilidade de identificar o motivo do atendimento do cidadão.
- 2.55.32.** A solução deve permitir que sejam aplicadas etiquetas, tanto da organização como do operador ao atendimento, além de poder fixar o atendimento no topo da lista de atendimentos.
- 2.55.33.** A ferramenta deve permitir que durante o atendimento pelo operador humano, o atendimento possa ser transferido para outro departamento/setor ou ainda para um atendente humano específico. Ao ser realizada uma transferência, a ferramenta deve exibir notificações na área de trabalho (desktop) do atendente/departamento para qual o atendimento foi encaminhado.
- 2.55.34.** A ferramenta deve sinalizar visualmente os atendimentos marcados para acompanhamento permitindo sua identificação de forma fácil e ágil.
- 2.55.35.** Na funcionalidade de 'timeline' (linha do tempo do atendimento), deve ser possível visualizar todos os atendimentos já realizados para este cidadão exibindo minimamente, toda a conversação com informações de data, hora e canal de comunicação utilizado.
- 2.55.36.** A solução deve possuir uma funcionalidade onde possam ser identificados todos os atendimentos em andamento por atendentes humanos, permitindo ao operador um filtro rápido onde possam ser filtrados os atendimentos, minimamente, por:
- 55.36.a) Atendimentos do Operador;
  - 55.36.b) Atendimentos dos departamentos do Operador ;
  - 55.36.c) Todos os atendimentos;
- 2.55.37.** Quando um atendimento que está sendo realizado por um robô é assumido por um atendente humano, este atendimento deve migrar para a tela de atendimentos por humanos, sem que haja necessidade de refresh no navegador, agilizando o

atendimento.

- 2.55.38.** A ferramenta deve possuir tela ou funcionalidade que liste todos os atendimentos abertos para os departamentos do operador humano logado na plataforma.
- 2.55.39.** Ao selecionar um atendimento da lista de atendimentos abertos para os seus departamentos, o operador humano deve ter a possibilidade de assumir este atendimento, podendo etiquetar o mesmo e ainda indicar o motivo de atendimento.
- 2.55.40.** A solução ofertada deve possuir mecanismo ou funcionalidade que permita ao operador visualizar todos os atendimentos finalizados, permitindo ao operador o filtro dos atendimentos em, minimamente:

- 55.40.a) Meus Atendimentos;
- 55.40.b) Atendimentos dos Meus Departamentos;
- 55.40.c) Todos;

- 2.55.41.** Ao selecionar um atendimento já finalizado, a solução deve permitir ao operador humano, que um novo atendimento seja aberto para o cidadão ou ainda que seja visualizada a timeline (Linha do tempo) de atendimento.

- 2.55.42.** A solução deve possuir mecanismo ou funcionalidade que permita ao operador humano logado, a visualização de todos os atendentes humanos da plataforma, possuindo campo para pesquisa em formato texto, além de, minimamente, os seguintes filtros:

- 55.42.a) Todos;
- 55.42.b) Online ;
- 55.42.c) Offline;
- 55.42.d) Em Ligação;

- 2.55.43.** Deve possuir mecanismo ou funcionalidade que permita ao operador a criação de grupos de atendimento com possibilidade de identificação dos usuários que farão parte deste novo grupo.

## **2.56. Gestão de inteligência de informações da Saúde;**

- 2.56.1.** A solução ofertada deve possuir todos os mecanismos e funcionalidades necessários para que o software de BI ofertado rode utilizando os conceitos de armazém de dados (datawarehouse).
- 2.56.2.** A solução de BI ofertada deve permitir a conectividade com sistema gerenciador de qualquer banco de dados relacional.
- 2.56.3.** Deve permitir a integração de dados e informações de múltiplas fontes heterogêneas ou não.
- 2.56.4.** A solução deve permitir o gerenciamento das fontes de dados, dos módulos

analíticos e dos metadados.

- 2.56.5.** Deve possuir repositório de metadados centralizado e único.
- 2.56.6.** Deve possuir mecanismo ou funcionalidade para a geração de scripts de extração para múltiplos sistemas gerenciados de bancos de dados.
- 2.56.7.** Deve possuir funcionalidade ou ferramenta para gerenciamentos dos modelos de informação.
- 2.56.8.** Possuir funcionalidade ou mecanismo para construção e gerenciamento dos metadados.
- 2.56.9.** Deve permitir a execução de mais de um processo simultâneo.
- 2.56.10.** 10. Deve possuir mecanismo ou funcionalidade de área de trabalho, onde ficarão armazenados os resultados dos relatórios agendados e demais informações sobre agendamentos dos usuários.
- 2.56.11.** Deve possuir ferramenta específica para realização de análise de desempenho dos modelos de informação.
- 2.56.12.** Deve permitir a criação de gráficos em formatos variados.
- 2.56.13.** Deve permitir a criação de alertas e indicadores automáticos.
- 2.56.14.** Deve permitir a impressão instantânea em vários formatos, no mínimo em pdf, planilhas Excel, texto, csv files.
- 2.56.15.** Deve permitir a publicação da informação em intranet e internet.
- 2.56.16.** Deve permitir de forma nativa acesso aos SGBDs mais usados no mercado (minimamente: Oracle (a partir do 9i), SQL Server, Firebird (1.5 ou superior) e PostgreSQL).
- 2.56.17.** Permitir a execução multiplataforma tanto para aplicação quanto para o banco de dados a ser utilizado como repositório das informações.

## **2.57. Gestão de Legislativo Municipal**

### **2.57.1. Legislativo**

- 57.1.a) Criar proposição;
- 57.1.b) Gerar capa de processo;
- 57.1.c) Gerar etiqueta de comprovação de protocolo aos processos externos;
- 57.1.d) Recebimento eletrônico das proposições;
- 57.1.e) Recebimento físico das proposições de requerentes externos;
- 57.1.f) Gerenciar relatórios de proposições (período, requerente, status, comissões), gráficos comparativos e estatísticas.



- 57.1.g) Pesquisa avançada com dicionário de sinônimos permitindo uma pesquisa detalhada dos assuntos solicitados ex.: "pavimentação em rua Santa Maria" irá retornar todo tipo de assunto relacionado a pavimentação: pavimentar, calçar, calçamento etc.
- 57.1.h) Estrutura visual estilo pastas e documentos que facilita a identificação das proposituras, requerentes e status de cada documento.
- 57.1.i) Controle de emendas;
- 57.1.j) Controle de Documentos da Mesa Diretora;

#### **2.57.2. Legislador**

- 57.2.a) Criar nova proposição;
- 57.2.b) Acompanhar todos os passos dos seus processos;
- 57.2.c) Emitir relatórios das suas proposituras;
- 57.2.d) Editor personalizado com modelos pré-definidos das proposituras;
- 57.2.e) Pesquisa automática de assuntos na digitação da proposição;
- 57.2.f) Gerar assinatura eletrônica;
- 57.2.g) Emitir parecer da comissão;
- 57.2.h) Selecionar Processo a ser lido em plenário;

#### **2.57.3. Comissões Parlamentares**

- 57.3.a) Gerenciar membros;
- 57.3.b) Gerenciar assessoria;
- 57.3.c) Gerenciamento de todos os pareceres emitidos, utilizado editor próprio, com a possibilidade de distribuição dos processos para assinatura
- 57.3.d) Emissão de relatórios personalizáveis;

#### **2.57.4. Tramitação de Processos**

- 57.4.a) Controlar todo trâmite dos processos nas comissões e setores;
- 57.4.b) Movimentação de Processo entre setores;
- 57.4.c) Definição de prazo padrão para locais determinados;
- 57.4.d) Definição de relatoria das comissões com controle de prazo;
- 57.4.e) Editor de parecer baseado em modelos pré-definidos;
- 57.4.f) Envio eletrônico do parecer para assinatura dos membros da comissão;
- 57.4.g) Assinatura eletrônica do documento gerado;
- 57.4.h) Emissão de Parecer anexo;
- 57.4.i) Envio de notificação via e-mail ou correio interno sobre assinaturas e prazos;
- 57.4.j) Acompanhamento de prazos;
- 57.4.k) Acompanhamento de assinaturas;
- 57.4.l) Relatórios de andamento por comissão, status, vencimento, período, relator, autor, tipo de parecer)
- 57.4.m) Filtros personalizados para agilizar a localização do processo.

#### **2.57.5. Expediente – Controle de Ofícios**

- 57.5.a) Controle de todos os ofícios emitidos pela Casa com editor próprio e personalizável, permitindo diversos parâmetro de gerenciamento.
- 57.5.b) Emissão de ofícios ao executivo;
- 57.5.c) Editor de ofício com modelos;
- 57.5.d) Inclusão automática de documentos relacionados ao ofício a ser gerado;
- 57.5.e) Controle numerário dos ofícios;
- 57.5.f) Integração com as proposições para permitir um total acompanhamento do processo;
- 57.5.g) Envio eletrônico do documento para assinatura do presidente;
- 57.5.h) Notificação via e-mail e correio interno, sobre o envio da proposição ao Executivo Municipal;
- 57.5.i) Baixa automática em ofícios respondidos e protocolizados pelo Executivo Municipal;

#### **2.57.6. Expediente – Documentos**

- 57.6.a) Controle de processos destinados ao setor de Expediente
- 57.6.b) Inclusão em editor do ofício;
- 57.6.c) Acompanhamento do status ao enviar ao executivo Municipal;
- 57.6.d) Recebimento em lote dos documentos emitidos;
- 57.6.e) Acompanhamento de prazos.

#### **2.57.7. Expediente – Decretos e Resoluções**

- 57.7.a) Gerar a partir de Projetos de Protocolizados;
- 57.7.b) Gerenciar numeração sequencial; e
- 57.7.c) Gerenciar data e publicação.

#### **2.57.8. Pauta de Sessões**

- 57.8.a) Criar Nova Sessão;
- 57.8.b) Habilitar ou desabilitar para edição;
- 57.8.c) Publicação de Pauta no portal da Câmara;
- 57.8.d) Editar conteúdo da pauta
- 57.8.e) Inclusão de matérias para leitura cada autor, o sistema identifica todas as proposições protocolizadas que ainda não foram apresentadas permitindo assim uma fácil identificação dos novos processos.
- 57.8.f) Permite filtrar matéria por vereador ativo na legislatura, possibilitando assim um controle sobre a quantidade de matérias inclusas.
- 57.8.g) Remoção das matérias mantendo um informativo que ela já foi para leitura e foi retirada, permitindo assim um controle melhor sobre o status de cada proposição;
- 57.8.h) Requerimento de Inclusão para incluir uma proposição em regime de urgência mediante requerimento de inclusão protocolizado no mesmo dia.
- 57.8.i) Ordem do dia
- 57.8.j) Permite incluir para votação as proposições em trâmite.
- 57.8.k) O sistema localiza o processo, analisa o status atual de informa ao operador se

é ou não possível executar tal operação caso ainda não tenha sido lida.

- 57.8.l) Gerenciar Pauta
- 57.8.m) Controlar todas as atividades da Sessão Legislativa
- 57.8.n) Votação da ata;
- 57.8.o) Definição de votação das Matérias apresentadas;
- 57.8.p) Definição de votação dos pareceres apresentados; e
- 57.8.q) Definição de matérias votadas.
- 57.8.r) Inclusão de texto livre;
- 57.8.s) Envio de pauta por e-mail;
- 57.8.t) Importação de matérias;
- 57.8.u) Transferência de reunião parcial ou total para uma nova data.
- 57.8.v) Gerenciador de modelos para impressão.

#### **2.57.9. Resoluções**

- 57.9.a) Permite um total controle sobre as resoluções emitidas pela presidência e pela Mesa diretora, com editor próprio e modelo pré-definido;
- 57.9.b) Envio eletrônico da Resolução para Publicação;
- 57.9.c) Acompanhamento do status da publicação.

#### **2.57.10. Publicações**

- 57.10.a) Acompanhar status das publicações.
- 57.10.b) Definir informações sobre publicações emitidas.

#### **2.57.11. Leis Municipais**

- 57.11.a) Permite acompanhar todas as leis geradas pelo sistema;
- 57.11.b) Todas as leis são geradas a partir dos processos gerados e protocolizados no sistema, permitindo assim uma visão completa sobre todos os passos do processo, desde a criação do Projeto, suas emendas, tramitação nas comissões, votações até a publicação.
- 57.11.c) Compilação de Leis geradas pelo sistema permite manter um total controle sobre a Legislação Municipal.

#### **2.57.12. Atos da Mesa**

- 57.12.a) Permite gerar, editar e gerenciar todos os atos emitidos pela Mesa Diretora e Presidência da casa.
- 57.12.b) Enviar via e-mail, para publicação;
- 57.12.c) Acompanhar o status da publicação;
- 57.12.d) Gerar status da publicação;

### **2.58. Homepage da Entidade**

- 2.58.1.** A Aplicação deverá ser desenvolvida para ser utilizado na internet, responsiva, possibilitando o acesso em celulares e tablets.

- 2.58.2.** Utilizar conexão segura através dos protocolos HTTPS.
- 2.58.3.** Permitir a gestão de cores da homepage através da conta do administrador da homepage, com vinculação do brasão da Entidade.
- 2.58.4.** Possuir painel administrativo com exigência de usuário e senha para gestão da homepage.
- 2.58.5.** Possuir recuperação de senha automática para casos de perda de senha do Gestor, através do informe do e-mail.
- 2.58.6.** Disponibilizar homepage personalizável, onde poderá ser definida a disponibilização de notícias, galerias, eventos, links úteis, enquetes e serviços.
- 2.58.7.** Disponibilizar o cadastro de eventos da Entidade para serem exibidos na página principal.
- 2.58.8.** O cadastro de eventos deve permitir:
  - 1.1.a) Data;
  - 1.1.b) Hora início do evento;
  - 1.1.c) Hora fim do evento;
  - 1.1.d) Nome do local;
- 2.58.9.** URL do local do evento (link google maps);
- 2.58.10.** Os eventos devem ser criados primeiramente em formato rascunho e assim que validado permitir a publicação do mesmo.
- 2.58.11.** O usuário administrador pode adicionar, alterar e excluir eventos;
- 2.58.12.** Permitir a inserção de páginas conforme a necessidade da Entidade para serem exibidos na página principal.
- 2.58.13.** As inserções de imagens devem criar uma galeria virtual para em seguida serem atribuídas as suas devidas funcionalidades na homepage.
- 2.58.14.** Permitir o envio de Imagens com o tamanho de até 1146x410 Pixels.
- 2.58.15.** Permitir a Entidade, adicionar imagens, que serão exibidas no banner superior da homepage.
- 2.58.16.** Permitir relacionar uma notícia ao banner superior.
- 2.58.17.** Permitir acrescentar uma enquete na página principal.
- 2.58.18.** Possuir configuração que irá definir se a enquete poderá ser votada mediante autenticação ou não.
- 2.58.19.** Possibilitar o cadastramento de galerias de imagens, para serem exibidas na página principal.

- 2.58.20.** Permitir o cadastramento de notícias, que serão exibidas na página principal.
- 2.58.21.** Possibilitar ao gestor definir qual será a notícia destaque, que irá aparecer em uma área diferenciada na página.
- 2.58.22.** Permitir o cadastramento de serviços conforme demanda da Entidade.
- 2.58.23.** Disponibilizar na página principal uma listagem de links úteis, que a Entidade deseja disponibilizar ao usuário.
- 2.58.24.** Permitir ao gestor configurar a quantidade de galerias que serão mostradas na página principal.
- 2.58.25.** Disponibilizar links de direcionamento para as redes sociais twitter e facebook, caso a Entidade possua conta.
- 2.58.26.** Possuir listagem dos serviços mais acessados na página principal.
- 2.58.27.** Possibilitar transmissão das sessões através de áudio e vídeo em tempo real, mediante link com os equipamentos da contratante.
- 2.58.28.** Permitir a criação de links personalizados, inclusive se valendo de links externos da Entidade.
- 2.58.29.** Permitir acesso aos servidores aos sistemas de Gestão da Entidade através de link informado na HomePage (Meu acesso).
- 2.58.30.** Permitir a criação de enquetes personalizadas através do painel administrador.
- 2.58.31.** Permitir opção de utilização ou não do CAPTCHA para enquetes.
- 2.58.32.** Permitir informar data de início e data de fim das Enquetes.
- 2.58.33.** Permitir gerenciamento das Enquetes através de lista com filtros de enquetes: Publicadas, Rascunho, Próximo ao término e Finalizadas.
- 2.58.34.** Permitir acesso a ferramenta de e-mail utilizada pela Entidade.
- 2.58.35.** Permitir redirecionamento aos demais portais utilizados pela Entidade, tais como Portal Transparência, Portal de acesso do Servidor, Consultas de licitações, Consultas de Protocolos.

## **7. PLANO DE SUPORTE OPERACIONAL E ASSISTÊNCIA TÉCNICA**

Em conformidade com o disposto no Edital de Pregão Eletrônico nº000, dispomos o presente detalhamento, onde serão especificados os serviços, tarefas e prazos, que culminaram com o suporte técnico oferecido à Prefeitura Municipal de Tibagi

- 7.1.** O atendimento de suporte técnico será garantido através de profissionais devidamente qualificados e habilitados em cada área técnica e/ou de negócio solicitada, disponível aos usuários das ENTIDADES, no horário das 08:00 às 18:00, de segunda a sexta-feira, exceto

em feriados, através do atendimento pessoal, ligações telefônicas, E-mails, aplicativo de mensagens instantâneas e ferramentas de suporte, sendo que, independentemente do canal de solicitação, as informações devem estar dispostas em um mesmo local para consulta. O atendimento de suporte técnico compreende, no mínimo:

- 1.1.a) O esclarecimento de dúvidas que possam surgir durante a operação e utilização dos softwares;
  - 1.1.b) A realização de treinamento(s) de usuários nos softwares quando da substituição de pessoal, tendo em vista demissões, mudanças de cargos etc.;
  - 1.1.c) A elaboração de quaisquer atividades técnicas relacionadas à utilização dos softwares após a implantação e utilização dos mesmos, como: gerar/validar arquivos para órgão governamental, instituição bancária, gráfica, Tribunal de Contas; análise de erros ocorridos na execução do sistema; correção de lançamento de dados e auxílio na legislação.
  - 1.1.d) A prestação de diagnósticos, análise de rotinas, correções, acompanhamento, conferência e orientações aos usuários quanto a área de aplicação e uso dos softwares bem como nos próprios softwares.
- 
- 7.2.** A CONTRATADA deverá fornecer um canal para solicitação de atendimento com horário agendado, com opção de até 02 (dois) agendamentos prévios por usuários, permitindo no momento do agendamento informar qual área/módulo o usuário requer o atendimento.
  - 7.3.** A CONTRATADA disponibilizará consulta de todo o histórico dos chamados realizados, disponibilizando filtro por ÁREA; MÓDULO; DATA DE CRIAÇÃO; DATA DE CONCLUSÃO; ASSUNTO, permitindo a exportação destas informações para arquivos .PDF e .CSV.
  - 7.4.** A CONTRATADA fornecerá através de uma base de conhecimento, documentações que auxiliem na solução de problemas de baixa complexidade, permitindo ao usuário que evidencie e esclareça dúvidas antes da abertura de uma solicitação de suporte.
  - 7.5.** A CONTRATADA comunicará qualquer tratativa realizada nos registros de atendimentos criados pela CONTRATADA, através de comunicação via e-mail diretamente ao usuário solicitante do registro de atendimento, sem que haja a necessidade deste acessar a ferramenta de suporte para tomar conhecimento das atualizações. Quando a solicitação for originada via aplicativo de mensagem instantânea, a comunicação de qualquer tramitação deve ser enviada via mesma ferramenta.
  - 7.6.** Todos os atendimentos deverão ser realizados de forma direta ao usuário final e com acompanhamento da Coordenadoria de Tecnologia da ENTIDADE, que terá acesso a todas as solicitações da CONTRATANTE via ferramenta de suporte da CONTRATADA.
  - 7.7.** Todos os chamados deverão ser abertos, pelos usuários da Entidade em portal ou software específico para este fim, disponibilizado pela CONTRATADA, sem nenhum ônus financeiro à Entidade;
  - 7.8.** Caso necessário, a CONTRATADA poderá, em regime de exceção e sob análise e permissão prévia da Coordenadoria de Tecnologia da ENTIDADE realizar acesso remoto para análise de problemas nos softwares. Contudo, se permitido, tal acesso deverá ocorrer

excepcionalmente segundo as diretrizes e orientações da Coordenadoria de Tecnologia da Entidade.

**7.9.** Todos os atendimentos devem seguir o plano de acordo com suas criticidades.

**7.10. Definição dos níveis de criticidade dos problemas com base nos impactos causados.**

<b>Severidade</b>	<b>Descrição</b>
Crítica	Processos críticos estão parados. Não existe contingência que pode ser feita pelo usuário final
Alta	Processos individuais ou um número limitado de funções estão interrompidas. Não há contingência que pode ser utilizada pelo usuário final.
Média	Processos individuais ou um número limitado de funções estão interrompidas. Há uma medida de contingência com extensão limitada.
Baixa	Não se caracteriza interrupção efetiva de um serviço ou função.

**7.11. Estratégia de tempo de atendimento do suporte por grau de criticidade**

<b>Severidade</b>	<b>ATENDIMENTO</b>		<b>RESOLUÇÃO</b>
	<b>Tempo máximo de atendimento (*)</b>	<b>Grau de cumprimento</b>	<b>Tempo máximo de atendimento (*)</b>
<b>Crítica</b>	em até 2 horas corridas	95%	em até 4 horas corridas
<b>Alta</b>	em até 4 horas	90%	em até 8 horas
	em até 6 horas	95%	em até 12 horas
<b>Média</b>	em até 8 horas	90%	em até 20 horas
	em até 12 horas	95%	em até 32 horas
<b>Baixa</b>	em até 24 horas	85%	em até 32 horas
	em até 40 horas	90%	em até 48 horas

(\*) O contador pode ser suspenso em casos em que o contratado aguarda uma resposta do contratante ou algum tipo de aprovação para efetivação do serviço.